

# TEMÁTICAS



Ano 1 nº 1/2

2º Semestre 93

DOUTORANDOS EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
IFCH/UNICAMP



# TEMÁTICAS

Ano 1 nº 1

2º Semestre 93

DOUTORANDOS EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
IFCH/UNICAMP





## TEMÁTICAS

Temáticas é uma publicação semestral dos doutorandos em Ciências Sociais do IFCH/UNICAMP.

### Conselho Editorial

Christina de Rezende Rubim, Marcos Costa Lima, Wilson José Barp, Andrea L. M. Zhouri, Giovani A. P. Alves, Ignes S. Vitorino Sampaio, Débora Mazza, Célia A. F. Tolentino, Francisco Luiz Corsi, Stela M. Borges, Sérgio Lessa, Carla Bassanezi

### Conselho Executivo

Christina de Rezende Rubim, Marcos Costa Lima, Wilson José Barp, Andrea L. M. Zhouri, Giovani A. P. Alves

### Editora Responsável

Maria Odete Santos

### Secretária de Redação

Maria Orlanda Pinassi

### Diagramação e Revisão

Marilza Aparecida da Silva  
Mada Penteado

### Capa

Vladimir José de Camargo

### Impressão

Gráfica do IFCH/UNICAMP

IFCH/UNICAMP

### Diretor:

João Quartim de Moraes

### Diretor Associado:

Armando Boito Junior

### Coordenação de Doutorado:

Maria de Nazareth Baudel Wanderley

### Coordenação de Cursos de Pós-Graduação

Maria Teresa Sales de Melo Suarez

## SUMÁRIO

Apresentação	v
Autores	vii
<i>Capitalismo: crise ou avatar?</i>	
Marcos Costa Lima	01
<i>A vigência do capital. Crise capitalista e problemas teórico-metodológicos do pensamento social centrado na categoria do trabalho.</i>	
Giovani A. P. Alves	37
<i>Lukács e o Marxismo contemporâneo</i>	
Sérgio Lessa	95
<i>Particularidade e Universalidade em Lukács e Eisenstein</i>	
Célia A. Ferreira Tolentino	127
<i>Marxismo, Ciência e Ideologia: um olhar gramsciano</i>	
Ignez Navarro de Moraes	153
<i>A Sociologia dos bens simbólicos e a teoria do mercado lingüístico de Pierre Bourdieu</i>	
Inês S. Vitorino Sampaio	189
Normas para apresentação de artigo	229



## APRESENTAÇÃO

*"... com certeza, no mundo cada vez menor dos dias atuais, com seu gradual nivelamento das diferenças nacionais, de classes e raciais, e sua iminente abolição da Natureza (como termo máximo da alteridade ou da diferença) deverá ser menos difícil entender até que ponto o conceito de bem e mal é um conceito posicional, que coincide com as categorias do outro."*

*O inconsciente político, Frederic Jameson*

Afirmção, polêmica e diálogo são conjugados para compor *TEMÁTICAS*. O seu propósito editorial surgiu da necessidade de expor – após infindáveis reflexões a respeito – dimensões abrangentes que, medidas no texto competente e original, refletissem a urgência de respostas para uma realidade que tem sido compreendida cada vez mais em fragmentos. Com certeza, não seremos nós a pretender a prática de silogismos, mas a candência do debate travado incessantemente no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNICAMP, despertou-nos o desejo de intervir no processo com algumas das nossas contribuições a respeito das contrafrações teóricas erigidas no decorrer do século XX.

Em meio a isso tudo, quisemos compor o nosso registro que tem, por idéia central, divulgar e estimular o debate para além dos seus limites exclusivamente acadêmicos.

Assim, priorizamos a publicação, neste número, de artigos e ensaios que tratam de questões teórico-metodológicas em relevo no campo das Ciências Sociais hoje. E, em permanente e conflitivo contato com grande parte delas, a iniciativa dessa publicação, pelos doutorandos do IFCH, permite redimensionar o processo que leva da imaturidade plena de certezas ao amadurecimento pleno de dúvidas. Talvez, por isso mesmo, é que a proposta de *TEMÁTICAS* seja ampla e aberta a todas as concepções que dimensionam os desafios colocados pela nossa conturbada contemporaneidade. Os adjetivos contemplados por indefinições, por inquietudes e conflitos que por ventura possam transparecer no conjunto das nossas construções teóricas espelham crises de magnitude bem mais expressiva, advindas do engendramento político-econômico das sociedades atuais.

Esperamos que essa idéia não se restrinja a esse número de *TEMÁTICAS*; os esforços empreendidos no presente almejam ter continuidade na história futura do Instituto. A Revista *TEMÁTICAS* vem assim a público e permanece esperando a participação do conjunto dos Doutorandos em Ciências Sociais. Sua expressão, sem dúvida alguma, não teria sido possível sem o apoio fundamental do Professor João Quartim de Moraes, Diretor do IFCH. Da mesma forma, gostaríamos de estender nossos agradecimentos às Professoras Maria Tereza Sales Melo Suarez, Coordenadora dos Cursos de Pós-Graduação do IFCH e Maria de Nazareth Baudel Wanderley, Coordenadora do Doutorado.

Agradecemos particularmente a colaboração de Marilza e Mada que revisaram, com paciência e determinação, os trabalhos enviados para publicação; ao Sebastião Rováris da Gráfica do IFCH; ao Vlad da Editora da UNICAMP, que compôs a capa; a Sandra Lúcia Pereira do Arquivo Edgard Leuenroth e ao Rinaldo da Gráfica Central. Da mesma forma, nossos agradecimentos à Lurdinha e Esmeralda que na Secretaria da Pós-Graduação nos prestaram valiosa ajuda.

Os Editores

## AUTORES

MARCOS COSTA LIMA

Professor do Depto. de Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco, Doutorando em Ciências Sociais do IFCH/UNICAMP. Área de interesse: Tecnologia e Meio Ambiente.

GIOVANI A. P. ALVES

Mestre em Sociologia pela UNICAMP. Doutorando em Ciências Sociais do IFCH/UNICAMP. Área de interesse: Trabalho e Sindicalismo.

SÉRGIO LESSA

Professor de Filosofia Política pela Universidade Federal de Alagoas (UPAL). Doutorando em Ciências Sociais na UNICAMP. Área de interesse: Trabalho e Sindicalismo.

CÉLIA APARECIDA FERREIRA TOLENTINO

Professora de Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP em Marília, Doutoranda em Ciências Sociais na UNICAMP. Desenvolve pesquisa sobre aspectos sociais e políticos do discurso cinematográfico, com ênfase no cinema nacional.

IGNEZ NAVARRO DE MORAES

Professora do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)-(Campus I). Mestre em Educação. Doutoranda em Ciências Sociais na UNICAMP. Área de interesse: Trabalho e Sindicalismo.

INÊS SÍLVIA VITORINO SAMPAIO

Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC) Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) Área de interesse: Cultura e Política (Mídia e Cultura contemporânea).

# CAPITALISMO: CRISE OU AVATAR?

Marcos Costa Lima

## I. A NOVA (DES)ORDEM MUNDIAL

*“Urbi e Orbi”*

Até o século XIX, a vasta maioria da população mundial, mesmo nos estados mais avançados, não podia ler nem escrever e, em sua maior parte, viveram e morreram perto do lugar onde seus ancestrais tinham vivido.

A constatação de Benedict Anderson (1992) torna-se ainda mais rica quando contrastada com um dos fenômenos mais característicos do capitalismo moderno – a urbanização, que é migração, deslocamento.

Luzes neon, verticalização de edifícios, aglomeração, multidão solitária, guetos, favelas, engarrafamentos de carros, poluição, espera de metrô, velocidade, salas de espera de aeroporto, cabines de telefone, fax, redes micro-eletrônicas, transplantes de órgãos, clonagem de gens, estranhamentos. As grandes cidades modernas constroem suas iconografias, a cada momento mais homogêneas, pasteurizadas, universais.



No topo dos edifícios, antenas sintonizam o cotidiano de Manaus, Berlim, São Paulo, Tóquio, Somália, Los Angeles: crimes, mudanças de governo, alta do dólar, fechamento de fábricas, inflação, instabilidade climática, derramamento de petróleo no Alasca, as últimas atribulações da família real inglesa. Assistimos pela televisão alguns lances pirotécnicos da Guerra do Ocidente contra o Iraque. Na antiga União Soviética, Boris Yeltsin discursava em cima de um tanque de guerra.

A “realidade” passa a ter a dimensão da imagem; a história, o processo que produziu aqueles momentos, torna-se um “clip”. O contato com terras e línguas distantes, ao mesmo tempo que estabelece novos horizontes, simplifica os significados, reduzidos a clichês. Proliferação de informações mal digeridas, superficializadas.

Não se trata aqui de analisar o conteúdo destas imagens, tão pouco enveredar pelo desvelamento da força ideológica da mídia; apenas ressaltar ao nível fenomenológico, a dimensão da mudança.

O mundo tem vivido um intenso processo de transformação desde o início da segunda metade do século. Basta assinalar que em 1980, 22 cidades do mundo periférico apresentavam uma população superior a 4 milhões de habitantes, e eram 16 no mundo desenvolvido (Relatório do Brasil/CNUMAD-1991).

Os fundadores da sociologia em suas tentativas originais de estabelecer o conhecimento propriamente científico do social, tiveram a genial premonição do momento presente. Marx e Engels em seu Manifesto de 1848 diziam que (...) *“O contínuo revolucionar da produção, o abalo constante de todas as condições sociais, a incerteza e agitação eternas distinguem a época burguesa de todas as precedentes (...). Através da exploração do mercado mundial, a burguesia deu um caráter cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países (...). As antigas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a ser destruídas a cada dia.”*

Durkheim, em sua tese de doutoramento sobre a divisão do trabalho social, afirmava em 1893 que *“Enquanto em outros tempos as*

*funções econômicas só tinham um papel secundário, hoje ocupam o primeiro plano. Diante dela vemos as funções militares, administrativas e religiosas recuarem cada vez mais. Só as funções científicas têm condições de lhe disputar a posição: e mesmo assim a ciência hoje só tem prestígio na medida em que pode servir à prática, isto é, em boa parte, às profissões econômicas. Por isso se pôde afirmar a respeito de nossas sociedades, com uma certa razão que elas são ou tendem a ser essencialmente industriais."*

Em 1910, o "médico" austríaco Rudolf Hilferding, em seu *O capital financeiro*, considerado como um volume adicional de *O Capital* de Marx, chamava a atenção para o aprofundamento da interdependência internacional dos processos econômicos, quando diz que o entendimento da crise européia de 1907 só se daria pela compreensão da repercussão da crise americana (Hilferding, 1983).

Se ampliarmos o foco da discussão introduzindo a dimensão mais propriamente sociológica, teremos que o capitalismo "moderniza" o mundo, estendendo o conceito, para além da acumulação ampliada de capital e das particularidades do mundo do trabalho, aos poderes políticos centralizados, à formação dos Estados nacionais, à expansão da cidadania e ampliação dos direitos de participação política, supremacia do espaço urbano, formação escolar formal, secularização dos valores e normas, avanço científico e burocracia, ou seja, introduzimos a problemática iluminista e o pessimismo weberiano em relação àqueles pensadores que "*mantinham um forte vínculo necessário entre o desenvolvimento da ciência, da racionalidade e da liberdade humana universal*". O legado do iluminismo teria sido o triunfo da racionalidade proposital-instrumental e o seu desenvolvimento não levaria à realização concreta da liberdade universal, mas à criação de uma "jaula de ferro" que é a burocracia (Bernstein, 1985:5).

Como afirmo em outro ensaio, no contexto da lógica weberiana o processo de racionalização estava na base do desenvolvimento das sociedades modernas e era instrumentalizado a partir de dois sis-

temas interligados de modo funcional: as empresas capitalistas e o aparelho burocrático do Estado (Lima, 1992:a).

A aceleração da degradação ambiental, a fome atingindo grandes contingentes da população mundial, as duas guerras mundiais, as catástrofes nucleares, fazem o lado sombrio do século XX, e têm dado razão ao pessimismo weberiano.

Um outro ponto de vista, bastante associado aos tempos modernos, é o irracionalista, que associa modernidade à energia vital, vontade de viver e de poder, difundido por Nietzsche através da luta e supremacia do dionisíaco sobre o apolíneo: *“Ser a um só e mesmo tempo destrutivamente criativo”*.

Neste sentido, é interessante a articulação que faz Harvey (1989:26) entre a imagem nietzscheana da destruição criativa e a criação destrutiva e o economista Schumpeter que considerava o empreendedor (empresário) capitalista uma figura heróica, o *“destruidor criativo par excellence”* porque estava preparado para levar a extremos vitais as consequências da inovação técnica e social. E era somente através deste heroísmo criativo que se podia garantir o progresso humano. Para Schumpeter, a destruição criativa era o *“leitmotif progressista do desenvolvimento capitalista benevolente.”*

Retomando portanto o fio condutor deste ensaio temos que lançar mão do argumento de Lévi-Strauss em *Raça e história*, segundo o qual a *“existência de uma civilização mundial é um fato provavelmente único na história... Na verdade, desde a século e meio a civilização ocidental tende, quer na totalidade, quer para alguns de seus elementos-chave como a industrialização, a expandir-se no mundo: e que, na medida em que as outras culturas procuram preservar alguma coisa de sua herança tradicional, esta tentativa reduz-se geralmente às superestruturas, isto é, aos aspectos mais frágeis e que podemos supor serem varridas, pelas profundas transformações que se verificam”* (Lévi-Strauss, 1973:89).

Em que pesem todos os estudos e análises percucientes, sobre o processo de globalização (Amin:1991, Latouche:1989, Attali:1991,

Ianni:1992) em curso, é necessário também apontar para o aspecto da crise estrutural do capitalismo, a completar 20 anos em 1993; não para buscar o sentido da ortodoxia marxista de crise final, mas para compreender melhor o fluxo da história, a dimensão e a radicalidade das mudanças em curso. Afinal, nunca é demais lembrar que para os neoclássicos a crise não é uma categoria econômica, desde que por uma regulação de mercado, existem no máximo, desequilíbrios temporários, que geram flutuação de curto prazo e que se corrigem por si só. A análise que Milton Friedmam fez sobre a Grande Depressão de 1929 é ilustrativa, pois o economista atribui a um fator "exógeno", no caso a um erro do Federal Reserve – o banco central norte-americano – que restringiu excessivamente o volume da moeda (Brunhof, 1991 ).

Mas há muito mais coisas no ar do que as simples políticas monetaristas, a começar pela dificuldade de se regular uma economia pelo mercado num sistema monopolizado, quando os preços são administrados fora dele, através das grandes corporações, trustes e cartéis. Esta aliás é uma das características centrais da internacionalização do capital em escala ampliada.

Uma segunda característica é o fim da Guerra Fria e uma nova Geopolítica, organizando-se a partir de blocos de interesses: 1. Os EUA, o Canadá e o México; 2. O Mercado Comum Europeu; 3. O Japão e demais tigres asiáticos, a Austrália e a Nova Zelândia, configurando o bloco do Pacífico; 4. A Rússia e alguns países da antiga URSS; 5. Uma incerteza quanto à situação dos chamados periféricos e aqueles do antigo 2º Mundo. Os primeiros, como o Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, que articulam com dificuldades o MERCOSUL e sofrendo pressões do NAFTA; a Índia e a China que ainda são incógnitas e aqueles países ex-COMECON, como a Tchecoslováquia, Polônia, Hungria que se aproximam da Comunidade Européia. De qualquer forma, a atual fase da economia mundial é tão instável que não seria demasiado afirmar que o *mapa*

*mundi* está sendo redesenhado em função sobretudo da *débâcle* do Leste Europeu.

A terceira característica é a internacionalização sem precedentes da produção industrial, organizada por gigantescos conglomerados transnacionais e que assinala para a quarta característica, a saber: as dificuldades dos Estados-Nações em estabelecerem políticas econômicas locais, num mundo em fase de desterritorialização. Em quinto lugar a emergência de um novo paradigma tecnológico, estruturado a partir do complexo eletro-eletrônico, que tem, por um lado, propiciado investimentos maciços em capital fixo e, por outro, acelerado o crescimento das taxas de desemprego. Em sexto lugar, a ascensão da economia japonesa como centro de gravitação e vetor dos sistemas de fabricação flexíveis de produtos.

Em último lugar, mas não menos importante, a terciarização das economias centrais, representando por exemplo, 62% dos efetivos assalariados na França e 65.2% na Inglaterra em 1983 (Petit, 1987, Ward, 1987).

Antes de concluir esta Introdução, e apresentar os desdobramentos deste texto, é necessário dizer de forma sintética que, se um grande número de autores aponta a tendência da "globalização" como aprofundamento da internacionalização, isto não representa unanimidade e nos restringiremos a pontuar os argumentos de Benedict Anderson, por serem bastante modelares de uma determinada corrente intelectual.

Anderson (1992) chama de "perigosas extravagâncias" quatro assertivas que julga devam ser descartadas: a primeira diz respeito à "fragmentação e desintegração" do mundo. Uma visão da integração seria conservadora, pois imagina que cada *status quo* é simplesmente normal.

O segundo preconceito, e que decorre em parte do primeiro, trata do relacionamento entre capitalismo, mercados e tamanho do Estado. Comentaristas tanto à esquerda quanto à direita assumem que "pequenos" países, com limitados recursos em matérias primas

e trabalho, são países quase-inviáveis em face dos gigantes industriais e com as exigências da economia capitalista mundial. Anderson argumenta que numa economia mundial altamente interconectada, são justamente os pequenos países, ética e religiosamente homogêneos que se saem melhor e cita os exemplos da Holanda e Bélgica, Finlândia, Noruega e Áustria em comparação com a Itália e a França.

Na Ásia ele compara pequenos países como Coréia do Sul, Tailândia, Singapura e Japão com a Índia, a Indonésia, Sri Lanka ou Paquistão. O argumento é que em pequenos países homogêneos, o sentido da solidariedade nacional é especialmente forte, tornando mais fácil para políticos e líderes econômicos pedir sacrifícios sem necessitar de coerção, desenvolver relações industriais mais "suaves" e efetivamente buscar nichos especializados na divisão internacional do trabalho.

A terceira "extravagância" é afirmar que as corporações transnacionais têm de alguma forma tornado o nacionalismo obsoleto. O deslocamento de uma General Eletric dos EUA para a Venezuela ou Zâmbia não diz, por exemplo, que aqueles que controlam a General Eletric são esmagadoramente cidadãos norte-americanos, vivem nos EUA, são cidadãos nos EUA.

A quarta falsa premissa é que existiria uma inescrutável conexão entre o capitalismo e a paz, entre o livre-mercado e a prosperidade.

Anderson, na contra-corrente da globalização aponta não só para a vitalidade do nacionalismo, mas também para a criação de um nacionalismo de novo tipo, o nacionalismo de longa distância, estimulado pelas correntes migratórias no mundo contemporâneo.

Sem querer detalhar aqui esta polêmica, me parecem frágeis suas *dangerous fancies* 2 e 3. A segunda porque de imediato poderíamos citar inúmeros pequenos países homogêneos ética e religiosamente vivendo em condições as mais precárias; a terceira esquece de dizer, por exemplo, que um dos problemas graves, hoje, nos EUA, é o crescimento da *underclass* em certa medida em função do deslocamento

das grandes empresas norte-americanas pelo mundo. Celso Furtado apresenta um dado espantoso segundo o qual *“o faturamento das empresas norte-americanas no exterior alcançou em 1988, 827 bilhões de dólares, superando o valor global do comércio exterior (exportação e importação, o qual atingiu nesse ano 765 bilhões de dólares)”*.

A conclusão do economista é portanto *“que a economia norte-americana já não deve ser vista como um sistema econômico nacional, cujo comportamento pode ser apreendido com os meios de análise tradicional”* (Furtado, 1992).

Nos últimos 25 anos, o comércio exterior vem crescendo bem acima das taxas de expansão das economias nacionais. Dezenas de milhões de trabalhadores, em todo o mundo, estão com os respectivos empregos diretamente atrelados ao fluxo das trocas comerciais entre os povos. Este crescimento foi em grande parte estimulado quer pelas importações norte-americanas, quer pelo deslocamento de suas multinacionais mundo afora. Os reflexos dessa política e acúmulo de *déficits* na balança comercial já têm provocado seus efeitos, por exemplo, na eleição do democrata Bill Clinton, que fala em geração de emprego no mercado interno, num EUA que vê a cada ano crescer o número dos “sem tetos”, estimados hoje em 700 mil, número que vem crescendo entre 10 a 25 % ao ano (*The Independent*, 30/11/92).

Finalizando este capítulo, apresento os próximos itens que compõem o trabalho, a saber:

- II - Um rápido panorama do que representou a “idade de ouro do fordismo” (1945/75), bem como os antecedentes da crise econômica mundial;
- III - As consequências da crise; e
- IV - A inserção da América Latina no contexto da internacionalização do capital em escala ampliada e os desdobramentos da “década perdida” na dinâmica da globalização.

## II. O CÍRCULO VIRTUOSO DE 30 ANOS E OS ANTECEDENTES DA CRISE

*"A história está sempre a recomençar, está sempre em elaboração, e, constantemente, a ultrapassar-se."*

Fernand Braudel

O período que vai de 1945 a 1973 pode ser considerado como o de maior êxito de desenvolvimento da economia capitalista. A taxa média de crescimento econômico mais que dobrou em relação às taxas alcançadas no passado em períodos de tempo similares.

TABELA 1

TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DAS ECONOMIAS CAPITALISTAS AVANÇADAS

Países	média 1960-73	média 1974-78	queda % do Patamar de crescimento
EUA	3.9	2.2	- 44
Japão	10.5	3.7	- 65
Alemanha	4.9	1.7	- 65
França	5.7	2.8	- 51
Inglaterra	3.2	1.1	- 68
Canadá	5.4	3.4	- 37
Itália	5.2	1.9	- 63

Fonte OECD, in Coutinho (1982) "Percalços e Problemas da Economia Mundial Capitalista", *Desenvolvimento capitalista no Brasil*, in Belluzzo e Coutinho, Brasiliense, São Paulo.

Mas a "idade do ouro" do pós-guerra não se restringiu aos países avançados, basta dizer que o Produto Interno Bruto brasileiro cresceu no pós-guerra a uma taxa média que ultrapassou os 7% ao ano.



Foi um desempenho superior ao conjunto dos países capitalistas desenvolvidos (Serra, 1982). Nesse mesmo período, a taxa de crescimento anual da América Latina (excluindo o Brasil), foi de 4% (Furtado, 1964).

Este crescimento se deve em grande parte à tendência à integração das economias centrais:

1. Desmantelamento das barreiras protecionistas, estimulando a complementariedade entre economias;
2. Estilo tecnológico que se impôs por toda a parte, traduzindo as condições específicas do desenvolvimento da economia norte-americana, fazendo convergir a homogeneização dos mercados com os níveis de produtividade e dos padrões de vida. Este período representa o auge do fordismo e da economia de escala. Os salários crescem, bem como constitui-se na Europa um sistema universal de seguro-social e serviço médico gratuito.

Como afirmou Aglietta (1979), o modelo americano não impregnou somente os modos de produção – as normas de produção – mas também o modo de vida – as normas de consumo.

3. Expansão da economia dos EUA sob duas formas:
  1. penetração no exterior das empresas norte-americanas, sobretudo na Europa Ocidental;
  2. abertura do mercado interno a novas importações, o que beneficiou sobretudo a Alemanha e o Japão.

A economia norte-americana abriu-se ao exterior não pelas formas tradicionais de exportação de mercadorias e/ou capitais, mas sim, projetando extra-muros seu próprio sistema produtivo.

A crescente integração dos mercados das economias centrais fez-se favorecendo as indústrias que se apoiavam em economias de escala e que estavam na vanguarda tecnológica, principalmente no que diz respeito à introdução de novos produtos.

O forte dinamismo dessas indústrias, diretamente beneficiadas pela integração dos mercados, operou como fator de crescimento, induzindo a transformação de outros setores e abriu espaço para a

elevação dos salários reais, o que justificou e realimentou a busca de técnicas intensivas de capital (Furtado, 1987). Na França, por exemplo, os investimentos na formação bruta de capital fixo cresceram a um ritmo anual de 7.1% de 1959 a 1974 (Petit, 1987).

A transnacionalização de significativo grupo de empresas permitiu reduzir custos mediante a incorporação de fatores de mais baixa remuneração localizados no exterior, mas também gerou pressões sobre a balança de pagamento do país líder, os EUA – e o desemprego chamado estrutural. Em consequência, o peso relativo do mercado interno dos EUA declinou, ao mesmo tempo que aumentava a importância relativa do faturamento no exterior, nas vendas das empresas norte-americanas.

O declínio da competitividade industrial dos EUA no mercado doméstico (interno) é patente nos dados apresentados por (Hoffman e Kaplinski, 1988). Tomando como base os automóveis e os equipamentos eletrônicos, a participação das firmas norte-americanas cai, no tocante a produção de automóveis, de 96% para 79% entre 1960 e 1974. Já no setor de equipamentos eletrônicos, a queda é bem maior, de 94% para 49% no mesmo período.

A partir de meados da década de 60, a taxa de lucros começa a declinar nesse país. O ritmo de crescimento da produtividade diminui, mantendo-se a tendência de aumento do salário real, (ver Tabela 2).

A perda de fôlego do ritmo de crescimento nos EUA, logo se fará sentir nos demais países avançados, (ver Tabela 3).

TABELA 2

ESTADOS UNIDOS - (EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE - Média anual do período.)

Período	indústria manufatureira	total indústrias
1947/66	3.1%	3.5%
1966/74	1.6%	1.7%

Fonte: Aglietta (1979), *Regulación y crisis del capitalismo*, Siglo Vientiuno, pp. 67/68.

TABELA 3

EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE - (PRODUÇÃO POR TRABALHADOR EMPREGADO - Média anual do período.)

Países	Períodos				
	1970/60	1973/70	1976/74	1979/76	1882/79
França	4.9	5.1	2.7	3.0	1.6
RFA	5.5	3.6	3.1	3.0	0.8
Reino Unido	2.6	3.3	1.0	1.7	2.1
Itália	6.2	4.0	1.0	3.0	0.6
EUA	1.9	2.7	0.2	0.8	0.9
Japão	11.2	6.4	1.9	3.9	2.2

Fonte: Boyer e Mistral, "Politiques Economiques et Sortie de la crise", *Futuribles*, Paris, n° 70, oct. 1983, pp.37 a 66.

A queda do ritmo de crescimento da produtividade se deve a diversos fatores:

1. Ao absenteísmo - falta voluntária ao trabalho.
2. Aumento do número de trabalhadores que abandonavam o emprego. Em 1969, na Chrysler/EUA quase metade dos trabalhadores não chegavam completar 90 dias de trabalho (**Debate Sindical**, 1988).
3. "descuido" dos trabalhadores com o resultado final do trabalho.

TABELA 4

INDICADORES DO SUCESSO DO CRESCIMENTO FORDISTA - 1960/73  
(TAXA ANUAL MÉDIA SOBRE O CONJUNTO DO PERÍODO)

Países	França	Reino Unido	Irlanda	Bélgica	Espanha*	Itália	RFA
Indicadores							
- Crescimento/PIB	5.6	3.1	4.4	4.9	6.6	5.3	4.5
- Produtividade per capita	4.9	2.9	4.3	4.2	5.4	5.6	4.2
- Salário Real	5.0	3.3	5.4	5.0	6.4	6.5	5.3
- Emprego	0.7	0.2	0.1	0.7	1.1	0.3	0.3
- Desemprego	1.0	2.1	4.7	2.3	2.1	5.2	0.8

Fonte: *Economia Européia*, nº 22, nov. 1984, pp. 225-227 e *Economia Européia*, nº 20, jul. 1984, *Quadro p. 11*.

(\*) Espanha - 64/73.

Estes fatores tinham conseqüências para as empresas, quando a imprevisibilidade das faltas reduz a capacidade de planejar a produção; a necessidade de repor o absenteísmo impõe a existência de um contingente maior de trabalhadores do que tecnicamente se requer, bem como a queda da qualidade fazia elevar os custos da produção, pelo desperdício da matéria-prima, de energia, de capacidade de trabalho, de um maior número de trabalhadores para controle de qualidade.

É fundamental assinalar que este é um período extremamente agitado em termos políticos, haja visto o movimento de maio de 68 na França, luta pelos direitos civis nos EUA, a Primavera de Praga, os confrontos na Alemanha. Começa a "fazer água" o barco do compromisso capital x trabalho do após-guerra, que representava a aceitação da modernização com a garantia de que os trabalhadores seriam beneficiados em seus níveis de vida pelos ganhos de produtividade correspondentes.

Mas seria excessivo atribuir a queda do ritmo de produtividade apenas aos fatores anteriormente assinalados. A intensa divisão do

trabalho fordista também ocasionava o surgimento de um tempo em que o produto em elaboração ficava circulando entre um posto de trabalho e outro, sem que sobre ele se agregasse trabalho humano. Nesse sentido, desponta um outro fator fundamental na crise que é a concorrência introduzida pelo Japão através de formas de produção e de organização flexíveis que têm revolucionado desde então o cenário mundial.

O crescimento da concorrência também impulsiona o monopólio e o fortalecimento das grandes corporações. *“As disparidades no custo da mão de obra estão na base do amplo processo de localização no exterior de fração crescente de empresas industriais norte-americanas desde os inícios dos anos 70. Por essa época, o salário médio mensal do trabalhador atingia 1.220 dólares, na Coreia do Sul não passava de 68 dólares, em Singapura, de 60, e em Hong-Kong, de 82 dólares”* (Furtado, 1992, p. 19).

Só a título de contextualização, hoje, no Brasil, há grande embate político para se elevar o salário mínimo para 100 dólares, isto vinte anos depois ... *ABUSUS NON TOLLIT USUM!*

Aqui já se pode vislumbrar um dos principais elementos da crise, ou seja: a atividade crescente das transnacionais escapando em grande medida ao controle dos centros de decisão nacionais e plurinacionais existentes, transformando-se em foco de instabilidade, anulando os possíveis instrumentos de regulação de política monetária, fugindo aos sistemas de controle e coordenação existentes, pondo em xeque as medidas corretivas – quer anti-inflacionária, quer de combate ao desemprego – que viessem a ser exercidas isoladamente por qualquer país.

### III. CONSEQUÊNCIAS DA CRISE: IMPASSES DO KEYNESIANISMO, DO ESTADO-NAÇÃO, DAS POLÍTICAS DE WELFARE-STATE

*"A máquina louca prossegue sua obra de desenraizamento planetário."*

Serge Latouche

Os schumpeterianos têm um entendimento atraente dos processos de crise, mas que não deixa de ser problemático.

Esta literatura tem defendido a idéia segundo a qual a mudança técnica, sua maturação e esgotamento (crise) se desenvolvem tal como a propagação de ondas ou ciclos e sua difusão se dá também por ondas de imitação sucessivas. Aqui fica evidente a tese de Kondratieff, através da interrelação entre as ondas de mudanças técnica e as ondas largas de crescimento econômico. *"Por trás da variedade aparentemente infinita de tecnologias em cada período de ascensão econômica existe um conjunto diferenciado e específico de princípios gerais de 'sentido comum', cuja aceitação e aplicação define uma trajetória tecnológica geral até a fronteira da 'prática produtiva ótima' do período em questão. Estes princípios se aplicam tanto na geração de inovações como na organização da produção em uma empresa após a outra, em um ramo após outro, dentro de cada país e de um país a outro."* (Perez, 1984)

Este processo de propagação – conjunto de tecnologias em difusão – produz um período prolongado de crescimento econômico até esgotar-se. A descida de cada onda larga representaria um processo duplo de abandono do modelo esgotado e da propagação inicial do novo.

No período que estamos analisando (1945-73), estaria esgotado o principal elemento que deu origem ao paradigma fordista: o petróleo barato. Da mesma forma como na onda anterior, detonada no fim do século XIX, o elemento chave foi o aço barato.

Mas não basta um insumo-chave, conseguido através de inovações técnicas e organizativas radicais, para impulsionar o novo paradigma. Foi necessária a intervenção do Estado através de políticas keynesianas (New Deal, Plano Marshall e mesmo o militarismo belicista à *la* Reagan). Da mesma forma a criação de um conjunto de mecanismos capaz de fomentar a demanda, desde os mais diretos como o controle da quantidade de dinheiro no mercado, aos gastos de governo, até os mais indiretos como o crescente sistema de créditos ao consumidor. Ao lado disto, toda uma política de Bem Estar Social bastante desenvolvida como aposentadoria, auxílio-doença, auxílio-família, seguro desemprego, pré-aposentadoria, que mantém elevados os níveis de demanda, absorvendo muitas vezes 1/4 do Produto Interno Bruto de países avançados como a França.

Retomando o aspecto da integração das economias centrais, é significativo o fato de que o fluxo de interpenetração de capitais, dos EUA na Europa e do Japão e Alemanha nos EUA, possibilitou uma intensificação da renovação tecnológica nestes últimos países, como forma de se contrapor à penetração dos oligopólios norte-americanos, justamente em "setores onde a indústria dos EUA já havia gerado investimentos e processos (ainda no período da guerra), mas não podia utilizá-los sem depreciar massas consideráveis de capital fixo recém-instalados (Belluzo e Coutinho, 1982).

Em 1973, a quadruplicação dos preços do petróleo vai exigir ajustes macroeconômicos em todos os países industrializados. O Japão, extremamente vulnerável em termos de matérias primas, buscou a eficiência industrial para aumentar as exportações, através de uma transformação tecnológica centrada na eletro-eletrônica de ponta, nas novas formas de organização da produção e no pleno emprego.

O escopo deste ensaio não permite nem justifica uma reflexão mais detalhada e profunda do que tem representado a verdadeira revolução, em termos de produtos e processos de trabalho introduzidos pelo Japão, sobretudo nos últimos 30 anos; contudo, seria equivocado não apontar as principais linhas que norteiam este de-

envolvimento que tanto tem provocado alterações, seja ao nível da elaboração teórica, seja ao nível da produção. Pode-se afirmar, sem sombra de dúvidas, que o processo sócio-econômico do Japão no pós-guerra estabeleceu um desequilíbrio nas relações de produção internacionais, dando vazão a uma escalada de competitividade, com reflexos no padrão de investimentos, no crescimento dos gastos em Pesquisa & Desenvolvimento, no reconhecimento das fragilidades do fordismo.

Os investimentos japoneses diretos nos EUA subiram de 4,7 bilhões de dólares, em 1980, para 53 bilhões em 1988, período em que os investimentos norte-americanos diretos no Japão cresciam de 6,2 bilhões para 16,9 bilhões de dólares (Furtado, 1992).

Se tomarmos como ponto de partida o livro de Coriat (1991) que consiste numa comparação entre os métodos americanos de produção, ou seja, o taylorismo e o fordismo e o modelo japonês, o toyotismo ou ohnismo, veremos o quanto a supremacia japonesa está alicerçada na flexibilidade.

O sistema foi construído tendo por base a necessidade particular do Japão de produzir pequenas quantidades de numerosos tipos de produto. É um sistema de diversificação, já que para um país de mercado limitado seria inapropriado o modelo fordista de produção de escala; nas palavras do próprio Ohno, *"fabricar a baixo preço pequenas séries de numerosos modelos diferentes"* (Coriat:19).

Também aliado a uma outra característica do país, a carência de matérias-primas: a formação dos *stocks* passa a ser um problema. A partir daí duas inovações são introduzidas para evitar as disfunções: a usina mínima (magra) e a "direção pelos olhos".

No primeiro caso, tratava-se de "enxugar" os trabalhadores em excesso bem como adequar os equipamentos, gerando unidades flexíveis, capazes de absorver as flutuações da demanda.

No segundo caso, a "direção pelos olhos", também trabalha no sentido de evitar o supérfluo e a cada instante permite visualmente exercer um controle direto sobre os operários.



Coriat apresenta em detalhe todo o processo político que permitiu o desenvolvimento do modelo japonês, desde a crise financeira de 1949, a grande greve de 1950 com duração de dois meses, até a submissão do movimento sindical que passa a ser gerido pelas empresas, num conjunto de contrapartidas dadas aos trabalhadores como o emprego vitalício e a aposentadoria aos 55 anos.

Não é supérfluo citar estes elementos históricos pois um grande número de trabalhos sobre o “milagre japonês” ignora por completo a esfera política, como se o futuro surgisse do éter.

Passamos a assinalar os pontos principais que deram origem ao modelo japonês e que vêm sendo, de forma completa ou por partes, adaptados por toda a economia mundial:

1. A produção se dá pela demanda – invertendo a ênfase fordista na produção contínua e seriada, bem como na criação da demanda – o que permitiu às indústrias japonesas uma flexibilidade na produção, por exemplo, as automobilísticas oferecerem um crescente e variando número de alternativas para os clientes;
2. Flexibilidade em Produto e Processo: enquanto os europeus e norte-americanos introduziram novos modelos de automóveis com seis anos de intervalo e em alguns casos com mudanças superficiais, os japoneses introduziram novos modelos em programas de 3 a 4 anos.

Há uma enorme diferença entre japoneses e norte-americanos na impressão das peças de metal com desenho para as carrocerias. “A mudança de desenhos nas chapas levam dois minutos na MAZDA enquanto só agora o processo passou de 8 horas para 45 minutos nos EUA” (Kaplinsky, 1988).

No Japão, deu-se uma redução impressionante do tempo necessário para a fabricação de um veículo, 12 horas, se compararmos com as 17 horas na Itália e 21 horas na França.

3. Multi-habilidade e trabalho multi-tarefas: trabalhadores japoneses são contratados numa categoria geral e não para cumprir tarefas específicas;

4. Redução dos Estoques (*Just-in-Time Production*): que possibilita a diminuição do capital imobilizado e um estreitamento da relação com os fornecedores (terceirização);
5. Zero Defeito e Círculos de Qualidade: já explicitados pela usina mínima e direção pelos olhos, bem como estimular participação dos trabalhadores em todos os aspectos da produção onde está envolvido;
6. Envolvimento crescente de trabalhadores no aperfeiçoamento técnico;
7. Importância crescente da terceirização – subcontratação entre grandes e pequenas empresas (*Putting-Out*).

Os resultados obtidos pelo Japão, no redesenho de um novo sistema industrial provocou uma verdadeira febre de investimentos em tecnologia. A acumulação de capital alimenta-se do lucro, portanto, é necessário nesta lógica que os recursos investidos proporcionem uma renda líquida aos empresários, sem a qual estes não estarão inclinados ao investimento. Ora, se o aumento da produtividade dos trabalhos passa pela automação dos processos de produção, a despesa em capital fixo (equipamentos) aumenta em relação aos salários. O aumento da produtividade pode gerar redução dos custos salariais, pelo enxugamento da mão-de-obra. Mas, ao mesmo tempo que a composição técnica do capital cresce, ela faz baixar a taxa de lucros, pelo maior tempo de maturação para amortização dos investimentos.

Neste ponto impressiona a aguçada antecipação de Marx quando afirmava que “a população trabalhadora, ao produzir a acumulação de capital produz, em proporções crescentes, os meios que fazem dela, relativamente, uma população supérflua” (Marx, *O Capital*, livro I, vol. 2, p. 732).

No mesmo sentido, dizia que “toda forma do movimento da indústria moderna nasce, portanto, da transformação constante de uma parcela da população trabalhadora em desempregados ou parcialmente desempregados” (Marx, *idem*, p. 735).

O desemprego é o grande problema desta “Terceira Revolução Industrial e Tecnológica” que, à exceção do Japão e do Tigres Asiáticos vem crescendo, de 1973 aos dias de hoje, caracterizando o que se tem convencionado chamar de modernização conservadora: por um lado, alteração estrutural do mundo do trabalho, criando novo segmento de trabalhadores polivalentes e mais capacitados; por outro, ampliação do desemprego e da flexibilização do trabalho, ou seja, formas de trabalho precárias, sem nenhuma proteção social.

*“Efetivamente, em quase todos os países capitalistas avançados, após cerca de oito anos de crescimento, o desemprego alcançava, em 1990, duas vezes os níveis das décadas de 60 e 70. Em contrapartida, ampliava-se a desigualdade, já que o desempregado mantém-se mais tempo nesta situação e tem menos cobertura da Seguridade Social, sendo que os mais atingidos são os jovens, os mais idosos ou aqueles com menor qualificação.” (Mattoso, 1992)*

Este tem sido o resultado das políticas neoliberais implantadas e decantadas sobretudo quando da derrocada do socialismo real.

Com exceção do Japão e em parte da Alemanha,

*“os demais países da OCDE responderam à perda da capacidade de regulação monetária e financeira da economia norte-americana na década de 70 através dos ajustes recessivos, seguidos por ciclos curtos de recuperação. Deteriorava-se o padrão global de industrialização (produção-consumo e financiamento), herdado do pós-guerra, com poucas experiências setoriais de reordenamento industrial”. (Tavares, 1992)*

Por contraste, temos que nos anos 60, as discussões de política econômica buscavam a eficácia dos instrumentos orçamentários e monetários como condição para o crescimento econômico com níveis de inflação baixos e quase pleno emprego. Já a partir da metade dos anos 80, ocorre uma mudança radical. Os instrumentos de regulação

ainda são utilizados, mas com o sentido precípuo de reduzir a inflação, mesmo ao preço do desemprego estrutural. Essa política visava favorecer as mudanças estruturais de forma a que as economias avançadas reencontrassem os motores do crescimento sustentado.

Defesa do mercado, desregulação, descrédito do planejamento, redução dos gastos com o Estado de Bem-Estar, têm sido as palavras de ordem.

Para concluir este capítulo é fundamental assinalar que vivemos um tempo de incertezas e que nem as compreensões schumpeterianas e muito menos a neoclássica têm dado conta da acumulação de impasses. Os desequilíbrios estruturais permanecem:

- . Diminuição dos ganhos de produtividade e queda da rentabilidade desde os fins dos anos 60 nos EUA;
- . Aceleração da inflação e ruptura do sistema monetário internacional;
- . Crescimento das lutas concorrenciais entre economias nacionais (ver recente crise sobre tarifas do GATT para agricultura entre CEE e USA);
- . Explosão do desemprego;
- . Flexibilização do trabalho e redução da política do Bem-Estar Social.

A Federação Européia de Pesquisas Econômicas (FERE), que reúne atualmente 7 centros de pesquisas em sete países europeus – CEPREMAP (França); CEPG/Universidade de Cambridge (Inglaterra); ISMERI (Itália); SEVI (Bélgica); FEWP/Universidade de Bremen (Alemanha); ESRI (Irlanda) e a Universidade Saint Jaques de Compostela (Espanha) – mantida pela Comissão da Comunidade Européia, realizou estudos sobre os aspectos da atual crise econômica, como o desemprego, a estagnação do poder de compra, a segmentação dos mercados de trabalho, entre outros, e chegou a conclusões nada otimistas sobre o atual quadro europeu.

Tentarei aqui sumarizar apenas alguns indicadores de pesquisas plurinacionais coordenadas por Robert Boyer (1987). Logo de início duas características sobressaem: o significativo aumento da população desempregada e os cortes nas políticas sociais.

Na França a percentagem dos sem-trabalho na população ativa passa de 1,8% em 1974 para 8,3% em 1982.

Na Inglaterra estes números são ainda piores, passando de 3,2% da PEA em 1973 para 13,2% em 1983. Na Alemanha, país bem mais sólido em termos industriais, as taxas vão de 0,7% em 1970 para 9,5% em 1983. Na Itália a mesma taxa que até 1974 não ultrapassava os 5% passa para 10% em 1984.

Outra característica relevante é o desemprego entre os jovens:

França: se a taxa da PEA é de 7,9% em 1983, para os jovens entre 15 a 25 anos é de 21%.

Inglaterra: se a taxa da PEA é de 13,2% em 1983, para os jovens é de 39,6%.

Itália: em 1973, 60% dos desempregados tinham menos de 25 anos. Ao fim de 1984, 76% dos desempregados tinham menos que 30 anos (Petit, Ward; Lei Thüaser, Wolleb, 1987).

Se tomarmos os indicadores econômicos internacionais, de junho de 1992, verificamos que dos países citados, a situação do desemprego só melhorou na Alemanha, hoje com 6,7% do PEA. Todos os demais ampliaram as taxas de desemprego: França (10,3%); Itália (10,9%), sendo ainda impressionantes as taxas da Irlanda (17,3%) e Canadá (11,6%).

É evidente, portanto, a desintegração da esfera pública e, como diz com acerto o filósofo Habermas a propósito da situação pré-falimentar da política de Bem-Estar Social, que desde a metade dos anos 70 *“os limites do projeto do Estado Social ficam evidentes sem que até agora uma alternativa clara seja reconhecível. (...) a nova inteligibilidade é própria de uma situação na qual um programa de Estado Social, que se nutre reiteradamente da utopia de uma sociedade do trabalho, perdeu a capacidade de abrir possibilidades futuras*

*de uma vida coletivamente melhor e menos ameaçada*" (Habermas, 1987).

A crise no mercado de trabalho, o posicionamento defensivo das organizações sindicais, o incremento do emprego informal que enfraquece as contribuições sociais (flexibilização), o desemprego aberto de jovens, idosos e mulheres estão aí para demonstrar quer a instabilidade do sistema neoliberal, quer o avanço da globalização; ou seja, dada a grande interpenetração das economias, é impossível superar o quadro com um proposta nacional. Na verdade, os problemas mais urgentes, hoje, são internacionais, pois tanto a questão da dívida externa do Terceiro Mundo quanto uma política efetiva de defesa do meio ambiente passam por soluções globais.

Percebe-se no início da última década do século a configuração de uma nova divisão internacional do trabalho apoiada por uma verdadeira revolução tecnológica, cujo ator central é o Japão, hoje com posição de liderança no sistema financeiro, tendo deslocado a hegemonia dos ingleses e norte-americanos. Vale dizer que dos 20 maiores bancos mundiais, 14 são japoneses e só um, o Citicorp, é americano (*Time*, 21/05/90).

O recente plebiscito na Suíça que negou a adesão do país ao Espaço Econômico Europeu, tal qual a Dinamarca há meses atrás, vem demonstrar que a reestruturação das economias centrais ainda não está terminada, mas é uma questão de tempo.

Impressiona o teor de um documento da Confederação das Centrais Sindicais da Suécia (LO), que alude ao processo de integração à CEE. Os escandinavos temem a integração em razão da política neo-liberal que domina a Europa, capaz de ameaçar o seu desenvolvido modelo de bem estar social. A resistência soa como "o canto do cisne" e tem um sentido premonitório de rendição:

*"A CEE trará maiores problemas para os sindicatos suecos. Nós seremos forçados a lutar mais duramente por justiça. Mas ao mesmo tempo, a integração proverá a única chance para o crescimento da economia sueca (...) A Suécia*

*deve participar na integração por razões econômicas. Ela vai receber pressões para se adaptar às condições políticas e sindicais dos governos conservadores da CEE." (LO, 1990)*

Cabe a pergunta: Se um país equilibrado e rico como a Suécia não vê formas de escapar à integração, o que dizer dos países enredados na trama expropriativa da dívida externa?

#### IV. A AMÉRICA LATINA NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO: "A DÉCADA PERDIDA"

*"nada nos exime da obrigação intelectual de analisar nossos próprios fenômenos e encontrar nossa própria imagem no empenho de transformar a ordem de coisas existentes".*

Raúl Prebisch

Pensar a inserção da América Latina no contexto ampliado da globalização exige considerar, como ponto de partida, alguns aspectos desse quadro ainda não acabado, mas que já possui um esboço definido, linhas diretoras e algumas cores delineadas.

De início, refletir sobre a crise e a liquidação das experiências do socialismo real, por conseguinte, do fim da Guerra Fria; do processo de reorganização política da Europa Ocidental; da crise estrutural da economia norte-americana; da emergência do Japão como um centro hegemônico mundial; da conformação de blocos supranacionais como o Espaço Econômico Europeu, o bloco do Pacífico, o NAFTA, (as experiências mais tímidas como o Mercosul), Pacto Andino, Mercado Centro-Americano e a não menos importante revolução tecnológica que vem redefinindo a hegemonia deste ou daquele país no contexto das nações.

A década de 80 foi o palco da estruturação de uma Nova Ordem Mundial, a partir dos países da OCDE, impulsionada por uma Revolução Tecnológica que estabelece uma nova divisão do trabalho

em escala planetária; alicerçada em uma concentração de capitais inaudita e na flexibilização do trabalho.

A América Latina teve, justamente neste período, uma ampliação do *gap* que a separa dos países centrais em termos de crescimento econômico, níveis de produtividade, pesquisa e desenvolvimento e em todos os indicadores sociais e de qualidade de vida, com a ressurgência, inclusive, de epidemias a séculos superadas no Primeiro Mundo.

Se atentarmos para os indicadores econômicos e sociais da região nos daremos conta não só da gravidade da situação, mas entenderemos com clareza porque os anos 80 receberam aí o epíteto de “Década Perdida”.

Em primeiro lugar temos que, ao iniciar-se a década de 80, havia 362 milhões de habitantes vivendo na América Latina e Caribe e, ao seu findar, 448 milhões.

Estima-se, em termos bem gerais, que em 1980 cerca de 112 milhões de latino-americanos e caribenhos viviam abaixo da linha de pobreza, o equivalente a 33% da população da época. Esse número aumentou para 164 milhões em 1986, perfazendo 38% da população total (CEPAL, 1990).

Esta situação está estruturalmente articulada com o mecanismo asfixiante da dívida externa desses países e ao fato de ter a região se transformado num exportador de capitais.

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe estima em trabalho recente que a região transferiu para o exterior a bagatela de 204.7 bilhões de dólares entre 1982 e 1989. É um ajuste às “avessas”, onde os pobres financiam os ricos, em função das políticas recessivas do Fundo Monetário Internacional, reestruturando, portanto, a capacidade de investimentos da economia central.

Esta lógica perversa que impulsiona a globalização, torna evidente que qualquer política econômica alternativa a ser levada isoladamente ou em bloco pelos países periféricos está condicionada não só pelo grau de abertura que tenha o comércio internacional,



mas, sobretudo, pela forma de tratamento que for dada ao endividamento externo que limita não só a capacidade de importação, como o *fluxo de inversões produtivas*.

Neste sentido, em décadas passadas a expansão da capacidade produtiva – de exportação e para o mercado interno – se calcou num patamar relativamente elevado e crescente de inversão privada e pública, entre 22 e 25% do Produto Interno Bruto.

TABELA 5

## AMÉRICA LATINA - COEFICIENTE DE INVERSÃO

(PERCENTAGEM DA INVERSÃO BRUTA FIXA NO PRODUTO INTERNO BRUTO)

Países	1980	1981	1982	1983	Ano 1984	1985	1986	1987	1988	1989
A. Latina (Total)	22.7	22.5	20.0	16.6	15.9	16.2	16.8	16.8	16.5	16.4
Argentina	22.2	19.6	15.1	14.0	12.4	11.5	11.8	13.2	11.7	9.9
Brasil	22.9	21.0	19.5	16.9	16.2	16.7	19.0	18.3	17.6	17.7
México	24.8	26.5	22.2	16.6	17.0	17.9	16.4	16.1	16.9	17.8
Uruguai	16.7	16.0	15.1	10.8	9.5	7.3	7.6	8.6	8.9	9.0
Venezuela	25.2	26.3	25.6	19.9	16.4	17.1	18.4	17.8	17.9	14.5

Fonte: CEPAL, sobre base de dados oficiais, in "Transformación Productiva con Equidad", 1990, p. 38.

O panorama dos anos 80 mudou radicalmente esta tendência, como fica patente na Tabela 5. A deterioração dos termos de intercâmbio (vender mais por menos) e o serviço da dívida, com uma redução massiva da entrada de capitais externos, reduziram consideravelmente a disponibilidade de recursos susceptíveis de inversão. O coeficiente líquido de inversão caiu de 23% em 1980 para 16,5% em 1988. Verifique-se que é justamente a partir de 1982 que a queda é vertiginosa.

Se tomarmos outro indicador fundamental que é a *evolução do Produto Interno Bruto por habitante*, teremos a confirmação do processo de desindustrialização que vem sofrendo a região.

Será ocioso aqui explicitar a natureza do endividamento externo que vem provocando efeitos tão dramáticos sobre a população da região, mas cabe assinalar alguns fatos que já estão na origem da nova ordem mundial, a saber: a recriação e expansão do mercado internacional de capitais; a privatização do financiamento externo; o predomínio do sistema bancário neste mercado de capitais, a sua oligopolização e a falta de controle e responsabilidades públicas sobre esse processo. Os petrodólares, ou inversões externas, passam a ser feitas não de governo a governo mas de particulares a governos e grupos privados, sendo que grande parte desses recursos, ao invés de contribuir para ampliar e diversificar a capacidade produtiva, se deslocava para o consumo.

TABELA 6

AMÉRICA LATINA E CARIBE: EVOLUÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO POR HABITANTE

Países	Ano									
	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1981/89
A. Latina (exclui cuba)	-1.9	-3.5	-5.0	1.2	1.3	1.4	0.7	-1.5	-1.0	-8.3
Argentina	-8.4	-7.2	1.1	0.9	-5.9	4.4	0.5	-4.4	-6.7	-23.5
Brasil	-6.5	-1.6	-5.6	2.8	6.1	5.2	1.5	-2.4	0.9	-0.4
México	6.1	-3.0	-6.5	1.2	0.2	-6.0	-0.8	-1.1	0.8	-9.2
Uruguai	0.8	-10.6	-6.6	-1.9	-0.4	7.2	5.8	-0.4	-0.1	-7.2
Venezuela	-4.0	-4.0	-8.1	-4.2	-1.0	3.1	-0.5	2.1	-10.8	-24.9

Fonte: CEPAL, sobre base de dados oficiais, in "Transformación Productiva com Equidad", 1990, p. 22.

A isto pode-se aludir que os credores não têm responsabilidade, mas é notório que parcela significativa do "dólar negro" vinha carimbado, com a exigência de compras de pacotes tecnológicos duvidosos como no caso dos projetos nucleares.

Um outro aspecto relevante foi a irresponsabilidade de se contrair uma dívida externa sem estabelecer os limites dos juros.

Como disse Osvaldo Sunkel (1984), *"uma recessão nas economias centrais bastou para mostrar ao Chile, México, Argentina, Brasil e Equador as insuficiências do monetarismo e do desenvolvimentismo"*.

A crise social que estamos vivendo hoje tem o agravante da inércia e do esgotamento das utopias, da descrença em projetos e forças políticas. A região está em processo de marginalização acentuada.

Em 1960, o valor das exportações totais da América Latina e Caribe representava em torno de 7,7% das exportações mundiais. Em 1980, esta cifra caía para 5,5% e em 1988 chegou a 3,9%. *"As cifras não revelam só a contração do nível da atividade econômica mas também a deterioração da capacidade negociadora dos países da região"* (CEPAL/1990 p. 24).

Se tomarmos especificamente as relações comerciais da América Latina com os Estados Unidos, elas perderam em importância para o país líder; ou seja, a região depende excessivamente dos norte-americanos, numa quase caracterização de oligopsônio, enquanto a América Latina representa cada vez menos comercialmente para os EUA.

*"Nos anos 80 sua participação (dos EUA) nas exportações latino americanas cresceu de 42% para 52%. Por outro lado, as importações provenientes dos EUA passaram de 43% para 57%. Ora, a parcela da América Latina no conjunto das importações norte-americanas baixou de 15% para 10%, e no destino das exportações dos EUA, de 18% para 14%. No mesmo período, a participação do Japão nas importações norte-americanas subiu de 13% para 21%"* (Furtado:2-23).

Os dados acima demonstram que o Japão tem muito maior significado econômico para os EUA do que os 25 países da América Latina juntos. Em termos não quantitativos isso representa a nova

face da globalização: temos perdido as vantagens comparativas em termos de mão-de-obra barata em função do incremento tecnológico. Por outro lado, as matérias primas vêm perdendo preço por conta da revolução dos novos materiais, (fibra sintética, tecno-plástico).

*“Iniciamos os anos 90 com o peso da inércia recessiva dos anos oitenta, com um passivo que significa sua dívida externa e a presença de uma fundamental inadequação entre as estruturas da demanda internacional e a composição das exportações latinas e caribenhas” (CEPAL, 1990).*

Um quadro de tamanha complexidade exige, no mínimo, cautela. Aqui é oportuno lembrar a afirmativa de Bourdieu sobre o “funcionalismo do pior”, ou seja, o perigo que representa tomar a história concreta como o desenvolvimento implacável de algum conceito: *“se o mundo foi feito assim, é que ele foi construído nos interesses dos poderosos, ou conforme as exigências do sistema”*.

A América Latina está numa encruzilhada e uma metáfora como esta pressupõe, pelo menos, uma alternativa. Nesse sentido, retorno ao importante e detalhado estudo da CEPAL, “Transformación Productiva Con Equidad”, que além de amplo diagnóstico sobre a região, desenha as condições para uma retomada do crescimento, tratando, inclusive, de aspectos setoriais. O que há de novo na interpretação e no esboço de propostas, é o ponto de vista plural, não ortodoxo, que toma como um dado essencial na análise o contexto da globalização.

No mesmo sentido, trabalhos como os de Fernando Fajnzylber, economista chileno recém falecido, que tratam da necessidade urgente de países de industrialização tardia acompanharem as tendências tecnológicas internacionais como condicionante para uma inserção nos mercados internacionais.

*“Na América Latina se torna impostergável uma transformação produtiva que permita elevar a produtividade da mão-de-obra, sustentar a competitividade internacional ‘autêntica’ apoiada na incorporação de progresso técnico, fortalecer e ampliar a base industrial latino-americana, elevar*

*massivamente o nível da qualificação da mão-de-obra e conseguir o estabelecimento de relações de cooperação construtiva entre o governo, setor empresarial e sindicato, baseado em acordos estratégicos que dêem permanência às políticas econômicas” (Fajnzylber, 1989).*

Fajnzylber, comparando e contrastando a América Latina e os GEIC'S *Growth with Equity Industrializing Countries*, a saber o Brasil, a Argentina e o México; com Espanha, Portugal, e a Coréia do Sul, apresenta alguns resultados nodais:

1. que a capacidade potencial dos dois grupos foi aproveitada diferentemente com respeito à inserção internacional;
2. que em 1985, o agregado de manufaturas maduras e novas crescem 22% (12% e 10% respectivamente), quando nos GEIC'S esses setores dinâmicos representavam 75% de suas exportações totais (40% e 35%, respectivamente).

O economista ressalta a predominância de uma mentalidade rentista na América Latina: *“Sociedade onde predomina uma base generosa de recursos naturais, ocorre provocar situações de elevada concentração da propriedade, seja no setor privado, seja no público (...) tende a gerar lideranças que se sustentam no usufruto de rendas e configurando sociedades estamentárias e estados patrimonialistas. A expressão prática desta difusão de valores rentistas é o paroquialismo, a aversão ao risco, à inovação tecnológica, que se dissemina em vários âmbitos do setor público, do setor privado, instituições (partidos, sindicatos, grupos profissionais, burocracia)”* (Fajnzylber:93).

A análise cai como uma luva na realidade brasileira.

O sentido geral de transformação produtiva proposta pelo economista é o seguinte:

1. transitar da “renda perecível” dos recursos naturais até a “renda não perecível” da incorporação do progresso técnico ao setor produtivo;

2. deslocar a prioridade desde o conjunto do setor manufatureiro aos sub-setores específicos que contribuem a incorporar e difundir progresso técnico para o conjunto do setor produtivo;
3. favorecer a inserção internacional de forma a impulsionar a elevação da produtividade e competitividade dos setores específicos;
4. introduzir modificações nas instituições e políticas públicas com o objetivo de induzir no setor privado, comportamentos coerentes com os critérios anteriores;
5. Promover um contexto institucional inclinado à colaboração estratégica entre governo-empresariado e setor sindical" (Fajnzylber, 1989:109).

À guisa de conclusão, ainda algumas palavras sobre o Mercosul, tão ridicularizado entre nós: a balança comercial brasileira de 1992 tem apontado um desvio da tendência prevalecente desde a década de 80 no destino das exportações. As exportações brasileiras para os países industrializados decresceram 1.7% de janeiro a julho em relação ao mesmo período de 1991, enquanto para os países em desenvolvimento cresceram 18.6%. "Para isso contribuíram o desempenho das exportações para a Argentina." Com esse crescimento, o mercado argentino passou a ser o nosso segundo parceiro comercial, atrás somente dos EUA (**Boletim de Conjuntura**, CECON, 1992:31).

Duas considerações a fazer. A primeira é que, mesmo em se tratando de um fato conjuntural, não nega a importância de uma política de integração com o país vizinho. A segunda, é que há toda uma complementariedade de trocas comerciais a serem implementadas com os países vizinhos, e ainda pouco explorada.

Cabe fechar este trabalho com algumas prudentes considerações metodológicas dos regulacionistas franceses. A primeira afirma que a viabilidade de um modo histórico de desenvolvimento pode ser estudada rigorosamente sem postular a *priori*, nem sua instabilidade estrutural, nem seu auto-equilíbrio espontâneo. A segunda diz que

os problemas de política econômica de saída da crise não podem ser discutidos no abstrato, quer dizer, independentemente do conjunto de formas institucionais em vigor.

Uma influência forte para os regulacionistas tem sido a Escola dos Anais: *"cada sociedade tem as crises e a conjuntura de sua estrutura"* (Labrousse). Dessa forma, Robert Boyer, respondendo à questão sobre as formas nacionais de crescimento e crise numa mesma época histórica e sem negar a globalização, insiste nos estudos detalhados de casos:

*"A evidência do ritmo da internacionalização - das trocas, da produção, da finança e da moeda, a conjuntura própria a cada economia é freqüentemente concebida como a projeção (no sentido matemático do termo) - de uma lógica que se exprime ao nível do sistema internacional, ou mundial.*

*Mas da hipótese da interdependência se passa à homogeneidade ou à hierarquização estrita dos determinantes do crescimento e das crises. As especificidades propriamente nacionais tendem a se dissolver de forma que se perdem de vista a unidade contraditória dos fatores de coesão e o estilhaçamento da economia internacional. Ora, a história dos últimos três decênios sublinha a amplitude das diferenças entre países"* (Boyer, 1987a:38).

A ressalva é importante para caracterizar a América Latina; no caso, aponta para o reducionismo das construções abstratas que igualam, por exemplo, numa mesma categoria o Brasil e a Bolívia, no Terceiro Mundo, esquecendo as diferenças. A região contudo tem, ao longo do século, apresentado algumas invariantes que caracterizam o processo de dependência. É certo que tivemos uma "década perdida" na economia, mas também uma "década vencedora" da democracia, com avanços consideráveis no plano político. Os recentes acontecimentos no Peru e na Venezuela são uma advertência para a falta de projetos e a incerteza dos governos e partidos;

assinalam para o frágil equilíbrio entre democracia e prolongada crise econômica.

Comecei este capítulo por um argentino que falava da “obrigação intelectual de analisar nossos próprios fenômenos”; termino com Jorge Luiz Borges, um portenho:

*“Entre las cosas hay una de la que no se arrepiente nadie en la tierra. Esa cosa es haber sido valiente. Siempre el coraje es mejor, la esperanza nunca es vana.”*

## BIBLIOGRAFIA

- AGLIETTA, Michel, *Regulación y crisis del capitalismo. La experiencia de los Estados Unidos*, Siglo Veintiuno Ed., México, 1979.
- AMIN, Samir, *L'empire du Chaos. La nouvelle mondialisation capitaliste*, Ed. L'Harmattan, Paris, 1991.
- ANDERSON, Benedict, “The Last Empires”, in *New Left Review*, nº 193, may/june, London, 1992.
- BERNSTEIN, Richard, *Habermas and modernity*, Basil Blackwell, Oxford, 1985.
- ATTALI, Jaques, *Milenio*, Seix Barral, Barcelona, 1991.
- BOYER, Robert, *Capitalismes fin-de-siècle*, PUF, Paris, 1986.
- . *La flexibilité du travail en Europe*, Ed. La Découverte, Paris, 1987.
- . *La théorie de la regulation: une analyse critique*, Ed. La Découverte, Paris, 1987a.
- BRAUDEL, Fernand, *A dinâmica do capitalismo*, Ed. Teorema, Lisboa, 1986.
- BRUNHOFF, Suzanne de, *A hora do mercado. Crítica do liberalismo*, Ed. UNESP, São Paulo, 1991.



- CASTRO, Nádia Araújo e GUIMARÃES, Antonio Sérgio, "Além de Braverman, depois de Burawoy", in **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 17, ano 6, Rio de Janeiro, ANPOCS, 1991.
- CEPAL, *Comissão Econômica para América Latina e Caribe. Transformación Productiva con Equidad*, Nações Unidas, Santiago de Chile, 1990.
- CECON, **Boletim de Conjuntura**, Centro de Estudos de Conjuntura, Instituto de Economia, out., vol IV., nº 5, UNICAMP, 1992.
- CORIAT, Benjamin, *Penser à l'envers*, Christian Bourgeois Ed., Paris, 1991.
- COUTINHO, Luciano, "Percalços e problemas da economia mundial capitalista", in *Desenvolvimento capitalista no Brasil*, (org. Belluzo e Coutinho, R.), Ed. Brasiliense, São Paulo, 1982.
- DEBATE SINDICAL, CUT/DESEP, ano 2, nº 7, fev. São Paulo, 1988.
- FAJNZYLBBER, Fernand, "Sobre la impostergable transformación productiva de América Latina", in **Pensamiento Ibérico Americano**, nº 16, jul/dec., Madrid, ICI/CEPAL, 1989.
- FURTADO, Celso, *A construção interrompida*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1992.
- . *Transformação e crise na economia mundial*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1987.
- . *A dialética do desenvolvimento*, Ed. Fundo de Cultura, São Paulo, 1964.
- HABERMAS, Jürgen, *Discurso filosófico da modernidade*, Publicações Don Quixote, Lisboa, 1990.
- . "Habermas. um Perfil Filosófico-Político." in **Novos Estudos CEBRAP**, set., nº 18, São Paulo, 1987.
- . "A nova intransparência. A crise do bem estar social e o esgotamento das energias utópicas", in **Novos Estudos CEBRAP**, set, nº 18, São Paulo, 1987.
- HARVEY, David, *A condição pós-moderna*, Ed. Loyola, São Paulo, 1992.

- HILFERDING, Rudolf, "O Capital Financeiro", Coleção Os Economistas, Nova Cultural, São Paulo, 1985.
- HOFFMAN, K., e Kaplinsky, R., *The driving force*, West View Press, Colorado, 1988.
- IANNI, Octávio, *A sociedade global*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1992.
- KAPLINSKY, Raphael, "Reestructuring the capitalist labour process: some lessons from the automobile industry", IDS, Sussex, 1988 (mimeo).
- LATOUCHE, Serge, *L'occidentalisation du monde*, Ed. La Découverte, Paris, 1989.
- LEITHAÜSER, Gehard, "Des flexibilités ... et pourtant une crise: la Republique fédérale d'Allemagne", in Boyer, R., *La flexibilité du travail en Europe*, Ed. La Découverte, Paris, 1987.
- LÉVI-STRAUSS, Claude, *Raça e história*, Ed. Presença, Lisboa, 1987.
- LIMA, Marcos Costa, "Luz e sombra: sistema mundial em tempos de crise", UNICAMP, 1992a, (mimeo).
- . "Desenvolvimento sustentável. A crise do fordismo e os países periféricos", UNICAMP, 1992, mimeo.
- LIPIETZ, Alain, *Mirages et miracles: problèmes de l'industrialisation dans le tiers monde*, Ed. La Découverte, Paris, 1985.
- MARX, Karl, *O Capital*, Livro I. vol. 2. DIFEL, São Paulo, 1982.
- MARX, Karl e Engels, F., *Manifesto do Partido Comunista*, Ed. Vozes, Petrópolis, 1988.
- MATTOSO, Jorge Eduardo, "Crise, transformações produtivo-tecnológicas e trabalho. Panorama visto do Brasil", *Cadernos da CESIT*, n° 7, UNICAMP, Instituto de Economia. Campinas, 1992.
- PEREZ, Carlota, "Microelectrónica, ondas largas y cambio estructural mundial. Nuevas perspectivas para los países en Desarrollo", julio. Sussex., *Science Policy Research (SPRU)*, 1984.

- PETIT, Pascal, "Heurs et Malheurs de l'état face au rapport salarial: la France", in Boyer, R., *La flexibilité du travail en Europe*, Ed. La Découverte, Paris, 1987.
- Relatório do Brasil para a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento*, O Desafio do Desenvolvimento Sustentável. Brasília. Presidência da República, 1991.
- SERRA, José, "Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra", in *Desenvolvimento capitalista no Brasil*, (org. Belluzzo e Coutinho, R.), Ed. Brasiliense, São Paulo, 1982.
- SILVA, Elizabeth B., *Refazendo a fábrica fordista*, Hucitec, São Paulo, 1991.
- SUNKEL, Osvaldo, "Pasado, presente y futuro de la crisis económica internacional", in *El Trimestre Económico*, Revista de la CEPAL, Santiago de Chile, abril, 1984.
- TAVARES, Maria da Conceição, "Ajuste e reestruturação nos países centrais", in *Economia e Sociedade*, n° 1. Agosto. UNICAMP, 1992.
- THE SWEDISH TRADE UNION CONFEDERATION (LO), Trad. Union Perspectives on European Integration. Europe, The Future of Trade Unions. Stockolm. May 1990.
- WALLERSTEIN, Immanuel, *O capitalismo histórico*, Brasiliense, São Paulo, 1985.
- WARD, Terry, "De la crise rampante à la rupture: le Royaume Uni", in Boyer, R., *La flexibilité du travail en Europe*, Ed. La Découverte, Paris, 1987.
- WOLLEB, Enrico, "D'une institutionalisation tardive au contournement: L'Italie", in Boyer, R., *La flexibilité du travail en Europe*, Ed. la Découverte, Paris, 1987.
- WOOD, Stehen, "O modelo japonês em debate: pós-fordismo ou japonização do fordismo", in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n° 17, Ano 6, ANPOCS, Rio de Janeiro, out., 1991.

# A VIGÊNCIA DO CAPITAL

## CRISE CAPITALISTA E PROBLEMAS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO PENSAMENTO SOCIAL CENTRADO NA CATEGORIA DO TRABALHO

Giovanni A. P. Alves

O nosso interesse nesse *paper* é procurar articular alguns pontos de reflexão sobre as transformações econômicas e sociais do capitalismo tardio em crise e seus impactos sobre o pensamento social contemporâneo. Nas últimas décadas surgiu, no interior das ciências sociais, uma série de novos problemas suscitados por tais transformações globais do capitalismo tardio. É desta época, o desenvolvimento da denominada “crise dos paradigmas na Sociologia”. Coloca-se cada vez mais o problema da falência de teorias, modelos e paradigmas. Proclama-se a decomposição dos modelos clássicos. Segundo alguns, os conceitos “clássicos” já não respondem às “novas realidades”. Rejeita-se a abordagem histórica, globalizante ou holística, e preconiza-se a sistêmica, fenomenológica, etnometodológica, hermenêutica, do individualismo metodológico, etc.<sup>1</sup> Enfim, proclama-se a falência da “modernidade” e difunde-se nas várias esferas da cultura o “espírito pós-moderno” com o seu

---

<sup>1</sup> IANNI, Octavio, “A crise de paradigmas na sociologia”, in *Cadernos do IFCH*, nº 20, IFCH, UNICAMP, 1990.

culto da indeterminação, do pragmatismo, da fragmentação e da intensa desconfiança de todos os discursos universais ou “totalizantes”. Tais mudanças culturais tendem a serem vistas muitas vezes como um “raio no céu azul”. No fundo, tende-se a pressupor que as idéias têm a sua própria história. Deste modo, deixa-se de lado o contexto sócio-histórico em que elas emergem e se desenvolvem. Na verdade, a explicitação da configuração econômica e política do capitalismo mundial das últimas décadas serve não apenas para situar a gênese do “espírito pós-moderno”, mas para tornar claro seus limites, falácias e mistificações (não deixa de ser sintomático que Harvey instituiu a sua crítica da pós-modernidade a partir de uma exposição prévia sobre as transformações sócio-históricas do capitalismo contemporâneo).<sup>2</sup>

Um dos grandes problemas teórico-metodológicos que emerge com o mundo do trabalho. A partir da década de 1970 inúmeras reflexões críticas passaram a pôr em questão o *primado ontológico da categoria trabalho no pensamento social*. Entre outros, Habermas, Gorz e Offe se sobressaem. Ultimamente, mesmo uma obra como *O colapso da modernização* de Robert Kurz, apesar de utilizar o instrumental heurístico marxista proclama, a seu modo, o fim da “sociedade do trabalho” (e portanto, a falência do “ponto de vista ontológico do trabalho” – e por conseguinte, do próprio capital).<sup>3</sup> O que pretendemos fazer é elaborar uma pequena *introdução* a tal problemática teórico-metodológica contemporânea, situando-a enquanto *produto histórico do capitalismo tardio em crise*. É indispensável situá-la no bojo de tal conjuntura sócio-histórica (não apenas ela, mas todas as demais controvérsias metodológicas surgidas nos últimas décadas nas ciências sociais). Por isso, de início, apresentaremos um panorama da *conjuntura econômica internacional* das últimas duas décadas. É impossível apreender o verdadeiro sig-

<sup>2</sup>HARVEY, David, *A condição pós-moderna – uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Edições Loyola, 1992.

<sup>3</sup>KURZ, Robert, *O colapso da modernização*, p. 227.

nificado (e valor) de tais idéias sociais – principalmente a que defende o fim da “sociedade do trabalho” – sem tratar, de forma exaustiva, dos desenvolvimentos do capitalismo tardio nas décadas de 70/80. Por isso, o nosso interesse em fazer um “levantamento do terreno” das diversas problemáticas circunscritas às transformações do capitalismo tardio em crise e seus impactos sobre a materialidade do trabalho.<sup>4</sup>

Em tal período histórico, ocorreram importantes eventos econômicos, sociais, culturais, tecnológicos e políticos nos mais diversos países capitalistas, que indicam (ou *parecem* indicar) que estamos presenciando o nascimento lento e gradual de uma “nova realidade”. Destacaremos alguns traços marcantes desse período de crise, tais como, o aprofundamento da internacionalização da produção capitalista (com seus desajustes e contradições), o acirramento da competitividade no comércio mundial, a reestruturação industrial, a ofensiva neoliberal, o desemprego estrutural, a reestruturação do mercado de trabalho, a crise do sindicalismo, as inovações econômicas (técnicas, organizacionais e financeiras). Tal configuração sócio-histórica que surge da crise capitalista das últimas décadas serve para tornar claro algo que consideramos um paradoxo efetivo da nova formação do capitalismo tardio – ou seja, num período histórico de avassaladora investida do capital sobre o trabalho assalariado (e de difusão exacerbada da “sociedade do trabalho”, mesmo em sua forma *negativa* enquanto “sociedade do desemprego”) por que negar, a nível epistemológico, a centralidade da categoria trabalho? Para nós, a própria negação do trabalho é a exacerbção da sua afirmação enquanto categoria central para compreendermos a sociabilidade capitalista neste final de século. Ou seja, a *negação*

---

<sup>4</sup> A indicação de tal terminologia - “sociedade do desemprego” para qualificar, mesmo que em termos provisórios, a nova configuração societária do capitalismo tardio em crise - em contraposição à configuração inicial do “pós-guerra”, da “sociedade do pleno emprego” - foi dada por José Meneleu Neto.

da “sociedade do trabalho” não é senão a expressão da afirmação da “sociedade produtora de mercadorias”, do princípio fundante do trabalho assalariado, da própria lógica do capital. Simplesmente proclamar o fim da “sociedade do trabalho” é mistificar tal realidade marcante do capitalismo tardio em crise.

Como exemplo clássico desta controvérsia, apresentaremos de forma crítica (e como paradigma epistemológico de muitas reflexões contemporâneas sobre o trabalho) as idéias de Claus Offe. Nos deteremos num texto particular deste autor, intitulado *Trabalho como categoria sociológica fundamental?*, publicado em 1982 (e que teve grande difusão nos meios intelectuais voltados para a reflexão sociológica sobre o futuro do trabalho.)<sup>5</sup> Como diversos pensadores sociais de renome, Offe proclamou, nesse artigo, a falência da categoria sociológica do trabalho.

## 1. A LÓGICA DA MODERNIZAÇÃO CAPITALISTA

De início, cabe esclarecer que as transformações econômicas, sociais, políticas e culturais do capitalismo tardio em crise, nas décadas de 70 e 80 – que atingem, em cheio, o pensamento social centrado na

---

<sup>5</sup>O ensaio *Trabalho: a categoria sociológica-chave da sociologia?* de Claus Offe teve, pelo menos, três traduções em língua portuguesa, todas publicadas em 1989 no Brasil. Uma das traduções saiu pela **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, de junho de 1989, com tradução de Lúcia Hippolito (traduzido da coletânea de Offe, publicada em inglês, intitulada *Disorganized Capitalism: contemporary transformations of works and politics*, de 1986). Outra saiu na edição brasileira desta coletânea, intitulada *Capitalismo desorganizado*, publicado pela Brasiliense, em 1989 (com tradução de Wanda Caldeira Brant). A última tradução saiu na coletânea de ensaios de vários sociólogos alemães da atualidade, publicada pela Editora Tempo Brasileira, intitulada *Trabalho & Sociedade* – “Problemas, estruturas e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho” (o ensaio de Offe foi traduzido por Gustavo F. Bayer).

esfera do trabalho, são parte intrínseca do processo histórico da modernidade. Fazem parte da própria *normalidade* da modernização capitalista, cuja longa trajetória histórica iniciou-se há séculos.

O que veio a ser denominado de modernidade e modernização caracterizou-se, de modo essencial, por aquilo que uma série de escritores de diferentes lugares e épocas expressaram como sendo uma sensação avassaladora de fragmentação, efemeridade e mudança caótica. Goethe, Marx, Baudelaire, Dostoiévski, Nietzsche, Weber, Simmel, Benjamin, entre outros, expressaram, cada um a seu modo, o traço fundante do nosso tempo. Enfim, destruição criativa e criação destrutiva, utilizando uma imagem nietzscheana. Na verdade, tal é o verdadeiro *leitmotiv* do desenvolvimento capitalista, que proporcionou uma implacável ruptura com todas e quaisquer condições históricas precedentes, nos situando numa série de experiências de tempo e espaço intrinsecamente diferentes de outros períodos da história humana.

Atualmente, mais do que nunca, com a nova globalização da produção de mercadorias e com a crise da economia capitalista mundial, estamos mergulhados irremediavelmente num redemoinho de perpétua desintegração e renovação, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia numa escala inigualável. Entretanto, podemos afirmar que, nada mais essencialmente “moderno”, no pleno sentido da palavra, do que as transformações sociais, econômicas, políticas e culturais deste *fin de siècle*. Os abundantes sinais e marcas de modificações radicais em processos de trabalho, hábitos de consumo, configurações geográficas e geopolíticas, poderes e práticas do Estado, etc., são manifestações plenas (e renovadas) da própria lógica fundante da modernidade e da modernização. Tal lógica, como ressaltou Marx em tons dramáticos no “Manifesto Comunista” de 1848, é a lógica do capital enquanto “sujeito de um processo” que tende a “desmanchar tudo o que é sólido”. De fato, o capital enquanto tal, torna-se a própria expressão intrínseca da modernidade e da modernização, deste desesperado dinamismo, desta perpétua sublevação



e autodestruição inovadora, que impõe transformações naquilo que Marx chama de “condições de produção” (...) “e, com elas, em todas as condições e relações sociais”.

Num belo ensaio intitulado “Marx, modernismo e modernização” (contido no livro *All that is solid melts into air*, publicado em 1982), Marshall Bermann soube precisar o verdadeiro sentido de tal processo de modernização. Em suas considerações sobre o “Manifesto Comunista”, Berman salienta que o capital tende a se fortalecer com a mudança, com o caos, com a crise. Disse ele: “Ininterrupta perturbação, interminável incerteza e agitação, em vez de subverter essa sociedade, resultam de fato no seu fortalecimento. Catástrofes são transformadas em lucrativas oportunidades para o desenvolvimento e a renovação; a desintegração trabalha como força mobilizadora e, portanto, integradora.” E, mais adiante, destacou com precisão: “*Neste mundo, estabilidade significa tão-somente entropia, morte lenta, uma vez que nosso sentido de progresso e crescimento é o único meio de que dispomos para saber, com certeza, que estamos vivos. Dizer que nossa sociedade está caindo aos pedaços é apenas dizer que ela está viva e em forma.*”<sup>6</sup>

O verdadeiro sujeito do processo de modernização, de tal destruição criativa e do caos interminável da modernidade, do fluxo perpétuo de crescimento contínuo, incansável, aberto e ilimitado, não é propriamente a burguesia enquanto classe, mas sim o capital, entendido como a relação social a serviço da valorização do valor. Considerar a burguesia um sujeito onisciente de tal processo, é cair num viés iluminista, que tende a criticar como sujeitos os “capitalistas” (e suas supostas intrigas, decisões, etc.).<sup>7</sup> Na verdade, tanto a burguesia quanto o proletariado estão submetidos à mesma objetividade cega do valor, com a diferença de que a “classe possuidora”, como destacou Marx, “*sente-se a vontade nesta alienação, encontra*

<sup>6</sup>BERMANN, Marshall, *Tudo o que é sólido desmancha no ar*, Companhia das Letras, 1987, p. 94.

<sup>7</sup>KURZ, Robert, *O colapso da modernização*, Paz e Terra, 1992, p. 171.

nela uma confirmação, reconhece nesta alienação de si o seu próprio poder e possui nela a aparência de uma existência humana”.<sup>8</sup>

Na estrutura do discurso de sua obra intitulada *O Capital*, Karl Marx (como salientou muito bem Ruy Fausto), tem como objeto central não o operário e o capitalista (o que poderia ser dito, de um modo bastante geral, do discurso sobre a luta de classes, presentes em outros textos de Marx, tais como *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* (1852) e *A Guerra Civil em França* (1871). Em *O Capital*, o objeto central do discurso de Marx é o próprio capital, considerado por ele, em diversas passagens, como o “sujeito que domina”, “sujeito automático”, e o “sujeito de um processo”. Para Marx, o operário e o capitalista são “suportes” desse sujeito, e num sentido (mais ontológico do que propriamente lógico, como salientou Fausto) seus predicados. O operário e o capitalista são suportes do capital por serem suportes do dinheiro e das mercadorias – inclusive a força de trabalho – enquanto momentos mistificados e mistificadores do capital.<sup>9</sup>

A própria obra *O Capital*, em sua estrutura interna, constitui, como o próprio Marx destacou, “um todo artístico”, *ein artistische Ganzes*, adequado à exposição da verdadeira “odisséia” deste sujeito que domina o complexo societário da modernidade. Em sua obra-prima, Marx descreve a estrutura do mundo capitalista tal como o movimento real do capital a cria (fixa as leis do seu movimento; analisa de *per si* as aparências ou as formas *Gestalten* reais que o sujeito cria no curso ou ao fim do seu movimento; oferece um quadro do próprio movimento no seu conjunto).<sup>10</sup> Atualmente, um pensador social, que entre outros, chegou a reconhecer a atualidade marcante da produção teórica de Marx, principalmente das suas análises sobre a natureza intrínseca do modo de produção capitalista, foi David

<sup>8</sup>MARX, Karl, ENGELS, Friedrich, *A sagrada família*, Presença, s/d, p. 53.

<sup>9</sup>FAUSTO, Ruy, *Marx, lógica & política*, v. 1., Brasiliense, 1987, p. 30.

<sup>10</sup>KOSIK, Karel, *Dialética do concreto*, Paz e Terra, 1969, p. 164-166.

Harvey. Em sua obra *The condition posmodernity - An inquiry into the origins of cultural change*, publicada em 1989 (e cujo título em português é *A condição pós-moderna*), chegou a afirmar: “*Reler o que ele [Marx] diz em O Capital nos traz um certo choque de familiaridade.*”<sup>11</sup>

Ao dizermos que o verdadeiro sujeito do processo de modernização é o capital estamos dizendo que ele é um movimento autônomo, um objeto-movimento, que só aparece enquanto sujeito se o visarmos em movimento (só em movimento ele é o que é). Com a crise (e a reestruturação capitalista), o capital revela-se um sujeito no sentido ontológico pleno, um “sujeito que domina”, com seu fluxo contínuo (e intrinsecamente contraditório) a configuração material da modernidade (ou da pré-história humana, no sentido marxiano). Por isso, tal período de crise seria o momento pleno – e precioso – de manifestação da natureza intrínseca do capital, da sua vigência global enquanto “sujeito de um processo” que tende a “desmanchar tudo que é sólido”, que tende a “flexibilizar” a própria modernidade (ou instaurar o que alguns denominam de “pós-modernidade”), cujos traços marcantes desse *fin de siècle* seria dado, entre outros, pelo colapso do “socialismo real” e pela crise do capitalismo mundial (com seus notáveis impactos em várias esferas da vida social, principalmente sobre o “mundo do trabalho”). Enfim, o capital global em crise “desbloqueou”, mais uma vez, o processo histórico da modernização.

Com a crise (e a reestruturação produtiva), tanto o capitalista quanto o operário se apresentam, mais do que nunca, enquanto “suportes” de tal objeto-movimento. Cabe aos capitalistas cumprirem, sob pena de irem à ruína, as exigências postas pela objetividade cega do valor. É algo que foge de supostas intrigas e decisões de capitalistas individuais contra os trabalhadores. Eles cumprem ape-

---

<sup>11</sup> HARVEY, David, *A condição pós-moderna*, Martins Fontes, 1989, p. 175.

nas um desígnio de sua própria natureza, isto é, servos do “capital em processo”. Por outro lado, cabe aos trabalhadores assalariados resistirem (e lutarem) contra tais ajustes e reestruturações capitalistas, que tendem a explicitar (ou a reafirmar) aquilo que, no entanto, é próprio da natureza contraditória do trabalho assalariado (o fato de serem “mercadoria” como qualquer outro artigo de comércio). Ou seja, ficarem totalmente à mercê das vicissitudes da competição e das flutuações do mercado.

Tal emergência de um novo complexo societário mais adequado à valorização do capital (denominado por alguns de “pós-moderno”) produz um notável impacto sobre a classe trabalhadora, ou seja, incrementa-se a diferenciação e a segmentação da classe trabalhadora, da própria materialidade do “mundo do trabalho” (com evidentes repercussões nas dimensões subjetivas). Na medida em que se exacerba a difusão e a diferenciação da esfera material do trabalho assalariado, a própria materialidade de uma idéia do trabalho tende a dissolver-se (é o que analisaremos mais adiante com a tese de Claus Offe sobre a perda da centralidade da categoria sociológica de trabalho). Entretanto, o que tentaremos demonstrar é que tal dissolução da categoria do trabalho, por mais paradoxal que possa parecer, é a própria manifestação da sua plena efetividade sob o capitalismo tardio em crise. Afinal, os processos de concentração, diferenciação e segmentação que estamos presenciando diante dos nossos olhos, ocorrem em “sociedades do trabalho”, cujas categorias de lucro, salário e preço têm ainda plenamente a sua dominância.

## 2. UM PANORAMA HISTÓRICO DA CONJUNTURA ECONÔMICA MUNDIAL NAS DÉCADAS DE 70 E 80

Os economistas das mais diversas tendências concordam que, entre 1974 e 1975, a economia capitalista internacional conheceu sua primeira recessão generalizada desde a Segunda Guerra Mundial.

A partir daí, ela entraria no que alguns autores chamam de “onda longa com tendência à estagnação”, caracterizada por uma sucessão de crises de superprodução e de períodos de retomadas (em 1972, Ernest Mandel publicou a sua obra clássica intitulada *Der Spaetkapitalismus*, ou, em português, *O capitalismo tardio*. Tal obra, escrita numa época em que a economia capitalista mundial estava dando sinais fortes de vigor – era a época dos “milagres econômicos” no Japão, no Brasil e em outros países – sustentava que o capitalismo tardio já tinha ultrapassado o zênite de sua fase ascendente e estava, desde o fim dos anos 60, mergulhado numa onda caracterizada por dificuldades econômicas (e sociais) crescentes. Os fatos logo a seguir, a partir de fins de 1973, demonstraram a “considerável presciência” e o “dom profético” de Mandel, como salientou Singer.<sup>12</sup>

Nessa perspectiva, a idéia de “longo período depressivo”, iniciado em 1973, não implica que não haja acumulação de capital. Pelo contrário, ela continua a ocorrer, evidentemente. Não há crise permanente. Há sempre períodos de recessão seguidos por períodos de retomada. Só que existem obstáculos que impedem que a economia capitalista global alcance taxas de crescimento médio comparáveis aos “anos gloriosos” do pós-guerra.

A primeira recessão generalizada nos países capitalistas centrais ocorreu em 1974/1975, outra em 1981/82, e uma retomada após essa última, que durou de 1983 a 1990. Mesmo durante o período denominado “fordista”, caracterizado por uma “onda longa expansiva”, que começou nos Estados Unidos em 1940, na Europa Ocidental e no Japão em 1948, e durou até o final dos anos 60, ocorreram várias crises de superprodução (em 1949, 1953, 1958, 1961 e 1970). Só que a amplitude de tais recessões econômicas eram limitadas – a primeira recessão a golpear simultaneamente todos os países capitalistas centrais (e precisamente por isso mais grave) foi a de 1974-1975.

---

<sup>12</sup>SINGER, Paul, “Apresentação”, in MANDEL, Ernest, *O capitalismo tardio*, Abril Cultural, Os Pensadores, 1982.

Outrora, a dessincronização do ciclo industrial no período 1948-1968 reduziu a amplitude das recessões. Com a sincronização internacional dos movimentos conjunturais nos principais países capitalistas centrais, em 1974-1975, ocorreu a amplificação do movimento de retração da atividade econômica.<sup>13</sup>

A sincronização internacional do ciclo industrial vincula-se, como destacou Mandel, às profundas transformações econômicas que se produziram no curso do longo período de expansão capitalista do pós-guerra. Tal expansão deu um poderoso impulso a um novo avanço das forças produtivas, a uma nova revolução tecnológica (a denominada Terceira Revolução Tecnológica), que acentuou, principalmente, a concentração e a internacionalização da produção capitalista, além de gerar superlucros para os monopólios de ponta (as denominadas “rendas tecnológicas”).<sup>14</sup>

## 2.1 OS ANOS DOURADOS DO CAPITALISMO TARDIO

Depois da Segunda Guerra Mundial, o crescimento econômico nos países capitalistas desenvolvidos foi extraordinário. Nunca o capital tinha conhecido um período histórico caracterizado por tal crescimento excepcional da produção industrial e do comércio mundial. Nesse longo período de expansão econômica ocorrido no pós-guerra, particularmente nos EUA, Europa Ocidental e Japão, o “pleno emprego” permitiu o reforço do peso objetivo da classe operária nos países capitalistas centrais, através de suas organizações de massa, tais como sindicatos e partidos operários. Constituiu-se o que veio a ser denominado de *Welfare State* e o que veio a ser caracterizado, pelos teóricos da Escola da Regulação, de etapa “fordista-keynesiana”.

---

<sup>13</sup>MANDEL, Ernest *A crise do capital*, Editora Ensaio, 1990, p. 11.

<sup>14</sup>Idem, *O capitalismo tardio*, p. 127.

O denominado “compromisso fordista” realizava a conexão entre a produção de massa crescente e consumo de massa crescente. Tal compromisso global organizado entre patronato e sindicato, permitia a redistribuição dos ganhos de produtividade aos assalariados. Apesar de possuir variações de país para país (e até de regiões para regiões), o “compromisso fordista”, enquanto “modo de regulação” vitorioso durante o período de “onda longa expansiva” nos países capitalistas centrais, garantiu, entre outras coisas, uma legislação social referente ao salário mínimo, à generalização das convenções coletivas de trabalho, induzindo todos os capitalistas a conceder aos trabalhadores assalariados ganhos anuais de poder aquisitivo correspondentes ao crescimento da produtividade nacional; um *Welfare State*, ou seja, um sistema de previdência social desenvolvido, permitindo aos assalariados continuar como consumidores até no caso de estarem impedidos de “ganhar a vida” (doença, aposentadoria, velhice, etc.).<sup>15</sup>

Entretanto, alguns “mitos” precisam ser desfeitos sobre tal período “glorioso” da história do capitalismo ocidental.

Em primeiro lugar, tais benefícios sociais para a classe dos trabalhadores assalariados não foram “conquistas do fordismo” (ou dádivas conscientes de um “Estado-protetor” keynesiano com o objetivo de “fazer funcionar” o capitalismo que na época estava em crise). Tanto a legislação social quanto o Estado-providência foram conquistas operárias, produto da combatividade da classe operária numa conjuntura mundial específica (a derrota do fascismo pelas forças aliadas, a situação do pós-guerra e as injunções geopolíticas criadas pela “guerra fria”). Ou como destacou Lipietz, “*o preço do sangue de Adalen, na Suécia, das lutas do novo sindicato CIO, sob Roosevelt, o preço do sangue da Resistência francesa ou itali-*

---

<sup>15</sup>BOYER, Robert, The transformation of the capital - labour relation and wage formation in eight OECD countries during the eighties Apud Cândido Guerra, “O Fordismo, sua crise e o caso brasileiro”, *Cadernos do Cesit*, UNICAMP, 1993.



ana, da tenacidade da classe operária britânica sob o Blitz".<sup>16</sup> Tais avanços sociais confluíram com os interesses reformistas de uma fração mais avançada do patronato. Portanto, é por possuir uma gênese histórica vinculada às lutas operárias concretas num contexto geopolítico bastante tenso (e específico) que tal "modo de regulação" conheceu graus diferenciados de desenvolvimento, segundo o país.

Em segundo lugar, nem todos foram atingidos pelos benefícios do fordismo, havendo sinais significativos de insatisfação, mesmo no apogeu do sistema. Tal insatisfação, variável conforme a flutuação da economia, atingia aqueles amplos segmentos da força de trabalho e certos setores da economia – tais como o "setor competitivo", cuja diversificação fazia com que o trabalho ficasse longe de ter privilégios. Mesmo sob o "fordismo", o mercado de trabalho se dividia entre um "setor monopolista", mais privilegiado, e um "setor competitivo", de baixos salários e de fraca garantia de emprego.<sup>17</sup> Havia uma divisão entre uma força de trabalho predominantemente branca, masculina e fortemente sindicalizada e o "resto" – as minorias excluídas, os negros, as mulheres, os desprivilegiados. Tais desigualdades produziram fortes tensões sociais e amplos movimentos sociais levados a cabo pelos "excluídos" ou "minorias" cujo acesso ao emprego privilegiado era mediado, geralmente, pelos critérios de raça, de gênero ou de origem étnica (o movimento pelos direitos civis dos negros e o movimento feminista na década de 1960 nos EUA, por exemplo, comprovam que, mesmo no apogeu do capitalismo em expansão, havia uma vigorosa insatisfação de segmentos da força de trabalho que não tinham acesso às tão louvadas alegrias do consumo de massa).<sup>18</sup> Na época, apenas alguns intelectuais, tais como Herbert Marcuse contestavam, mais diretamente, o *american way*

<sup>16</sup>LIPIETZ, Alain, *Audácia – uma alternativa para o século 21*, Nobel, 1991.

<sup>17</sup>O'CONNOR, James, *USA – A crise do Estado capitalista*, Paz e Terra, 1977.

<sup>18</sup>HARVEY, David, *op. cit.*, p. 132.



*of life*, ou o que Lipietz denominou de “modelo produtivista e hedonista”, ou seja, fundado na busca da felicidade através do aumento das mercadorias consumidas por todos.<sup>19</sup> (Em 1964, Marcuse publicou o clássico *One-dimensional man - studies in the ideology of advanced industrial society*, traduzido em português como *A ideologia da sociedade industrial - o homem unidimensional*).

## 2.2 A INTERNACIONALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO CAPITALISTA

Durante o período do pós-guerra, sob a vigência da “onda longa expansiva”, ocorreu o desenvolvimento das corporações transnacionais, que estenderam sua esfera de atividade para vários países e a quase todos os setores da indústria de transformação propriamente dita (e, inclusive, dos serviços). A partir da década de 70 e 80, podemos dizer que o capital – seja sob a forma de capital-mercadoria, capital-dinheiro e capital produtivo, tornou-se, de fato, uma entidade global. A culminância de tal processo de internacionalização da produção capitalista foi o notável desenvolvimento do capital bancário, de caráter global, o que significou a internacionalização dos mercados monetários e financeiros (e da própria supremacia do capital financeiro internacional), ocorridos nas últimas décadas (a constituição do “euromercado” propiciou a criação e estruturação de um mercado mundial do dinheiro). Por outro lado, a expansão global dos créditos privados, cuja expressão é dada pelo notável endividamento dos países do capitalismo “periférico”, tendem a introduzir um novo elemento de instabilidade no sistema capitalista global.<sup>20</sup>

---

<sup>19</sup> LIPIETZ Alain, *op. cit.*, p. 32.

<sup>20</sup> É interessante a observação do prof. Robert Triffin em meados da década de 70: “A internacionalização dos mercados de eurodivisas e das sociedades multinacionais, tornou a gestão da economia mundial pelos governos e instituições internacionais mais e mais difícil. O setor privado se

A internacionalização de todos os circuitos do capital e a globalização da produção capitalista, através das corporações transnacionais, só se viabilizaram graças à sustentação tecnológica propiciada pelo desenvolvimento da micro eletrônica e das tecnologias de telecomunicações, oriundas da Terceira Revolução Tecnológica (emergente no período de expansão “fordista-keynesiano” e que se prolongou no decorrer da “grande crise”). A invenção do microprocessador, em 1971, eliminou as dificuldades técnicas e sobretudo os obstáculos econômicos à aplicação da regulação eletrônica a uma enorme variedade de processos produtivos. Além de pequeno e flexível, o microprocessador é muito barato, tornando, pela primeira vez, a automação economicamente viável em quase todas as esferas da produção material e de serviços. Por outro lado, as novas tecnologias de informação reduziram drasticamente o tempo e os custos de comunicação internacional, capacitando o gerenciamento e a coordenação de atividades desenvolvidas em escala mundial por estruturas corporativas globais.<sup>21</sup>

A intensificação da concorrência internacional, provocada pela “grande crise” em meados da década de 70, conduziu a uma maior concentração e centralização do capital, tanto industrial, quanto financeiro. Aprofundaram-se as tendências constitutivas próprias do capitalismo monopolista, dominantes desde o final do século passado. Fechou-se o círculo de vigência global do capital. A economia mundial passou a ser dirigida por corporações industriais e bancos transnacionais gigantescos que exercem seu controle graças à sua

---

*ajustou à interdependência crescente da economia mundial; o setor público não tem feito o mesmo.”* (in **Business Week**, 3.10.1977 Apud Mandel, Ernest, *A crise do capital*, p. 78). Ao constatar tal fato, o Prof. Triffin prenunciava a ascensão das políticas neoliberais na década de 80 que, de certo modo, estavam voltadas para os ajustes necessários do setor público à tal globalização da economia capitalista.

<sup>21</sup>CASTELLS, Manuel, “High technology and the new international division of labour”, in **Labour and Society**, 1989, p. 9.

força oligopólica. Tais “oligopólios globais” são partes operativas de uma nova racionalidade e estrutura de poder internacional, que buscam, em suas estratégias globais, desenhar o arranjo que otimize a alocação de recursos em escala mundial. Inclusive, um dos componentes estruturais da estratégia de concorrência do capital global nascente é a exigência da liberalização do comércio internacional e a criação de mercados regionais amplos, visando dinamizar os fluxos de comércio dentro de áreas privilegiadas (NAFTA, Comunidade Européia e Mercosul). Esses grandes espaços econômicos tenderão a colocar como exigência para as empresas globais uma reestruturação industrial que passe a reavaliar as operações (e as vantagens locacionais) de suas unidades produtivas espalhadas pelo mundo, muitas das quais anteriormente implantadas para suprir mercados domésticos.

Por outro lado, como salientam inúmeros autores, o denominado “capitalismo global” põe a necessidade de uma revisão fundamental do conceito de Estado, até agora ligado à idéia de nação e de governo nacional. Tornou-se necessário pensar num Estado global emergente, enquanto forma de regulação para uma economia global efetiva. Tais rudimentos deste Estado global podem ser encontrados, por exemplo, nos experimentos da *Comissão Trilateral*.<sup>22</sup> Além disso, diante dessa nova realidade, o FMI e o Banco Mundial passam a ter um papel burocrático importante no contexto do capitalismo

---

<sup>22</sup>A *Trilateral* é uma organização discreta onde se encontram influentes dirigentes dos centros do capitalismo desenvolvido (Estados Unidos, Japão e Europa Ocidental) e que passou a promover, a partir de 1975, uma série de reuniões de cúpula, onde executivos das multinacionais e homens de governo tentam elaborar uma estratégia mundial que atenuie as contradições interimperialistas e que amplie a integração econômica mundial segundo as exigências do grande capital em expansão. (ver “Dossiê: A Trilateral ou a contra-ofensiva do imperialismo”, In **Temas de Ciências Humanas**, n. 8, p. 1-39).

internacional, buscando desenvolver uma orientação normativa para as inversões do capital global.<sup>23</sup>

Portanto, a internacionalização da produção capitalista, a concentração e centralização do capital em escala internacional, a exacerbção do comércio internacional (com a incorporação de parceiros significativos da “periferia” capitalista, tais como os denominados *NIC's - newly industrialising countries* ou os “novos países industrializados”) vieram a compor, principalmente a partir das últimas décadas, uma “nova realidade” global. Tal denominada “sociedade global” teria, como traço fundante (e fundamental), em nível da materialidade da economia política, os fluxos contínuos de capitais deslocando-se livremente e com grande flexibilidade em direção às alternativas de maior rentabilidade, distribuídas por um efetivo mercado mundial.

Essa “nova realidade” tendeu a propiciar a rápida (des)integração dos mercados nacionais e colocar uma série de potenciais contradições e desajustes na economia política mundial. Segundo os teóricos regulacionistas, tal profunda internacionalização da produção capitalista teve um impacto significativo no poder de regulação macroeconômica das economias nacionais. Para outros autores, como Mandel, por exemplo, a natureza da crise seria de outra ordem. Na verdade, para ele, tal “desajuste estrutural” é próprio do funcionamento fundamentalmente contraditório do sistema, além disso é um mecanismo normal e inevitável da concorrência capitalista (o que significa que a idéia de uma “regulação” do sistema capitalista seria, no fundo utópica, pois não levaria em conta, as contradições derivadas do domínio da lei do valor, de um lado, e do resultado incerto da luta de classes, de outro).<sup>24</sup>

---

<sup>23</sup>Um amplo panorama da configuração de tal “sociedade capitalista global” é dado por IANNI, Octávio em sua obra *A sociedade global*, publicado em 1992.

<sup>24</sup>MANDEL, Ernest, *A crise do capital*, p. 207.

Mandel reconhece a notável contradição entre internacionalização da produção e políticas econômicas limitadas, no essencial, às fronteiras nacionais, mas a causa fundamental (e profunda) da recessão generalizada da economia capitalista internacional residiria, para ele, no conseqüente esgotamento da “onda longa expansiva”, cuja maior evidência residiria, principalmente, nas “*dificuldades crescentes para o capital em compensar a elevação da composição orgânica do capital por uma alta contínua da taxa média de lucros*”. Tal queda tendencial da taxa de lucros, que determinou a inversão da “onda longa” a partir do final da década de 60 (e cujos prenúncios, portanto, já tinham sido constatados nos primórdios da década de 1970, antes mesmo da alta do preço do petróleo, em 1973, pelo crescimento regular da capacidade ociosa de produção da indústria dos principais países capitalistas),<sup>25</sup> tendeu a ser reforçada pela crescente combatividade da classe operária em garantir direitos sociais e trabalhistas no bojo do *Welfare State*. Nessa época, tivemos uma verdadeira crise social, caracterizada pela proliferação dos conflitos distributivos que afligiu a maioria dos países capitalistas centrais e cuja maior evidência foi dado pelo incremento do poder sindical. É desse período a crescente combatividade operária e estudantil, simbolizado pelo Maio de 68 na França, pelo Maio “ras-tejante” na Itália, pelo crescimento espetacular das lutas operárias na Grã-Bretanha e Espanha, fenômenos que se estenderão cedo ou tarde à RFA, ao Japão e aos Estados Unidos, no decorrer da década de 70 (nessa época Harry Braverman publicou o seu estudo clássico intitulado *Labor and monopoly capital* (1974), cuja versão em português chama-se *Trabalho e capital monopolista – a degradação do trabalho no século XX*. Tal obra abrirá uma extensa polêmica entre os estudiosos da sociologia do trabalho. Surge num momento avançado da crise da “organização taylorista do trabalho”, cuja fragilidade dos princípios fora revelada, mesmo no contexto de relativo

---

<sup>25</sup>Idem, *op. cit.*, p. 26.

“pleno emprego” de fins da década de 60, por uma onda mundial de revoltas ou de “microconflitualidades”, nas empresas ou nos escritórios.).

### 2.3 A ERA DA COMPETITIVIDADE INTERNACIONAL CAPITALISTA

Podemos constatar algo que ninguém poderia negar – num contexto de diminuição durável do crescimento econômico, de queda da lucratividade das grandes corporações industriais transnacionais, acirrou-se, a partir da década de 70, a competição internacional. O Japão e a Europa Ocidental, cujo esforço de recuperação do pós-guerra tinha-se completado e seu mercado interno estava saturado já em fins da década de 60, procuravam criar mercados de exportação para os seus excedentes. Nessa época, por outro lado, difundiu-se uma onda de industrialização fordista competitiva na periferia do capitalismo internacional, onde o contrato social com o trabalho era fracamente respeitado ou inexistente (América Latina e o Sudeste Asiático, principalmente, onde tinha ocorrido o primeiro grande movimento das corporações transnacionais em direção a tais ambientes inteiramente novos.)

No caso do Sudeste Asiático, alguns países emergiram como parceiros significativos no comércio mundial (os denominados “Tigres Asiáticos”) – Hong Kong, Singapura, Malásia e Coréia do Sul. Tais avanços da industrialização nos países do Leste Asiático ameaçaria importantes setores industriais do centro capitalista (mesmo enquanto as taxas de crescimento médio caíam para o conjunto da economia capitalista internacional, aumentaram para uma série de países do Sudeste Asiático, particularmente nos primórdios da década de 80).

No caso da América Latina, alguns países, tais como Brasil, México e Colômbia, entre outros, prosseguiram, no curso da década

de 70, em um processo de industrialização significativo que modificou o seu lugar no mercado mundial. Inclusive, o Brasil veio a se tornar paradigma para o tipo de industrialização vigente entre “os mais desenvolvidos dos países subdesenvolvidos”. Numa expressão utilizada por Salama, construiu-se o “modelo de desenvolvimento à brasileira”, ou seja, o denominado “milagre brasileiro” tornou-se um padrão de desenvolvimento industrial baseado na superexploração da classe operária, uma pauperização do campesinato sem recursos e um mercado interno que cobre somente um quinto da nação (constituído basicamente pela grande e média burguesias, novas classes médias e campesinato rico).<sup>26</sup>

Tal reestruturação da produção capitalista modificou o que alguns autores chamam de divisão internacional do trabalho. Um número crescente de corporações transnacionais impulsionou o deslocamento de centros de produção para os países com salários médios ou mais baixos e/ou de preços de matérias primas menos elevados. Tal movimento do capital tendeu a ser interpretado, pela “teoria da nova divisão internacional do trabalho” (difundida por Frobel, Henricks e Kreye), como a “desindustrialização” dos países capitalistas centrais, o que significaria que países como Grã-Bretanha, Estados Unidos, Bélgica, Suíça e mesmo Alemanha e Itália estariam a ponto de transformarem-se em “economias pós-industriais de serviço” (na acepção de Daniel Bell). Assim, o proletariado industrial destes países estaria, irremediavelmente, condenado a desaparecer.<sup>27</sup>

Alguns autores procuraram criticar, principalmente, a idéia de que uma suposta “nova divisão internacional do trabalho” signifique o fim do proletariado industrial nos países capitalistas centrais. Em primeiro lugar, ressaltam que as novas tecnologias, cu-

<sup>26</sup>SALAMA, Pierre, “Vers un nouveau modèle d’accumulation”, In *Critique de l’Economie Politique*, n. 16-17, abr.-set. 1974.

<sup>27</sup>PROBEL, F., HENRICKS, J., e KREYE, O., *The new international division of labour*, 1980 Apud CASTELLS, Manuel, “High Technology and the new international division of labour”, In *Labour and society*, 1989.



jas indústrias permanecem ainda nos países capitalistas centrais, como as indústrias do “complexo eletrônico”, necessitam enormemente de produtos manufaturados por mão-de-obra. Inclusive, tais tipos de indústria vinculados à nova tecnologia são menos automatizados do que, por exemplo, a indústria têxtil ou do que a indústria alimentar ultramoderna. Disse Mandel: “*Nos Estados Unidos, a eletrônica emprega 2,6 milhões de assalariados, índice superior ao da indústria automobilística*”.<sup>28</sup> Portanto, o fato das indústrias tradicionais estarem sendo substituídas nos países capitalistas centrais por indústrias próprias da Terceira Revolução Tecnológica, como o “complexo eletrônico”, não poderia significar que tais países capitalistas estejam adotando “economias pós-industriais” (ou que o proletariado industrial estaria desaparecendo por completo).

Depois, só se justificaria falarmos em “desindustrialização” se concebermos que a robótica e a informática sejam utilizadas ao máximo no processo produtivo nos EUA e Europa, sendo que tais instrumentos eletrônicos de alta precisão teriam sido fabricados no Japão e na Ásia. Ora, a automação e a robótica, reduzindo a pouca coisa os custos salariais nos custos totais da produção, iriam permitir uma “volta” da indústria para as velhas metrópoles capitalistas. Deste modo, como ressalta Mandel, fábricas têxteis suíças altamente automatizadas seriam novamente competitivas em relação às fábricas de Hong Kong e de Formosa.<sup>29</sup>

A teoria da “relocalização industrial rumo ao Norte”, que surge como contraponto à “teoria da nova divisão internacional do trabalho”, destaca que as corporações industriais tenderão a serem realocadas no centro capitalista, abandonando a “periferia” capitalista, abundante em mão-de-obra barata, tendo em vista as novas bases da competitividade internacional, postas pelas novas tecnologias microeletrônicas.<sup>30</sup> Nesse caso, o “Terceiro Mundo” teria perdido seu

<sup>28</sup>MANDEL, Ernest, *A crise do capital*, p. 225.

<sup>29</sup>Idem, *op. cit.*, p. 255.

<sup>30</sup>RADA, Juan F., *The impact of microelectronics*, 1982 Apud CAS-



atrativo enquanto fonte de mão-de-obra barata para os países capitalistas centrais. Ou ainda: indústrias tão diversificadas, como as de automóveis e eletrodomésticos, por exemplo, tenderão a instalar processos de produção cada vez mais complexos – e intensivos em capital (e não em trabalho) – não apenas nos países capitalistas desenvolvidos, mas em países capitalistas periféricos, abundantes em mão-de-obra “barata”.<sup>31</sup>

A acirrada competição internacional tendeu a desafiar a hegemonia econômica norte-americana no mercado mundial à medida que Japão, Europa Ocidental, seguido pelos denominados “Tigres Asiáticos” e alguns países da América Latina entraram no jogo comercial. De fato, desde meados da década de 60, a economia norte-americana apresentava problemas de natureza fiscal, indicados pela queda da produtividade e da lucratividade das corporações industriais (no início da década de 70, James O'Connor publicou um estudo clássico intitulado *The fiscal crisis of the state*, 1973, publicado em português como *USA: a crise do estado Capitalista*). O crescimento da inflação, a perda da competitividade internacional dos produtos norte-americanos, a contração do crédito no período 1966-1967 (e a formação do mercado do eurodólar) tenderam a solapar o papel do dólar como moeda-reserva internacional estável. A culminação de tal processo foi a derrocada do acordo de Bretton Woods, em 1971, e a desvalorização do dólar em 1973, criando uma crise monetária internacional. A partir daí, taxas de câmbio flutuantes e, muitas vezes, voláteis, substituíram as taxas fixas da expansão “fordista” do pós-guerra. Foi em tal contexto que declarou-se a guerra comercial entre as economias capitalistas mais desenvolvidas.

---

TELLS, Manuel, “High Technology and the new international division of labour”, In *Labour and Society*, 1989.

<sup>31</sup>SHAIKEN, Harley, “Tecnologia e organização do trabalho na indústria automobilística mundial: um estudo de caso de fabricação avançada no México e nos Estados Unidos”, in MELO SOARES, R. M. S. de, (org.), *Gestão da empresa, automação e competitividade*, IPEA/IPLAN, 1990.

## 2.4 A REESTRUTURAÇÃO INDUSTRIAL

Tal crise monetária e o próprio choque do petróleo em 1973 (que exigiu que cada país exportasse mais para pagar sua fatura energética) colocou, para vários países capitalistas desenvolvidos, a necessidade de ajustes macroeconômicos, e para as grandes corporações transnacionais, a exigência de uma reestruturação industrial capaz de recuperar a queda da rentabilidade – tal processo de reestruturação da produção capitalista mundial, como já salientamos, significou um maior aprofundamento da internacionalização da produção – ou seja, a expansão das corporações transnacionais para novos ambientes (tais como Sudeste Asiático e América Latina).

Foi nessa época, numa conjuntura de crescente competitividade comercial, caracterizada por instabilidade monetária e financeira no circuito internacional do capital, que alguns países capitalistas centrais saíram na liderança de uma reestruturação industrial propriamente dita, buscando vencer a batalha pelo domínio do mercado mundial – foi o caso do Japão. Este, que se tornara, ao lado da Alemanha e dos “novos países industrializados” um dos grandes competidores no comércio internacional no decorrer da década de 70, empreendeu uma série de ajustes macroeconômicos, que viabilizaram uma política industrial explícita e de longo prazo que o tornariam em meados da próxima década, a maior potência industrial do mundo capitalista.

Cada país capitalista enfrentou tais questões de forma muito diferenciada, conforme a sua inserção no mercado mundial, sua posição industrial, comercial e financeira, a própria relação histórica entre a burocracia do Estado, os bancos e as grandes empresas e a correlação de forças políticas e sociais vigentes entre as classes e grupos de interesses (as políticas de ajuste e reestruturação tiveram feições diversas entre, de um lado, Inglaterra e EUA, e do outro, Japão e Alemanha – denominados países de “capitalismo organizado e regulado”. Cabe ao primeiro grupo de países, que tendeu a universalizar

políticas neoliberais de ajuste e desregulação, um sucesso relativamente menor, em comparação com o segundo grupo, Japão e Alemanha, "países de capitalismo regulado").<sup>32</sup>

## 2.5 A RECESSÃO DE 1980-83 - A OFENSIVA NEOLIBERAL

O período de 1974-1975 nos países capitalistas centrais foi um período de racionalização, reestruturação e intensificação do controle do trabalho, em condições bastante favoráveis para o capital, tendo em vista que a recessão global tendia a promover um desemprego massivo, que de certo modo debilitava o poder sindical e permitia aos capitalistas impor contratos de trabalho mais flexíveis. Tal situação geral propiciou um efeito benéfico sobre os lucros capitalistas. Além disso, os enormes *déficits* orçamentários e o crédito barato (que propiciou o crescimento acelerado da massa monetária) contribuíram para a retomada do crescimento econômico na conjuntura de 1976-1979.

Entretanto, as velhas receitas de "apoio à demanda interna", de cariz keynesiano, tenderam a acentuar a inflação. O crescimento da lucratividade das grandes empresas capitalistas não se sustentou – foi desigual, por países e setores, não-acumulativa e hesitante. Além disso, os conflitos sociais levados a cabo pelos sindicatos operários procuravam intervir na repartição dos custos da crise. São de tal época as lutas operárias na Inglaterra, Alemanha e EUA, procurando manter o nível do salário real (em 1976 ocorreu a publicação de um estudo clássico que inaugurou a Teoria da Regulação Francesa, *Régulation et crises du capitalisme - l'expérience des États-Unis* de Michel Aglietta).

---

<sup>32</sup>TAVARES, Maria da Conceição, "Ajuste e Reestruturação nos Países Capitalistas Centrais", In **Economia e Sociedade**, Revista do IE/UNICAMP, p. 41-42.

Deste modo, as políticas de recuperação econômica tipicamente keynesiana demonstraram seus limites objetivos diante da agudização da crise fiscal do Estado (tais políticas tinham se mostrado inflacionárias à medida em que as despesas públicas cresciam e a capacidade fiscal estagnava). Em 1979 ocorreu a primeira reviravolta – presenciamos a denominada “contra-revolução antikeynesiana” com a vigência de políticas neoliberais. Tais políticas de ajuste macroeconômico pioraram mais ainda a situação das finanças públicas – principalmente nos EUA e Inglaterra. A solução para a crise propugnada pelos políticos neoliberais era totalmente inversa da adotada no período anterior (de 1974-1975), ou seja, seria preciso para eles, como destacou Lipietz, *“apertar o crédito para eliminar os claudicantes e selecionar as empresas do futuro, dismantelar a legislação social para restabelecer os lucros e, ‘portanto’, os investimentos”*.<sup>33</sup> Tal era a solução “monetarista”, que apostava na “mão invisível do mercado” que haveria de encontrar uma saída para a crise.

Tal “contra-revolução anti-keynesiana” se impôs ao resto do mundo, inclusive à França, na época governada pelos socialistas. A fase “monetarista”, iniciada em 1980, tendeu a promover uma nova recessão econômica generalizada – o enfraquecimento da produção industrial, a escassez de mercados (com a busca desesperada de “mercados de substituição” particularmente a Ásia do Leste e do Sudeste e sobretudo, o “mercado de substituição” clássico que é o rearmamento, conforme ressaltou Mandel),<sup>34</sup> o aperto de crédito bancário (com a alta das taxas de juros), a desaceleração da atividade econômica para diminuir o déficit público – enfim, recessão, falências, desemprego crescente (no bojo de tal política monetarista, o ataque virulento ao “Estado-providência”, ataque às conquistas operárias como pré-condição para a criação de novas condições de acumulação).

---

<sup>33</sup>LIPIETZ, Alain, *op. cit.*, p. 47.

<sup>34</sup>MANDEL, Ernest, *A crise do capital*, p. 178.

Tal segunda recessão generalizada nos países capitalistas centrais tendeu a aprofundar os processos de racionalização, reestruturação e intensificação do controle da força de trabalho (vigentes desde a última recessão de 1974-1975). Uma diversificada literatura sociológica e econômica procurou demonstrar que a crise capitalista aprofundou ainda mais a radical reestruturação do mercado de trabalho, com o crescente uso de trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado, numa conjuntura de crescente desemprego estrutural (nessa época, André Gorz publica o livro *Adieux au prolétariat*, 1980, intitulado entre nós, *Adeus ao proletariado*. Anos depois, em plena crise, Claus Offe apresenta, na abertura da Sociedade Alemã de Sociologia, em 1982, um *paper* intitulado *Arbeit als soziologische Schlüsselkategorie?*, publicado em português como “Trabalho: a categoria sociológica chave?”).

Uma série de autores, principalmente os teóricos do “pós-fordismo”, procuraram enfatizar o fato de que a transformação da estrutura do mercado de trabalho foi seguida por mudanças importantes na organização industrial, com a utilização crescente, por parte das grandes empresas, de subcontratação (o que permitiu a formação de pequenos negócios, pequenas empresas que atendem às encomendas do capital transnacional). O florescimento de pequenos negócios subcontratados pelo grande capital, com o retorno de sistemas de trabalho doméstico e familiar, têm um profundo efeito sobre o modo de controle do trabalho e do emprego. Além disso, surgem novas técnicas e novas formas organizacionais de produção que põem em risco os negócios de organização tradicional. Ocorrem, principalmente nos países capitalistas que adotaram ajustes macroeconômicos de cariz neoliberal (EUA e Inglaterra, por exemplo) uma onda de falências, fechamento de fábricas, “desindustrialização” e reestruturações, além de fusões e diversificações corporativas. Como destacou Harvey, “as companhias americanas gastaram 22 bilhões de dólares comprando umas às outras em 1977, mas, por volta de 1981,

*a cifra chegara a 82 bilhões, alcançando, em 1985, um extraordinário pico de 180 bilhões*".<sup>35</sup>

Segundo os teóricos "pós-fordistas", é nesse período que as grandes corporações industriais, como estratégia de sobrevivência, incrementam a capacidade de flexibilidade e mobilidade do capital, como um dos meios de recuperar a lucratividade decrescente em condições de acirrada competição internacional. Dentre tais estratégias de sobrevivência corporativa, incrementadas na década de 80, temos, além das inovações tecnológicas e gerenciais, das fusões e medidas para acelerar o tempo de giro do capital, um novo aprofundamento da dispersão geográfica da produção industrial para zonas de controle do trabalho mais fácil e a busca de novas linhas de produto e nichos de mercado (uma maior flexibilidade da produção e a passagem de uma economia de escala para uma economia de escopo foi propiciada pela difusão de novas tecnologias microeletrônicas, tais como a automação integrada flexível, que permitiu, por exemplo, a aceleração do ritmo de inovação do produto).

Enfim, era preciso superar uma série de obstáculos tendenciais à valorização do capital, o que significou, para vários países capitalistas a formulação de políticas industriais (ou ajustes macroeconômicos), que pudessem superar, do ponto de vista da organização produtiva, toda uma série de problemas de "rigidez" vinculada aos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo, aos mercados, alocação e contratos de trabalho (especialmente no denominado "setor monopolista"), aos compromissos do Estado (os programas de assistência tais como seguridade social, direitos de pensão, etc).

No decorrer das sucessivas recessões econômicas – particularmente a de 1974/75 e 1980-82, tal (re)posição da subordinação da força de trabalho nos países capitalistas centrais ocorreria pelos mecanismos internos (e tradicionais) à própria lógica das crise capi-

---

<sup>35</sup>HARVEY, David *op. cit.*, p. 150.

talistas. O desemprego massivo, de caráter estrutural, tenderia a aumentar a “disciplina do trabalho” (e a própria erosão da base sindical) , o que teve, certamente, um efeito benéfico sobre os lucros capitalistas.

## 2.6 O “BOOM” ECONÔMICO DE 1983-1990 - COORDENAÇÃO POLÍTICA E INOVAÇÃO TÉCNICA

A partir de 1983 ocorre uma nova reviravolta com a adoção de um “monetarismo híbrido” (ou, na expressão de Tavares, um “neo-keynesianismo bélico” adotado por Reagan).<sup>36</sup> O FED – o banco central norte-americano, impôs uma súbita política de juros altos. Tal mudança de política econômica nos EUA terá um impacto no resto do mundo capitalista desenvolvido (ou seja, a política de Reagan era, basicamente, aquecer a demanda interna por meio do crescimento do déficit orçamentário, via crescimento dos gastos militares). A expansão norte-americana, por meio da “diplomacia do dólar forte”, significará uma nova retomada para a economia internacional, particularmente para o centro capitalista mais desenvolvido. Os EUA serão a “locomotiva comercial” do mundo capitalista, acirrando nos seus parceiros da Ásia e da Europa a luta competitiva pelo mercado norte-americano.

No entanto, tal retomada de crescimento econômico nos EUA é potencialmente contraditória – ocorre o afluxo de capitais estrangeiros para os EUA (em virtude do diferencial da taxa de juros reais americanas com relação às da Europa e do Japão). Uma taxa de inflação mais elevada nos Estados Unidos e a cotação de câmbio elevada do dólar significou o preço de venda não-competitivo dos produtos industriais norte-americanos em relação aos de outros países exportadores de bens manufaturados. Ocorre um enorme “boom” de exportações do Japão, da RFA, e de outros países capitalistas para

---

<sup>36</sup>TAVARES, Maria da Conceição, *op. cit.*, p. 43.



os EUA, estimulando, como já destacamos, uma nova expansão do comércio mundial.

Ora, tal fato contribuiu para um esforço muito maior da Europa continental e da Ásia em aprofundar seus processos de transformação industrial e de melhor inserção internacional. É no bojo de tal incremento do comércio mundial, num ambiente global de constante instabilidade monetária e financeira, que ocorre um verdadeiro “boom” das inovações tecnológicas na produção.

Outrossim, significou um crescimento espetacular do *déficit* na balança comercial norte-americana. Pela primeira vez em sua história, em 1984, os EUA importaram mais produtos manufaturados dessas nações do que exportaram para elas mercadorias industriais.<sup>37</sup> No entanto, a deterioração da posição competitiva do capital norte-americano não pode ser explicada essencialmente, nem pela realocização internacional da produção das corporações industriais, nem pela alta do dólar, mas sim pelo fato de a produtividade do trabalho industrial progredir mais lentamente nos EUA do que entre os principais concorrentes da indústria americana (isto mesmo antes da alta do dólar em 1984). É dessa época a brusca crise das indústrias de alta tecnologia nos EUA, localizadas no Vale do Silício na Califórnia – como salientou Mandel, *“japoneses e sul-coreanos superaram o Vale do Silício com custos de produção mais baixos, não somente em função de salários inferiores como também, e cada vez mais, de produção mais organizada, automatizada, contínua e controlada do ponto de vista de fluxo de materiais e estoque, etc.”*.<sup>38</sup> Enfim, qualquer panóplia das “novas tecnologias” não serve muito se não permitir vender a melhor preço do que o concorrente.

Por outro lado, durante tal período tivemos o que alguns autores chamam de “crescimento virtuoso” da economia mundial (de 1983 a 1990), caracterizado, basicamente, por uma *“capacidade política*

---

<sup>37</sup>Idem, *A crise do capital*, p. 250.

<sup>38</sup>Idem, *op. cit.*, 252.



de coordenar, com credibilidade, a estabilidade macroeconômica e, de outro lado, a aceleração da acumulação produtiva do capital com inovação” – inovações técnicas, sociais e gerenciais<sup>39</sup> (em 1984, seria publicado a obra *The second industrial divide - possibilities for prosperity*, de Michael J. Piore e Charles F. Sabel. Outra obra que trata das consequências sociais da “Segunda Revolução Industrial” foi lançada, em 1985, por Adam Schaff, intitulada *Wohin führt der Weg* – traduzida em português como *A sociedade informática*).

Portanto, é nesse período, em meados da década de 80, principalmente, que tende a prevalecer a discussão sobre os novos paradigmas tecnológicos vigentes particularmente nos países capitalistas cujos ajustes macroeconômicos e reestruturação industrial foram bem-sucedidos em termos relativos nos últimos anos – particularmente Japão e Alemanha (onde a produtividade do trabalho cresceu mais do que a dos EUA nos últimos decênios).

Foi a partir deste grupo de países capitalistas centrais que surgiram os novos “modelos” para uma pretensa etapa “pós-fordista”, capaz de (re)compor uma acumulação capitalista sob novas bases hegemônicas (o modelo toyotista, kalmariano, ou de especialização flexível). Enfim, tais países seriam os promotores do novo paradigma industrial, caracterizado pela automação integrada flexível.

Tal fato teve um impacto imediato no pensamento social contemporâneo na década de 80. De certo modo, propiciou o surgimento, no interior do pensamento sociológico de um debate vigoroso sobre a natureza das inovações econômicas (técnicas, organizacionais e financeiras) no interior do capitalismo tardio em crise. Enfim, será que estaríamos assistindo, nas últimas décadas do século XX, à gestação de um novo “regime de acumulação” denominado por alguns de “pós-fordista” ou de “especialização flexível” radicalmente diferente dos “princípios centrais do fordismo”? (ou tomando

---

<sup>39</sup>COUTINHO, Luciano, “A terceira revolução industrial e tecnológica: as grandes tendências de mudança”, in *Revista Economia e Sociedade*, Revista do IE, UNICAMP, 1992.

como exemplo maior o Japão, pode-se dizer que os métodos e as práticas japonesas significam uma ruptura com o fordismo?). Esta questão tornou-se objeto de discussão para a sociologia do trabalho na década de 80, principalmente nos EUA e Inglaterra (em 1991, foi publicado o estudo clássico *Penser à l'envers*, de Benjamin Coriat, onde o sociólogo francês faz uma análise comparativa entre os métodos americanos de produção – taylorismo e fordismo, e os métodos de produção japoneses).

### 3. OS IMPACTOS OBJETIVOS DA CRISE DO CAPITAL SOBRE A MATERIALIDADE DO TRABALHO

Procuraremos sistematizar, em linhas gerais, o que consideramos serem os impactos de tal desenvolvimento da conjuntura de crise capitalista sobre o mundo da materialidade do trabalho (no decorrer da exposição do panorama histórico da conjuntura da economia mundial nas décadas de 70 e 80 chegamos a indicar alguns desses impactos).

Os impactos objetivos da crise capitalista sobre a materialidade do trabalho são diferenciados, desiguais e cumulativos tanto entre países, quanto entre setores. De início, é preciso esclarecer que, por “grande crise” capitalista entendemos não apenas os períodos de recessão generalizada, de caráter cíclico, mas os períodos de retomada econômica que ocorrem no interior de uma “onda longa de tendência depressiva” (tais como a de 1975-1979 e o de 1983-1990). Mesmo nesses períodos de crescimento econômico, a lucratividade do capital tende a não ser sustentável, por um longo período, o que o leva a promover, sob diversas formas, reestruturações na organização das indústrias ou no mercado de trabalho – ou ainda na esfera político-institucional, visando criar novas condições para a acumulação do capital.

### 3.1 A DIFUSÃO DO DESEMPREGO ESTRUTURAL

O principal impacto imediato (e durável) da crise estrutural do capitalismo tardio sobre o “mundo do trabalho” é o surgimento nos países capitalistas centrais, logo após a primeira recessão generalizada em 1974/75, de um desemprego massivo, que se mantém mesmo nos períodos de crescimento econômico tal como o de 1976-1979 e 1983-1990.

O enfraquecimento geral, e a longo prazo, do crescimento econômico não pode mais ser considerado um dos principais fatores que explicam essa elevação constante do desemprego nos países capitalistas centrais. A década de 80 demonstrou que o desemprego massivo nestes países, não está vinculado apenas à dinâmica dos ciclos industriais, mas possui componentes estruturais. De fato, um impulso tecnológico pronunciado, isto é, um crescimento constante da produtividade média do trabalho ocorrido nas últimas décadas contribuiu para a manutenção dos índices de desemprego, mesmo em períodos de considerável crescimento econômico. Se o número de desempregados aumenta bastante no período de recessão, tende a não recuar no período de retomada, enquanto este continuar moderado (tal como ocorreu com a de 1976-1979). E mesmo no período de crescimento econômico de 1983-1990, o desemprego continuou praticamente inalterado. Tal fato deu origem a um novo léxico econômico nos EUA – *jobless growth*. Ou seja, apesar do crescimento econômico, os índices de desemprego não tiveram uma queda significativa. O índice de emprego industrial tende a não acompanhar a taxa de crescimento do PNB. Por exemplo, nos EUA, de 1970 a 1990, o índice de emprego industrial baixou de 24,9% para 17,9%, enquanto no mesmo período, o PNB cresceu de 21,4% para 22,4%. No Japão, tal defasagem entre emprego industrial e PNB foi mais gritante. De 1970 a 1990, o índice de emprego baixou de 31,8%, em 1970, para 27,7%, em 1990. Enquanto isso, o PNB cresceu de 29,3% para 38,2%. Por outro lado, na Europa, de 1970 a 1990, o

PNB decresceu um pouco, de 26,2% para 25,3%. Nesse período, o índice de emprego industrial caiu ainda mais – de 28,5% para 22,7%.<sup>40</sup>

Em alguns relatórios divulgados pela ONU em 1993, as perspectivas de emprego na década de 90 nos países capitalistas centrais são bastante sombrias. Por exemplo, em seu *Informe sobre o Desenvolvimento Humano* deste ano, a ONU assinala que o crescimento econômico com desemprego se tornou uma das características principais tanto dos países capitalistas centrais quanto dos países capitalistas periféricos. Por isso, na perspectiva das Nações Unidas, as condições de vida tendem a se deteriorar no mundo capitalista na década de 90, mesmo em países industrializados com contínuo aumento do PIB. O *Informe* constata o crescimento da desigualdade global e da concentração de capital e de poder político entre os países capitalistas (e no interior de cada país). E destaca que, na média, só 10% da população mundial têm controle sobre decisões que afetam suas vidas.<sup>41</sup>

Em seus estudos para a Conferência Mundial de Direitos Humanos, realizada em junho deste ano em Viena, a ONU preparou documentos que informam que apesar do crescimento econômico acelerado em alguns países capitalistas centrais, a taxa de emprego está cada vez menor (o que significa a perspectiva crescente de tensão social e política). De acordo com os dados da ONU, haveria hoje cerca de 700 milhões de adultos desempregados ou subempregados em todo o mundo. Entre uma série de possíveis explicações para tal fato, a OIT destacou o avanço tecnológico, que tende a aumentar a produtividade média do trabalho. Os capitalistas tendem a contratar menos trabalhadores assalariados devido o alto custo da mão-de-obra – não só dos salários, mas dos benefícios sociais (ainda seguindo esta lógica do capital, muitos capitalistas, segundo os

<sup>40</sup>“Jobs”, in *Newsweek*, 04.06.1993.

<sup>41</sup>“Desigualdade cresce nos anos 90, diz ONU”, in *Folha de S. Paulo*, 19 de maio de 1993.

dados da OIT, tendem a transferir suas fábricas para regiões ou países onde o custo do trabalho é baixo).<sup>42</sup>

Por outro lado, em outro relatório intitulado *Panorama Econômico Mundial-1993*, a ONU alertava para a estagnação econômica nos países capitalistas centrais – pelo terceiro ano consecutivo, o crescimento da produção econômica global, segundo tal estudo, vai ficar abaixo do crescimento populacional (o contraponto vai ser feito pelo Terceiro Mundo, ou mais precisamente, pela China, que segundo tal informe da ONU, deve fazer crescer sua economia em 5% este ano). Entretanto, o impacto do desenvolvimento econômico dos países capitalistas periféricos no mercado global é muito limitado (Japão, EUA e Europa Ocidental respondem por cerca de 75% da produção mundial). Além disso, a lenta recuperação das economias capitalistas centrais podem não dar sustentação durável aos esforços de crescimento econômico de alguns países do Terceiro Mundo, centrado nas exportações para os países industrializados do centro capitalista. Ainda segundo tal relatório da ONU, o desemprego nos países capitalistas centrais tende a aumentar ainda mais. Em 1992, a cifra de desemprego chegou a 7,4% da PEA – a taxa mais alta desde 1986.<sup>43</sup>

Enfim, o que percebemos é que a “grande crise” tendeu a romper a correlação entre investimento produtivo e criação de emprego, ou seja, grande parte dos investimentos produtivos ocorridos nos períodos de retomada tiveram o caráter de “investimentos de racionalização”, ou seja, poupadores de empregos. O resultado é a manutenção de um patamar de desempregados permanentes (engrossando, portanto a fileira dos desempregados a longo prazo – *LTU* ou *Long Term Unemployed*, isto é, os que procuram emprego há mais de 12 meses). Estes, ao final da década de 80, já perfaziam

---

<sup>42</sup> “Crescimento sem emprego produz tensão”, in *Folha de S. Paulo*, 13 de junho de 1993.

<sup>43</sup> “ONU prevê apatia econômica global”, in *Folha de S. Paulo*, 25 de junho de 1993.

mais de 30% dos desempregados na Grécia e na Austrália, mais de 40% na Grã-Bretanha e na França, mais de 50% na Holanda e Portugal e entre 60% e 70% na Irlanda e na Espanha. Procurando emprego há mais de seis meses, encontravam-se entre 72% e 85% dos desempregados da Espanha, Holanda, Irlanda e Portugal.<sup>44</sup>

De certo modo, tal deterioração do emprego atingiu, principalmente, jovens, mulheres e trabalhadores imigrantes, os setores mais vulneráveis da classe trabalhadora (no Japão, por exemplo, os mais atingidos foram as mulheres, por serem elas propriamente o maior componente do “exército industrial de reserva”). O desemprego massivo, possui, entretanto, um importante componente demográfico, isto é, cresce o número de jovens que, recém-saídos da universidade, procuram emprego e cujo número, inclusive, já ultrapassou o de aposentados anuais. Com o mercado de trabalho obstruído pela depressão, tende, portanto, a aumentar a amplitude de jovens desempregados.

A situação é mais dramática quando constatamos que o surgimento de um desemprego estrutural coincide, desde fins da década de 70, com uma ofensiva neoliberal, que tende a identificar o combate prioritário da inflação ascendente com o desmantelamento do “Estado de Bem-estar” construído durante os decênios precedentes. Tal fato provocou o reaparecimento em grande escala de bolsões de pobreza no cenário social dos países capitalistas mais avançados (particularmente, os que adotaram, de forma mais ortodoxa, uma política econômica neoliberal).

Portanto, as perspectivas de emprego tendem a ser sombrias para a década de 90, principalmente devido algumas tendências estruturais que se manifestaram, de forma muito clara, nos últimos anos (particularmente durante o período de “crescimento virtuoso” de 1983-1990). Ou seja, o incremento das inovações técnicas, orga-

---

<sup>44</sup>OECD, *The Long-Term Unemployed and Measures to assist them*, Paris, Occasional Paper, 1992 Apud CANO, Wilson, *Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional*, UNICAMP, 1993.

nizacionais e gerenciais, postas pela nova base de competitividade internacional, antes suprimem do que criam empregos, ou seja, têm um caráter de “racionalização” do processo produtivo voltado mais à necessidade do capital.

Os “investimentos de racionalização”, por meio da introdução de mecanismos micro-eletrônicos no processo produtivo, tendem a se alastrar não apenas pelas indústrias de ponta, mas atingir, inclusive, o setor “terciário” ou de “serviços”, que nas últimas décadas conheceu uma verdadeira explosão de novos empregos regularmente remunerados nas mais diversas áreas. Como destacou Mandel, não são apenas bancos, seguradoras, serviços contábeis e comerciais das grandes empresas que são visados. Disse ele: *“São igualmente as administrações públicas, até mesmo o ensino e certos setores do serviço de saúde. Tal desenvolvimento do setor ‘terciário’, portanto, longe de compensar as perdas de emprego ocorridas na produção material, se tornará uma fonte de desemprego”*.<sup>45</sup>

Um nível elevado de desemprego, o crescimento da produção material (propiciada pela elevação constante da produtividade média do trabalho), a estagnação ou a elevação moderada dos salários reais (com a acelerada alta dos lucros e da acumulação dos capitais) criou uma situação “ideal” para o capitalismo nos países centrais. Inclusive, contribuindo para períodos mais longos de retomada econômica (como ocorreu de 1983-1990), embora relativamente frágil e não-sustentado (como demonstra a nova recessão global iniciada nos primórdios da década de 90).

### 3.2 A DIFUSÃO DO “TRABALHO PRECÁRIO”

Tal crise constitui, de fato, uma agressão massiva do capital ao trabalho assalariado. É a prova mais contundente do fato de que o capital possui, como lógica intrínseca, principalmente nos períodos

---

<sup>45</sup> MANDEL, Ernest, *op. cit.*, 189.



de crises cíclicas, a necessidade de superexplorar o trabalho assalariado (durante a fase de prosperidade do pós-guerra, principalmente nos países capitalistas centrais, tal exploração do trabalho manteve-se oculta pelos louvados benefícios do “fordismo” – particularmente, para a parcela organizada das classes trabalhadoras, beneficiária da sociedade de consumo).

O capital tende a implementar, na atual situação, a superexploração do trabalho sob as mais diversas formas, (re)pondo, sob um novo patamar, velhas estratégias de acumulação capitalista (que pareciam pertencer apenas à lógica do capital na periferia do sistema capitalista mundial). O que presenciamos, com a crise atual, é a (re)posição da superexploração do trabalho nas metrópoles capitalistas. A denominação utilizada para tal estratégia do capital é a “flexibilização do trabalho”, que passa a ser um componente essencial da própria reestruturação do mercado de trabalho ocorrida na última década, sob o impacto do desemprego massivo. Por exemplo, a lógica férrea subjacente à proliferação das várias formas de “trabalho precário” nos países capitalistas centrais – ou seja, o trabalho por tempo parcial, o trabalho temporário, o trabalho subcontratado e o trabalho doméstico sob as mais diversas formas (com a aparente redução do emprego regular) é a incansável busca de uma maior lucratividade por meio da redução dos “custos do trabalho”, fazendo baixar, deste modo, os salários diretos e indiretos.

Diante dos efeitos perversos da crise – principalmente o desemprego estrutural, que significa uma massa de trabalhadores excedentes e o enfraquecimento do poder sindical, os capitalistas procuram impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis (uma série de estatísticas comprovam o crescimento do trabalho por tempo parcial nos países capitalistas centrais. Por exemplo, na França, em 1970, o emprego por tempo parcial correspondia a 8,2% da PEA; já em 1990, esse percentual subiu para 12%. Na Alemanha, em 1970, era de 11,4%; em 1990, subiu para 13,2%. Na Itália, em 1970 era de 5,3%, e em 1990 subiu para 5,7%. No Japão, subiu de 15,4% em



1970, para 17,6% em 1990. No Reino Unido, tal subida foi mais dramática – em 1970 era de 16,4% , passando, em 1990, a ser de 21,8%. Nos EUA, tal percentual do emprego por tempo parcial cresceu de 16,4%, em 1970, para 16,9%, em 1990).<sup>46</sup>

Várias análises sociais e econômicas, principalmente as centradas na tese da “sociedade pós-industrial”, têm constatado a formação de “fraturas” na esfera do trabalho, ou seja, a constituição de um mercado de trabalho primário e secundário, interno e externo, ou seja, a divisão do mercado de trabalho entre um “centro” restrito e uma ampla “periferia” bastante delineada. Deste modo, o próprio mercado de trabalho torna-se mais diferenciado e segmentado e tende a adotar uma configuração peculiar às novas condições de acumulação do capital.

Na última década, a utilização crescente de trabalhadores assalariados subcontratados pelas grandes empresas contribuiu para a proliferação de “pequenos negócios” vinculados às grandes corporações. A subcontratação organizada abriu, portanto, oportunidade para formação de tais “pequenos negócios”, que utilizam, em demasia, a força de trabalho precária. É como se o grande capital constituísse uma cadeia complexa de pequenas empresas, que agem como um protetor das grandes corporações diante dos custos de flutuação do mercado (além disso, servem como fonte de superlucros para as corporações industriais, que operam uma transferência de valor às custas das pequenas firmas cuja produtividade de trabalho é abaixo da média). Tal reestruturação do mercado de trabalho segue *pari passu* com a próprio reorganização industrial, que aponta para novas formas organizacionais (e novas técnicas de produção) mais “flexíveis”.

Entretanto, tal padrão de organização industrial não é tão “novo” assim, como pode sugerir as leituras “pós-fordistas” – mesmo durante o período áureo do “fordismo”, tal estratégia descrita acima,

---

<sup>46</sup> “Jobs”, in *Newsweek*, 14.06.1993.

era bastante utilizada no Japão, que representa o caso clássico da dualidade no mercado de trabalho operário. E em todos os países capitalistas desenvolvidos, ocorreu, desde o pós-guerra, esse desenvolvimento desigual no mercado de trabalho, em maior ou menor proporção. Disse Brunhoff: *“Da mesma forma que as grandes empresas precisam das pequenas, os altos salários vão sempre acompanhados de baixos salários.”* E mais adiante salientou: *“O ‘capital variável’ é necessariamente composto de assalariados cujas modalidades de trabalho têm diferenças qualitativas.”*<sup>47</sup>

Entretanto, tais transformações materiais na estrutura do mercado de trabalho e na própria organização industrial tendem a provocar impactos significativos no modo de controle do trabalho e de emprego e na base objetiva da luta de classes. Tendem a criar, inclusive, um novo padrão de sindicalismo, diverso daquele que proliferou na época da produção em escala. Enfim, um sindicalismo encurralado e virtualmente incapaz de ter um política ofensiva contra, por exemplo, a realocização industrial, que instala novas indústrias em regiões de pouca (ou nenhuma) tradição sindical (o que propicia uma vantagem comparativa na exploração da força de trabalho), ou incapaz de reagir contra a disseminação do “trabalho precário” que tende a incrementar a utilização de serviços de subcontratação pelas grandes empresas, reduzindo o número de trabalhadores permanentes, mais propensos a organização sindical, e empregando cada vez mais uma força de trabalho precária, temporária, e de mais difícil participação em sindicatos.

### 3.3 A ROBOTIZAÇÃO

Mas, como destacamos, se o capital necessita do “trabalho vivo”, se é dele que extrai o seu próprio sentido de ser, tendendo a utili-

---

<sup>47</sup>BRUNHOFF, Suzanne de, *A hora do mercado*, Editora da UNESP, 1991.

zar (e difundir) em pleno final de século XX práticas de exploração do trabalho assalariado de caráter regressivo (com o apoio da *high technology*), isso não impede que, ele (o capital) tenha, outrossim, a necessidade intrínseca, sob pressão de seu próprio movimento constitutivo (e da luta de classes), de negar o “trabalho vivo”, utilizando para isso, do progresso técnico-científico via automação e robotização do processo produtivo.

Como já salientamos, uma das tendências intrínsecas do movimento do capital nessas últimas duas décadas foi incrementar a produtividade média do trabalho, o que propiciou a supressão de inúmeros empregos na indústria (ou até mesmo no setor “terciário”). Tal fato contribuiu, como vimos, para com o surgimento do desemprego massivo. Na verdade, a supressão tendencial do “trabalho vivo” na produção é a exacerbação da própria natureza do capital, que, para realizar plenamente a sua finalidade absoluta (a valorização do valor), tende a negar o seu pólo antitético (o “trabalho vivo”) no interior de sua própria afirmação.

Entretanto, o crescimento do número de robôs não significa que tal intento de suprimir, por completo, o “trabalho vivo” esteja próximo. Pelo contrário, o traço marcante da nossa época é ainda a (re)posição da subordinação da força de trabalho por meios formais, via reestruturação do mercado de trabalho e reorganização industrial (como analisamos logo acima). No entanto, a disseminação de tecnologias microeletrônicas na produção industrial (e mesmo nos “serviços”), é um traço fundamental (e irreversível) da própria lógica da modernização capitalista. O movimento do capital conduz, em última instância, sob pressão da concorrência intra-capitalista (e da própria luta de classes), à subordinação real – e não apenas formal – dos trabalhadores assalariados ao capital.

A introdução da ciência (e da tecnologia microeletrônica) no processo produtivo cria um novo tipo de trabalhador assalariado nas grandes empresas. Em contraste com o grupo da “periferia” do mercado de trabalho, constituído por empregados com habili-

dades facilmente disponíveis ou com pouca qualificação, presos à rotatividade de empregos e com baixos salários, temos o desenvolvimento de um “grupo central” de trabalhadores assalariados, alguns de caráter permanente, com maior segurança no emprego e com bons salários, possuindo alta qualificação. Tais novos contingentes operários, de técnicos, engenheiros, especialistas, produtos da “Terceira Revolução Tecnológica”, tendem a se tornarem cada vez mais imprescindíveis para o capital. Inclusive, em processos de produção de alta tecnologia, tais operários altamente qualificados são chamados a ser “parceiros do capital” na gestão produtiva, identificando-se com os ideais da grande empresa e das suas estratégias corporativas. É deste tipo de trabalhador assalariado que o capital mais necessita, tendo em vista que as novas bases da competitividade exigem novas qualificações voltadas para o manejo das novas tecnologias produtivas do sistema integrado de automação flexível.

#### 4. O MITO DO FIM DA “SOCIEDADE DO TRABALHO” – “TRABALHO: A CATEGORIA ONTOLÓGICA CHAVE?” DE CLAUS OFFE

Nessas últimas décadas surgiram inúmeras reflexões centradas nos impactos de tais transformações estruturais na materialidade do capital sobre o “mundo do trabalho”, desenvolvendo, a partir daí, algumas conclusões que levavam a proclamar a dissolução tendencial (ou mesmo, o final irremediável) da “sociedade do trabalho”. Segundo tais reflexões, estaríamos à caminho de uma “sociedade pós-industrial”.

No início da década de 80, no bojo destas reflexões, Claus Offe, um sociólogo alemão, proclamou as bases sociológicas de tal falência da categoria do trabalho com um paper intitulado “Trabalho como categoria sociológica fundamental?”. O texto de Offe é um dos poucos – senão o único – que tenta articular numa perspectiva sociológica, de um lado, as conclusões proclamadas por sociólogos con-

servadores e radicais como Daniel Bell, Peter Drucker ou Wright Mills sobre o impacto de longo prazo, que o contexto sócio-histórico do capitalismo tardio exerceu sobre a materialidade do “mundo do trabalho” (ou seja, a emergência de uma “sociedade pós-industrial de serviço”) e, por outro lado, os impactos imediatos da “grande crise”, iniciada na década de 70, sobre o “mundo do trabalho” – particularmente, o desemprego estrutural e a difusão do “trabalho precário” (que tendem a minar, segundo ele, a “ética do trabalho”). O conjunto articulado de tais transformações na esfera do trabalho, de natureza ético-estrutural, tendem, segundo Offe, a “implodir” a categoria do trabalho.

Em primeiro lugar, por que Offe considera que a categoria do trabalho não é mais a categoria sociológica fundamental? A sua argumentação sustenta-se em vários argumentos – todos postos para demonstrar a perda da centralidade sociológica do trabalho.

De início, cabe interrogar-nos: o que Offe entende por trabalho enquanto categoria sociológica? Para ele, a categoria do trabalho é composta por duas dimensões fundamentais – a primeira, de caráter institucional, constituída pelo trabalho assalariado produtivo, “formalizado” e supostamente unificado, vigente na produção capitalista de mercadorias, possuindo uma racionalidade técnica específica, capaz de fornecer uma identidade coletiva baseada na idéia de classe trabalhadora. A segunda, de caráter ético, constituída pela idéia do trabalho enquanto dever moral, ou seja, o ponto fundamental de uma vida correta e moralmente boa; e pela idéia de trabalho enquanto necessidade, isto é, o trabalho enquanto a simples condição da sobrevivência física. Para ele, tais são os pilares da “sociedade do trabalho” que parecem estar sendo minados pelas transformações decisivas do capitalismo tardio.

Um dos primeiros argumentos utilizados por Offe para demonstrar a perda da centralidade sociológica do trabalho é o declínio do modelo de pesquisa social “centrado no trabalho”. Para ele, o trabalho deixou de ser preocupação temática para os cientistas sociais

nos últimos anos, o que pode demonstrar que a esfera do trabalho não pode mais ser considerada a pedra-de-toque da teoria social, tal como ocorreu nas origens da teoria sociológica, que em sua natureza, foi moldada pelo princípio da “sociedade de trabalho” (segundo Offe, tanto para Weber quanto para Marx o trabalho era o fato sociológico fundamental). Atualmente, a esfera do trabalho não tem mais esse poder relativamente privilegiado para determinar a consciência e a ação social. Entretanto, Offe não considera tal argumento suficiente para demonstrar a falência da categoria sociológica do trabalho. É necessário ir aos próprios fundamentos materiais que tornaram o trabalho assalariado durante um longo tempo, do século XIX aos nossos dias, um fato relevante.

Quais são as evidências “materiais” que apontam para uma “implosão” da categoria trabalho?

#### 4.1 AS CRESCENTES SUBDIVISÕES NA ESFERA DO TRABALHO

A vasta heterogeneidade empírica do trabalho, caracterizada pela crescente diferenciação interna do trabalho assalariado e pela diversificação objetiva do trabalho social, contribuem para a deterioração de uma identidade coletiva baseada no trabalho. Como diz ele: “*O fato social do trabalho não constitui mais o foco da identidade coletiva*”.<sup>48</sup> Offe se baseia nas inúmeras evidências empíricas da crise do “mundo do trabalho”, principalmente a partir da “grande crise” iniciada na década de 70 (é preciso lembrar que o artigo dele é de 1982, portanto uma época em que os sinais da ofensiva do capital sobre o “mundo do trabalho” são marcantes). Offe enumera algumas “fraturas” na esfera do trabalho assalariado que teriam impactos decisivos sobre indivíduos, organizações e ação política (ele utiliza a expressão “fratura” para demonstrar seu caráter estrutural,

---

<sup>48</sup>OFFE, Claus, “Trabalho: a categoria-chave da sociologia?”, in **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, jun. de 1989, p. 9.

não meramente conjuntural, com impactos duradouros e decisivos sobre o “mundo do trabalho”).

Em primeiro lugar, temos a crescente distinção entre mercado de trabalho primário e secundário, interno e externo. Segundo, a produção de bens e serviços ocorre fora do modelo institucional do trabalho assalariado formal e contratual (ou seja, a proliferação do trabalho “precário”, informal, de pequenas empresas capitalistas onde os trabalhadores não são “empregados”, mas membros de famílias e unidades domésticas, de uma economia subterrânea, semilegal ou criminoso). Terceiro, na cisão vertical no interior das fileiras dos trabalhadores assalariados e no crescimento de posições de classe intermediárias ou “heterogêneas” (utilizando a expressão de E.O. Wright), na diferença entre formas de trabalho “produtivas” e “de serviços”. Enfim, a emergência de uma “sociedade de serviços pós-industriais” (utilizando uma expressão cunhada por Bell).

É sobre esta terceira “fratura” da esfera do trabalho, ou seja, o contínuo e rápido aumento na proporção de trabalho social empregado na produção de serviços, que Offe vai dedicar mais atenção. O que ele procura enfatizar é que a emergência da produção “em serviços” no interior da esfera do trabalho constitui uma “fratura” decisiva no próprio conceito de trabalho, identificado desde então, com o trabalho “produtivo” (que Offe parece identificar, de forma equivocada, com o trabalho produtor de bens tangíveis). Disse ele: “Nas sociedades ‘pós-industriais’, a subdivisão do ‘conjunto dos trabalhadores’ em ‘produtores’ e ‘produtores de produção’ não apenas enfraquece a unidade estrutural do trabalho social e a racionalidade que o governa, mas também desafia os padrões de racionalidade que conduzem (e possivelmente limitam) a troca socialmente mediada com a natureza)”.<sup>49</sup>

Enfim, o “trabalho em serviços”, mediador, regulador, ordenador e normalizador, possui uma racionalidade técnica diferente dos critérios de racionalidade desenvolvidos para a utilização e o con-

---

<sup>49</sup>Idem, *op. cit.*, p. 11.



trole da força de trabalho na produção capitalista de mercadorias. Disse Offe: *"O trabalho em serviços difere do trabalho produtivo pela falta de um 'critério de eficiência econômica', claro e incontroverso, do qual possam ser estrategicamente derivados o tipo e a quantidade, o lugar e o ritmo de trabalho 'aconselháveis'. Este critério está ausente porque o resultado de inúmeros serviços públicos, assim como aqueles desempenhados por 'empregados' em firmas do setor privado, não é 'lucro' monetário, mas são 'utilidades' concretas; os serviços freqüentemente contribuem para evitar perdas, cujo volume quantitativo não pode ser facilmente determinado, precisamente porque as perdas são evitadas"*.<sup>50</sup> Enfim, os vários tipos de "trabalho em serviços" (por exemplo, educação, saúde, seguros, comunicações) teriam, para Offe, uma racionalidade técnica não-padronizável, uma racionalidade "substantiva" de base normativa, baseados na competência interativa, consciência da responsabilidade, empatia e experiência prática adquirida: *"No lugar dos inseguros critérios econômicos estratégicos de racionalidade, encontram-se cálculos baseados em convenção, vontade política ou consenso profissional."*<sup>51</sup>

Enfim, Offe destaca a importância desta terceira "fratura" da esfera do trabalho: *"esta diferenciação no interior do conceito de trabalho que me parece constituir o ponto mais crucial de sustentação ao argumento de que não se pode mais falar de um tipo basicamente unificado de racionalidade, que organizaria e governaria o conjunto da esfera do trabalho"*.<sup>52</sup> Para ele, tal contingente de trabalhadores assalariados "em serviços" constituiriam uma "nova classe" com um "novo hedonismo", uma nova racionalidade técnica que tenderia a desafiar e questionar a própria "sociedade do trabalho". Portanto, o crescimento de um trabalho "em serviços" poria em questão - ou tenderia a criar uma "ambigüidade sociológica" - no próprio conceito

---

<sup>50</sup>Idem, *op. cit.*, p. 10-11.

<sup>51</sup>Idem, *op. cit.*, p. 11.

<sup>52</sup>Idem, *op. cit.*, p. 11.



de trabalho, com grandes consequências para as bases conceituais da sociologia e principalmente para a definição de novos critérios de racionalidade (não mais cristalizados na relação entre “produção eficiente” e a “manutenção efetiva da ordem”).

Finalmente, Offe contesta duas objeções levantadas contra a sua tese da “fratura” na esfera do trabalho proporcionada pelo surgimento (necessário) do “trabalho em serviços”:

Em primeiro lugar, diante da objeção de que tal tipo de trabalho social ainda seria um trabalho assalariado subsumido à lógica do capital, Offe argumenta que *“embora a esfera do trabalho em serviços (públicos e privados) não esteja absolutamente ‘liberada’ do regime de racionalidade formal econômica, baseada no salário, ela se tornou um ‘corpo estranho’ separado, mas funcionalmente necessário, que é limitado externamente (mas não estruturado internamente) por aquela racionalidade econômica”*.<sup>53</sup>

Offe salienta que, embora o “trabalho em serviço” funcione, como destacou Marx, como “vigia e regulador” do trabalho e do processo de valorização, ele está também *“parcialmente livre da disciplina imediata de uma racionalidade social ambiciosa, e de suas correspondentes restrições de realização e produtividade”*.<sup>54</sup> Enfim, como um “agente da sintetização consciente de sistemas e processos sociais”, o trabalho em serviços da “nova classe” tenderia a desafiar e questionar a “sociedade do trabalho” e seus critérios de racionalidade (realização, produtividade, crescimento) em favor de “medidas de valor substantivas, qualitativas e ‘humanas’”.<sup>55</sup>

Em segundo lugar, Offe critica aqueles que consideram esta “nova classe” um mero corpo estranho à “sociedade do trabalho intacta”, sem refletir, ao mesmo tempo, sobre sua “indispensabilidade funcional” (a sua crítica dirige-se aos neoliberais). Para ele, o

---

<sup>53</sup>Idem, *op. cit.*, p. 11.

<sup>54</sup>Idem, *op. cit.*, p. 11.

<sup>55</sup>Idem, *op. cit.*, p. 11.

crescimento da influência estrutural e cultural da “nova classe média”, produtora de serviços, é indispensável numa “*sociedade do trabalho ambiciosa, que gera hiatos funcionais e sofre de falta de ordem, segurança e normalidade*”.<sup>56</sup>

Tal percepção de Offe possui implicações políticas, por exemplo, na sua subestimação da viabilidade política do projeto neoliberal em desmontar o *Welfare State*, ou seja, “individualizar” as relações de troca dos mercados de trabalho e de capital, através da redução das responsabilidades do Estado com relação ao bem-estar social e econômico da sociedade. Disse ele: “*Uma cura tão radical, através do retorno ao ‘individualismo’ e à ‘regulação pelo mercado’, colocaria em sério perigo a relativa harmonia social da sociedade do trabalho, que historicamente só foi conquistada através de um sistema de distribuição e seguro coletivo, garantido pelo Estado*”.<sup>57</sup>

Além deste fato material constatado, Offe coloca um segundo “conjunto de dúvidas sobre a centralidade do trabalho” – o declínio da ética do trabalho.

#### 4.2 O DECLÍNIO DA ÉTICA DO TRABALHO

Para Offe, o problema da avaliação subjetiva do trabalho entre a população trabalhadora é de suma importância. Ele interroga: “*Qual a significação do trabalho assalariado para o modo de vida e a consciência dos assalariados em geral?*”. De início, constata a existência de um “paradoxo” (sem perceber que tal suposto “paradoxo” é próprio da natureza contraditória do movimento do capital): “*Ao mesmo tempo que uma parcela sempre maior da população participa do trabalho assalariado, há um declínio na extensão em que o trabalho assalariado ‘participa’, por assim dizer, da vida dos indivíduos, envolvendo-os e moldando-os.*”<sup>58</sup>

---

<sup>56</sup>Idem, *op. cit.*, p. 12.

<sup>57</sup>Idem, *op. cit.*, p. 16.

<sup>58</sup>Idem, *op. cit.*, p. 12.

Offe constata a descentralização do trabalho como um dos elementos fundamentais no mundo contemporâneo. Ou seja, o trabalho assalariado (e a própria atividade econômica) está sendo confinada, em relação às outras esferas da vida (tais como a esfera do consumo, da família e das esferas público-políticas), à margem das biografias individuais. Enfim, o “trabalho” não constitui mais o “poder irradiador da vida”, perdeu-se o “vínculo” motivacional dos trabalhadores a seu trabalho.

Para ele, o trabalho tende a não desempenhar mais um papel principal na organização da existência pessoal dos indivíduos. Em primeiro lugar, o trabalho deixou de ser um dever humano ético. Tal desintegração do poder de convencimento da ética do trabalho ocorre não apenas pela erosão das tradições culturais religiosas ou laicas ou pelo crescimento de um hedonismo centrado no consumo (cuja propagação, segundo Offe, está minando a “infraestrutura moral das sociedades capitalistas industriais”).

O enfraquecimento do poder coercitivo da idéia de trabalho vincula-se, principalmente, para ele, à difusão do padrão taylorista de trabalho, ou seja, processos de racionalização organizacional e técnica que tendem a eliminar o “fator humano” e as suas qualidades morais no processo de produção industrial. A degradação e a desqualificação do trabalho, propiciada pela “taylorização”, contribuem, portanto, para tal descentralização subjetiva do trabalho na esfera de vida das pessoas. Se enfraquecem as obrigações e as demandas associadas ao “orgulho do produtor” e seu reconhecimento social (Offe faz referência à obra *Trabalho e capital monopolista – a degradação do trabalho no século XX* de Harry Braverman, publicado em 1974).

Esta descentralização do trabalho pode ser constatada, outrossim, pela própria alocação da estrutura temporal do trabalho na biografia das pessoas – torna-se bastante excepcional, segundo Offe, uma continuidade ocupacional ao longo de uma vida profissional. Existe uma descontinuidade na biografia profissional entre aquilo

em que alguém é treinado e aquilo em que alguém está realmente empregado. Além disso, ele constatou que a proporção de tempo dedicada ao trabalho assalariado vem declinando consideravelmente na vida das pessoas, ou seja, aumentou a proporção de tempo livre (o que não significa propriamente, segundo Offe, tempo para lazer).

Deste modo, o próprio efeito do estigma e da auto-estigmatização gerados pelo desemprego se enfraquece – em primeiro lugar, porque tende a aumentar a experiência (ou a antecipação) do desemprego ou a aposentadoria involuntária. Offe cita a seguinte conclusão de K. Kumar para a Inglaterra (e que, segundo ele, pode ser estendida ao restante da Europa Ocidental): *“Estamos diante de um futuro em que o desemprego será uma experiência normal, e nada aberrante, de toda a população.”*<sup>59</sup>

Estamos, portanto, diante do segundo motivo da perda do trabalho enquanto papel principal na organização de uma existência pessoal – além do trabalho não ser mais um dever humano ético, ele não pode ser mais colocado, para Offe, como uma necessidade material. Utilizando de estudos recentes da psicologia econômica (e da sociologia industrial), ele procura demonstrar que o efeito motivador do salário opera assimetricamente – ou seja, *“o crescimento individual e (mais ainda) o coletivo da renda não aumentam (ou aumentam muito pouco) o sentido de bem-estar ou da satisfação coletiva, e podem muito bem conduzir até mesmo à sua diminuição”*.<sup>60</sup> Ou seja, Offe tende a considerar que salários elevados não são mais capazes de motivar as pessoas para o trabalho assalariado.

O declínio da satisfação intrínseca com o trabalho assalariado, ocorrida, segundo Offe, durante a década de 70, tornou a força de trabalho mais sensível (e crítica) às fadigas físicas e psicológicas do trabalho e seus conseqüentes riscos de saúde e desqualificação. Ele tem em mente a crise da sociabilidade capitalista ocorrida em fins

<sup>59</sup>KUMAR, K., “The social of work”, in *New University Quarterly*, 34 (1979), Apud OFFE, Claus, *op. cit.*, p. 14.

<sup>60</sup>OFFE, Claus, *op. cit.*, p. 15.

da década de 60 e início da década de 70, quando inúmeras manifestações operárias em vários países capitalistas centrais demonstraram a crise da “organização taylorista do trabalho” (para ele, portanto, isto tinha um caráter mais profundo, ou seja, a perda crescente na relevância subjetiva do trabalho assalariado). Disse Offe: *“Isto resultou no aumento da reivindicação sindical sobre condições de trabalho e estimulou, mesmo ocasionalmente fora dos sindicatos, debates sobre o abandono da luta por melhores condições de trabalho, como inviável, e sua substituição por uma luta contra o trabalho e sua forma industrial.”*<sup>61</sup> São desta época as tentativas empresariais para a “humanização” do trabalho.

A “estrutura irreversível do *Welfare State*”, utilizando a expressão de Offe, contribuiu, de certo modo, para tal descentralização da esfera do trabalho na vida das pessoas. Sob o *Welfare State*, a redução da renda deixou de ser um efeito disciplinador nas disposições dos trabalhadores. O princípio básico da ética do trabalho, de que “quem não trabalha não deve comer” tende a não possuir mais vigência institucional nos *Welfare State* liberais, na medida em que o *feedback* imediato entre trabalho individual e renda individual está dissolvido em relações coletivizadas e sancionadas pelas instituições e pelas exigências legais do *Welfare State*, assim como grandes empresas e pela negociação salarial coletiva. Enfim, o indivíduo sob o *Welfare State* pode fugir da compulsão para o trabalho, imposta (idealmente) pelo mercado e não mais ser punido automaticamente. Disse Offe: *“Torna-se até racional para o empregado, que contribui individualmente para sistemas coletivos de seguro, reclamar mais benefícios que aqueles pelos quais pagou, agindo portanto como um ‘carona’ do Welfare State”*.<sup>62</sup> Deste modo, Offe tende a convergir, em última instância, para a posição neoliberal, que coloca a culpa pela crise da economia capitalista no *Welfare State*. Entre-

---

<sup>61</sup>Idem, op. cit., p. 15.

<sup>62</sup>OFFE, Claus, op. cit., p. 16.

tanto, muito diferentemente dos neoliberais, para Offe a saída desta crise não se encontra no desmantelamento do *Welfare State*.

Para Offe, tal estrutura do *Welfare State* é irreversível, posto que possui uma lógica intrínseca à própria sobrevivência do sistema econômico capitalista desenvolvido. Disse ele: “*As condições objetivas para a estabilidade do sistema econômico não podem mais ser suficiente, efetiva, confiável e rapidamente transformadas em orientações subjetivas de atores individuais*”. Deste modo, é irrealista a proposta da crítica neoliberal ao *Welfare State* de “individualizar” as relações de troca dos mercados de trabalho e de capital, através da redução das responsabilidades do Estado com relação ao bem-estar social e econômico da sociedade.

Na verdade, a estrutura do *Welfare State* bloqueou a eficácia do individualismo e da penúria econômica enquanto meios integrativos tradicionais da sociedade capitalista. Nas condições do capitalismo tardio, eles são incapazes de regular (e condicionar), disciplinar e legitimar as atitudes das pessoas em relação ao trabalho. O próprio mecanismo do exército industrial de reserva, perdeu, segundo Offe, sua eficácia geral, devido ao caráter crescente da “heterogeneidade” do trabalho social (para comprovar tal falência dos mecanismos tradicionais de disciplinamento da força de trabalho utilizados pela lógica do capital, Offe cita recentes análises marxistas tais como o artigo “The Crisis of Liberal Democratic Capitalism: The Case of the United States”, de S. Bowles e H. Gintis publicada na revista *Politic and Society* (1982), e “Wandlungen von Krisenmechanismen in wohlfahrtstaatlichen Kapitalismus” de J. Berger, publicado na revista *Das Argument* (1981)).

Offe tende a subestimar o impacto que o desemprego e subemprego de massa possa ter sobre a atitude das pessoas em relação ao trabalho assalariado. Diante de tal situação, ele considera que as pessoas, principalmente as atingidas pelo desemprego estrutural, serão atraídas por posições fatalistas, responsabilizando as política econômicas, o mercado e as políticas sociais do Estado pela situação

destes grupos marginalizados e desprivilegiados. Segundo ele, haverá o surgimento de “subculturas” baseadas numa “economia informal” ou “subterrânea”, cujos membros serão “passivamente hostis aos valores e normas legais da ‘sociedade do trabalho’”. Offe identifica nestes grupos marginalizados, atingidos pelo desemprego estrutural, “uma cultura do desemprego” subproletária, uma “não-classe de não-trabalhadores” (utilizando a expressão de Gorz). Não apenas na Grã-Bretanha, Itália e Estados Unidos, Offe constata o surgimento de tal “subcultura” hostil aos valores da sociedade do trabalho – na Alemanha, disse ele, também há indícios da emergência de uma “sociedade dual”, dividida entre um núcleo produtivo e uma periferia crescente de *pobres sustentados*.<sup>63</sup>

Finalmente, Offe considera que a sociedade capitalista industrial desenvolvida, conduzida por um *Welfare State* igualmente desenvolvido, deu uma significativa contribuição à exclusão crescente de porções da força de trabalho social da participação na esfera do trabalho assalariado. Assim, para Offe, o próprio desenvolvimento do capitalismo tardio, da qual o *Welfare State* é parte intrínseca, tendeu a suprimir os fundamentos da sociabilidade capitalista tradicional. Para ele, tal sociedade capitalista desenvolvida demonstra ser totalmente incapaz de estabilizar a “centralidade subjetiva da orientação para o trabalho, a produção e os salários”. Falta-lhes, segundo ele, os recursos culturais (em termos de regras culturais) e as sanções econômicas necessárias (por meio da coerção silenciosa do mercado) para recompor-se enquanto “sociedade do trabalho”.<sup>64</sup> Nesta perspectiva, para Offe, a “sociedade do trabalho” está irremediavelmente condenada a desaparecer.

---

<sup>63</sup>Idem, *op. cit.*, p. 17.

<sup>64</sup>Idem, *op. cit.*, p. 17.



## 4.3 CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS

Offe sistematiza os sinais significativos das transformações sócio-culturais do “mundo do trabalho” nas últimas décadas. Tais dados relevantes expostos por ele, sobre as mudanças estruturais da esfera do trabalho não são decorrentes apenas da crise e reestruturação capitalista iniciada na década de 70, mas fazem parte do próprio panorama sócio-histórico do capitalismo tardio. Por exemplo, o crescimento do “trabalho em serviços” é algo que pertence ao longo desenvolvimento capitalista do pós-guerra. Inclusive, já na década de 50 o sociólogo C. Wright Mills em sua obra clássica *White Collar*, publicada em 1951 (e cujo título em português é *A nova classe média*) já identificava no cenário capitalista norte-americano a existência de uma “nova classe” vinculada à esfera de serviços e para a qual a própria idéia de trabalho possuía um outro significado. Na década de 60, temos já a emergência dos conceitos de “sociedades pós-industriais” para assinalar a evolução da estrutura de classes nos países capitalistas centrais (logo no início da década de 70, Daniel Bell publica a obra *The coming of post-industrial society* (1973), cujo título em português é *O advento da sociedade pós-industrial*). Offe, portanto, retoma, em 1982, tais desenvolvimentos teóricos à luz da crise e reestruturação capitalista para, juntamente com outros elementos, proclamar a falência da categoria do trabalho.

Mas Offe indica outros sinais de mudanças decisivas na esfera do trabalho que pertencem propriamente à conjuntura de crise e reestruturação capitalista. Ao tratar, por exemplo, do declínio da ética do trabalho, ele assinala diversos elementos que só se manifestaram no período de crise do capitalismo tardio. Quer dizer, logo após o primeiro conjunto de elementos, de caráter objetivo, identificado com a heterogeneidade empírica do trabalho e a emergência do trabalho “em serviços” (com uma nova racionalidade técnica), teríamos um segundo conjunto de sinais de cariz subjetivo vinculado à própria atitude das pessoas diante do trabalho. A crise da



“organização taylorista do trabalho” assinalaria tal fato – ou seja, a perda do poder de convencimento da idéia de trabalho como um dever humano ético, devido à degradação e desqualificação do trabalho (nos primórdios da década de 70, Braverman denunciaria tal fato). O próprio desemprego e subemprego em massa, produtos das recessões das economias capitalistas nos períodos de 1974-1975 e 1979- 1982, seria um outro fato social relevante que, pelas suas dimensões estruturais, tenderia a transformar a própria idéia subjetiva de trabalho assalariado. A estrutura do *Welfare State*, construído no período de prosperidade econômica do pós-guerra nos países capitalistas centrais, seria considerada por Offe como um dos elementos significativos da própria subversão das atitudes das pessoas em relação ao trabalho. Tal constatação feita por Offe sobre o *Welfare State* é produto de uma série de reflexões teóricas ocorridas na década de 70, com a crise, reestruturação capitalista e a ofensiva neoliberal contra o *Welfare State*. Enfim, Offe organiza, nessa seção em que ele trata do “declínio da ética do trabalho”, um conjunto de sinais próprios de um período de crise capitalista, uma série de elementos relevantes que põem em questão, para ele, a centralidade da categoria trabalho.

Percebemos alguns pontos problemáticos no discurso de Offe. Em primeiro lugar, o fato dele tender a identificar “trabalho produtivo” com produção de bens tangíveis, o que implica em considerar, em última instância, o “trabalho em serviços” como “trabalho improdutivo”. Ora, sob o capitalismo tardio tal distinção entre “produtivo” e “improdutivo” tende a desaparecer (ou se coloca em termos muito diferentes dos do capitalismo clássico). A produção agora é um todo, o que significa que, o “trabalho em serviços” ao invés de promover uma suposta ruptura com a lógica do capital produtivo, de fato, a realiza sob novas condições postas pelo desenvolvimento do capitalismo tardio (o próprio Offe reconhece a importância estrutural do *Welfare State* – e dos empregos de serviços, para a

reprodução social do capitalismo tardio – e portanto, da acumulação de capital).<sup>65</sup>

Aliás, tal mudança – o aumento de empregos no setor de serviços e a diminuição do emprego operário, salientada por vários autores, é inseparável das formas de internacionalização do capital produtivo, quando este pode segmentar entre diversos países o processo de produção do capital e exportar “conhecimentos técnicos”. Além disso, a maioria dos empregos no setor de serviços, são gerados pela própria indústria (pesquisa, financiamento, comércio, seguro). Portanto, o “trabalho em serviços”, apesar de suas diferenças qualitativas com relação ao “trabalho produtivo” – em termos de controle do desempenho adequado ao trabalho, ao invés de “desafiar e questionar a ‘sociedade do trabalho’”, como pensa Offe, pelo contrário, tende a afirmá-la mais ainda. Tal aparente nova racionalidade técnica do “trabalho em serviços” seria apenas a nova forma complexa de constituição da “sociedade do trabalho assalariado” (enquanto “determinação reflexiva” da valorização do capital). Portanto, ao invés de uma “ruptura” com o desenvolvimento capitalista tardio, como proclamam os teóricos da “sociedade pós-industrial”, tais transformações na estrutura do capitalismo contemporâneo (cujo traço marcante é o aumento do setor de serviços) seria a própria evidência da natureza intrínseca do capital em processo – a sua difusão global em todas as esferas da atividade social, inclusive tendendo a subverter e “negar”, de modo contraditório, a sua racionalidade técnica tradicional originária em sua fase clássica.

Além disso, Offe destaca, como um dos motivos da perda da “centralidade do trabalho” no mundo de hoje, a crescente diferenciação e diversificação da esfera do trabalho, ou como ele mesmo diz, sua “*ampla variação em termos de renda, qualificações, manutenção do emprego, reconhecimento e visibilidades sociais, fadiga, oportunidades de carreira, possibilidades e autonomia de comunicação*”. A partir deste dado, ou seja, a “vasta heterogeneidade empírica” do

---

<sup>65</sup>FAUSTO, Ruy, *Marx – Lógica & política*, vol. 2, p. 285.

trabalho, ou ainda, a “diversificação objetiva do trabalho social”, Offe põe em questão a capacidade do trabalho tornar-se ainda uma categoria analítica para se explicar estruturas, conflitos e ações sociais. Ora, tal fato – a diferenciação e diversificação da esfera do trabalho não é algo “novo”, como poderia pensar Offe. Inclusive, as próprias divisões no meio operário, ou no interior das classes trabalhadoras, têm um caráter estrutural e sempre foi assim (pelo menos, desde o surgimento da sociedade capitalista industrial no século XIX). Portanto, não é de agora tal “heterogeneidade empírica” do trabalho, e mesmo sob tal condição diferenciada e diversificada, a noção de “classe operária” pôde ser utilizada para descrever a realidade social e econômica comum a maioria das pessoas que vivem nas sociedades modernas. Como salienta Brunhoff, “a condição operária permanece particular e submetida a riscos que lhe são próprios”.<sup>66</sup> E mesmo o empregado de serviços enfrenta tais riscos próprios à condição operária, ou seja, o impacto das mudanças técnicas e o desemprego de crise (enfim, a condições comuns dos vendedores da “força de trabalho” sob o modo de produção capitalista).

Finalmente, o ponto central para a argumentação de Offe é o fato social do trabalho assalariado não constituir mais o foco da identidade coletiva e da divisão social e política. Ora, não poderíamos negar tal “crise da consciência de classe” nos países capitalistas centrais, constatada por inúmeros analistas sociais. Por exemplo, desde a década de 70, o marxista inglês Hobsbawm já reconhecia o declínio da coesão da consciência de classe, devido não apenas à mudanças na estrutura das classes trabalhadoras (a redução quantitativa do antigo proletariado industrial), mas a outros fatores, de natureza sócio-cultural, que tendiam, segundo ele, a destruir a solidariedade da classe trabalhadora, tais como a individualização promovida pela sociedade de consumo e a xenofobia contra trabalhadores imigrantes procedentes de diferentes regiões, países e continentes.<sup>67</sup> En-

<sup>66</sup>BRUNHOFF, Suzanne de, *op. cit.*, p. 84.

<sup>67</sup>HOBSBAWM, Eric, *Estratégias para uma esquerda racional*, pp. 26,

tretanto, tal declínio tendencial da dimensão subjetiva da esfera do trabalho, enquanto foco de identidade social e política, não pode ser considerado algo definitivo (e incapaz de ser revertido por meio de movimentos sociais de novo tipo, centrado no trabalho, sob o impacto de conjunturas particulares – o que não significaria, em absoluto, a volta do “antigo movimento operário”). Até porque o fato dos indivíduos sociais não terem consciência daquilo que os unifica objetivamente enquanto “suportes” da valorização do capital – o fato de serem fontes de “trabalho abstrato”, não significa que a “sociedade do trabalho” tenha deixado de existir (ou que a categoria do trabalho tenha deixado de determinar, em última instância, a estrutura e o desenvolvimento da sociedade mais ampla).

Muito pelo contrário, o que podemos constatar é que a crise e a reestruturação capitalista tendem a afirmar, de forma muito clara, a atualidade candente da “sociedade do trabalho” (o próprio Offe reconhece tal fato quando admite o “paradoxo” de uma “parcela sempre maior da população participar do trabalho assalariado”). A variação crescente das formas de trabalho, de caráter precário, só comprovam a existência desta lógica intrínseca à valorização do capital. Assim, ao invés da vasta heterogeneidade empírica do trabalho social demonstrar a “implosão” da categoria trabalho, ela tenderia é afirmar a sua dominância exacerbada, mesmo que os homens, num primeiro momento, não tenham consciência daquilo que os oprime.

Portanto, a questão que surge é a seguinte: numa época de crise estrutural do capitalismo, cujo conteúdo próprio da reestruturação econômica global é a elevação do patamar de rentabilidade do capital por meio da desvalorização da força de trabalho (expressas pelo crescente desemprego estrutural e a disseminação das várias formas de “trabalho precário”), o que significa afirmar a perda da centralidade do trabalho no mundo contemporâneo?

Ora, no limite, significa ficarmos presos ao “fetichismo da mercadoria”, ficarmos acorrentados à aparência do sistema capitalista

tardio, aparência necessária que passa a compor o “mundo do trabalho” nas últimas décadas. Ninguém poderia negar a relevância da série de evidências empíricas selecionadas por Offe para demonstrar a perda tendencial da centralidade (subjéctiva) do trabalho no mundo contemporâneo. Entretanto, podemos entender tais inúmeros eventos selecionados por Offe de uma outra forma – podemos considerar que a perda tendencial da centralidade (subjéctiva) do trabalho, defendida por ele, pode possuir um outro sentido (não discernido por ele). Ela seria, em última instância, a contra-face da afirmação da centralidade (objectiva) do capital enquanto sujeito em processo de tais transformações sócio-económicas contemporâneas. Ou, como já dissemos, podemos considerar, por outro lado, que a perda tendencial da centralidade (subjéctiva) do trabalho, no sentido dado por Offe, pode significar apenas a própria vigência do trabalho abstrato, do lucro, do mercado, do valor, da produção universal de mercadorias – o que significa dizer que a suposta “sociedade do não-trabalho” é a “sociedade do trabalho” levada à sua máxima expressão. Apenas neste sentido, a teoria sociológica poderia recuperar a sua dimensão de crítica radical da contemporaneidade capitalista.

O que podemos considerar é que, a metamorfose histórica do princípio de valorização está levando à constituição de um tecido societário complexo e diferenciado, que tende a tornar cada vez mais difícil (e problemático), em nível subjéctivo, a constituição de identidades coletivas do tipo classista, tal como a conhecemos durante o período histórico próprio do capitalismo industrial das últimas décadas (e mesmo, desde as últimas décadas do século XIX), cujas expressões políticas e sociais eram dadas pelos partidos operários e sindicatos de massa, de corte tradicional. Mas, mesmo sob tal névoa “pós-moderna”, os movimentos sociais de contestação à ordem do capital continuarão a existir e se constituir sob novas identidades sócio-políticas, principalmente porque eles tenderão a ser respostas necessárias (e por vezes, desesperadas), intrínsecas à modernidade contraditória do capital.

## LUKÁCS E O MARXISMO CONTEMPORÂNEO

*Sérgio Lessa*

Sob a enorme pressão da evolução histórica, da chamada “sobrevida” do capital no mundo contemporâneo, de um lado e, de outro, da carência de acúmulo teórico que possibilite a compreensão dos nexos e das conexões da forma de ser da sociabilidade contemporânea, o marxismo no século XX deu origem a três vertentes fundamentais: 1) o marxismo estruturalista (composto não apenas pelo marxismo vulgar, mas também por elaborações teóricas sofisticadas, como as de Althusser e Cohen), que realiza, ao menos em parte, um retorno às concepções ontológicas materialista-mecanicistas; 2) o idealismo marxista, que postula o deslocamento e substituição do trabalho, enquanto categoria fundante do ser social, pela linguagem, pelos valores, etc. Pensamos, fundamentalmente, na Escola de Frankfurt; e 3) o marxismo ontológico, que busca em Marx os elementos de uma ontologia do mundo dos homens.

Sinteticamente, passaremos à análise de cada uma destas vertentes.

## I. O MARXISMO ESTRUTURALISTA E ALGUNS DOS SEUS DESDOBRAMENTOS

Das três vertentes, o marxismo estruturalista foi o que maior influência exerceu ao longo deste século. Se caracteriza, em primeiro lugar, por compreender a reprodução e a produção no sentido restrito e exclusivo de “práticas econômicas de produção”.<sup>1</sup> Esta limitação da produção e reprodução social enquanto momento meramente econômico está associada à disjunção entre o “materialismo histórico e o dialético”, tão característico deste universo teórico, e à construção de um fosso entre a esfera econômica e a subjetividade humana que, também caracteristicamente, é superado pela postulação de uma relação de determinação mecânica do pensado pelo objetivado.

Paradigmático, nesse universo teórico, são as considerações de Louis Althusser em “De El Capital a la filosofía de Marx”, texto que serviu de prefácio de *Para leer El Capital*.

Argumenta Althusser que,

*“(...) Marx só pôde chegar a ser Marx fundando uma teoria da história e uma filosofia da distinção histórica entre a ideologia e a ciência e, em última análise, a que essa fundação se tenha consumado na dissipação do mito religioso da leitura [presente no jovem Marx]. Ali onde o jovem Marx dos Manuscritos de 1844 lia a livro aberto, imediatamente (grifo nosso - SL), a essência humana na transparência de sua alienação, O Capital toma, pelo contrário, a exata medida de uma distância, de um deslocamento interior do real, ambos inscritos em sua estrutura, e de tal modo que tornam ilegíveis seus próprios efeitos e fazem da ilusão de sua leitura imediata o último e o ápice dos seus efeitos: o fetichismo. (...) descobrindo que a verdade da história não se lê em seu discurso manifesto, porque o texto da história não é um texto*

---

<sup>1</sup>BALIBAR, E., *Sur les concepts fondamentaux du materialisme historique*, Maspero, p. 189.

*no qual fale uma voz (o Logos), mas a anotação inaudível e ilegível dos efeitos de uma estrutura de estruturas".<sup>2</sup>*

Descoberto o caráter "religioso" da "leitura" do real pelo jovem Marx e, se apoiando no próprio Marx da "maturidade", fundamentalmente no Marx de *O Capital*, argumenta Althusser que *objeto real* e *objeto do conhecimento* são duas coisas distintas e que, portanto, o objeto de que trata a teoria não é o objeto real, mas o objeto do conhecimento.

Analogamente a como, anteriormente, fora inserida a imediatividade religiosa na relação entre sujeito/objeto no jovem Marx, agora a distinção entre sujeito e objeto é posta como uma distinção "absoluta", o que permite a Althusser postular que "o processo de produção do objeto do conhecimento ocorre por completo no conhecimento (...)" (47. Cf. tb. pg. 40).

Ora, se o objeto do conhecimento é produção exclusiva da subjetividade, do pensamento, terminamos no puro idealismo? A saída de Althusser, após afirmar a absoluta distinção entre objetividade e subjetividade, é postular que o pensamento não é pura subjetividade.

*"Quando Marx nos diz que o processo de produção do conhecimento (...) ocorre por completo no conhecimento, na 'cabeça' ou no pensamento, não cai, nem por um segundo, em um idealismo da consciência (...) Este pensamento é o sistema historicamente constituído de um aparato de pensamento, baseado e articulado na realidade natural e social. O pensamento é definido pelo sistema das condições reais que fazem dele (...) um modo de produção determinado de conhecimentos." (47 e ss.)*

---

<sup>2</sup>ALTHUSSER, L. e BALIBAR, E. *Para leer El Capital*, Siglo XXI, Argentina, 1973, pg. 21-2. As citações serão feitas ao longo do texto, com o número das páginas entre parênteses, até indicação em contrário.



Em outras palavras, para Althusser, o objeto do conhecimento é produto exclusivo do pensamento desde que, por pensamento, compreendamos toda a malha real que articula subjetividade e individualidade. Há uma subjetividade que é absolutamente distinta do mundo objetivo, e há o pensamento que é definido pelas “condições reais”. Que subjetividade é essa que não é pensamento Althusser não esclarece! Com o que ficamos com uma estrutura conceitual problemática: uma subjetividade que é, ao mesmo tempo, “absolutamente” distinta do real (e tão distinta que, o que conhecemos, não é o real, mas o “objeto do conhecimento”) e “definida” pelas “condições reais”. (47-8)

Todavia, será esta estrutura conceitual a base para próximo passo de Althusser: mostrar que o real, a “realidade natural e social” na qual se baseia o “aparato de pensamento”, funciona como uma matéria-prima que é historicamente condicionada, socialmente construída: *“há uma grande distância entre, por exemplo, a matéria-prima que trabalhou Aristóteles e a matéria-prima que trabalharam Galileu, Newton ou Einstein (...)”* (48-9).

*“O conhecimento, ao trabalhar sobre seu ‘objeto’, não trabalha, pois, sobre o objeto real, mas sobre sua própria matéria-prima, que constitui – no sentido rigoroso do termo – seu objeto (de conhecimento) que é, desde as formas mais rudimentares do conhecimento, distinto do objeto real (...)”*  
(49)

Instaurada esta distinção “absoluta” entre o conhecimento e a coisa-em-si, o método em Althusser passa a ter como nódulo essencial a busca de um “conceito” que confira direção e sentido à reflexão (pgs. 49-52). Caracteristicamente, o estruturalismo althusseriano efetiva um retorno ao kantismo. De modo igualmente característico, reduz a individualidade a agente de um aparato de pensamento que é definido pelo complexo de relações sociais que determina o modo de produção de conhecimentos. Misteriosamente, a objetividade é inacessível à ideação, e a subjetividade é reduzida a determinações

sócio-genéricas materiais. Essa dupla redução caracteriza o estruturalismo althusseriano.

Com a *démarche* althusseriana está perdida a unidade intrínseca da obra de Marx. Esta tem que ser reinterpretada para ser elevada à ciência. Toda a problemática do corte epistemológico faz sua entrada em cena. Do mesmo modo, “o conceito de história” se transforma numa questão dramática, pois como explicá-la se as ações humanas, que sempre contêm elementos volitivos, valorativos, teleológicos, são meros reflexos mecânicos, suportes ou decorrências, do movimento objetivo das estruturas?

Nos anos 1970/80 o marxismo estruturalista entra em profunda crise. Novas correntes de pensamento não-marxistas se desenvolvem e colocam problemas, normalmente centrados sobre os fenômenos da subjetividade humana, que o marxismo estruturalista não consegue enfrentar com sucesso. Ao mesmo tempo, no interior do próprio marxismo, se desenvolvem críticas severas ao caráter mecanicista e ingenuamente materialista do marxismo estruturalista. Significativa do alcance e debilidades dessas críticas são as considerações do historiador inglês E. P. Thompson,<sup>3</sup> que considera Althusser a elevação do stalinismo a uma inédita sofisticação teórica que, no fundo, seria de matiz idealista. Se insurge Thompson, acima de tudo, contra a negação althusseriana do papel ativo dos homens na história.

### I.1 O “MARXISMO ANALÍTICO”

A crise do althusserianismo teve uma curiosa consequência no desenvolvimento do marxismo estruturalista, principalmente nos países de língua inglesa: levou ao extremo a sua tendência ao formalismo lógico-abstrato. A mais acabada expressão desta tendência é o Marxismo Analítico.

---

<sup>3</sup>THOMPSON, E. P., *The poverty of theory and other essays*, Monthly Review Press, 1978.

Muitos dos marxistas analíticos, entre os quais Roemer e Elster, reconhecem em Gabriel Cohen<sup>4</sup> o fundador dessa nova vertente do pensamento marxista.<sup>5</sup>

A *démarche* de Cohen é curiosa. Tem início pela busca de um paralelo entre a história em Hegel e em Marx, mas de tal maneira que Marx se transforma num hegeliano materialista. O espírito se transubstancia em classe operária, a identidade sujeito-objeto no comunismo, o tempo hegeliano no tempo da luta de classes de Marx. Deste ponto de partida, Cohen evolui rapidamente para, a partir do conhecido prefácio à *Crítica da economia política*, afirmar que:

*“A estrutura econômica (ou ‘base real’) é (...) composta das relações de produção. Nada mais é dito [por Marx] que participe da sua composição. Nós concluímos, ex silentio, que apenas as relações de produção servem como constituintes da estrutura econômica. Isto significa que as forças produtivas não são parte da estrutura econômica.” (28)*

A análise de Cohen, a partir de então, tem que excluir força de trabalho da categoria de forças produtivas (32/3), caracterizar as estruturas a partir das relações de propriedade (35/6); “corrigir” Marx no sentido de substituir “sociedade” por “estrutura social” (37) e afirmar que a estrutura econômica é “forma”, presumivelmente por oposição a “conteúdo”(37). O que nos interessa mais de perto, nesta investigação, no entanto, é o caráter da oposição que Cohen afirma existir entre o “material” e o “social”, pelo qual *“Nem todas as relações entre os homens são sociais”* (*“Not all relations between men are social”*) (93), mas derivadas do mundo material. E, o que se segue com absoluta necessidade, Cohen postula a possibilidade de uma descrição do mundo material “neutra”, “da qual não podemos deduzir sua forma social”. Que de uma descrição da

<sup>4</sup>Cohen, G., *Karl Marx's theory of history - a defense*, USA, 1978. As citações desta obra de Cohen serão feitas no próprio texto, o número da página entre parênteses, até indicação em contrário.

<sup>5</sup>Cf., por exemplo, o artigo de Thomas F. Mayer, *op. cit.*, p. 418.

natureza não podemos “deduzir” o ser social, não há dúvida; mas que tal descrição possa ser neutra, não-social no dizer de Cohen, corresponde à afirmação da neutralidade das ciências naturais, posição esta muito mais próxima ao positivismo que à tradição marxista. (94)

Este tipo de “rigor analítico” postulado por Cohen é considerado, no artigo de Mayer acima citado, como momento fundante do Marxismo Analítico. Todavia, o traço mais característico<sup>6</sup> desta nova tendência, a nosso ver, está no individualismo metodológico, assim exposto por Elster:<sup>7</sup>

*“todos os fenômenos sociais – suas estruturas e suas mudanças – são por princípio explicáveis por métodos (ways) que apenas envolvam indivíduos – suas propriedades, suas finalidades, suas crenças e suas ações. O individualismo metodológico assim concebido é uma forma de reducionismo”.*

Com o marxismo analítico, a dissociação entre a esfera econômico-material e a esfera da subjetividade humana, traço característico do marxismo estruturalista, terminou por levar a uma outra dissociação, não menos grave nas suas conseqüências: a dissociação entre individualidade e sociabilidade. Como a individualidade não é tomada no seu processo histórico-genético, se converte em algo dado, cuja fundação e desenvolvimento não se constituem em problema. A forma e o conteúdo que assume esta dissociação, no Marxismo Analítico implica num retorno ao postulado clássico do pensamento

---

<sup>6</sup> Mesmo quando autores que se alinham com o Marxismo Analítico recusam o individualismo metodológico, eles o fazem em termos tais que significam apenas a aceitação diferenciada dos postulados do individualismo metodológico. Cf, por exemplo, Mayer, *op. cit.*, pp. 426 e ss.

<sup>7</sup> ELSTER, J., *Making sense of Marx*, Cambridge University Press, Cambridge, 1985, pg. 5.

moderno, de Hobbes a Rousseau: a sociabilidade é o resultado das ações de indivíduos cuja individualidade não é constituída através de complexas mediações sócio-genéricas, mas é dada de uma forma a-histórica,<sup>8</sup> por uma natureza humana que permanece intocável ao longo da história e que corresponderia à essência humana. Significa, também, um retorno ao pressuposto básico da economia política burguesa: o elemento fundante da economia seriam as ações de indivíduos “racionais” por natureza. Esta é a forma concreta que assume a peculiar recusa da categoria da totalidade pelo marxismo analítico.

Esse retorno ao “indivíduo-mônada”<sup>9</sup> permite a Elster a aplicação da teoria dos jogos na análise dos fenômenos sociais.<sup>10</sup> Sem nos estendermos na sua refutação, apenas assinalaremos que a teoria dos jogos pressupõe uma estabilidade das regras e dos padrões de escolha (ditas “racionais”) por parte dos indivíduos que é, ontologicamente, incompatível com a dinâmica peculiar à reprodução social. Tal teoria, antes de ser “marxista”, como querem Elster e Mayer, se encontra por inteiro no interior da concepção de mundo

---

<sup>8</sup>ELSTER argumentaria, contra essa nossa afirmação, que pressupor “egoísmo” ou “racionalidade” na esfera da ação individual é “baseada em considerações puramente metodológicas, e não em qualquer consideração acerca da natureza humana”. (6) Todavia, esta consideração metodológica ganha acentos ontológicos quando utilizada para “explicar” a processualidade social, já que, para Elster, “Explicar é oferecer o mecanismo (...) que articula o singular ao universal.” (5) Em *Marx Hoje* (Paz e Terra, 1989, pg. 37) reconhece que “(...) o suposto de que os indivíduos sejam racionais e egoístas não faz parte da doutrina, embora seja compatível com ela”.

<sup>9</sup>MARX, K., *A questão judaica*, Ed. Moraes, s/d, pp. 13-52.

<sup>10</sup>Cf. ELSTER, J., *Marx hoje*, op. cit. pp. 43-5. O exemplo dado por Elster, que demonstra a impossibilidade lógica, a partir dos pressupostos por ele escolhidos, de uma greve, é um falso silogismo muito mais que um paradoxo. Demonstra claramente a incapacidade desse arcabouço teórico em explicar até fenômenos sociais que não são dos mais complexos, como uma greve.

tipicamente cartesiana do individualismo metodológico: o todo é formado pela justaposição das partes, o complexo é a justaposição do simples.<sup>11</sup>

Ainda que apresentando novidades, que fazem com que a crítica ao althusserianismo não dê conta das especificidades do marxismo analítico, no limitado espaço deste artigo, gostaríamos de chamar atenção ao fato de a dissociação individualidade/sociabilidade característica dos escritos de Elster, Roemer, etc., exibir uma continuidade com a dicotomia indivíduo/história, subjetividade/estruturas objetivas, encontradas em Althusser. E o elo que articula estes dois níveis de dicotomias é a obra de Cohen. Nesse sentido, é curioso e significativo o entusiasmo que Cohen exibe pelos primeiros escritos de Althusser e sua decepção com os livros posteriores.<sup>12</sup>

Essa migração para o individualismo burguês conduz à reavaliação da exploração dos homens pelos homens. Tanto Roemer,<sup>13</sup> como Elster<sup>14</sup> terminam, cada um a sua maneira, por afirmar que a questão da exploração do homem pelo homem não é meramente moral, e que portanto deve ser tratada como o que de fato é: um problema econômico.<sup>15</sup> A questão então, se colocaria da seguinte maneira: há uma melhor forma de relacionamento possível entre

<sup>11</sup>Cf. ELSTER, J., *Making Sense ...*, op. cit., pgs. 14-5. E tb. Mayer, op. cit.. "De acordo com o individualismo metodológico, (...) quaisquer 'leis de movimento e auto-regulação' do capitalismo devem ser deduzidas como teoremas de axiomas que especifiquem os motivos e limitações de firmas, trabalhadores e consumidores." (ELSTER, *Marx hoje*, op. cit., pg. 38).

<sup>12</sup>COHEN, op. cit., pp. X-XI.

<sup>13</sup>ROEMER, J. E., *A general theory of exploitation and class*, Cambridge, Massachussetts, 1982. E, do mesmo autor, *Free to Lose: An Introduction to Marxist Economic Philosophy*, Massachussetts Harvard University Press, Cambridge, 1988.

<sup>14</sup>ELSTER, J., *Making sense of Marx*, op. cit. pp. 216-233.

<sup>15</sup>Nas palavras de Elster: "(...) a exploração não é um conceito moral fundamental. A exploração, quando censurável, o é por causa das características específicas da situação (...)" (*Marx hoje*, op. cit., p. 116).

os homens que o relacionamento baseado na exploração? Se houver um outro relacionamento não baseado na exploração e que seja – realçamos – possível, então a exploração é condenável. Caso contrário, ser explorado pode ser a melhor alternativa, tanto para o explorado quanto para o explorador. Nesse caso a exploração poderia se basear numa relação de troca livre e voluntária.<sup>16</sup>

Em artigos da *Science and Society*, Anderson e Thompson e Mayer,<sup>17</sup> debatido exaustivamente este aspecto da questão, e não valeria a pena, agora, nos determos sobre os detalhes deste debate. Esperamos, contudo, com os elementos aqui apresentados, ter garantida, ao menos, a legitimidade da postulação da nossa hipótese acerca da evolução do marxismo estruturalista. Essencialmente, de que o esgotamento da vertente althusseriana tem alguma repercussão no desenvolvimento posterior do autodenominado Marxismo Analítico. Tal como, a nosso ver, a epistemologia althusseriana possui uma fundamentação kantiana, o Marxismo Analítico exhibe um forte parentesco com o pensamento liberal. Entre um e outro, apesar das diferenças que não devem nem podem ser desprezadas – repetimos que a crítica de um não esgota a crítica do outro – pensamos haver elementos de continuidade cujo elo articulatório principal possivelmente seriam as teorizações de Gabriel Cohen.

Em suma, para efeito deste trabalho, caracterizaríamos este primeiro conjunto de formulações teóricas que iriam do marxismo vulgar ao marxismo analítico, passando por Althusser, por:

1) conceber a substancialidade humana enquanto dualidade dicotômica composta por uma instância material-objetiva e uma esfera da subjetividade. A relação entre estas duas instâncias se daria tanto pela determinação unilateral da consciência pelas estruturas (Althusser) como também pela inversão simétrica desta deter-

<sup>16</sup>ELSTER, J., *idem*, p. 98 e ss.

<sup>17</sup>ANDERSON, W.H.L, THOMPSON, F.W., "Neoclassical Marxism", in *Science and Society*, 52:2, 1988. Mayer, T. F. "In defense of Analytical Marxism", in *Science and Society*, 53:4, 1989-90.



minação. A teoria dos jogos, a escolha racional e o individualismo metodológico seriam formas diversas de apresentação dessa dicotomia entre estrutura e subjetividade;

2) disjuntar esfera econômica e totalidade social, quer conferindo-lhes um caráter de exterioridade estrutural (Althusser), quer conferindo às forças produtivas uma materialidade distinta da social (como o faz Cohen), quer desconsiderando a problemática conexa à afirmação marxiana da predominância da esfera econômica na determinação da reprodução social (Marxismo Analítico);

2a) esta disjunção, ao não conseguir dar conta dos complexos processos que articulam subjetividade e objetividade no mundo dos homens, termina por afirmar, ao mesmo tempo, a radical separação destas duas esferas e, no caso de Althusser e Balibar, uma relação mecânica entre elas; em Cohen, esta disjunção assume a forma de uma contraposição entre o material e o social; e, no marxismo analítico, esta disjunção é potencializada pelo individualismo metodológico;

2b) esta disjunção está associada a uma postulação metodológica de fundo: a necessidade de um construto teórico prévio que ordenará a realidade em objetos e conhecimentos científicos. Em se tratando do conjunto formado por Althusser e Balibar, esta necessidade metodológica possui acentos claramente kantianos. No caso do Marxismo Analítico, este modelo teórico *a priori* se limita a admissão inconfessa da pressuposição da existência de uma natureza humana a-histórica;

2c) esta disjunção, ainda, implica em compreender a história como o movimento das estruturas, movimento do qual a esfera da subjetividade é mera decorrência. Os indivíduos e as ações humanas não são mais os elementos fundantes do ser social, mas sim *Träger*, suportes, dos movimentos estruturais. No Marxismo Analítico, esta determinação mecânica da subjetividade pela base material deu origem, numa aparente inversão crítica, ao individualismo meto-



dológico. Se, no primeiro momento, as estruturas determinavam as individualidades, agora são as ações imediatas dos indivíduos o único momento fundante do ser social;

2d) a teoria dos jogos e a escolha racional<sup>18</sup> são resultados imediatos desta cisão entre sociabilidade e individualidade. Nessas teorias, tal como em Althusser, os indivíduos são *Träger* das estruturas. Aqui a aparência da inversão que mencionamos em 2c) se evidencia por completo;

3) a crise da vertente do marxismo representada por este primeiro conjunto de autores assume a forma de uma especialização formalista dos conceitos que atinge níveis elevados de esterilidade (Balibar, mais que Althusser, de um lado, e Cohen e o marxismo analítico de outro) à medida em que são discussões que se propõem puramente lógicas, que não tomam o real como esfera resolutive das elaborações teóricas.

## II. O IDEALISMO MARXISTA

Na raiz do idealismo marxista estão o jovem Lukács, de *História e consciência de classe* e a Escola de Frankfurt.<sup>19</sup> O que marca a primeira grande obra do filósofo húngaro é a identidade entre sujeito e objeto na construção da ordem comunista. Daí a sua disjunção, estranhamente hoje bastante citada, entre o método e o conteúdo do

<sup>18</sup>Cf. ELSTER, J., *Marx hoje*, op. cit., pp. 40-1, onde é exposta a relação entre teoria dos jogos e escolha racional.

<sup>19</sup>A relação entre Lukács, Korsch e a primeira Escola de Frankfurt é bastante conhecida. Por isso nos limitaremos, aqui, a esta referência genérica, remetendo a três títulos que exploram de perspectivas distintas esta relação: Jay, M., *La imaginación dialéctica*, Ed. Taurus, 1974, Madrid e Arato, A. e Breines, P., *El joven Lukács e los orígenes del marxismo occidental*, Fondo de Cultura Económico, México, 1986. Löwy, M., *Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários*. Liv. Ed. Ciências Humanas, São Paulo, 1979.

pensamento marxiano. Estas posições seriam mais tarde rejeitadas pelo autor como “idealistas” e “hegelianas”.<sup>20</sup>

A Escola de Frankfurt, desde os seus primeiros momentos, foi marcada pela teoria crítica de Adorno, cujo desdobramento último, mas de modo nenhum linear ou “necessário”, possivelmente venha a ser a *Teoria do agir comunicativo* de Habermas.

Segundo MacCarney,<sup>21</sup> Adorno é o representante paradigmático da doutrina da crítica social da Escola de Frankfurt. Seu postulado central consiste em afirmar que, para uma teoria ser dialética, tem necessariamente que ser imanente (17/19), no sentido de realizar a crítica do objeto do interior do próprio objeto.<sup>22</sup> Assim, a crítica à sociedade burguesa deve ter como eixo o fato de esta sociedade não efetivar seus próprios valores. “Neste modelo, a crítica ima-

---

<sup>20</sup>LUKÁCS, G., *Prefácio* de 1967 à *História e consciência de classe*.

<sup>21</sup>MacCARNEY, J., *Social theory and the crisis of marxism*, Ed. Verso, Londres/Nova Iorque, 1990. Tanto quanto sabemos, o mais abrangente estudo acerca da evolução da Escola de Frankfurt é o de Martin Jay, *La imaginación dialéctica* (Ed. Taurus, Madrid, 1974). Todavia, nossa exposição se apoiará fundamentalmente em MacCarney. O estudo de Jay é feito do interior do pensamento frankfurtiano, de tal modo que as conexões e os aspectos do desenvolvimento da Escola de Frankfurt privilegiados se orientam por uma angulação – para ser breve – construída como que por uma auto-reflexão da Escola de Frankfurt. Isto confere ao estudo de Jay um caráter internamente fechado e sua utilização, nesse ensaio, implicaria em retrabalhar os elementos que ele fornece, exigindo um tempo que não temos disponível. Por isso, ainda que muito mais restritas, as indicações de MacCarney nos são mais úteis nesse momento. As citações serão feitas no corpo do texto, entre parênteses.

<sup>22</sup>Essa crítica em nada se aproxima de uma atitude “positivista”. A nosso ver, a crítica do existente e a indicação de elementos para uma proposta de transformação da sociedade contemporânea se contrapõe frontalmente à prática positivista que recusa, por princípio, qualquer valoração do “dado”. Nesse sentido, nos parece um exagero a aproximação entre a Teoria Crítica e o Positivismo como tentada por Balaban, O., “The positivist nature of the critical theory”, in *Science and Society*, 53:4, 1989.

*nente vive da distância entre o que a sociedade professa e o que ela realiza.*" (19)

A divergência com a postura marxiana é imediatamente perceptível: Marx nunca aceitou os limites da sociedade burguesa como seu horizonte de crítica à ordem capitalista. Os problemas daí decorrentes, somados às dificuldades de conceber uma teoria burguesa crítica que não fosse conservadora, levou a Escola de Frankfurt a abandonar esta primeira postura teórica e adentrar na sua complexa e tortuosa evolução a qual, ao final, evidenciará a incapacidade da crítica imanente frankfurtiana dar conta da crítica radical e superadora da sociabilidade burguesa.

Ao final desse percurso, *"A crítica imanente mais uma vez provou-se incapaz de fincar um pé na realidade."* (41). O projeto de renovar a tradição marxista atola na areia (42). A saída parece ser um abandono do campo marxista, e é neste sentido que se movimenta Habermas: com sua teoria do agir comunicativo termina por retornar a Kant (43).

## II.1 HABERMAS E A CENTRALIDADE DO "MUNDO DA VIDA"

Em *Para a reconstrução do materialismo histórico*,<sup>23</sup> argumenta Habermas que o trabalho não é a categoria fundante do ser social, pois esta categoria já se encontra presente nos primatas superiores e nos homínídeos. O que distingue o ser social da natureza, portanto, é a articulação do trabalho com a fala, esta sim uma exclusividade do ser social. Tal articulação é o fundamento do agir comunicativo, verdadeiro traço distintivo dos homens frente ao ser natural (116-7. Cf. tb. pp. 118 e 121), com o que a constituição da linguagem, de suas estruturas lógicas mais profundas, passa a ser o componente

---

<sup>23</sup> Este ensaio foi publicado no Brasil na coletânea intitulada *Para a reconstrução do materialismo histórico*, São Paulo, 2ª edição, 1990. As citações serão feitas no corpo do texto, entre parênteses.

fundamental do ser do homem. (14)

*“o gênero aprende não só na dimensão (decisiva para o desenvolvimento das forças produtivas) do saber tecnicamente valorizável, mas também na dimensão (determinante para as estruturas de interação) da consciência prático-moral. As regras do agir comunicativo desenvolvem-se, certamente, em relação a mudanças no âmbito do agir instrumental e estratégico; mas ao fazê-lo, seguem uma lógica própria”. (128)*

A busca desta “lógica própria” das “estruturas da intersubjetividade produzidas lingüísticamente” orientou as pesquisas de Habermas nos anos imediatamente posteriores à publicação de *Para a reconstrução do materialismo histórico* e terminou por conduzi-lo à *Teoria do agir comunicativo*.

Em *Theorie des kommunikativen Handelns*<sup>24</sup> o interesse e o objetivo de Habermas é fundamentar as “ciências sociais em uma teoria da linguagem” (9).

Nessa *démarche* habermasiana, a “pretensão de validade” implícita em toda emissão comunicativa, pretensão esta que, por ser racional e para ser racional, necessariamente deve ser passível de crítica (24-6), tem por fundamento o fato de:

*“Um juízo só pode ser objetivo se faz pela via de uma pretensão transubjetiva de validade que, para qualquer observador ou destinatário tenha o mesmo significado que para o sujeito agente. A verdade ou a eficácia são pretensões deste tipo.”(26 – grifo meu)*

Em poucas palavras, já que o mundo “apenas cobra objetividade pelo fato de ser reconhecido e considerado como um e o mesmo mundo por uma comunidade de sujeitos capazes de linguagem e de

---

<sup>24</sup>HABERMAS, J., *Theorie des kommunikativen handelns*. Suhrkamp Verlag, Frankfurt, 1981. Nós utilizaremos a tradução espanhola *Teoría de la acción comunicativa*, Ed. Taurus, Madrid, 1987. As citações serão feitas ao longo do texto entre parênteses.

ação”, é a “prática comunicativa” que dá sustentação ao “conceito abstrato de mundo” (“mundo de vida”) que torna possível a objetividade de um mundo. (30) Por sua vez, o mundo da vida “*é delimitado pela totalidade das interpretações que são pressupostas pelos participantes como um saber de fundo*”. (31)

Para Habermas, portanto, é uma “pretensão transubjetiva de validade” que funda a “objetividade” de um mundo. E, na constituição dessa transubjetividade, é a esfera gnosiológica (o reconhecimento e a consideração subjetivos da validade objetiva de uma pretensão) o momento fundante. Isto conduz Habermas à análise da “prática comunicativa” que considera essencial à constituição da transubjetividade.

Através da análise da prática da argumentação, deduz Habermas que “*o entendimento é imanente como o telos à linguagem humana*” (369). Para explicar a ação comunicativa devemos recorrer ao entendimento; este tem por base convicções comuns que só podem surgir pela interação lingüística com intensão comunicativa, o que nos remete, de volta, à ação comunicativa! Saída de Habermas: buscar a distinção entre perlocução e ilocução de Austin para demonstrar esta ligação originária, primária, do entendimento enquanto *telos* da fala – de modo que todos os outros modos da fala seriam decorrências parasitárias deste modo originário (369-70).

Dada a limitação de espaço, não nos deteremos na discussão de Austin por Habermas. Dela nos é fundamental, no momento, apenas o fato de nela Habermas encontrar elementos para concluir que:

*“A ação comunicativa se desenvolve dentro de um mundo da vida que permanece por trás dos participantes na comunicação. A estes apenas se lhes apresenta na forma pré-reflexiva de uns pressupostos de fundo que se dão por assegurados e de umas habilidades que se dominam sem se fazer problemas delas.”* (428-9)

É, pois, “*nas estruturas implicitamente sabidas do mundo da vida (...)*” (432) que devemos buscar o fundamento último da ação

comunicativa:

*“O mundo da vida é, por assim dizer, o lugar transcendental em que o falante e o ouvinte se saem ao encontro; em que podem colocar-se reciprocamente a pretensão de que suas emissões concordam com o mundo (com o mundo objetivo, com o mundo social e com o mundo subjetivo); e que podem criticar e exhibir os fundamentos dessas pretensões de validade, resolver seus desentendimentos e chegar a um acordo.”*  
(178-9)

A nosso ver, a debilidade fundamental do construto habermasiano estaria no fato de as articulações que permitiriam ao mundo da vida fundar a subjetividade não serem expostas, ainda que sejam afirmadas. Em um artigo recente,<sup>25</sup> Giannotti critica esta debilidade afirmando que:

*“É toda uma concepção de filosofia transcendental que está sendo posta em prática. (...) Habermas parte duma opinião neutra, sem ser asserida, embora pertencendo ao mundo da vida, opinião que sendo tematizada (isto só pode ser feito por um ato de consciência) transfere-se para a linguagem das descrições ponentes. Isto graças a diferenças meramente psicológicas, tais como clareza e certeza.”*

Esquece-se, Habermas, que

*“para seguir uma regra não é suficiente que os atores façam acordos a respeito das definições, pois enquanto não souberem que todos estão entendendo as palavras da mesma maneira, não sabem ainda se empregarão as definições do mesmo modo. Além das definições consentidas, ainda é preciso um acordo sobre seu uso”. (20)*

Em suma, a coloração neokantiana já perceptível em *Para a reconstrução...*, em *Teoria do agir comunicativo* ganha em densidade.

<sup>25</sup>Giannotti, J. A., “Habermas: mão e contramão”, in **Novos Estudos CEBRAP**, 31, outubro 1991.

Como conclusão, vale apontar uma certa ironia. A *Teoria do agir comunicativo* é um dos desdobramentos lógicos possíveis, mas não necessário, da postulação inicial da crítica imanente por Adorno e Horkheimer. No universo kantiano, desde que as condições de conhecimento do objeto são fundamentadas na própria construção do objeto pela razão, a crítica racional do mesmo sempre será imanente.<sup>26</sup>

Contudo, com esta solução, desaparece o projeto inicial da Escola de Frankfurt, o da crítica imanente tal como era proposta. Desapareceu, curiosamente, não pelo abandono dos pressupostos da crítica em si, mas pela mudança do estatuto ontológico do objeto. No primeiro momento, o objeto é hegel-marxiano; agora, o objeto é de corte kantiano.

Em suma, o idealismo marxista se caracteriza:

1) pela incapacidade em articular, num mesmo sistema teórico, o caráter de continuidade marcante da ordem burguesa neste século com a crítica imanente ao capital;

2) pela crescente aproximação com o kantismo, nas suas mais variadas vertentes, à medida em que a evolução do projeto original da crítica imanente revela seus problemas internos;

3) conseqüentemente, por um questionamento da centralidade do trabalho enquanto categoria fundante do ser social e pelo abandono da determinabilidade da consciência pelo ser. A lógica própria do mundo dos homens se consubstanciaria, na sua essência, para além do trabalho (aqui tomado no sentido lukácsiano de protoforma da *praxis* social).

4) a crise do idealismo marxista se consubstancia no crescente e manifesto idealismo de suas formulações, terminando por se desdobrar no neokantismo do último Habermas. Crescentemente Marx e sua obra deixam de ser o referencial, para serem quando muito, um referencial entre outros. Sob o impacto das transformações das

---

<sup>26</sup>MacCarney, *op. cit.*, p. 43.

últimas décadas, a trajetória desta vertente é cada vez mais “difusamente” marxista e cada vez mais nitidamente liberal.<sup>27</sup>

### III. O MARXISMO ONTOLÓGICO

O marxismo ontológico é representado pela vertente Korsch, Gramsci, Lukács. Mantendo o materialismo (que neles se expressa pelo reconhecimento da antecedência do ser sobre a consciência, do predomínio da reprodução material na totalidade social), buscam resgatar a obra marxiana enquanto momento de constituição de uma “nova visão de mundo”.

Em Korsch,<sup>28</sup> os elementos teóricos constitutivos deste resgate estão ainda em forma germinal. Toda a sua discussão contra o mecanicismo e economicismo imperante na III Internacional, já na década de 1920, teve como centro a postulação de que a “superação da filosofia” a que aludia Marx nas *Teses Ad Feuerbach*, apenas seria possível com a superação do mundo burguês. Visto de algumas décadas depois, o combate de Korsch ao marxismo enquanto ciência positivista de qualquer tipo, a reafirmação da herança hegeliana de Marx, e a luta pela categoria da totalidade enquanto central para o marxismo, são elementos que contribuíram para a constituição do marxismo ontológico.

---

<sup>27</sup>Há que se salientar que existem profundas diferenças no campo liberal. Nem todos os gatos são pardos. Todavia, no horizonte deste ensaio, não caberia uma discussão das particularidades do liberalismo de Habermas. Assinalaremos, portanto e tão somente, que a concepção de mundo, a *weltanschauung*, que permeia um escrito como “A Nova Intransparência - a crise do Estado de Bem Estar e o esgotamento das energias utópicas”, (Novos Estudos CEBRAP, n° 18, set. 1987) é bem representativa do que consideramos ser o liberalismo habermasiano.

<sup>28</sup>*Marxisme et philosophie*, Paris, 1964, é a obra mais significativa da perspectiva por nós adotada.



Em Gramsci encontramos uma recusa cabal do mecanicismo e do economicismo do marxismo vulgar. Todavia, com um importante avanço em relação a Korsch: agora as questões ontológicas já se fazem explicitamente presentes, ainda que não sejam plenamente desenvolvidas. Exemplares são algumas passagens dos *Cadernos do Cárcere*<sup>29</sup> nas quais discute David Ricardo. Sua argumentação vai no sentido de que Ricardo, com a descoberta da lei do valor e da lei tendencial de queda da taxa de lucros, desvela o segredo de uma nova imanência, aquela constitutiva do ser social. Nesta nova imanência, as leis não teriam o caráter das leis físicas naturais, mas delimitariam tendências identificáveis a partir do desenvolvimento passado. A história, enquanto ciência, teria a tarefa de desvendar a legalidade do mundo dos homens, uma nova imanência frente à natureza.

### III.1 LUKÁCS E *Para uma Ontologia do Ser Social*

As contribuições de Lukács ao desenvolvimento do marxismo ontológico nos parecem decisivas e a elas dedicaremos a parte final deste ensaio. São elas o momento privilegiado na constituição desta vertente do pensamento marxista contemporâneo.

Ainda que em Gramsci encontremos referências à esfera ontológica, é em Lukács que, pela primeira vez no marxismo, são explícita e detalhadamente abordados os aspectos decisivos da reflexão ontológica. Como sabemos, a problemática central em toda ontologia se condensa no tratamento dado à substancialidade. Os traços ontológicos da substancialidade são os responsáveis pela ancoragem das respostas alcançadas, que devem ser de tal modo resolutivas, a não exigirem um outro “porquê”. A radicalidade da compreensão do real aberta por cada ontologia tem na categoria da substância seu problema decisivo.

---

<sup>29</sup>GRAMSCI, A., *Quaderni del Carcere*, Einaudi Editori, Torino 1975, pg. 1247 e 1477.

É este o ponto de partida de Lukács: Marx teria descoberto e delineado uma nova concepção da substancialidade do mundo dos homens; este seria absolutamente histórico e social.

Por histórico, Lukács concebe, após Marx, uma substância cuja essência nem é dada *a priori* (como em Hegel ou S. Tomás de Aquino), nem é mera decorrência do desenvolvimento geral do ser. Pelo contrário: a substância é histórica porque ela se consubstancia ao longo do seu processo de desenvolvimento concreto. A essência, neste sentido, é o complexo de determinações que permanece ao longo do seu desdobramento categorial. Em outras palavras, a essencialidade da substância são os traços ontológicos mais profundos que constituem seus elementos de continuidade.<sup>30</sup>

Por social, Lukács, após Marx, concebe uma substancialidade do mundo dos homens que é resultado exclusivo da ação e pensamento dos homens, enquanto indivíduos e enquanto gênero humano. Isto significa que os homens fazem a sua história e que este fazer a história não encontra em nenhuma instância – “natural” ou não – qualquer limite para o seu desenvolvimento. Os homens são os senhores absolutos do seu destino. Não há, pois, qualquer possibilidade em buscar, na natureza, uma essência fixa como referencial para a valoração e crítica da sociabilidade capitalista.

Assinalar que os homens são senhores absolutos de sua história não se opõe, em Lukács, ao reconhecimento que “*a tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos*”.<sup>31</sup> E que, por isso, os homens constroem o seu destino num *hic et nunc* historicamente determinado, que impõe necessidades e delineia o campo de possibilidades para que esta construção se dê. O caráter de pura sociabilidade do mundo dos homens, em Lukács, não significa, em absoluto, nem a contraposição antinômica entre necessidade

---

<sup>30</sup>Cf. LUKÁCS, G., *Per una ontologia dell'essere sociale*. Ed. Riuniti, Roma, 1976 e 1981, vol II\*, pp. 106, 319-20.

<sup>31</sup>Marx, K., “18 Brumário de Luis Bonaparte”, in *Textos*, vol III, São Paulo 1977, p. 203.

e liberdade, nem muito menos a mecânica prevalência de qualquer um destes termos sobre o outro. Na análise deste complexo problemático há que se reconhecer acima de tudo que, tanto a categoria da liberdade como a categoria da necessidade<sup>32</sup> são socialmente construídas, ou seja, apenas podem surgir e se desdobrar pela mediação cotidiana de atos teleologicamente postos pelos indivíduos no processo de reprodução social.

De modo análogo, reconhecer o caráter puramente sócio-humano do ser social não conduz Lukács a postular o desaparecimento da natureza. Antes de mais nada, porque tanto os atos singulares teleologicamente postos (no pólo da singularidade individual), assim como a reprodução social global (no pólo da genericidade, da universalidade humana), apenas podem surgir e se desdobrar categorialmente em contínua e ineliminável troca orgânica com a natureza, via trabalho. São dois os traços ontológicos fundamentais dessa troca orgânica: por um lado, há uma ruptura ontológica entre a reprodução social e a processualidade natural, ruptura cuja essência é a possibilidade de um *ser-para-si* no mundo dos homens impossível para a natureza. Por outro lado, a troca orgânica entre o gênero humano e a natureza implica na incessante transformação do mundo natural em um mundo social. Cada vez com maiores intensidade e escala, a natureza passa por processos de objetivação que conferem uma forma e um conteúdo puramente sociais, que apenas enquanto objetivações de prévias-ideações poderiam surgir e se desenvolver. Contudo, de modo algum, a gênese e o desenvolvimento da esfera ontológica representada pelo mundo dos homens implicam no desaparecimento da natureza enquanto uma esfera ontológica distinta do ser social, nem sequer como uma possibilidade a mais remota. Para ser brevíssimo, a madeira do cabo de um machado continua a ser madeira.

---

<sup>32</sup>Nos referimos aqui, obviamente, à necessidade social. Que a natureza apresenta uma necessidade dada pela própria legalidade natural, que não é socialmente construída, é um aspecto fundamental da ontologia lukácsiana.

Lukács traça um *tertium datur* entre aquelas posições que, de um lado, postulam a mera continuidade entre natureza e ser social (alguns momentos do marxismo vulgar, por exemplo) ou, então, que postulam a completa dissociação entre elas: o ser social é, ontologicamente distinto da natureza, mas esta distinção apenas pode surgir e se desenvolver numa complexa articulação com o mundo natural, pela qual este último é constantemente submetido a transformações teleologicamente orientadas.

Da perspectiva de Lukács, portanto, buscar na natureza biológica do homem um referencial fixo que permita a crítica do estranhamento capitalista – está fadada ao insucesso. Ontologicamente, como ser social e natureza são esferas distintas, não há como encontrar na processualidade natural o fundamento de ser de um fenômeno puramente social, como é o estranhamento. Fazê-lo implicará ou em conferir uma legalidade natural ao mundo dos homens, ou então reduzir a legalidade social às leis da natureza. Em ambos os casos, segundo Lukács, está perdida a possibilidade de construção de uma ontologia que reconheça o ser social na sua simultânea conexão e radical diferenciação do mundo natural.

Destes pressupostos ontológicos mais gerais, Lukács retira conclusões que nos parecem de extrema valia para as discussões que se travam no interior do marxismo hoje. Inicia ele por afirmar que a especificidade ontológica do mundo dos homens frente à natureza é que, no ser social, a substancialidade é causalidade posta. Uma cadeira não é o material (ferro, madeira, etc.) de que é feita, mas sim este material organizado segundo uma lógica-ontológica que apenas pode ser posta através de uma ação teleologicamente orientada, ou seja, através de um ato de trabalho humano.

A teleologia, portanto, na esfera social (e apenas nela) é uma “categoria ontológica objetiva”,<sup>33</sup> existe como instância capaz de ordenar o real de modo a criar entes e relações anteriormente inexistentes, ontologicamente novos. Estes novos entes e relações não

---

<sup>33</sup>LUKÁCS, G., *Per una ontologia...*, op. cit., vol II\*, pg. 20.

poderiam vir a ser senão pela modificação teleologicamente orientada da materialidade anteriormente existente.

Todavia, não menos verdadeiro, segundo Lukács, é que esta nova materialidade, esta nova esfera ontológica – o mundo dos homens – é um mundo objetivo distinto da subjetividade que operou a teleologia inerente a toda transformação do existente pelos homens. A cadeira tem efetivamente uma história distinta da história do seu criador, e esta autonomia da história do objetivado em relação à consciência que o criou é um elemento ontologicamente ineliminável na relação entre o homem e o mundo dos homens, entre a prévia-ideação e o objeto posto pelo ato de objetivação que é o trabalho.

Em poucas palavras, a estrutura do trabalho comporta, concomitantemente ao processo de objetivação (que consubstancia em um objeto concreto a ideação prévia e abstratamente construída), o momento da alienação, (pelo qual o objeto construído se consubstancia em um ente ontologicamente distinto do sujeito e da consciência deste sujeito) que operou o ato teleologicamente orientado que está na sua gênese.

Esta distinção ontológica consubstanciada pela alienação no interior do trabalho é o fundamento ontológico último da possibilidade das complexas determinações reflexivas que se desdobram entre o objeto e seu criador, entre o mundo material e a consciência, entre a totalidade social e as individualidades, etc. Na ontologia lukácsiana, em definitivo, não há qualquer lugar para a identidade sujeito-objeto. Ao contrário de Hegel, a alienação é um momento da construção genérica do ser social (tanto no pólo da sua totalidade como no pólo das individualidades), e por isso um traço ontológico ineliminável.

Com isto, Lukács supera as antinomias que surgem tanto ao se identificar Hegel e Marx, como ao se construir um intransponível fosso entre os dois. Identificar formalmente classe operária e absoluto hegeliano, o tempo hegeliano com o tempo da luta de classes, a

relação sujeito-objeto mediada pelo trabalho em Marx com a apreensão do espírito do seu em-si no processo de construção do Espírito Absoluto, é, aos olhos de Lukács, desconhecer a ruptura ontológica que distingue e articula Marx e Hegel. Desconhecer os elementos de continuidade que articulam os dois pensadores, por outro lado, será novamente incorrer nos mais graves equívocos do marxismo vulgar.<sup>34</sup>

A distinção e concomitante articulação, posta pelo momento da alienação, entre o sujeito e o mundo objetivo, a distinção ontológica entre ente objetivado e consciência que operou a prévia ideação é o fundamento último para que, a essência do processo de sociabilização desdobre um complexo processo de generalização. Na esfera da subjetividade, este processo articula, num movimento constante, o conhecimento do singular com as generalizações teóricas mais universais, o passado com o presente e o futuro, as tarefas que surgem no instante presente com a concepção de mundo.

No plano da objetividade, este processo de generalização insere cada objeto criado numa malha de relações e determinações que compõe a particularidade de cada momento histórico. De tal modo que a história deste objeto apenas pode se desdobrar qua história deste objeto singular, *enquanto momento da história universal da humanidade*. Por sua vez, a história humano-universal apenas pode se desdobrar enquanto tal na medida em que incorporar ao seu ser as determinações (não importa quão modestas) que emanam da particularidade da história do objeto criado. Novamente: não há qualquer identidade sujeito-objeto em Lukács, ainda que a subjeti-

---

<sup>34</sup>A convivência de Lukács com Hegel é muito rica. Se inicia antes mesmo do nosso filósofo ter se tornado marxista, e o acompanha em todas as suas fases, num permanente e apaixonante diálogo. Não é à toa, por isso, que o capítulo dedicado a Hegel, na *Ontologia*, é possivelmente o mais belo, com uma riqueza e uma plasticidade interna que, a nosso ver, apenas é comparável ao capítulo dedicado ao trabalho. Sua tese central, a da existência de uma dupla ontologia que perpassaria o sistema hegeliano é uma contribuição significativa ao estudo do filósofo alemão no nosso século.

vidade apenas possa existir em determinação reflexiva com o mundo material.<sup>35</sup> Deste modo, numa processualidade que Lukács explora em detalhes no estudo da reprodução social, ao construir um objeto o indivíduo se constrói enquanto individualidade partícipe da generalidade humana.

No plano ontológico mais geral, singularidade, particularidade e universalidade são distintas categorias da processualidade social igualmente reais, com o mesmo estatuto de ser.<sup>36</sup> De modo que a emancipação humana, a plena explicitação da generalidade humana, que com absoluta necessidade requer a supressão da estranhada esfera do individualismo burguês, apenas pode se dar com algo que vai para muito além da simples manutenção da esfera da particularidade, dos indivíduos. Esta esfera, em si própria, é tão ineliminável como as esferas da singularidade e da universalidade. A emancipação humana, portanto, para além da simples manutenção da individualidade humana, requer com absoluta necessidade, a mais completa explicitação das esferas da singularidade e da particularidade, o mais completo desenvolvimento das individualidades. Em Lukács, não há qualquer atenuação, por menor que seja, da importância da individualidade para a construção do gênero humano.

---

<sup>35</sup> Não há em Marx, segundo Lukács, qualquer identidade entre ser e valores morais e éticos, mas apenas uma complexa relação entre a materialidade sócio-historicamente construída e os valores que são objetiva e subjetivamente construídos nesse processo. Em poucas palavras, os valores são resultantes do complexo processo de generalização objetiva e subjetiva que funda a reprodução social e tão-só nesta simultânea conexão e distinção do ser-precisamente-assim existente desdobram a sua existência concreta.

<sup>36</sup> Novamente, nos referimos apenas ao ser social, sem com isso querer sugerir que estas categorias não existam, também – ainda que em uma moldura ontológica distinta – na natureza. Todavia, para evitar equívocos de qualquer tipo, faz-se necessário assinalar que o reconhecimento da existência de categorias ontológicas na natureza em nada aproxima Lukács do intento engelsiano expresso na *Dialética da natureza*. Muito pelo contrário, as críticas de Lukács àquelas posições de Engels são as mais radicais.



Do mesmo modo, não há qualquer elemento, por mais difuso, de uma concepção do ser social que se aproxime do indivíduo-mônada do liberalismo clássico ou do marxismo analítico. Por esta mesma razão, a plena explicitação da genericidade, da universalidade socialmente construída, não implica no fim da história. Não há absoluto que hegelianamente supere, na sua constituição genérica, as esferas da singularidade e da particularidade.

O processo de generalização subjetiva e objetiva a que nos referimos acima remete o ser social para além da esfera do trabalho. Ao generalizar subjetivamente, por exemplo, dá origem a conhecimentos e a processo de valorização que em nada se relacionam, a não ser muito mediadamente, com os atos de trabalho enquanto tal. Objetivamente, dão origem a relações e categorias sociais que apenas mediadamente se articulam com a transformação direta da natureza. Não podemos aqui, nem minimamente, nos alongarmos na discussão dessas mediações em Lukács. Apenas fazemos estas considerações para demonstrar como, no interior da ontologia lukácsiana, é impossível a identidade entre os atos de trabalho e todos os atos sociais. Entre a esfera do trabalho e a construção da genericidade humana se desdobra uma relação de identidade da identidade e da não-identidade: o trabalho dá origem a novas necessidades e a novas possibilidades para o desenvolvimento humano que não mais se identificam com ele. Do mesmo modo, a continuidade dos atos de trabalho requer que sejam atendidas necessidades sociais que não mais se referem diretamente ao trabalho enquanto tal. Pensemos em complexos sociais como a Ideologia, a Política, a Filosofia, a Estética, a Ética, etc., os quais, a partir de um dado patamar de desenvolvimento da sociabilidade, se tornam imprescindíveis para a organização e execução do trabalho, ainda que com este se relacionem por meio de mediações mais ou menos numerosas. Entre o trabalho e a totalidade social se interpõe, de modo cada vez mais nítido com o desenvolvimento das sociedades, uma esfera peculiar de mediações que compõe a categoria social da reprodução.



Em comparação com as indicações de Gramsci, nos parece que o esforço lukácsiano apresenta uma contribuição fundamental. Ao contrário do que ocorre com o pensador italiano, a exploração em detalhes das conexões ontológicas que conectam tanto a subjetividade e a materialidade, como a individualidade e a totalidade social permite a Lukács introduzir importantes elementos na análise destas relações. Não podemos, agora, nos deter na exposição destas conexões, e por isso apenas assinalaremos que, tanto na consubstanciação da individualidade, quanto na da totalidade social, o processo de generalização ao qual nos referimos acima compõe os seus núdulos mais essenciais.

Em suma, o marxismo ontológico se caracterizaria por:

1) chamar para o terreno da ontologia a resolução das questões decisivas ao marxismo contemporâneo. Por ontologia os autores compreendem desde um retorno à metafísica (Gould), a busca de uma essência humana imutável (MacCarney), até as determinações mais gerais do existente (Tertulian, Mészáros).

2) considerar, coerentemente, os atos humanos enquanto elementos ontologicamente constitutivos do ser social. A essência de tais atos, é a construção processual da sociabilidade humana pelo trabalho;

3) manter os postulados centrais de Marx: os homens fazem sua própria história, mas em circunstâncias que não escolheram; a prioridade da matéria sobre a consciência, e da reprodução material sobre a totalidade social; a necessidade do socialismo enquanto momento privilegiado da emancipação humana, etc.;

4) argumentar, com muitos matizes e diferenças, que a herança hegeliana de Marx não deve ser esquecida, ao lado da afirmação da ruptura, que cada um divisa a seu modo, entre os dois pensadores.

## IV. CONCLUSÃO

Depois do que foi dito, é evidente que a concepção da substancialidade humana enquanto subjetividade objetivada representa uma ruptura radical com as duas outras principais vertentes do marxismo neste século.

Rompe com o marxismo estruturalista ao integrar a subjetividade humana enquanto elemento ontologicamente fundamental ao mundo dos homens. A teleologia do trabalho é uma “categoria ontológica objetiva” na consubstanciação desta nova forma de ser; as categorias sociais apenas podem surgir (e se desdobrar) em processualidades historicamente concretas em determinação reflexiva com a objetivação de novas posições teleológicas. Com isto, as antinomias entre materialidade e espírito, entre ser-precisamente-assim existente e consciência, que compõem o campo de maiores dificuldades teóricas para o marxismo estruturalista, podem ser tratadas em um novo “campo teórico”. Podemos abandonar as investigações lógico-abstratas como aquelas que encontramos em Althusser, onde o “pensamento” se transforma, ao mesmo tempo, em algo tão distinto do real que apenas pode se referir a “objetos do conhecimento” e em um “modo de produção” de idéias determinado pelo real.

Em outras palavras, se a concepção ontológica de fundo que encontramos no marxismo estruturalista, com todas as diferenças existentes no interior deste campo, tem como elemento central uma tal antinomia espírito-matéria, não é nada surpreendente que esta vertente, ao buscar as soluções de problemas que não pode tratar, como seria apropriado, no terreno ontológico, termine em um beco sem saída na esfera gnosiológica. Expressões desse beco sem saída em que se colocou o marxismo estruturalista, a nosso ver, são tanto a *démarche* althusseriana que termina por postular uma subjetividade que não é pensamento, um pensamento que não é subjetividade e um objeto que não é o ser-precisamente-assim existente; como a oposição material/social característica de Cohen.

Os problemas enfrentados pelo marxismo estruturalista se desdobram, também, em uma outra dimensão: a relação indivíduo/sociedade. Se, num primeiro momento, o indivíduo é mero suporte (*Träger*) das determinações infraestruturais, com o marxismo analítico ele se transforma em uma individualidade-mônada portadora das regras mais gerais das situações de jogos. O que nos interessa salientar, desconsiderando diferenças significativas, é o fato que tanto Althusser como o marxismo analítico, passando por Cohen, constroem modelos teóricos com uma explícita fundação não-ontológica, incapazes de trabalhar a totalidade social em sua complexa unitariedade.

Com o abandono da categoria da totalidade, e a conseqüente fragmentação do mundo dos homens, abre-se o terreno que alicerça as teorizações, típicas do marxismo analítico, que justificam a exploração do homem pelo homem pela mediação do mercado com o argumento de que este seria o melhor dos mundos possíveis.

A ontologia de Lukács rompe com o idealismo marxista por manter a determinação da consciência pelo ser, e ao reafirmar a predominância da reprodução material sobre a totalidade social. No entanto, concebe estas relações como determinações reflexivas. Ou seja, o predomínio ontológico da esfera produtiva sobre a totalidade social apenas pode se dar por meio da objetivação cotidiana de infinitos atos concretos teleologicamente postos.

Estes atos, por sua vez, frente às pressões e demandas postas pela dinâmica reprodutiva da formação social em que estão inseridos, têm sempre um caráter de alternativa, de escolha. De modo que a predominância da esfera econômica sobre a totalidade social tem como mediação ineliminável a cotidianidade com suas múltiplas e variáveis determinações. O que faz com que esta predominância possa ser tudo, menos mecânica, imediata.

Isto, também, faz com que não se possa determinar *a priori* uma forma abstrata e logicamente fixada de modelo genérico desta predominância. A cada momento esta predominância se afirma

de uma maneira distinta, o que pode incluir, momentaneamente, até mesmo a sua aparente negação: uma radical alteração da esfera econômica pela ação de uma esfera específica da *praxis* social, como ocorre nos momentos revolucionários.

Metodologicamente, as possibilidades resolutivas são enormes, pois rompe com a relação de exterioridade entre o sujeito e o objeto sem cair na identidade absoluta de um com o outro. Nem Feuerbach nem Hegel: temos aqui um legítimo *tertium datur*. O objeto é portador de suas determinações ontológicas específicas, e é ele que comporá o campo resolutivo do grau de veracidade de uma teoria.<sup>37</sup> Todavia, este objeto nem é estático nem deixa de ser, em algum grau, causalidade posta. Portanto, é o campo da objetividade que coloca as demandas metodológicas necessárias à sua apreensão pela subjetividade, não existindo por isso nenhuma questão metodológica que possa ter sua resolução *a priori* no campo mais abstrato da lógica e do rigor meramente formal. Esta postura também se distingue radicalmente do empirismo e do positivismo ao considerar o objeto como histórico. Mesmo a natureza mais pura, neste sentido, se constitui enquanto objeto ao longo da história, sem que isto em nada diminua sua objetividade ontológica primária.

As investigações lukácsianas parecem apontar para o fato de que, no interior da tradição marxiana, nem o materialismo (a determinação da consciência pelo ser) nem a dialética (movimento do real enquanto complexo de complexos) estão esgotados. Isto, todavia, não significa desconhecer que graves problemas não tiveram sua resolução delineada, nem sequer nos termos mais gerais, pelo

---

<sup>37</sup> Apenas formalmente temos aqui alguma semelhança com a crítica imanente proposta por Adorno: a crítica do objeto do seu próprio interior. A moldura ontológica distinta confere à imanência da crítica em Lukács, e na Escola de Frankfurt, um sentido bastante diverso. Enquanto nesta, a crítica se fundava na distância entre o que o objeto "prometia" e o que ele de fato realizava, em Lukács a verdadeira crítica imanente não pode deixar de desconsiderar as efetivas articulações que se interpõem entre cada objeto e a totalidade da história do gênero humano.

filósofo húngaro. Contudo, delimitar com um mínimo de rigor as possíveis insuficiências da investigação ontológica de Lukács é uma empreitada que se situa para além dos limites que nos propusemos ao iniciar a redação deste ensaio.

Terminaremos, por isso, chamando a atenção para um possível paradoxo.

Na constituição do materialismo ontológico, Gramsci e Lukács jogaram os papéis centrais. A crítica ao stalinismo, no plano teórico-filosófico, é radical nos dois pensadores. Todavia, tanto um como o outro se alinham, de algum modo, com as posições políticas que respaldavam o marxismo estruturalista, quando não o marxismo mais vulgar. É no interior do duplo cerco representado pela prisão fascista, e pelo combate às suas idéias pela burocracia do Estado Soviético e da III Internacional, que Gramsci tem a genial antecipação da redescoberta da obra marxiana enquanto fundação de uma nova ontologia. Analogamente, é no interior de um duplo cerceamento – posto pela opção de resistir no interior do bloco soviético – representado pela censura oficial, e pelo constrangimento teórico-pessoal oriundo da crença de que no bloco soviético se construía o socialismo (ainda que com desvios), é que Lukács elabora a sua crítica ao idealismo marxista e ao materialismo vulgar-mecanicista. Não deixa de ser irônico (a história tem a sua astúcia) que do interior do mais brutal cerco à atividade intelectual que nosso século conheceu tenha brotado uma corrente teórica tão fértil e promissora.

Em suma, apesar de possíveis lacunas e de questões deixadas em aberto, a ontologia lukácsiana nos parece a linha possível, nos dias de hoje, de defesa e de desenvolvimento dos elementos centrais da *Weltanschauung* marxiana: a objetividade ontológico-primária do ser e a radical historicidade e sociabilidade do mundo dos homens.

# PARTICULARIDADE E UNIVERSALIDADE EM LUKÁCS E EISENSTEIN

*Célia Aparecida Ferreira Tolentino*

## INTRODUÇÃO

Para que haja justeza num confronto entre Lukács e Eisenstein, devemos observar, antes de mais nada, que, ao usar os trabalhos teóricos de ambos, estaremos não utilizando do cineasta os seus discursos mais acabados, isto é, sua obra cinematográfica.

O que nos parecia, de início, a comparação entre duas obras muito díspares – uma do filósofo-crítico e a outra do artista – acabou por revelar vários pontos de convergência. Isto é, convergência de princípios teóricos. O materialismo dialético e histórico estão na base interlocutiva de ambos, o que faz interessante essa pequena discussão.

É importante ressaltar, antes de iniciarmos nossa análise, que Lukács nunca escreveu sistematicamente sobre cinema, tendo dedicado a maior parte de sua crítica da arte à literatura. Sobre o cinema se tem um texto seu de 1913 declarando-o uma arte capaz de promover uma fantástica recriação da realidade através de montagem de imagens fragmentadas que, entretanto, ao contrário do teatro, abole o princípio de realidade e da objetividade, implicando em uma perda total do significado das coisas. Para Brissac Peixoto,

de cujo texto extraio estas notas, a postura “radicalmente antimodernista” de Lukács já se evidenciava neste período com esta crítica ao movimento de montagem.<sup>1</sup>

A esse dado se complementa o fato do teórico húngaro nunca se haver entendido muito bem com as vanguardas da arte moderna, pois as achava incapazes de totalizar e dar conta das contradições do real por uma preocupação formalista. Aos próprios escritores soviéticos do primeiro período que diziam preferir as inovações estilísticas de Joyce à Gorki, Lukács atribui “resíduos não superados das tradições burguesas decadentes”. É interessante que, para dar conta das contradições do mundo burguês, Lukács eleja o realismo como a verdadeira arte literária e defenda o “realismo socialista” como a literatura soviética.

Eisenstein, por sua vez, traz em suas obras as influências das vanguardas artísticas dos anos 20 e sobretudo do movimento construtivista, a variante soviética (inclusive no sentido que se queria uma arte bolchevique) do cubismo e futurismo, condenado já em 1922 em favor do realismo.<sup>2</sup> Tanto para os construtivistas como para Eisenstein, a arte do país dos *soviets* deveria ser inovadora como a própria proposta de uma nova sociedade. Os dirigentes do *Proletkult*, no entanto, discordavam destas vanguardas no que entendiam por arte inovadora e proletária. Mais tarde o próprio Lukács iria condenar o “excesso de realismo” da literatura oficial soviética, cuja falta de estrutura dramática a teria transformado em um apanhado de monografias e relatórios de fábricas e oficinas em lugar do que se queria romance, contos ou novelas.

Por fim, vale lembrar que tanto Eisenstein quanto Lukács sofreram repreensões do Partido Comunista por posições não condizentes com a linha oficial. Ao que consta, nos escritos de ambos, a interlocução com os questionamentos oficiais estão presentes. Isso é mar-

---

<sup>1</sup> PEIXOTO, N. Brissac, *A sedução da barbárie*, p. 36.

<sup>2</sup> NASH, J. M., *O cubismo, o futurismo e o construtivismo*.

cante nos textos de Eisenstein que, em sua maioria, foram escritos em direção a justificar sua proposta cinematográfica.

Na primeira parte deste trabalho examinamos o conceito de particularidade em Lukács e o campo de construção deste conceito, a relação particular/universal na obra de arte. A segunda parte é dedicada a observar essa relação no campo da montagem cinematográfica através dos escritos de Eisenstein. A terceira e última parte propõe uma análise a partir da definição lukacsiana da categoria da particularidade na arte e um confronto com a posição do cineasta sobre o particular e universal na montagem dialética.

## I. LUKÁCS

### 1. PARTICULARIDADE: CATEGORIA CENTRAL DA ESTÉTICA

Nos fundamentos epistemológicos da construção da categoria de particularidade na estética de Lukács, a relação sujeito/objeto constitui um dos importantes eixos dessa *démarche*. Como pensador materialista, afirma, em nome da ruptura com a filosofia idealista, o primado da realidade objetiva no que chama de formas de apreensão do mundo, da ciência à arte, passando pelo conhecimento do cotidiano. Nesse processo de apreensão, tanto o conhecimento cotidiano quanto a ciência e a arte têm sua origem na experiência, no particular, de onde os dois últimos, no entanto, buscam um princípio geral.

As distinções específicas em relação aos três tipos de conhecimento estão, para Lukács, no ponto onde essa apreensão se fixa e recebe forma. O conhecimento ligado à prática cotidiana se fixa em qualquer ponto, a depender de suas tarefas concretas e práticas. O conhecimento científico, de acordo com suas finalidades se encaminha para o universal ou para o singular. E a arte recebe forma e fixa-se no particular.



Estes três campos da atividade humana, entretanto, refletem a mesma realidade objetiva que *“é a mesma não só como conteúdo mas também em suas formas e categorias”*.<sup>3</sup> Isto que aqui se chama de reflexo, é preciso afirmar, não se trata de um espelhamento da realidade, mas de uma forma específica de interposição, mediação entre o homem e a natureza, cada vez mais aprimorada. Lukács afirma que as transformações histórico-sociais fizeram com que se aperfeiçoassem os órgãos receptivos, desde os utilizados nas ciências naturais até os órgãos receptivos humanos, que se tornaram mais aprimorados em função das exigências cada vez mais diversificadas no trabalho e pelo fecundo intercâmbio e relações recíprocas com a ciência e a arte.

Ao pensar a arte como reflexo, Lukács observa que esta constitui um tipo especial de reflexo. A primeira característica que distingue a arte da ciência é que esta é antropomórfica. O conhecimento científico situa-se no âmbito da universalidade e ao intentar reduzir ao máximo a influência dos aspectos humanos, sociais, na apreensão dos fenômenos, tenderia à máxima desantropomorfização. O reflexo estético, ao contrário, procede do mundo do homem e está destinado para este. No antropomorfismo da arte estão contidas todas as típicas relações da vida humana, questões e problemas socialmente condicionados, colocados pelo desenvolvimento das forças produtivas e modificadas pelas transformações das relações de produção. Assim a arte é fundamentalmente histórica tanto quanto sua essência. Para Lukács, e isso é fundamental para a categoria da particularidade, não existe uma essência “supra temporal” imanente à arte.

Pode-se dizer, fundamentando-se nesta definição, que a arte cria um retrato sensível de cada época ou sociedade. A arte em Lukács é datada, embora transcenda o gênero humano porque pode perdurar, ao contrário da ciência, que pode ser invalidada ou superada. Aponta Parkinson em sua discussão sobre a estética de Lukács:

---

<sup>3</sup>LUKÁCS, G., *Introdução a uma estética marxista*, p. 160.

“... obra de arte não pode ser comparada à teoria científica. A ciência, segundo Lukács, se propõe a refletir o infinito – o que seguramente quer dizer que o objetivo último da ciência é a compreensão do universo –, porém a essência de tal reflexão é que só se aproxima de seu objeto, resultando que pode ser superada por teorias superiores”.<sup>4</sup> A obra de arte, completa e contida em si mesma, não é superada no sentido de ser substituída por obras posteriores. Observa Parkinson: “A física newtoniana supera e substitui a física cartesiana e essa não é a relação entre Mozart e Bach”.<sup>5</sup>

O que é que define a obra de arte completa e contida em si mesma? Segundo a leitura de Parkinson, para Lukács é o “aqui e agora” da obra de arte, fundada na condição histórica de sua origem, refletindo uma realidade determinada que a faz ingovernável pela categoria da universalidade. Ressalva à qual, no entanto, este “aqui e agora” imanente confere a condição de porta voz de uma fase sócio-histórica do desenvolvimento da humanidade, impedindo que se atribua à arte uma pura individualidade, uma vez que contém elementos de generalidade. Assim, a arte não reflete meros indivíduos, vistos como entidades isoladas, tampouco leis universais. Sobre a arte convergem tanto elementos universais como individuais, o que lhe imputa a necessidade de uma categoria especial. Essa é uma das chaves para o que Lukács chama de particularidade da obra de arte.

Ainda segundo Parkinson, outro aspecto que complementa a definição de arte completa e contida em si mesma, é a distinção entre totalidade intensiva e totalidade extensiva utilizada por Lukács. Esta última, a totalidade extensiva é a que evoca a ciência. A arte evoca uma totalidade intensiva no sentido de que é um reflexo do

---

<sup>4</sup>PARKINSON, G.H.R. “Lukács, sobre la categoria central de la estética”, in PARKINSON, G.H.R., (org), *Lukács: el hombre, su obra e su ideas*, p. 145 (as citações foram por mim traduzidas livremente do espanhol).

<sup>5</sup>Idem, *ibidem*.

mundo do homem, do ponto de vista do homem e para o próprio homem.

Em suma, a obra de arte é antropomórfica e carrega para si elementos tanto universais como individuais. Essa conjunção provoca uma outra unidade que Lukács chama de *comunidade de conteúdo e forma* para onde convergem os termos singularidade, particularidade e universalidade. Vale dizer já aqui que Lukács pensa conteúdo e forma como coisas inseparáveis, muito embora seus escritos demonstrem o primado do primeiro sobre o segundo.

## 2. PARTICULARIDADE, CAMPO DE MEDIAÇÕES

A particularidade está, portanto, para Lukács fundamentalmente vinculada ao caráter gnosiológico da obra de arte, naquilo que o teórico vê como apreensão do real sob a especificidade de conteúdo e forma. Lembremos que, ao falar das três formas de conhecimento – o pensamento cotidiano, o pensamento científico e a arte – o pensador húngaro afirma que cada uma dessas formas se fixa em um determinado ponto, isto é, em direção ao singular ou universal, a depender de suas finalidades ou tarefas concretas e práticas.

Assim *“enquanto no conhecimento teórico este movimento de dupla direção vai de um extremo ao outro, tendo o termo intermediário, a particularidade, uma função mediadora em ambos os casos, no reflexo estético o termo intermediário torna-se literalmente o ponto do meio, o ponto de recolhimento para o qual os movimentos convergem. Neste caso, portanto, existe um movimento da particularidade à universalidade (e vice-versa) e, bem como da particularidade à singularidade (e ainda vice-versa) e, em ambos os casos, o movimento para a particularidade é conclusivo”*.<sup>6</sup> Esse ponto, como aponta Parkinson, poder-se-ia entender como um espaço para o movimento, não como um ponto médio entre dois pontos, mas um

---

<sup>6</sup>LUKÁCS, G., *op. cit.*, p. 161.

campo de mediações entre o universal e o singular. Tais mediações, complementa Parkinson, são reais e não se trata de mero produto da consciência. São mediações objetivas onde se coloca em grande medida a conexão dos objetos do mundo exterior.

O reflexo estético, ao descobrir e reproduzir “a totalidade da realidade explicitada em sua riqueza de conteúdos e formas”, e ao ser realizado sob várias mediações e um processo subjetivo, provoca “modificações qualitativas na imagem reflexa do mundo”.<sup>7</sup> E, como forma específica de representação de uma realidade historicamente dada, supera os extremos, o universal e o individual, tornando-os síntese na particularidade. Vale dizer, o conhecimento estético se faz a partir de um dado conhecimento subjetivo, entretanto, traz em seu reflexo, aspectos da realidade objetiva (à medida em que faz uso de leis universais) e torna-se uma forma peculiar, especial de conhecimento para a humanidade, auto-conhecimento.

Lukács propõe que, como as outras esferas do conhecimento, seria impossível uma história das artes se não fosse observada nestas transformações da vida e da arte, que com ela amplia, seus poderes de cognoscibilidade. Enquanto no conhecimento científico tais transformações significam a superação de estágios do conhecimento, nas artes ocorre o contrário. Isto é, o conhecimento “verdadeiramente” artístico permanece mesmo quando seus elementos estruturais e formais já estão há muito superados. Isto porque a etapa que a sucede não se utiliza da sua forma precedente – embora se utilize das experiências por ela acumuladas. Diferentemente da ciência, a prática do conhecimento estético recomeça do início, produzindo a peculiaridade da sua não-superação. Para Lukács, esse dado abriria a brecha para a sua mistificação, num sentido irracionalista (Lukács atribui essa leitura ao que chama de “reação filosófica”).

Assim define o “realmente artístico” permanente: “toda obra de valor discute intensamente a totalidade dos grandes problemas

---

<sup>7</sup>Idem, *ibidem*, p. 154.

*de sua época: tão somente nos períodos de decadência estas questões são evitadas, o que se manifesta, nas obras, em parte como carência de universalidade, em parte como enunciação nua de universalidade não superada artisticamente (falsas e distorcidas como conteúdo)”,<sup>8</sup>* Duas questões a ressaltar. A primeira é que a arte de um dado momento histórico deve, segundo esses enunciados, empreender a “síntese das questões de sua época”, cujo estilo, segundo esse pressuposto, é componente do conjunto desse retrato sensível e específico de múltiplas determinações de uma época. A segunda questão é que nesta citação do pensador húngaro, já encontramos o contorno do que virá a chamar de arte da decadência e não totalizadora. Sob essa definição, o autor sobrepuja um estilo em detrimento de outro, isto é, faz a defesa do realismo e critica as manifestações modernistas da arte da primeira metade deste século (cubismo, futurismo, surrealismo, construtivismo, etc.).

### 3. REALISMO: O “REALMENTE ARTÍSTICO”

Como observa Parkinson, sendo a particularidade um espaço de movimento ao redor de um ponto central, o estilo, o *tônus* de uma obra dependeria do movimento ascendente ou descendente dentro dessa unidade, aproximando-se ora do universal, ora do individual. Esse analista cita o exemplo dado por Lukács à obra de Dickens que em alguma de suas novelas “*caracteriza a ‘classe superior’ por meio de generalizações satíricas, enquanto a ‘classe inferior’ é caracterizada por meio de uma amorosa atenção aos pequenos detalhes da vida cotidiana*”.<sup>9</sup>

Parkinson observa ainda que, para Lukács, aproxima-se da essência da arte aquele que retrata a organização do mundo dinamicamente, como um sistema de movimentos, um sistema de tensões

---

<sup>8</sup>Idem, *ibidem*, p. 163.

<sup>9</sup>PARKINSON, G.H.R., *op. cit.*, p. 153.

e contrastes. Esses diversos movimentos se distanciam ou se aproximam mais do singular ou mais do universal. E são esses extremos e a distância ou aproximação deles que produzem a pluralidade das artes em gêneros e estilos e segundo a estética de Lukács: "... o drama concebe seus personagens e situações de um modo mais universal que a épica; os traços individuais aparecem em uma forma muito menos detalhada. Em geral pois, o drama tende para a universalidade, e a épica para a individualidade (...) Assim Racine está mais próximo da universalidade que Shakespeare ...".<sup>10</sup> A novela moderna e o moderno teatro burguês também estariam mais próximos da individualidade.

Parkinson acrescenta ainda que, quando Lukács fala em termos da arte na acepção avaliativa da crítica de arte, está falando da obra de arte realista. Para o pensador, o realismo é a base artística de toda criação autêntica e só uma postura realista poderia desmascarar a aparência em função da essência do real refletido. Nos outros estilos literários faltaria uma hierarquia para ordenar o real.

Essa leitura lukacsiana já aparece em *Narrar ou descrever* de 1936, quando discute a narração de Tolstoi em contraposição à descrição de Zola, definindo que no estilo do primeiro encontram-se os elementos de uma apreensão do real em suas contradições. O narrador, entende, se integra aos motivos geradores da ação do drama, enquanto que a descrição que reduz o homem à mesma estatura (importância) das coisas não coloca em questão os "motivos geradores". Na ordem narrativa as coisas se articulam e destaca-se o processo, enquanto que na descrição há um nivelamento das coisas e, os resultados é que são acentuados. Declara, ainda, a supremacia do realismo como a obra narrativa e condena o naturalismo como obra descritiva, observando, ao final, que uma arte pode sustentar-se como estrutura interna em um dado período, porém só será insuperável se der conta da apreensão da síntese do "aqui e agora".

---

<sup>10</sup>Idem, *ibidem*, p. 154.

Assim sendo, o realismo pode realmente superar o universal e o singular na particularidade enquanto o naturalismo só dá conta do singular.

Parkinson observa que Lukács conecta o tipo à literatura realista e define que *“algo chega a ser um tipo na medida em que todos os ‘momentos’ humana e socialmente especiais de uma época histórica se reúnem nele. Na descoberta de personagens típicos e situações típicas, as tendências mais importantes do desenvolvimento social recebem adequada expressão artística”*. E cita a análise de Lukács a respeito de Tolstoi: *“Em Ana Karenina o destino da heroína é um destino muito individual e, sem dúvida é também típico, enquanto revela nos termos mais vigorosos as contradições internas do moderno matrimônio burguês”*.<sup>11</sup>

Assim, a tipicidade passa a ser uma categoria da particularidade, onde se pode ver a realidade no seu ponto mais avançado, ou seja, individualidade empírica, concreta que, não obstante, traz em si elementos de universalidade. Os tipos também estão na ciência, esclarece Lukács, que trata de generalizá-los o mais possível para assumi-los no universal e reduzi-los a um número mínimo. No caso da arte, ao contrário, se mantém a pluralidade de tipos sem que se suprima o individual. Isto significa que na base do reflexo artístico está a unidade do individual com sua generalização, isto é, está o particular.

Nessa linha de raciocínio, a arte moderna para Lukács será vista como a arte incapaz de totalizar, porque é a arte mergulhada no fragmento, reprodutora do conhecimento compartimentado tal como a ciência positivista. Essa arte da fragmentação não daria conta do tempo histórico – alguns analistas sugerem da luta de classes –, ficando reduzidas a um conjunto de dados sem organicidade. Nesse lugar está a arte moderna, que peca pelo culto à forma sendo que sua maior parte não ultrapassaria a imediata subjetividade. Vale dizer aqui que, embora Lukács tenha tratado em especial da literatura,

---

<sup>11</sup>Idem, ibidem, p. 155.



estende essa análise a outras formas artísticas como a música e a pintura.

No que se refere às formas “inovadoras”, podemos dizer que duas questões se destacam em Lukács. A primeira é que para superar Hegel, onde o conteúdo e a forma se convertem um no outro, é preciso estabelecer a prioridade do conteúdo, sem negar, entretanto, a relação recíproca de conversão de conteúdo e forma e vice-versa. Ou seja, assim realizar-se-ia uma leitura materialista dialética e histórica.<sup>12</sup> A segunda questão a observar é a de como Lukács trata a superação e substituição de determinadas formas artísticas: “... é original o artista que consegue captar em seu conteúdo, em sua justa direção e em suas justas proporções, o que surge de substancialmente novo em sua época, o artista que é capaz de elaborar uma forma organicamente adequada ao novo conteúdo e por ele gerada como forma nova”.<sup>13</sup>

Ou seja, por princípio, Lukács admite que as transformações histórico sociais geram formas novas de reflexo e apreensão artística do real. Ressalta, porém, que se faz necessário que o artista tome uma posição perante a realidade reproduzida para garantir a verdadeira arte. E, acrescenta que, a universalidade e justeza do novo em sua real essência deve mesmo favorecer a variedade e originalidade da forma. *A Mãe* de Gorki é, para Lukács um exemplo do novo, de uma representação sensível de homens novos.

#### 4. PARTIDARISMO NA ARTE

Para Lukács, todo artista inevitavelmente assume uma posição diante da realidade reproduzida. Mesmo o poeta, ao falar da primavera ou do inverno, exibiria sua atitude perante as tendências e lutas de seu tempo.

---

<sup>12</sup>LUKÁCS, G., *op. cit.*, p. 182.

<sup>13</sup>Idem, *ibidem*, *op. cit.*, 207.



Sob esse preceito, uma obra que não der conta de posicionar o subjetivo particular do artista e sua relação com a raça humana, em seu momento historicamente dado, não será uma obra genuinamente artística. É o que atribui aos escritores que seguem o método descritivo, por exemplo. Para Lukács, esses escritores “*registram sem combater os resultados ‘acabados’, as formas constituídas da realidade capitalista, fixando somente os efeitos mas não o caráter histórico conflitivo, a luta de forças opostas*”.<sup>14</sup> Narrar ou descrever significa, como mostra o fechamento do texto: “participar ou observar?”

Dois exemplos de obra que reproduzem esse sentido da particularidade encontramos, segundo Lukács, em Balzac e Cervantes. E cita Marx, concordando com ele que: “*Balzac não foi apenas o historiador de sua época, mas o criador profético de personagens ainda embrionários nos dias de Luis Felipe e que não desabrochariam completamente senão depois de sua morte, no governo de Napoleão III*”.<sup>15</sup> Quanto a Cervantes, o seu *Don Quixote* expressaria a sua tomada de posição na luta entre o feudalismo moribundo e o mundo burguês nascente, através da pureza e comicidade do personagem.

E, para finalizar, é importante observar para o desenvolvimento de nossa discussão subsequente, que, para Lukács, o grande problema das artes modernas estava justamente na incapacidade dos artistas transcenderem o subjetivo em direção ao particular – campo de forças organizador da relação singular/universal.

A arte é, na acepção lukacsiana, algo muito importante para o desenvolvimento sócio-histórico do homem, observa Parkinson, fundamentalmente porque apresenta, de uma forma concreta e emocionalmente evocadora, as leis histórico-sociais que governam os seres humanos.

---

<sup>14</sup> LUKÁCS, G., *Narrar ou descrever*, p. 88.

<sup>15</sup> Idem, *ibidem*, p. 231.

## II. EISENSTEIN

### 1. ORGANICIDADE DA OBRA DE ARTE

Particular e universal nos escritos de Eisenstein recebem filiação em Engels e Lênin. Da *Dialética da natureza* de Engels toma a definição de que “o organismo é uma unidade superior”. E de Lênin: “o particular só existe na relação que leva ao geral. O geral só existe no particular, através do particular”.<sup>16</sup> É no corpo desse referencial teórico que Eisenstein fala em obra de arte, embora esteja pensando primordialmente o cinema.

Como aponta Deleuze, o cinema, ao contrário das outras artes, é dotado de movimento próprio e não depende de um espírito que o execute ou reconstitua.<sup>17</sup> O cinema ultrapassa os limites da coreografia ou da palavra. Seus truques podem levar a imagem em seu desenvolvimento imediatamente ao cérebro. Assim, mostra Deleuze, os grandes pioneiros do cinema, entre eles Eisenstein, conscientes de tal peculiaridade, acreditavam que esta seria a *arte do choque* que despertaria no espectador o pensador, à medida que falasse tão diretamente ao “pensamento”. Eisenstein pensava um cinema cujas partes e partículas, formadas pela montagem e movimento, desenvolvesse o processo mesmo do pensamento, realizando um “choque sobre o espírito”, forçando-o a pensar o Todo.

Com isso, já supunha Eisenstein (e não só ele), que o cinema era a arte das massas e poderia realizar mais de uma espécie de movimento em direção ao pensamento coletivo. Para o cineasta, entretanto, importava realizar um cinema que desse conta do processo dialético da imagem-movimento, de forma a levar quem o visse a um estágio específico de “choque”, onde o todo fosse visto em seu processo de conformação a partir de oposições mobilizadoras. Essa “intenção” de um processo dialético deveria estar desde a mais es-

---

<sup>16</sup>EISENSTEIN, *A forma do filme*, p. 144.

<sup>17</sup>DELEUZE, G., *A imagem-movimento*, p. 189.

pecífica “célula” de imagem até o corpo estrutural da obra como um todo.

Para Eisenstein, numa obra de arte orgânica todos os elementos são sustentáculos constitutivos em todos os níveis e aspectos que a compõem. O mesmo critério deve impregnar cada parte em especial, cada área chamada a participar do trabalho de composição. Essa integração parte-todo e vice-versa deve estar disposta dialeticamente.

A qualidade orgânica de uma obra, dada a perceber por ela mesma, deve aparecer como na *lei dos fenômenos naturais*, numa totalidade dotada de leis internas e de uma lei estrutural, sob a qual se encontram subordinadas todas as suas partes. Esse é o *princípio* da lei dos organismos da natureza. Essa é a definição de Eisenstein que propõe que sua obra dê conta, não só da aplicação desse princípio, mas da própria lei.

O cinema estaria colocado para o espectador como *logos* (conceito) materializado em luz, tom, movimento, ritmo, som etc. O todo, a estrutura da obra, que Eisenstein chama de conceito, é o tema ou assunto, resultante de partes constitutivas em movimento. As partes por sua vez, formam um todo em si que, embora distintos uns dos outros, mantêm estreita conexão temática com a estrutura principal, uma vez que dela contêm elementos.

A esse organismo soma-se a qualidade peculiaríssima do cinema de operar com um *pathos* próprio. Isto é, um filme pode mover sua composição de forma qualitativa e definir sua própria “emoção” interna, e com isso falar diretamente ao *pathos* do espectador. Deleuze observa que, ao propor o patético como correlato do orgânico, Eisenstein estaria pensando que enquanto um deveria corresponder ao “pensamento sensorial” o outro deveria falar à “inteligência emocional”.

Essa concepção fica clara no exemplo de *O encouraçado Potemkin*, filme cujo assunto é o sentimento de unidade revolucionária. O *pathos* que move em direção ao tema se faz através da oposição geradora, um movimento iniciado na célula do navio (um grupo de marinheiros revoltados) que vai para todo o organismo do navio, do navio para a esquadra e da esquadra para a revolução. As oposições estão colocadas em cada partícula da estrutura do filme dividido em cinco episódios (tirados da estrutura da tragédia clássica). O filme contém duas metades e entre elas uma ruptura que as diferencia. Ou seja, uma ruptura no ponto central que mobiliza a ação da segunda metade. O tema inicia-se no mar, vai para a cidade (em oposição física ao mar, mas a ele unida pelo sentimento de solidariedade) e volta ao mar para fechar o processo iniciado.

Oposições como estas estão contidas em todas as sequências onde os movimentos dos personagens executam uma oposição ao seus próprios estados iniciais: quem está sentado se levanta, quem está silencioso, berra; o entorpecido, brilha; e assim por diante. De tal modo que o espectador se sinta compelido a participar no mesmo nível do *pathos* da obra. Para Eisenstein, uma obra com esses princípios de organicidade faz com que o tema e o assunto sejam assimilados mesmo num conjunto de espectadores onde tais questões não estejam na ordem do dia: “*Isto pode quebrar a resistência até do espectador cuja sujeição de classe está em franca oposição à direção tomada pelo assunto e tema da obra ...*”.<sup>18</sup>

Alguns movimentos no conjunto de *O encouraçado Potemkin* garantem o que Eisenstein chama de transição de “uma qualidade para uma nova qualidade” com relação ao *pathos*. Numa sequência da “Escadaria de Odessa” esse processo é construído através da montagem de um conjunto de oposições:

1. O tempo aumenta / o ritmo (dos soldados) acelera
2. A massa precipita pela escadaria vertiginosamente/ uma mãe sobe lenta e solenemente com o filho morto nos braços

---

<sup>18</sup>EISENSTEIN, *op. cit.*, p. 144.

3. Um carrinho de bebê rola escada abaixo / o movimento dos soldados é rítmico
4. Fechamento com os leões de pedra que se levantam: o rítmico x o poético

Para Eisenstein, esse era o processo de montagem de uma obra tanto monística quanto dialética. Em um discurso justificativo para o poder central soviético, esclarece a respeito do processo de montagem, ao ser acusado de formalismo, já no início dos anos 30: *“Para nós o microcosmo da montagem tinha de ser entendido como uma unidade que, devido a tensão interna das contradições, se divide para reunir numa unidade nova de um novo plano, qualitativamente superior, a imagem concebida de modo novo.”*<sup>19</sup>

## 2. *Pars Pro Toto*

A discussão *parte-todo* na obra de Eisenstein não pode deixar de ser situada como ele a entendia, na linha da pesquisa do cinema como uma linguagem imagético-sensorial fundamentado na linguística, psicologia e antropologia. É preciso ressaltar, entretanto, que grande parte dessas discussões tinha como endereço a necessidade de não se deixar aproximar do idealismo hegeliano. O discurso político cinematográfico deveria ser uma mediação fundada em concretude, isto é, no reflexo da própria realidade.

Nos seus trabalhos de 32 e 35, há uma preocupação constante com o que Eisenstein chama de “discurso interior” e sua sintaxe específica. O outro aspecto é o que denomina “pensamento primitivo”, fundamentando-o na psicologia e antropologia para discutir a montagem visual como forma de representações que se aproximariam de determinados elementos “arcaicos”, típicos de estágios primários de representação mental.

---

<sup>19</sup>Idem, *ibidem*.

A sintaxe do pensamento interior, observa Eisenstein, é distinta do discurso manifesto. O pensamento interior não é dotado de construções lógicas, é dotado de estrutura específica. Para o cineasta, as leis que regem o discurso interior são as mesmas que regem as várias regras de construção de forma e composição da obra de arte. Assim, propõe, pode-se construir um cinema baseado em uma *montagem intelectual*, isto é, uma montagem que fale diretamente aos sistemas nervosos superiores do pensamento, com seu grau de movimento, atonalidade, ritmo etc. Esse é o princípio do cinema intelectual, que na sua forma mais avançada deve realizar uma síntese de ciência, arte e militância de classe. Para Eisenstein, ao falar na sintaxe do pensamento interior poder-se-ia dar um tratamento de classe aos fenômenos (aparência), imprimindo-lhe o ponto de vista da essência (processo).

Quanto aos elementos do folclore, míticos, das normas residuais de comportamento primitivo, elementos da tradição, Eisenstein entende que estes possuem os mesmos métodos e técnicas de representação das empregadas no discurso cinematográfico. Os signos específicos dessas formas representativas permitem, propõe Eisenstein, que se decodifique e se faça tão bem impressionar por alguns recursos da técnica artística. Um dos elementos muito difundidos é o *pars pro toto*, que produz grande efeito. Isso corresponde ao que nas comunidades primitivas se faz com relação a certos hábitos cotidianos. Um exemplo poderia ser o significado do dente de urso presenteado que deve conferir a quem o recebe a mesma força do animal. Isto é o pensamento pré lógico. Entretanto quando uma menina zangada rasga a foto do namorado infiel para vingar-se dele, ela está repetindo elementos desta estrutura arcaica de pensamento.

*“O pince-nez do médico, no Potemkin, ficou gravado na memória dos que assistiram ao filme. O procedimento consistia na substituição do todo (o médico) por uma parte (o pince-nez), efeito que conseguia uma intensidade sensorial muito maior do que teria a reaparição do próprio médico.*

*Assim, este procedimento é o exemplo mais típico de uma forma de pensamento próprio ao arsenal de pensamento primitivo*".<sup>20</sup>

Isso é uma figura comum na literatura observa, a sinédoque, que se divide em duas espécies:

- Apresentação da parte em lugar do todo (que apresenta uma série de subdivisões)

- O todo em lugar da parte.

De qualquer forma, ambas as espécies estão sujeitas a uma condição básica: a da identidade da parte e do todo e da possibilidade de equivalência ao se substituírem.

O segundo aspecto do *pars pro toto* vem do elemento inverso também tomado dos velhos costumes primitivos. Eisenstein exemplifica utilizando o costume polinésio de abrir portas e porteiros, retirar tangas, cocares e colares de todos os membros da aldeia, no momento que uma mulher polinésia vai dar a luz. De forma que o todo se componha para "abrir os caminhos" da nova criança para sua chegada ao mundo. Desse modo, todos os elementos da obra devem estar em consonância com o elemento principal: a luz, o ritmo, a música, o tom devem compor-se para o tema principal.

Para Eisenstein, essa é a composição dialética da obra cinematográfica, constituída sobre essa "duo unidade": uma construção que leve o conceito (tema ou assunto) rumo aos níveis mais elevados da consciência, e uma estruturação da forma que fale às camadas mais profundas do pensamento sensorial. Estes polos opostos devem criar a tensão da "unidade de forma e conteúdo, que caracteriza as verdadeiras obras de arte. Sem esta, não existe obra de arte autêntica".<sup>21</sup>

Pode-se concluir que, para Eisenstein, o cinema operaria através da construção de um conceito (tema) e uma linguagem para decifrá-lo, onde todos os elementos se imbricassem e se complemen-

---

<sup>20</sup>EISENSTEIN, S. "Novos problemas da forma cinematográfica", p. 226.

<sup>21</sup>Idem, ibidem, p. 238.

tassem mantendo uma tensão interna. Observa o cineasta que os princípios de oposição interna comporiam a linguagem dialética do verdadeiro cinema revolucionário. Outras formas de composição existem, afirma, e Griffith é um exemplo de outra espécie de discurso, coerente com sua leitura de mundo, isto é, a leitura de um liberal que deriva na montagem paralela, típica criação do cinema americano.

### 3. REFLEXO E PARTIDARISMO

*“A questão da montagem se baseia numa estrutura definida de reflexo e num sistema de pensamento definido, deriva e derivou, apenas da consciência coletiva, que é um reflexo de um novo (socialista) estágio<sup>22</sup> da sociedade humana e um resultado da educação ideológica e filosófica do pensamento, inseparavelmente vinculada à estrutura social dessa sociedade.”*

Eisenstein estaria convencido de que o “país dos *soviets*” deveria inaugurar um cinema tão novo como a sociedade que representava. A velha forma realista advinda das expressões artísticas do século XIX nada teriam a ver com a arte soviética, muito menos com o cinema, ainda por construir.

Esse discurso era a contraposição do cineasta às críticas a ele endereçadas – sobretudo na era Stálin – no sentido de estar fazendo um cinema pouco “quente” e “vivo” em função do cinema intelectual.

O cinema intelectual baseado numa montagem dialética seria, segundo o cineasta, uma forma de realizar o conteúdo histórico socialista, cujas possibilidades se mostravam incomensuráveis com as inovações técnicas da nova arte. O uso do som, por exemplo, viria ainda mais reforçar tais premissas.

---

<sup>22</sup>EISENSTEIN, S. *A forma do filme*, p. 205.



O próprio tratamento conferido ao *pathos* de um filme, observa Eisenstein, impele o autor a se posicionar perante o conteúdo e leva o espectador a se relacionar do mesmo modo. Portanto, uma estrutura patética levaria o espectador, a partir do seu movimento, a reviver os momentos culminantes de substanciação que formam a base de todo pensamento dialético.

De modo que, a posição do cinema soviético na construção do *pathos* não poderia se igualar à montagem paralela de Griffith, por exemplo, cuja obra era para Eisenstein, sem dúvida grandiosa e descobridora. Mas, era natural, propunha, que o espírito e o conteúdo do cinema soviético fosse além dos ideais de Griffith e de seus reflexos nas imagens artísticas.

Na visão social liberal do cineasta americano não pairaria nada além de um humanismo levemente sentimental, digno dos velhos cavalheiros e doces madames da Inglaterra vitoriana, do modo como Dickens adorava retratá-los. Havia, no cinema de Griffith, apenas uma moral piedosa sobre o velho conflito pobres/ricos.

A estrutura de montagem é inseparável do conteúdo do pensamento como um todo, reafirma Eisenstein:

*"A estrutura de Griffith é a da sociedade burguesa: composta em uma complicada corrida em duas linhas paralelas onde se encontra o contraste social possuidores/despossuidos na forma dicotômica dualista. Por isso Griffith é o mestre da montagem paralela fundamentada no tempo para a qual se contrapõe a montagem fundamentada no ritmo, do cinema soviético. Isso impressionou os americanos. Mas, para converter o cinema em ritmo é preciso unidade orgânica, antes de tudo."*<sup>23</sup>

A sua conclusão do processo inaugurado pelo cinema americano é fundamental para embasar sua tese da arte como reflexo do real: *"a montagem paralela de Griffith parece ser uma cópia de sua visão dualista de mundo que corre através de duas linhas, rico e pobre em*

---

<sup>23</sup>Idem, ibidem, p. 198.

*direção a uma 'reconciliação' hipotética onde as paralelas se cruzariam, isto é, no infinito, tão acessível, quanto a 'reconciliação'".<sup>24</sup>*

E entendendo que o cinema soviético devesse expressar a concepção dialética da história que alimentava o cinema revolucionário, afirma Eisenstein: *"para nós a montagem se tornou um meio de adquirir uma unidade de ordem superior – um meio, através da imagem de montagem, de adquirir uma personificação orgânica de uma concepção ideológica singular, abarcando todos os elementos, partes, detalhes da obra cinematográfica. ... E de acordo com este princípio de nossa montagem, unidade-e-diversidade soam ambas como princípio".<sup>25</sup>*

### III. A CATEGORIA DA PARTICULARIDADE E A PROPOSTA ARTÍSTICA DE EISENSTEIN

#### 1. ARTE COMO REFLEXO DO REAL

A arte como reflexo da realidade e como forma de apreensão do mundo é um dos pontos convergentes em Eisenstein e Lukács.

Para o teórico húngaro, a arte se mantém peculiar em relação à ciência na medida em que carrega para si o singular e o universal.

Eisenstein observa que o seu método de desenvolvimento de uma obra cinematográfica parte de um conceito (tema, assunto) – como o próprio cineasta sugere, quase que hegelianamente – e caminha em direção à conversão desse conceito em processo. Isto é, em uma estrutura de imagens e movimentos que possa representá-lo em constituição e que fale diretamente ao raciocínio do espectador.

---

<sup>24</sup>Idem, ibidem, p. 211.

<sup>25</sup>Idem, ibidem.

Estaria Eisenstein cometendo o pecado da aproximação excessiva da universalidade ao tomar como princípio o *conceito* como caminho para apreensão do real? O cineasta resolve esta questão quando observa que, na sua intenção de uma obra fundamentada nos princípios da dialética, o que entende por *conceito* mantém inteira relação orgânica com a realidade da qual fala. Ou seja, trata-se do real convertido em síntese. É o real particularizado historicamente, cujo *conceito* é a síntese de um conjunto de condições específicas, sem o risco da reificação.

As obras de Eisenstein podem responder com exemplos mais claros. Tomando-se *O encouraçado Potemkin* como exemplo, a síntese-conceito da solidariedade revolucionária recebe na estrutura um tratamento dialético. Isto é, o conceito – a solidariedade revolucionária – é resultado de um processo histórico de lutas de classes, de contradições sociais. Tais contradições deveriam compor o filme para suscitar no espectador o processo (via raciocínio e *pathos*) da construção da síntese.

Essa é uma discussão sobre a estrutura interna da obra. Se colocada no contexto, a obra *O encouraçado Potemkin* traz em si, desde o tema até a construção da obra como um todo, a síntese das mediações objetivas de uma época, tratando questões universais (a luta de classes) a partir de uma situação singular (o encouraçado revoltado) e de uma leitura sensível e sem dúvida, crítica, como propunha Lukács. Onde se localizaria o “personagem típico” carreador dos momentos “humanamente essenciais”?

A essa questão Eisenstein responde que o típico no “país dos *soviets*” é a massa organizada. Mesmo quando o culto à personalidade da era Stálin lhe exige um herói, sua compreensão é de que de um tamanho igual a imagem do herói é a imagem do homem do povo. Síntese que poderemos atribuir a Alexandre Nevski, o herói do filme homônimo que conta com a massa de camponeses para a vitória da Rússia contra a invasão teutônica (se passa no século XII) – que aparecem mais destacados que o exército do príncipe, através de um

grupo de indivíduos típicos representantes da coragem, sagacidade e patriotismo não vistos nos homens ricos da cidade.

Para Eisenstein, os determinantes objetivos que transformam os indivíduos subjetivamente estariam sempre claros em suas obras. Acreditava, no entanto, e isso lhe rendia problemas com os dirigentes soviéticos, que não deveria utilizar uma estética do século XIX (o realismo) para falar de um conteúdo novo.

Está claro, pelo menos em discurso, que Eisenstein faz convergir para sua obra os elementos fundamentais propostos por Lukács para a realização de uma verdadeira arte. Isto é, trata-se de uma obra politicamente posicionada, que se propõe a captar o real em seu movimento, tratando de explicitar as condições determinantes deste mesmo real que observa a partir de situações singulares.

Entretanto, o considerado cinema da narrativa, no sentido lukácsiano, é tipicamente o neo-realista italiano. O retrato de um contexto histórico-social se dá a partir de um personagem típico, cujas condições objetivas determinam sua visão de mundo, seu estar no mundo e o desenvolvimento de suas ações. Para um exemplo mais concreto de um filme realista poderíamos citar *Vidas secas*, de Nelson Pereira dos Santos, baseado no romance realista de Graciliano Ramos. Fabiano, o personagem central é o típico retirante nordestino, cujo destino particular é marcado pela trajetória típica de milhares de retirantes nordestinos.

O cinema hollywoodiano, da câmera invisível, cujo olhar nada hierarquiza, podemos chamar de naturalista e descritivo no sentido proposto por Lukács.

Eisenstein narra ou descreve? Segundo o próprio cineasta, a estrutura de seus filmes está mais próxima da construção de um poema. Assim reagiu ao ser acusado de formalista por Maximo Górkí.

Mas a obra de Eisenstein dá conta daquilo que exige Lukács, antropomorfizar as tendências e lutas verdadeiramente grandes do seu tempo. Sobretudo dando-lhes uma forma nova para o que chama

de conteúdo novo – reflexo do novíssimo país dos *soviets*. Não cabia, a seu modo de ver, refazer a apreensão esteticamente superada dessa realidade nova.

Entretanto, a essência que determina a seleção e organização dos detalhes da obra de arte, como propõe Lukács, é em Eisenstein a leitura dialética de mundo. A ele não se poderia atribuir o dogmatismo subjetivista e esquemático, resultando a “originalidade rebuscada e arbitrária” incapaz de totalizar, enderaçada a Beckett e Kafka.

Por fim vale notar que Eisenstein se fundamenta em Marx, Engels, Lênin, Hegel, assim como Lukács, mas ao cineasta não se pode atribuir o esquematismo do realismo socialista, criticado por aquele teórico que observa que as obras literárias oficiais soviéticas mais pareciam relatórios e monografias de fábricas e usinas por absoluta falta de tensão dramática e absoluta previsibilidade. Nestas obras, sobretudo do período stalinista, não se dava espaço para “contradições” e os personagens eram sempre monolíticos, segundo observa Lukács.

Talvez devêssemos concluir esse trabalho com uma indagação: teria Lukács utilizado, de fato, seus princípios teóricos para criticar a vanguarda?

Para nossa análise, a obra de Eisenstein supera o universal e o singular no conjunto de suas obras (-primas), realmente dotadas de historicidade e originalidade dignas do momento histórico que as gerou. Esse é o particular originário da sua experiência, cujo princípio estava na superação da sociedade de classes. Essa era a tese, e com ela concordava Lukács.

## BIBLIOGRAFIA

- BERMAN, M., *Tudo que é sólido desmancha no ar*, Companhia das Letras, São Paulo, 1987.
- COSTA, H.A., *Memória do cinema*, Afrontamento, Porto, s/d.
- DELEUZE, G., *A imagem-movimento*, Brasiliense, São Paulo, 1990
- EISENSTEIN, S., *A forma do filme*, Zahar, Rio de Janeiro, 1990.
- . “Novos problemas da forma cinematográfica”, in Xavier, I. (org.), *A experiência do cinema*, Graal, Rio de Janeiro, 2ª edição, 1990.
- . “O encouraçado Potemkin”, in *Cinetexto*, Global, São Paulo, 1982.
- . *O sentido do filme*, Zahar, Rio de Janeiro, 1990.
- GOLDMAN, L., “A Reificação” in *Dialética e Cultura*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1967.
- LUKÁCS, G., *Introdução a uma estética marxista*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1978.
- . *História e consciência de classe*, Publicações Escorpião, Lisboa, 1974.
- . “Narrar ou descrever” in *Ensaio sobre Literatura*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1968.
- METZ, C., *Linguagem e cinema*, Perspectiva, São Paulo, 1971.
- NASH, J.M. *O cubismo, o futurismo e o construtivismo*, Editorial Labor do Brasil, Barcelona, 1976.
- NETTO, J.P., “Lukács: guerreiro sem repouso”, in *Coleção Encanto Radical*, v. 28, Brasiliense, São Paulo, 1983.
- PARKINSON, G.H.R., “Lukács, sobre la categoria central de la estética” in PARKINSON, G.H.R. (org), *Lukács: el hombre, su obra e sus ideas*, Ed. Grijalbo, Madrid, 1973.

PASCAL, R., "Georg Lukács: el concepto de totalidad", in PARKINSON, G.H.R., (org) *Lukács: el hombre, su obra e sus ideas*, Grijalbo, Madrid, 1973.

PEIXOTO, N. Brissac, *A sedução da barbárie*, Brasiliense, São Paulo, 1982.

XAVIER, I., *Sertão Mar*, Brasiliense, São Paulo, 1983.

# MARXISMO, CIÊNCIA E IDEOLOGIA: UM OLHAR GRAMSCIANO

*Ignez Navarro de Moraes*

## POR QUE ESTE TEMA?

Fala-se muito de uma “crise das ciências sociais”,<sup>1</sup> que se traduziria por sua extrema fragmentação, pela ausência de conhecimentos relevantes e inovadores. A discussão, predominantemente epistemológica, enfatiza a implosão de seus principais “paradigmas teóricos”: o positivismo e a dialética. Como metateorias ou abordagens globalizantes do real, eles seriam insuficientes para explicar a complexidade e a diversidade das relações sociais existentes nas modernas sociedades contemporâneas (automatizadas, informatizadas) e teriam falhado ao tentar enquadrar em “camisas de força” a subjetividade individual, o cotidiano de vida, as escolhas e relações interpessoais.

A discussão é marcada ainda por um claro divisor de águas entre os que defendem a razão moderna (sendo a crise entendida como

---

<sup>1</sup>É freqüente a aceção de crise como mera desagregação ou caos; prefiro tomá-la em sua positividade: como expressão de vitalidade, de reconhecimento/enfrentamento dos problemas, de possibilidades concretas de avanços e transformações radicais.



crise na modernidade) e os que prognosticam os seus estertores: viver-se-ia uma crise da modernidade, anunciadora dos “tempos pós-modernos”. Nela, ganha relevo a *crise do marxismo*,<sup>2</sup> sobretudo em decorrência da *débâcle* do Leste Europeu.

Neste ensaio, volto-me particularmente para esta crise. Considero, pela concepção de marxismo assumida, redutor e inapropriado tratá-lo apenas como um “paradigma sociológico” em crise. A discussão, posta neste patamar essencialmente epistemológico, pode-se tornar em si mesma estéril, ao invés de contribuir para a apreensão do real significado da crise e das potencialidades da visão marxiana de mundo na atualidade. Prefiro refletir, de um ponto de vista gramsciano, sobre o seu lugar nas ciências sociais contemporâneas na *perspectiva histórica* de um *embate ideológico* entre a racionalidade capitalista<sup>3</sup> e a crítica marxista transformadora, que atualmente se defronta com os desafios postos, de um lado, pelo fracasso do Leste

---

<sup>2</sup>Considero aqui como marxismo a visão marxiana de mundo, em sua integralidade: na sua crítica radical ao capitalismo (onde as dimensões econômica, ideológica e política são indissociáveis) e na perspectiva transformadora da sua superação, sem perder de vista que o debate sobre a sua crise atual envolve o percurso dos “marxismos” que foram sendo historicamente construídos, assim como a derrocada do chamado “socialismo realmente existente” que, no meu entender, não constituiu uma experiência histórica efetivamente (“marxianamente”) socialista.

<sup>3</sup>Entendo por racionalidade capitalista uma determinada concepção de mundo historicamente dominante, orientada basicamente pelo lucro e que, engendrando-se no solo material da economia, orienta, regula e por sua vez engendra as relações sociais nos diversos âmbitos da vida societal, de modo dinâmico e particular, em cada formação social e em cada momento histórico. Nela, os componentes econômicos, políticos e ideológicos da existência estão sempre e profundamente imbricados, na subjetividade individual e coletiva – ou das classes/grupos sociais em presença. Própria das sociedades capitalistas e hoje “reinante”, essa racionalidade tem uma lógica interna coerente, mesmo quando não é explicitada ou se revela aparentemente caótica, podendo assumir diferentes formas.

e, de outro, pelas formas assumidas pelo desenvolvimento capitalista neste final de século.

Nessa perspectiva, ganha centralidade a *relação ciência-ideologia*. É preciso trabalhar essa relação como historicamente determinada e conceber a ideologia (ou visão de mundo, pensamento historicamente condicionado) como inerente ao processo de produção científica. A “crise de paradigmas” (e do marxismo) pode ser redimensionada, então, como expressão, no plano epistemológico (e em sua positividade), de uma crise político-ideológica concreta, decorrente das mutações e desafios já mencionados.

Ter como referência o embate de racionalidades e a relação entre subjetividade e objetividade, entre ciência e ideologia (enquanto dimensões da unidade teoria-prática), na abordagem da crise do marxismo, significa historicizá-lo, resgatá-lo politicamente em sua *singularidade*. Tal singularidade é definidora da sua validade mesma enquanto crítica do capitalismo e instrumento para a sua superação, cabendo indagar sobre a possibilidade histórica de desconstrução, a partir do arcabouço marxiano de análise, da racionalidade capitalista hoje operante e, simultaneamente, de construção de uma racionalidade própria das classes trabalhadoras. Para tanto, é preciso entendê-lo como uma concepção de mundo científica, mas claramente orientada para o horizonte político da emancipação humana, no que reside a sua identidade.

Discutir a crise do marxismo, hoje, para adeptos e opositores, é, portanto, discutir a sua *singularidade*. É pensar a vitalidade, os alcances e os limites das categorias de análise marxianas, diante dos desafios colocados, a partir desta mesma singularidade. Somente introduzindo as dimensões histórica e ideológica e situando a crise no contexto de um embate de racionalidades<sup>4</sup> se terá uma me-

---

<sup>4</sup>Contrapor a racionalidade capitalista à crítica marxista transformadora não significa assumir uma visão simplificadora das relações sociais, mecanicamente calcada no antagonismo entre as classes fundamentais. Se este antagonismo está na base do embate de racionalidades, deve-se con-

lhor visibilidade das suas possibilidades enquanto uma construção científico-ideológica ímpar, que se opõe e se afirma em relação a outras tradições teóricas, também elas científicas e ideológicas, de produção do conhecimento e de intervenção objetiva na realidade.

Com esses pressupostos, busco contribuir para o debate historicizando brevemente a polêmica no interior do próprio marxismo acerca da relação ciência-ideologia, no intuito de precisar a natureza e os limites dessa polêmica. Em seguida, sistematizo<sup>5</sup> as principais contribuições gramscianas acerca da singularidade do marxismo, com ênfase nessa relação, por entender que elas representam um referencial teórico fecundo ao debate contemporâneo. Recorro, pois, neste segundo momento, a uma epistemologia marxista historicizada – a gramsciana – para, através dela, fundamentar a necessidade de alçar a abordagem da crise do marxismo e do seu lugar nas ciências sociais ao patamar político-ideológico que me parece lhe ser indispensável. Destaco, à luz dessas contribuições e ao final desse percurso, elementos que iluminam a singularidade/atualidade do marxismo e

---

siderar, na concretude do real, as diversas configurações que podem apresentar as classes sociais (notadamente as classes trabalhadoras, hoje extremamente fragmentadas diante das novas formas de gestão do capital e do trabalho), assim como os diferentes níveis, formas e alinhamentos que podem assumir as manifestações (freqüentemente contraditórias) desse embate, seja na arena dos que se aglutinam em torno da preservação da ordem capitalista, seja na dos que se colocam na busca da sua superação. É na complexidade multifacetada desse real que se situa, num processo “molecular” e cotidiano, o confronto marxista com a lógica capitalista operante.

<sup>5</sup>Considerando se tratar de uma dimensão menos explorada na obra de Gramsci, esta sistematização dos seus escritos do cárcere sobre a concepção de ciência e ideologia, a relação entre ambas, a especificidade e relativa autonomia da ciência, a sua relação com o senso comum e o lugar do marxismo diante de outras concepções de mundo talvez constitua – em que pesem os inevitáveis crivos da leitura pessoal – a principal contribuição deste texto ao debate.

podem ser úteis no sentido de delinear possíveis caminhos para a sua (re)afirmação.

#### MARXISMOS: IDENTIDADE E OPOSIÇÃO ENTRE CIÊNCIA E IDEOLOGIA

A divergência de posições no interior do marxismo sobre a relação ciência-ideologia é bastante conhecida. Epistemologicamente, ela tem raízes na obra de Marx, que não elaborou uma “teoria da ideologia” nem teses acabadas e explícitas sobre essa relação. A sua *démarche* pode ser reconstituída ao longo de toda a obra, onde são nítidos os eixos centrais de análise, nos textos ditos “econômicos”, “filosóficos” e “políticos”.<sup>6</sup>

Deles, pode-se depreender que as construções marxianas sobre a ideologia têm o caráter predominante de crítica à ideologia burguesa da época (fetichizadora) e a preocupação em definir as bases materiais dessa ideologia: o seu corte de classe,<sup>7</sup> como fenômeno

---

<sup>6</sup> As aspas enfatizam o caráter didático desta divisão, relativo à natureza predominante desses textos. Na realidade, é pressuposto básico da análise marxiana a indissociabilidade entre essas dimensões. Elementos fundamentais para a análise da ideologia se encontram em *A ideologia alemã*, no famoso *Prefácio* de 1859, em *O dezoito brumário de Louis Bonaparte* e em *O Capital*, sobretudo nos volumes I (“O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo”) e V (“A fórmula trinitária”), sem se desconhecer que o tema perpassa toda a obra, inclusive o Capítulo VI (Inédito) de *O Capital*. Os volumes aqui citados estão conformes à edição brasileira “Os economistas”, Nova Cultural, 1988.

<sup>7</sup> Convém retomar, aqui, as observações feitas na nota nº 4, no que se refere à problemática específica das classes sociais. O vínculo entre ideologia e classes deve ser lido considerando a complexidade multifacetada e contraditória do real, com suas mediações, tendo-se ainda em conta que Marx não elaborou uma teoria “acabada” sobre as classes e a própria polêmica no interior do campo marxista em torno das classes sociais, particularmente a centrada nas “camadas médias”.

superestrutural. Ressalte-se que, para Marx, a dimensão classista do pensamento burguês não lhe retira o valor científico, embora lhe imprima limites ideológicos. Como salienta Löwy, é sobretudo

*“pela problemática que a ideologia se manifesta no terreno do conhecimento científico entre os clássicos. Realmente, (...) o sistema de questões define o campo cognitivo de uma ciência. Ora, Ricardo e os clássicos não colocaram certas questões que são cruciais para Marx (...). Isto nos conduz ao conceito de horizonte intelectual, que se articula diretamente com o (...) de problemática e constitui (...) uma das imagens mais férteis e mais interessantes no campo teórico marxista (...), (permitindo) localizar, de forma mais precisa, o papel da ideologia na constituição de um saber científico: ela lhe circunscreve os limites” (Löwy, 1991:103).*

Esta me parece ser uma abordagem epistemológica fecunda do tema, na contemporaneidade. Ela exclui uma identidade ou oposição mecânicas na relação ciência-ideologia e remete à perspectiva de embates político-ideológicos concretos na produção/disseminação/utilização do conhecimento científico.

Entretanto, Marx não deixou um legado sistemático também a esse respeito. É inerente ao seu “método” a construção/reconstrução das categorias de análise a partir do concreto de pensamento vigente:

*“até as categorias mais abstratas, ainda que válidas – principalmente por causa de sua natureza abstrata – para todas as épocas, não são menos, sob a forma determinada desta simples abstração, o produto de condições históricas e só se conservam plenamente válidas nestas condições e no quadro destas” (Marx, 1983:218-19).*

Esta singularidade metodológica do pensamento de Marx, acrescida do seu compromisso com a emancipação dos trabalhadores e oprimidos e com a construção do socialismo/comunismo, imprimiu ao marxismo uma singularidade que lhe confere fragilidade e força.

Fragilidade, pelo *“caráter problemático e defensivo da situação vivida pelo marxismo”*, forjado no/pelo embate ideológico com outras visões de mundo. Força e potência, pela dimensão libertadora e por colocar *“os próprios fundamentos em disputa”* no seu interior, por sua *“capacidade de inspirar desdobramentos teóricos e reflexões tão diversas”* (Guimarães, 1991:1).

Compreende-se, pois, que em diferentes momentos históricos e em formações sociais diversas, tenham-se gerado interpretações tão distintas como as que demarcaram o “marxismo estrutural” (Althusser e seguidores) do “marxismo historicista” (Gramsci, Lukács, Korsch), com concepções radicalmente opostas da relação ciência-ideologia.<sup>8</sup>

No debate clássico, de início do século, Lenin entendia a “dialética racional” como unidade indissolúvel entre ideologia e ciência revolucionária, salientando o seu caráter proletário. Esta unidade foi igualmente sustentada por Rosa Luxemburgo e, posteriormente, Gramsci, Lukács e Korsch; enfim, pela chamada “corrente revolucionária” do marxismo.

Saliente-se que a vinculação estabelecida entre ideologia e ciência revolucionária não excluía o materialismo histórico das determinações do processo histórico geral de produção do conhecimento. Coube exatamente à corrente historicista abrir e explicitar essa inclusão, defrontando-se em seguida com os “dilemas do relativismo”: a necessidade de explicar a superioridade e autonomia da visão de mundo marxista em relação às visões de mundo geradas por ou vinculadas a outras classes sociais. (Cf. Löwy, 1991:95).

---

<sup>8</sup>A oposição entre os dois marxismos não configura uma relação mecânica entre blocos monolíticos. No interior dessas duas vertentes existem marcadas divergências, ao mesmo tempo em que podem ocorrer preocupações comuns a ambas. É o caso da ênfase althusseriana e gramsciana no rigor científico e na necessidade de sistematização teórica da dialética marxiana.

A relação de identidade entre ciência e ideologia foi negada no interior da II Internacional (1889-1914), principalmente por Bernstein e Kautsky. O primeiro afirmou uma compartimentação rígida entre fatos e valores, entre “ciência pura” e “moral pura”. O segundo ressaltou a necessidade de diferenciar o “ideal socialista” do “estudo científico” das leis de evolução da sociedade. (Löwy, 1989:20-21).

A oposição radical entre ciência e ideologia, contida na defesa intransigente da “imparcialidade da ciência”, adquiriu contornos irônicos e contraditórios no stalinismo, ao se transmutar na oposição entre “ciência burguesa” e “ciência proletária”. Na verdade, ao reforçar um vínculo rígido e formal entre ciência e classe, a burocracia stalinista escamoteava uma absurda instrumentalização político-ideológica das ciências, inclusive das naturais, a exemplo do lyssenkismo. Como o “socialismo realmente existente” representava, na verdade, ditadura *sobre* o proletariado, a distinção mecânica entre as duas ciências se tornou uma arbitrária e camuflada identidade entre ciência e ideologia. Houve, deste modo, uma afirmação perversa da unidade teoria-prática (da identidade ciência-ideologia) na primeira tentativa histórica de implantação do “socialismo”. Sob o argumento da separação radical entre ciência e ideologia, esta unidade foi confirmada em benefício dos burocratas e negada em sua mais profunda dimensão emancipadora, ao implicar na subalternidade das massas em nome das quais a *Revolução de Outubro* se fizera.

Desenvolveram-se, assim, duas visões radicalmente opostas da relação ciência-ideologia, no decurso da III Internacional (1919-1943). Se as vertentes estrutural e historicista reagiram ao seu modo ao economicismo, ao revisionismo e às demais estereotípias reducionistas tornadas prática teórica e política, a corrente “historicista” se demarcou por se contrapor à oposição mecânica entre ciência e ideologia, assumindo o vínculo epistemológico entre marxismo e ponto de vista de classe na produção/disseminação do conhecimento. Ao mesmo tempo, essa corrente se empenhou em resgatar a ortodoxia (a



singularidade) do método marxiano de análise e a sua autonomia em relação a outras tradições de pensamento. Isto a torna particularmente fecunda como subsídio ao debate sobre a crise contemporânea do marxismo, aí se destacando as contribuições de Gramsci. Como se vê, no seio do próprio marxismo, o debate epistemológico foi (e é) marcado pela disputa ideológica e política acerca de formas diversas de construção histórica do socialismo, no que se refere ao papel da ciência. Em seu próprio campo, confirma-se, em outro patamar e apesar de um horizonte político unitário – a superação do capitalismo – uma relação intrínseca entre produção do conhecimento e ideologia.

A conhecida polêmica Thompson-Anderson (sobre Althusser) tem raízes na divergência entre essas correntes que germinaram no seio do marxismo e se desenvolveram na conjuntura pós-Stalin. Ela é emblemática no sentido de situar tais correntes nos anos setenta do nosso século e ao revelar que pouco se avançou no diálogo entre os dois marxismos, em termos da relação ciência-ideologia.

Cabe perguntar em que medida o próprio “marxismo ocidental”, com a academização sofrida, a incursão na filosofia enquanto disciplina e o distanciamento das massas e da classe operária,<sup>9</sup> se fez prisioneiro do “estritamente epistemológico”, ao tentar avançar na produção/sistematização do conhecimento produzido por Marx e responder aos desafios que lhe iam sendo colocados. A natureza da polêmica sobre a relação ciência-ideologia parece de fato indicar um distanciamento entre teoria marxista e prática socialista, podendo ter resultado na subordinação ao epistemologicamente dado ou desafiante, como fonte primeira de construção do conhecimento marxista.<sup>10</sup>

---

<sup>9</sup>Ver, a respeito: ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*, Brasiliense, São Paulo, 1989.

<sup>10</sup>Trata-se de uma hipótese que não desconhece, obviamente, os limites conjunturais da época (ascensão do nazi-fascismo, política de controle



O fato é que se retomou, nos anos 70, um *"debate recorrente e nunca resolvido"* entre o marxismo como ciência (Althusser) e como humanidades (Thompson). Nele, Anderson<sup>11</sup> parece buscar uma alternativa sintética, que supere as posições extremas das duas vertentes. Valoriza o rigor teórico de Althusser (que reconhece faltar em Thompson), ao mesmo tempo em que assinala a riqueza do historicismo de Thompson, traduzido em suas pesquisas empíricas. O seu esforço é válido, mas Anderson não parece ter avançado efetivamente, como assinala Guimarães, em elaborações que aglutinem

*"essas duas vidas relativamente independentes do marxismo: a sua capacidade explicativa e crítica, totalizante e historicizada do capitalismo e a sua pretensão de, a partir dessa base crítica, formular projetos alternativos ao capitalismo". [Essas vidas têm] "sua lógica própria e não necessariamente tiveram um desenvolvimento harmonioso so e simétrico na história. É de todo evidente que os sucessos do marxismo como gerador de conhecimento crítico do capitalismo (...) são muito mais ponderáveis que a sua capacidade emancipatória efetivamente demonstrada até agora"*  
(Guimarães, 1991:10-11).

O teor da polêmica aponta para um desafio fundamental ao "campo marxista", a ser resgatado e efetivamente encarado na contemporaneidade: o da unidade entre teoria marxista e prática socialista, que implica na indissociabilidade entre a produção-disseminação do conhecimento e a ideologia.

É nesta perspectiva que considero importante resgatar a contribuição gramsciana. Sua abordagem teórico-metodológica do tema,

ideológico no interior dos PC's), que constituíam fortes obstáculos à busca da unidade teoria-prática. Mas que é instigante quando se tenta discutir atualmente a crise do marxismo de um ponto de vista histórico que reivindica como essencial alçar o debate ao plano político-ideológico.

<sup>11</sup>Anderson está também travando uma discussão particular com Thompson, movida pelas relações entre ambos na *New Left Review*, em sua crítica da crítica feita por este a Althusser.

fruto de permanentes análises históricas e de uma militância reconhecidamente significativa, permite retomar questões que continuam candentes para o marxismo: sua singularidade e sua validade como campo de produção de conhecimento essencialmente norteado pelo horizonte da emancipação das classes trabalhadoras e, portanto, voltado para a crítica e busca de superação do capitalismo.

#### MARXISMO, CIÊNCIA E IDEOLOGIA EM GRAMSCI<sup>12</sup>

Gramsci não produziu uma obra acabada, apesar de extremamente original e fecunda. Os *Quaderni del Carcere*, escritos entre 1930 e 1935, contêm fragmentariamente<sup>13</sup> um conjunto de questões filosóficas, políticas, econômicas e culturais que, indissociadas e indissociáveis, representam, ao mesmo tempo, um resgate e uma reelaboração inovadora da visão de mundo marxiana, cujo cerne está na relação estabelecida entre infra e superestrutura.

De fato, ele é incisivo na afirmação de que o desenvolvimento de ambas é *“intimamente relacionado e necessariamente interrelativo e recíproco”*; a estrutura é *“a própria realidade em movimento”*, supondo uma *“relação necessária de reação ativa do homem”* sobre ela e afirmando a *“unidade do processo real”* (CDH:263). O conceito de bloco histórico, construído por Sorel, *“apreende plenamente esta unidade sustentada pela filosofia da práxis”* (idem), ensejando a compreensão de que *“as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma, sendo que esta distinção é puramente didática, já*

---

<sup>12</sup>As obras gramscianas são citadas a partir das edições brasileiras dos *Quaderni del Carcere*: “Concepção dialética da história” (CDH), “Maquiavel, o príncipe e o Estado moderno” (MPEM), “Os intelectuais e a organização da cultura” (IOC), “Literatura e vida nacional” (LVN), além da edição argentina de “Pasado y Presente” (PP).

<sup>13</sup>Isto explica, em parte, a proliferação de diferentes leituras da obra, que vão da radicalidade marxiana nela contida até mesmo às apropriações liberais do pensamento gramsciano.

*que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais” (Idem:63).*

Aí reside a essência da contribuição gramsciana para o resgate da singularidade do marxismo: não separar, nunca, a economia, a política e a ideologia, a teoria e a história, ao mesmo tempo em que mantém a determinação econômica “em última instância”, ao abordar a relação entre infraestrutura e superestrutura. Nela se encontra, ao meu ver, o fundamento da indissociabilidade entre produção do conhecimento (ciência) e ideologia.

Com esta compreensão, Gramsci reafirma a ortodoxia da filosofia da práxis, ressaltando a sua autonomia e o seu caráter revolucionário. A ortodoxia do “método”<sup>14</sup> marxiano deve ser entendida no sentido de que este contém *“todos os elementos fundamentais para construir uma total e integral concepção de mundo (...), mas também os elementos para verificar uma integral organização prática da sociedade, isto é, para tornar-se uma civilização total e integral”* (CDH:186-87). Daí decorre a sua autonomia: ela *“não se confunde e não se reduz a nenhuma outra filosofia; ela não só é original enquanto supera as filosofias precedentes, mas notadamente enquanto abre um caminho inteiramente novo (...), renova de ponta a ponta o modo de conceber a própria filosofia (...), é o historicismo absoluto, a mundialização e a terrenalidade absoluta do pensamento, um humanismo absoluto da história.”* (Idem:189). Trata-se também de uma filosofia basicamente “revolucionária”, porque *“é elemento de separação e distinção entre dois campos (...), uma estrutura do pensamento completamente autônoma e independente, em anta-*

---

<sup>14</sup> As aspas indicam a minha dupla reserva ao uso do termo: seja porque ele é freqüentemente tomado no sentido metodológico estrito (positivista) de “aplicação” da dialética marxiana, seja por ensejar leituras contemporâneas que “salvam” o “método” marxiano no debate sobre “vida e morte” do marxismo, mas o esterilizam ao extirpar a sua dimensão intrinsecamente transformadora, cerne da sua singularidade.

*gonismo com todas as filosofias e religiões tradicionais*" (Idem:187). Percebe-se claramente, nesta formulação, a perspectiva histórica do embate de racionalidades que orienta minhas reflexões neste texto.

Essa singularidade, que se expressa no embate de racionalidades constitutivo da história do marxismo na sua relação com outras tradições de pensamento, referencia-se por um projeto político emancipador: o marxismo *"não tende a resolver pacificamente as contradições existentes na história e na sociedade (...), é a própria teoria de tais contradições; não é instrumento de governo de grupos dominantes para obter o consentimento e exercer a hegemonia sobre as classes subalternas, que querem educar a si mesmas na arte de governo e que têm interesse em conhecer todas as verdades (...) e em evitar os enganos (impossíveis) das classes superiores e, ainda mais, de si mesmas"* (CDH:270).<sup>15</sup>

Tais afirmações permitem apreender, mantida a sua radicalidade e desautorizadas as ilações dogmáticas/sectárias, que o marxismo

---

<sup>15</sup>Freqüentemente, nos *Cadernos do Cárcere*, Gramsci usa os termos "grupos"/classes dominantes e dominadas ao abordar as relações de força existentes na sociedade, na perspectiva de construção da hegemonia das classes exploradas e oprimidas. O uso do plural, além de revelar uma leitura que contempla a complexidade histórica da constituição e da luta de classes, parece indicar que ele se desprende de preocupações teórico-conceituais com a definição estrutural das classes sociais. Tendo por suposto o antagonismo fundamental capital-trabalho, privilegia tais relações de força na abordagem das classes/grupos sociais, vinculando-as estreitamente aos seus intelectuais orgânicos e ao Estado. Trata-se, assim, de uma ênfase que me parece fecunda ao debate contemporâneo sobre a problemática das classes sociais, também polêmica no interior do próprio campo marxista e hoje mais que nunca central, seja diante da fragmentação/heterogeneidade crescente das classes trabalhadoras promovida pela introdução capitalista de novas tecnologias e de novas formas de gestão no "mundo do trabalho", seja diante dos questionamentos hoje feitos acerca da validade do conceito marxiano de classes e de luta de classes, enquanto integrantes do núcleo que constitui a singularidade do marxismo.

é uma “razão crítica” muito particular, essencialmente histórica e antagônica a todas as formas de razão capitalista, porque forjada nessa/contra essa mesma racionalidade. Aí reside o seu significado intrínseco, que considero nodal para o debate contemporâneo sobre a sua crise.

A centralidade da elaboração gramsciana está posta em sua concepção de hegemonia como construção de uma racionalidade superior, de uma “nova civilização”.<sup>16</sup> Seu projeto político é o de uma reforma intelectual e moral (a ser viabilizada historicamente pela criação de uma vontade coletiva nacional-popular), que deve necessariamente concretizar-se em um programa de reformas econômicas, em direção à ruptura definitiva com a racionalidade capitalista e ao “reino da liberdade” de que falava Marx. Essa construção, forjada com base na análise histórica cuidadosa e permanente da relação de forças operante em um dado momento numa dada sociedade, supõe um interrelacionamento constante (e não linear) entre as estratégias de “guerra de posição” e “guerra de movimento”.<sup>17</sup> As classes sociais, em sua constituição e em suas lutas, devem ser teoricamente apreendidas, como já mencionado, em referência à construção/preservação da hegemonia, em um processo mediado

---

<sup>16</sup>Sobre a concepção de hegemonia como “construção de uma nova civilização e a articulação dos principais conceitos gramscianos em torno desse eixo central de análise, ver: DIAS, Edmundo F. “Hegemonia: nova *civiltà* ou domínio ideológico?”, in *História & Perspectivas*, n.º 5, 1991.

<sup>17</sup>Metáforas de inspiração militar, utilizadas por Gramsci ao pensar os desafios estratégicos colocados para a superação do capitalismo nas sociedades industrializadas do mundo ocidental. É freqüente a leitura de que, para Gramsci, a guerra de movimento (ou “tomada revolucionária do poder”) fora substituída em definitivo, no Ocidente, pela guerra de posição (ou “ocupação de espaços institucionais”) como estratégia “pacífica” para a transição para o socialismo. Trata-se, ao meu ver, de um reducionismo do pensamento gramsciano: na tradução das metáforas e na leitura da substituição peremptória de uma estratégia por outra. (Ver, a respeito *Maquiavel, o Príncipe e o Estado Moderno*).

pelos intelectuais orgânicos e estreitamente relacionado ao Estado (categorias-chave da análise).

As elaborações de Gramsci se colocam nitidamente no campo da identidade entre ciência-ideologia. Mas ele transcende em muito a pura afirmação abstrata dessa identidade, ao centrar-se na impossibilidade concreta de separar a produção/disseminação do conhecimento da visão de mundo subjacente. Suas análises deixam clara a natureza histórica dessa relação, onde a especificidade epistemológica da ciência, que lhe confere uma relativa autonomia, é devidamente contemplada, como se verá a seguir.

#### CONCEPÇÃO DE CIÊNCIA E DE IDEOLOGIA: A RELAÇÃO ENTRE AMBAS

Diante dos avanços das ciências exatas, Gramsci problematiza o próprio conceito de ciência, ao se deter nas questões da objetividade e do progresso científico, salientando a impossibilidade de separar a dimensão objetiva da subjetiva, na produção do conhecimento científico (Cf. CDH:66).

Questionando a concepção positivista de ciência, ele enfatiza a impossibilidade de a ciência oferecer certezas quanto à existência objetiva da chamada realidade exterior, *“já que esta objetividade é uma concepção do mundo, uma filosofia, não podendo ser um dado científico”*. A ciência *“seleciona as sensações, os elementos primordiais do conhecimento”*, considerando algumas como *“transitórias, aparentes ou falazes”* porque dependem de condições individuais especiais e definindo outras como *“permanentes, superiores às condições individuais especiais.”* (CDH:69).

Tais problematizações insinuam, a um só tempo, a natureza ideológica e a especificidade do processo de construção do conhecimento, onde as dimensões individual e coletiva se interpenetram.

Elas se enriquecem com a percepção da ciência como prática necessariamente política: *“não é a ciência, em si mesma, uma ‘atividade política’ e pensamento político, na medida em que transforma os homens, torna-os diferentes do que eram antes? (...) Além do mais, o conceito de ciência como criação não tem o mesmo significado de ‘político’?”* Importa então distinguir, com “conceitos novos”, entre a ciência que *“tradicionalmente se chama de ‘filosofia’”* e a *“ciência política num sentido mais estrito”*. O desafio é o de *“ver se se trata de uma criação ‘arbitrária’ ou racional, isto é, útil aos homens para ampliar o seu conceito de vida, para tornar superior (desenvolver) a própria vida”* (MPEM: 87-88).

Gramsci entende que os equívocos em torno dos termos “ciência” e “científico” derivam do significado que lhes foi atribuído pelas ciências naturais e físicas: *“chamou-se ‘científico’ todo método que fosse similar ao método de investigação e de exame das ciências naturais, convertidas em ciências por excelência, as ciências-fetiche”* (PP:207).

Nessa *démarche*, ele chega ao seu próprio conceito de ciência, como síntese das atividades teórica e prático-experimental dos cientistas. O *“processo unitário típico do real”* está na *“atividade experimental do cientista”*, considerada *“primeiro modelo de mediação dialética entre o homem e a natureza”*, *“célula histórica elementar através da qual o homem, colocando-se em contato com a natureza por meio da tecnologia, a conhece e a domina”*. É por isto que a afirmação do método experimental *“separa dois mundos da história, duas épocas”*, inaugurando *“o processo de dissolução da teologia e da metafísica e o desenvolvimento do pensamento moderno, cujo coroamento reside na filosofia da práxis.”* (CDH:171).

Historicizado, o conceito de científico ganha a dimensão de *“racional conforme o fim a alcançar”*, na medida em que tal conformidade *“é racionalmente (metodicamente) buscada mediante uma análise de todos (...) os elementos (...) necessariamente constitutivos”*. (PP:208).



Se a ciência tem uma racionalidade histórica ideologicamente orientada, ela também é uma construção epistemológica superior. Ela é *“uma concepção particular do mundo, uma ideologia. (...) Todavia, esta concepção – em seu conjunto e pela direção que assinala – pode ser aceita pela filosofia da práxis, ao passo que se deve afastar a do senso comum (...)”* (CDH:69). Mais ainda: *“no estudo das superestruturas a ciência ocupa um lugar privilegiado, pelo fato de que a sua reação sobre a estrutura tem um caráter particular, de maior extensão e continuidade de desenvolvimento, notadamente após o século XVIII”* (CDH: 71).

Reconhecida essa especificidade/superioridade da ciência, é preciso identificar os seus limites, dados exatamente pela sua inequívoca vinculação a uma visão de mundo: *“colocar a ciência na base da vida, fazer da ciência a concepção do mundo por excelência, a que liberta os olhos de qualquer ilusão ideológica, que põe o homem em face da realidade tal como ela é (...)”* significa desconhecer que *“também a ciência é uma superestrutura, uma ideologia.”* Em que pesem os esforços dos cientistas, ela *“jamais se apresenta como nua noção objetiva, ela aparece sempre revestida por uma ideologia.”* (CDH:70-71).

Como Gramsci concebe então a ideologia? Ela tem *“o significado mais alto de uma concepção de mundo, que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas.”* (CDH:16). É importante, porém, distinguir entre ideologias orgânicas (*“necessárias a uma determinada estrutura”*) e ideologias arbitrárias (*“racionalistas, desejadas”*). As primeiras são *“historicamente necessárias”*, têm uma *“validade psicológica”* na medida em que *“organizam as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência da sua posição, lutam”*, ao passo que as segundas apenas criam *“movimentos individuais, polêmicas”*, funcionando como *“o erro que se contrapõe à verdade e a afirma”* (CDH:62-63).



Ciência e ideologia, em suma, se identificam e se relacionam, historicamente, como fenômenos superestruturais. Elas são forças vivas que se movimentam, organicamente, como “bloco histórico”, em uma relação de unidade e coerência com a “base material” da sociedade capitalista.

Isto não retira, contudo, a especificidade epistemológica e a relativa autonomia das “ideologias científicas”. No processo de construção científica, *“é relativamente fácil (...) distinguir a noção objetiva do sistema de hipóteses, através de um processo de abstrações que está inserido na própria metodologia científica, de maneira que é possível apropriar-se de uma e recusar a outra. Esta é a razão pela qual um grupo social pode apropriar-se da ciência de um outro grupo, sem aceitar a sua ideologia”* (CDH:71) (Grifos meus).

As relações estabelecidas por Gramsci entre ciência e ideologia expressam uma apropriação do pensamento marxiano que o afirma, em sua originalidade epistemológica, como “superação histórica” do conhecimento precedente demarcando, também neste plano, a sua singularidade. Ele salienta que a função e o significado da dialética marxiana *“só podem ser concebidos em toda a sua fundamentalidade se a filosofia da práxis (for) concebida como uma filosofia integral e original, que inicia uma nova fase na história e no desenvolvimento mundial do pensamento, na medida em que supera (e superando integra em si todos os elementos vitais) tanto o idealismo quanto o materialismo tradicionais, expressões das velhas sociedades”*. Entendê-la como *“subordinada a uma outra filosofia”* impossibilita a concepção da *“nova dialética na qual, precisamente, aquela superação se efetua e se expressa”* (CDH:159).

A singularidade epistemológica do marxismo se traduz ainda pela estreita relação com a história e a política: destacada de ambas, toda filosofia se torna metafísica; a filosofia da práxis, ao contrário, representa exatamente a *“historicização concreta da filosofia e a sua identificação com a história”* (CDH:160). É por isto que o marxismo *“pretende justificar a historicidade das filosofias não mediante*

*princípios gerais, mas através da história concreta; esta historicidade é dialética, já que dá lugar a lutas de sistemas, a lutas entre maneiras de ver a realidade*". (Idem:262). Daí se depreende, novamente, o embate ideológico de racionalidades na produção científica.

Disto decorre também a impossibilidade de separar a filosofia da História da Filosofia; a cultura, da História da Cultura. Em um *"sentido mais imediato e determinado"*, só é possível *"ser filósofo, ter uma concepção do mundo criticamente coerente, (mediante a) consciência da historicidade, da fase de desenvolvimento por ela representada e da sua contradição com outras concepções ou elementos de outras concepções"*. É que *"a própria concepção do mundo responde a determinados problemas colocados pela realidade, que são bem determinados e originais' em sua atualidade"* (CDH:13).

#### ESPECIFICIDADE DA CIÊNCIA: OBJETIVOS, MÉTODOS, INSTRUMENTOS

Se a ciência deve ser apreendida em sua historicidade, como um *"movimento em contínua evolução"*, as verdades científicas são necessariamente categorias históricas, não definitivas. É isto que dá sentido à investigação científica e às novas experiências, que não se reduzem à repetição do já descoberto: *"a ciência não coloca nenhuma forma de 'incognoscível' metafísico, mas reduz o que o homem não conhece a um empírico 'não conhecimento', que não exclui a cognoscibilidade mas a condiciona ao desenvolvimento dos instrumentos físicos e (...) da inteligência histórica dos cientistas individuais"* (CDH:70).

Na análise gramsciana, os objetivos da ciência devem estar voltados para um humanismo radical. O seu interesse primordial é a cultura, a concepção do mundo, a relação homem-natureza mediada pela tecnologia: *"toda a ciência é ligada às necessidades, à vida, à atividade dos homens. Sem (esta) atividade, criadora de*

*todos os valores, inclusive os científicos, o que seria a objetividade'? Um caos, um vazio (...), já que (...) o ser não pode ser separado do pensar, o homem da natureza, a atividade da matéria, o sujeito do objeto; se se faz esta separação, cai-se em uma das muitas formas de religião ou na abstração sem sentido" (CDH:70).<sup>18</sup>*

Nesta perspectiva, a realidade objetiva é aquela que *"pode ser verificada por todos os homens"*, que é *"independente de todo ponto de vista que seja puramente particular ou de grupo"*. O significado de objetivo é sempre o de *"humanamente objetivo"*, o que pode equivaler a *"historicamente subjetivo"*, isto é, *"o objetivo significaria 'universal subjetivo'"* (CDH:170).

O conhecimento objetivo, portanto, é algo a ser politicamente conquistado, na construção do projeto emancipador das classes trabalhadoras. Como o homem só conhece objetivamente quando o conhecimento é *"real para todo o gênero humano"*, o processo de *"unificação histórica"* implica na superação das contradições da sociedade capitalista. Trata-se de uma *"luta pela objetividade"* que é *"a própria luta pela unificação cultural do gênero humano"* e cujo ponto de chegada é *"o conjunto das superestruturas em devenir para a unificação concreta e objetivamente universal - e não mais um pressuposto unitário"* (Idem).

A especificidade do trabalho científico, em seus resultados historicamente transitórios, abrangeria dois aspectos: a retificação incessante do *"modo de conhecimento"* e a utilização deste complexo instrumental (humano e material) para determinar *"o que é necessário e o que é arbitrário, individual, transitório"*, o que é *"comum a todos*

---

<sup>18</sup> A propósito, Gramsci alerta para a necessidade de distinguir cuidadosamente entre abstração e generalização. Para ele, *"um processo de abstração cuja hipótese de homogeneidade seja o homem biológico (...) não é uma abstração, mas uma generalização ou 'indeterminação'".* Abstração será sempre abstração de uma categoria histórica determinada, vista precisamente enquanto categoria e não enquanto individualidade múltipla" (CDH:308).

*os homens, o que todos os homens podem verificar da mesma maneira, independentemente uns dos outros, porque foram observadas igualmente as condições técnicas de verificação*" (CDH:69).

Gramsci descreve da possibilidade de existir um método científico em geral: *"toda investigação tem seu método determinado e constrói uma ciência determinada, (sendo) desenvolvi(do) e elaborado conjuntamente ao desenvolvimento e elaboração daquela determinada ciência"* (CDH:163). Mais explicitamente: *"não existem ciências por excelência e não existe um método por excelência, um 'método em si'".* Toda investigação científica cria seu método adequado, sua própria lógica, cuja universalidade ou generalidade consiste apenas em ser *"conforme ao fim"* (PP:207).<sup>19</sup>

Se é incabível falar de um *"método em geral"*, existem todavia *"critérios gerais"*, centrados no rigor científico, que devem orientar o trabalho dos cientistas. Eles se reportam à sua *"consciência crítica"* (independentemente da sua especialização), devendo ser espontaneamente assumidos e *"vigiaados"* no próprio trabalho. Eles se expressam no grau de segurança depositado nos *"critérios particulares"*, na *"plena inteligência dos conceitos utilizados"*, no necessário e suficiente *"conhecimento do estágio precedente dos problemas investigados"*, na ousadia das afirmações, na busca necessária e não arbitrária de avanços e no reconhecimento das possibilidades de erro e das lacunas existentes nos conhecimentos já alcançados. Estes são sempre *"posições provisórias"*, a serem retomadas e desenvolvidas, em detrimento da aceitação de soluções ou nexos *"puramente verbais"* (CDH:163).

Uma ressalva é feita: a *"metodologia mais genérica e universal"* é a lógica matemática, ou o *"conjunto de instrumentos abstratos do pensamento que se foram descobrindo, depurando, refinando através da história da filosofia e da cultura"*. Gramsci julga que, en-

---

<sup>19</sup>Evidentemente, Gramsci está se referindo a método no sentido estrito, aos procedimentos metodológicos que seriam típicos do desenvolvimento de cada *"disciplina"* ou *"área de conhecimento"*.

quanto metodologia abstrata, a lógica formal foi *“depreciada pelos filósofos idealistas, mas erroneamente”*, porque *“seu estudo corresponde ao (...) da gramática, (...), não apenas a um aprofundamento das experiências passadas de metodologia de pensamento (da técnica de pensamento), a uma absorção da ciência passada, mas é uma condição para o desenvolvimento da ciência ela mesma”* (PP:207). Se o estudo da *“velha lógica formal”* está com razão desacreditado, a sua aprendizagem é importante como *“controle da falaciosidade”*, diante do problema de *“criar uma cultura nova sobre uma base social nova, que não tem tradições com as velhas classes dos intelectuais.”* (PP:230).

A lógica e a matemática se relacionam em sua instrumentalidade, têm um valor meramente instrumental (CDH:309-10). Neste sentido, elas ganham *“um significado e um conteúdo próprios (o conteúdo reside em sua função), assim como têm um valor e um conteúdo próprios os utensílios e os instrumentos de trabalho”* (CDH:75). Contudo, isto não deve obscurecer que os principais instrumentos do progresso científico são de *“natureza intelectual/política”* e metodológica, pois *“os instrumentos intelectuais não nasceram do nada (...), são adquiridos e se desenvolveram e se desenvolvem historicamente”* (CDH:182).

São originais as formulações gramscianas sobre o pensamento como *“técnica necessária ao progresso científico”* e em seu caráter educativo/instrumental. A *“técnica do pensamento”*, elaborada como tal e desconectada de velhas retóricas que traduziam um conformismo cultural, *“fornecerá critérios de julgamento e de controle, bem como corrigirá as distorções do modo de pensar do senso comum”*. Mesmo assim, é preciso aprofundar o estudo sobre a técnica de pensamento, pois *“a imagem de ‘instrumento’ técnico pode induzir a erro”* (CDH:77-78).

Coerentemente com o seu historicismo, Gramsci enfatiza os limites da utilização desse instrumental em termos da previsibilidade dos acontecimentos históricos: *“Colocar o problema como uma*

*pesquisa de leis, de linhas constantes, regulares, uniformes, esta atitude está ligada a uma exigência – concebida de uma maneira um pouco pueril e ingênua – de resolver peremptoriamente o problema prático da previsibilidade dos acontecimentos históricos (...). Na realidade, é possível prever ‘cientificamente’ apenas a luta, mas não os momentos concretos dela, que não podem deixar de ser resultados de forças contrastantes em contínuo movimento, irreduzíveis a quantidades fixas, já que nelas a quantidade se transforma continuamente em qualidade (...). Pode-se prever na medida em que se atua, em que se aplica um esforço voluntário e, desta forma, contribui-se concretamente para criar o resultado previsto. A previsão revela-se, portanto, não como um ato científico do conhecimento, mas como expressão abstrata do esforço que se faz, o modo prático de criar uma vontade coletiva” (CDH:162).*

Esta citação, deliberadamente longa, elucida bastante a tônica e a direção da análise gramsciana. Mesmo em especulações dessa natureza, evidencia-se o horizonte intelectual da construção de uma “nova civilização”. Além disso, a abordagem da previsibilidade torna nítida a sua leitura dessa construção como uma possibilidade histórica, em oposição à interpretação evolucionista/dogmática que pregava a “inexorabilidade do socialismo”. Daí o combate gramsciano à influência positivista no marxismo, a sua advertência contra os danos da utilização mecânica das “leis estatísticas” na política. (CDH:152-53; MPEM:86-88).<sup>20</sup>

Gramsci acentua que a ação transformadora visa justamente a “tirar as multidões da passividade”, a “destruir a lei dos grandes números”, o que desautoriza considerá-la uma “lei sociológica”. Historicamente, “a própria reivindicação de uma economia planificada

---

<sup>20</sup>Sobre o confronto gramsciano com a concepção positivista de ciência e de sociologia, ver: Buci-Glucksmann – “Gramsci e o Estado” e “Gramsci e as ciências sociais” (artigos de Pizzorno, Gallino, Bobbio, Regis Debray e Gramsci (*Cuadernos Pasado y Presente*)).

*ou dirigida é destinada a destruir a lei estatística mecanicamente entendida (...), produzida pela interrelação causal de infinitos atos arbitrários individuais (...): a espontaneidade naturalista é substituída pela consciência humana.” (CDH:153).*

Em suma, as análises gramscianas sobre a especificidade epistemológica da ciência ilustram mais uma dimensão da singularidade do “método” marxiano de análise. Não é à toa que, em diversas passagens, são apontados os riscos do “fanatismo científico”, de fetichizar os poderes da ciência como “*única e verdadeira filosofia do conhecimento do mundo*” (...), como “bruxaria superior”, que impedem de “*valorizar com realismo o que a ciência oferece de concreto*” (CDH:71-72 e 167). Ciência, filosofia e ideologia se interpenetram e assumem o significado essencialmente político de instrumentos de construção da hegemonia das classes trabalhadoras, o que remete à sua difusão junto ao senso comum.

#### CIÊNCIA E SENSO COMUM

Para Gramsci, “*todos os homens são intelectuais*”, são “*filósofos*”. Existe uma “filosofia espontânea”, peculiar a “*todo mundo*”, que está contida na linguagem, no senso comum e no bom senso, na religião popular”, enfim, “*em todo o sistema de crenças, superstições, opiniões, modo de ver e de agir, que se manifestam naquilo que se conhece geralmente como ‘folclore’*”, cabendo precisar os limites e características dessa filosofia espontânea. Trata-se de uma filosofia de corte necessariamente coletivo, pois toda concepção de mundo resulta da inserção em um determinado grupo, “*precisamente o de todos os elementos sociais que partilham de um mesmo modo de pensar e agir*”. “*Somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens-coletivos*” (CDH:12).

O problema está em identificar “*o tipo histórico do conformismo e do homem-massa do qual fazemos parte*”, ter claro que “quando



*a concepção do mundo não é crítica e coerente, mas ocasional e desagregada, pertencemos simultaneamente a uma multiplicidade de homens-massa, nossa própria personalidade é composta de uma maneira bizarra: nela se encontram elementos do homem das cavernas e princípios da ciência mais moderna e progressista, preconceitos de todas as fases históricas passadas, grosseiramente localistas, e intuições de uma futura filosofia que será própria do gênero humano mundialmente unificado” (Idem).*

Evidencia-se, nessas passagens, a atenção dada ao indivíduo como ser histórico, homem-massa, que deve se tornar capaz de “*criticar a própria concepção do mundo*”, torná-la “*unitária e coerente*” e “*elevá-la até o ponto atingido pelo pensamento mundial mais desenvolvido*”. O homem-massa é ponto de partida e de chegada no horizonte intelectual da construção de uma nova civilização, na medida em que “*o início da elaboração crítica é a consciência daquilo que somos realmente (...), um ‘conhece-te a ti mesmo’ como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços recebidos sem benefício no inventário. Deve-se fazer, inicialmente, este inventário*” (Idem).

O desafio, para Gramsci, é o de criar e conservar uma nova unidade ideológica entre a direção do processo revolucionário e as massas populares. Para toda concepção do mundo que se “*transformou em movimento cultural*” e que “*produziu uma atividade prática e uma vontade*”, nas quais esteja contida como “*premissa*” teórica implícita”, coloca-se o problema de “*conservar a unidade ideológica de todo o bloco social, que está cimentado e unificado justamente por aquela determinada ideologia*” (CDH:16).

Em outras palavras: para o marxismo, trata-se de construir a hegemonia da sua concepção de mundo, como alternativa e superação das concepções que alimentam e sustentam a racionalidade capitalista. Isto põe em evidência a centralidade do papel dos intelectuais



orgânicos, na elaboração gramsciana.<sup>21</sup> Afinal, *“a organicidade do pensamento e a solidez cultural só pod(em) ocorrer entre os intelectuais e os simples se se verific(ar) a mesma unidade que deve existir entre a teoria e a prática (...), se os intelectuais fo(rem), organicamente, os intelectuais daquela massa, se tive(rem) elaborado e tornado coerentes os problemas que (as) massas coloc(am) com a sua atividade prática, constituindo assim um bloco cultural e social (...). Só através desse contato é que uma filosofia se torna ‘histórica’, depura-se dos elementos intelectualistas de natureza individual e se transforma em ‘vida’”* (CDH:18).

Na verdade, trata-se de *“elaborar uma filosofia que, tendo já uma difusão ou possibilidade de difusão, (...) se torne um senso comum renovado pelo vigor e pela coerência das filosofias individuais”*. E isto não pode ser concretizado se *“não se sente, permanentemente, a exigência do contato cultural com os simples”* (CDH:18).<sup>22</sup>

Disto emerge a questão estratégica, crucial, da difusão do marxismo como uma *“reforma intelectual sem precedentes”*. Há que desvelar o seu significado histórico e a *“razão de sua resistência a todos os ataques e deserções”*; há que popularizá-la, transformando-a em *“um elemento educativo desde as escolas elementares”* (CDH:256-57).

Em seu caráter essencialmente político, essa difusão envolve a ciência: *“não é possível pensar na vida e na difusão de uma filosofia que não seja simplesmente política atual, estreitamente ligada à ati-*

---

<sup>21</sup> Em Gramsci, o conceito de intelectual orgânico é original e abrangente: relaciona-se precisamente ao indivíduo organicamente ligado à classe, mas também às formas de existência da classe (o partido como intelectual coletivo, por exemplo). Saliente-se que partido também pode ter uma conotação ampla, que inclui jornais, associações culturais, grupos de opinião e outras formas possíveis de organização do “bloco histórico”. (Ver: IOC:3-23).

<sup>22</sup> Ressalte-se a singularidade marxiana apreendida por Gramsci no trato da indissociabilidade entre subjetivo e objetivo, entre indivíduo e todo social.

*vidade preponderante das classes populares, o trabalho, e que não se apresente, portanto, dentro de certos limites, como necessariamente vinculada à ciência. Essa nova concepção (...) vincula o homem à natureza por meio da técnica, mantendo a superioridade do homem e exaltando-a no trabalho criador*" (Idem:258-59) (grifos meus).<sup>23</sup>

Essa análise, que vincula trabalho-ciência-tecnologia, é de atualidade marcante. Além de precisar a dimensão que a ciência e a técnica assumem para o marxismo e a sua virtual contribuição para difundi-lo, permite trabalhar, na contemporaneidade, o embate de racionalidades decorrente da introdução (capitalista) das novas tecnologias, que também está presente no tipo de enfrentamento dos impactos por elas provocados na subjetividade, na organização, nas formas e no conteúdo das lutas das classes trabalhadoras. O mundo do trabalho não pode ser tratado como uma "realidade sitiada",<sup>24</sup> a construção da hegemonia das classes trabalhadoras passa pelo "chão da fábrica" (das empresas) e a ciência, nessa construção, pode e deve ser colocada a serviço da subordinação dos interesses econômicos às demandas sociais mais amplas.

---

<sup>23</sup>Em sua preocupação com a elevação cultural das massas, Gramsci considera igualmente necessário, para a difusão do marxismo, redefinir o conceito de folclore e as relações entre ciência e folclore. Detém-se inclusive na problemática do seu ensino e destaca a necessidade de trabalhar a existência de uma "moral do povo" e das religiões como constitutivas do folclore, aspectos que julgo fundamentais para a compreensão da subjetividade das massas contemporâneas (hoje influenciadas fortemente pela mídia) e para a definição de estratégias de ação política voltadas para a "construção de uma vontade coletiva nacional popular (LVN:184-186).

<sup>24</sup>Sobre a importância da interrelação entre infra e superestrutura no processo de trabalho e na conformação da subjetividade das classes trabalhadoras, ver: SOUZA, Angela Tude de, "Sobre o 'americanismo e fordismo' de Antonio Gramsci", in **História & Perspectivas**, nº 5, 1991.

## A FILOSOFIA DA PRÁXIS DIANTE DE OUTRAS CONCEPÇÕES DE MUNDO

Ao tratar da relação entre obras científicas e ideologia de massa, Gramsci considera que *“uma época histórica e uma determinada sociedade são representadas sobretudo pela média dos intelectuais”*, sendo preciso diferenciar entre a “ideologia difusa, de massa” e as “obras científicas”, as “grandes sínteses filosóficas”, que constituem as “verdadeiras chaves de interpretação” das ideologias massivas. Tais sínteses *“devem ser nitidamente superadas, ou negativamente, demonstrando a sua falta de fundamento, ou positivamente, contrapondo-lhes sínteses filosóficas de maior importância ou significação”* (CDH:157).

Com base nesta clivagem, ele nos lega contribuições expressivas e oportunas sobre o significado e a ética do debate científico. Este não deve ser um “processo judiciário”, mas a *“colocação de problemas histórico-críticos”*. Nele, *“demonstra ser mais avançado quem se coloca do ponto de vista segundo o qual o adversário pode expressar uma exigência que deva ser incorporada, ainda que como um momento subordinado, na sua própria construção. Compreender e valorizar com realismo a posição e as razões do adversário (e o adversário é, talvez, todo o pensamento passado) significa justamente estar liberto da prisão das ideologias (no sentido pejorativo, de cego fanatismo ideológico) e (...) colocar-se de um ponto de vista ‘crítico’, o único fecundo na pesquisa científica”* (CDH:31) (grifos meus).

Deste modo, o “critério metodológico mais geral” (ou de maior seriedade científica) exclui a escolha de adversários *“entre os mais estúpidos ou medíocres”* e das *“opiniões menos essenciais e mais ocasionais”*. É ilusão ou ingenuidade pensar, caindo em tais escolhas, *“ter ‘destruído’ ‘todo’ o adversário porque se destruiu uma opinião secundária ou acidental, ou ter destruído uma ideologia (...) porque se demonstrou a insuficiência teórica de seus defensores de terceira ou quarta categoria”* (CDH:164).

As dimensões ética e pedagógica se conjugam na afirmação de que *“deve-se ser justo com os adversários, esforçar-se por compreender o que eles realmente quiseram dizer, e não fazer-se maliciosamente nos significados superficiais e imediatos de suas expressões (...), quando se pretende ‘elevar o tom e o nível intelectual dos próprios seguidores e não (...) criar um deserto em torno de si (...); o seguidor deve discutir e sustentar o próprio ponto de vista (...) com adversários capazes e inteligentes, e não apenas com pessoas rústicas e despreparadas, que se convencem ‘autoritariamente’ ou por ‘via emocional’ ”* (Idem).

Colocar-se com seriedade em um debate científico requer também admitir a possibilidade de erro. Esta deve ser *“afirmada e justificada, sem com isto menoscar a própria concepção”*, pois o importante é *“o conjunto de opiniões que se tornaram coletivas, um elemento e uma força social”*. Essas opiniões devem ser refutadas *“em seus expoentes teóricos mais representativos e dignos de respeito pela elevação do seu pensamento, bem como pelo ‘desinteresse imediato’, sem pensar ter com isto ‘destruído’ o elemento e a força social correspondente”*, o que seria *“puro racionalismo iluminista”* (CDH:164). Afinal, uma “nova ciência” demonstra ser eficiente e ter uma vitalidade fecunda quando sabe *“enfrentar os grandes campeões de tendências opostas”*, quando *“resolve com os próprios instrumentos as questões vitais colocadas”* ou ainda quando *“demonstra peremptoriamente que tais questões são falsos problemas”* (CDH:157).

Assim entendendo, Gramsci critica o próprio intelectualismo no interior do campo marxista como uma *“corrente deteriorada da filosofia da práxis”*, que *“pode ser considerada em relação aos fundadores (...) tal como o catolicismo popular em relação ao teológico ou dos intelectuais”*, por traduzí-la em termos teológicos/transcendentais, em termos de *“filosofias pré-kantianas ou pré-cartesianas”* (CDH:254-55). Sua crítica se estende à menta-

lidade científica moderna, *“débil como fenômeno de cultura popular”* e também *“no setor dos cientistas que têm uma mentalidade (...) de grupo técnico (...), que compreendem a abstração em sua ciência particular mas não como ‘forma mental’”*. Mais ainda: esses cientistas *“compreendem sua ‘particular abstração’, seu particular método abstrato, mas não os das outras ciências”*, quando existem, no entanto, vários tipos de abstração e *“é científica aquela mentalidade que chega a compreender todos os tipos de abstração e a justificá-las”* (PP:232).

Ainda neste campo, Gramsci deixa um legado valioso no que se refere à organização da vida científica e à necessidade de “fixação de uma orientação de política cultural”, em termos de problematizações relativas ao mundo socialista da época e de pistas relevantes para a discussão atual (Cf. CDH:28-29 e IOC: 155).

#### O MARXISMO EM SUA SINGULARIDADE: UMA SÍNTESE PROVISÓRIA

A trajetória histórica do próprio marxismo permite detectar uma vinculação estreita entre ciência e ideologia, cujas manifestações mais contundentes (e perversas) se encontram no período stalinista. Essa vinculação está na raiz da natureza e dos limites da sua divisão interna sobre a discussão teórica do próprio tema, a relação entre ciência e ideologia.

A polêmica interna expressa, no plano específico do embate teórico-estratégico concretamente referenciado pela construção do socialismo, as determinações históricas inerentes a toda produção de conhecimento, indicando ainda a fragilidade e a força da construção teórica marxiana em seu próprio campo. A sua força, dada pela referência (teórica e prática) transformadora e pelos desdobramentos teóricos provocados no campo do marxismo, é submetida, no concreto, a limites: o do distanciamento entre teoria e prática e o da possível subordinação, em um debate recorrente, ao tratamento

predominantemente epistemológico dos desafios que lhe foram sendo historicamente colocados. Nesta linha de reflexão, entende-se porque o debate no seio do e sobre o marxismo repõe um conjunto de questões dessa natureza: qual o seu estatuto epistemológico, enfim? É ele ciência? Ideologia? Filosofia? Em que se distingue das demais tradições de pensamento?

As elaborações gramscianas contribuem para redimensionar os parâmetros e o contexto do debate, preservadas as mesmas questões e ressalvada a distância de espaço e tempo da sua elaboração. Elas permitem situar a discussão atual da crise do marxismo num patamar essencialmente político-ideológico, num contexto em que o embate entre a racionalidade capitalista e a crítica e intervenção marxistas transformadoras é gravemente adverso, face aos acontecimentos do Leste. Se este embate é constitutivo da história do marxismo e tem sido profundamente desigual, porque forjado na e contra a ordem capitalista, esta desigualdade está, hoje, dramaticamente acentuada.

Em sua singularidade, a filosofia da práxis é, para Gramsci, uma construção teórica “superior”, na medida em que integrou e superou as tradições de pensamento precedentes e pelo seu corte de classe. Simultaneamente filosofia, ciência, política, teoria da história e ideologia orgânica, o marxismo constitui uma visão de mundo que tem o objetivo de, superando o capitalismo, construir uma “nova civilização”. Sua “superioridade histórica” e sua “verdade” residem, portanto, no compromisso com a unidade teoria-prática na perspectiva transformadora dessa construção. Penso que aí está o “coração” do marxismo, revelando a gravidade da sua crise e definindo o seu lugar próprio no debate com as diferentes tradições de pensamento.

Trata-se da crise de uma visão de mundo e de seu correspondente projeto político. A produção científica decorrente dessa visão – o arcabouço teórico marxiano e os “marxismos” nele inspirados – fundados no materialismo histórico e na singularidade de sua construção,

exige epistemologicamente uma constante atualização histórica de suas categorias de análise. Gramsci retoma Marx em seu “método” e nas suas considerações sobre as abstrações teóricas, para afirmar, com razão, que a produção marxista está em permanente construção, colada na materialidade do real. A sua crise epistemológica é expressão – não apenas formal – e em proporções menores, da crise de uma visão de mundo diante dos desafios colocados pelas formas bem mais complexas da atual racionalidade capitalista e pelo fracasso do Leste. Reconhecer esta crise – sem precedentes na história – implica, ao mesmo tempo, encarar a sua singularidade/atualidade, dada pela possibilidade histórica de construção de alternativas sociais emancipadoras.

É evidente que o combate às desigualdades geradas pela ordem capitalista não é prerrogativa única do marxismo, que no entanto se distingue pelo horizonte político-ideológico, teórico-prático, de pretender superar essa racionalidade. Reconhecer esta singularidade implica em não cristalizar e isolar a dialética marxiana, pretendendo que suas categorias de análise sejam estáticas, apriorísticas e capazes de, pronta e mecanicamente, fornecer explicações críticas e estratégias de superação do capitalismo. Tampouco o seu vigor pode ser medido estritamente pela confirmação ou não das “previsões marxianas” nem pondo em xeque leis/teorias determinadas, em detrimento de outras que estariam “definitivamente” superadas. Isto seria esfacelá-lo, atingir a sua singularidade, a “coerência teórico-prática do seu todo”, ou então reduzi-lo, epistemologicamente, a um dos “paradigmas” ou “programas de pesquisa” – estejam ou não eles considerados em crise.

Reconhecer a validade/atualidade do marxismo significa, basicamente, assumir que a sua singularidade representa a sua própria identidade, hoje em crise conjuntural profunda, mas que pode ser preservada e fortalecida pela atualização histórica de suas categorias de análise, segundo o próprio “método” marxiano de análise.



Isto requer, no plano teórico, uma leitura crítica dos debatedores contemporâneos de Marx (adeptos e opositores), visando identificar lacunas, insuficiências e virtualidades do seu arcabouço de análise que permitam avançar, a partir de Marx, com Marx e para além de Marx, em aprimoramentos/reelaborações conceituais do ponto de vista da construção da hegemonia das classes trabalhadoras. Essa (re)construção teórica deve estar fundada, evidentemente, no desnudamento da racionalidade capitalista hoje vigente, nas formas assumidas em decorrência do desenvolvimento científico e tecnológico por ela mesma engendrado. Para os marxistas, o desafio é o de operar as categorias marxianas fundamentais buscando atualizar e fortalecer o seu poder crítico/explicativo, em estreita conexão com e a partir de intervenções concretas na realidade.

As reflexões gramscianas sobre os conceitos historicizados de ciência e ideologia e sobre a sua relação, além de iluminar a singularidade do marxismo, contribuem para precisar, portanto, os limites e possibilidades dessa (re)construção, salientando ainda a natureza política do diálogo epistemológico do marxismo com outras visões de mundo.

Toda produção científica (aí se incluindo o marxismo) tem uma autonomia relativa diante da ideologia, que se traduz, no limite, pela possibilidade de incorporar conhecimentos produzidos por outras tradições científicas, por outras visões de mundo que, implícita ou explicitamente, alimentam a racionalidade capitalista. Nisto reside a sua especificidade, embora os elementos constitutivos do processo de produção da ciência jamais possam ser neutros. Esta mesma especificidade assegura, por sua vez, a tradutibilidade dos conhecimentos incorporados de outras abordagens (total ou parcialmente antagônicas) para o campo ideológico próprio, através de um diálogo que pode enriquecer mas não anula ou compromete, dada a retradução feita, a identidade desse campo ideológico.

Em sua autonomia, enraizada na "ideologia orgânica" que o sustenta, o marxismo pode e deve colocar-se, mais que nunca, em



debate. Internamente, cabe estabelecer uma discussão sistemática entre as vertentes de interpretação que o configuraram historicamente, para precisar diferenças de fundo, estabelecer convergências, superar impasses. Na sua interlocução com outras tradições de pensamento (outras "ideologias científicas") no campo das ciências sociais, é evidente que as contribuições instrumentais delas advindas devem ser estudadas, podendo ser incorporadas, se enriquecedoras, desde que retraduzidas para o universo político-ideológico próprio do marxismo. Em ambos os diálogos (interno e externo), as contribuições gramscianas sobre o significado e a ética do debate científico são úteis à crítica e auto-crítica contemporâneas.

Nesta linha de reflexões, o desafio prioritário do marxismo, hoje, está na reafirmação político-ideológica, inclusive no campo epistemológico, de sua singularidade, conjunturalmente considerada. Este me parece o caminho mais promissor para o enfrentamento da sua crise, traduzida por uma diluição/fragmentação (sobretudo acadêmica) dessa singularidade, pela herança histórica nefasta do economicismo e dos dogmatismos e pela necessidade de compreensão e explicação radicalmente auto-críticas do fracasso do Leste Europeu, a partir de suas próprias categorias de análise.

Aí estão os seus problemas candentes, historicamente acumulados. Se conseguir enfrentá-los na direção da unidade teoria-prática, da unidade entre as suas "duas vidas", o marxismo estará redefinindo o seu espaço e o seu lugar no debate atual sobre a crise das ciências sociais e operando, simultaneamente, a atualização histórica de suas categorias de análise. Afinal, no embate contraditório de racionalidades historicamente posto desde o século passado, que não se extinguiu com a derrocada do Leste, a crítica e o combate ao capitalismo colocam um desafio bem maior que o da busca de sucesso, ao nível da argumentação racional, no plano epistemológico. Trata-se de, em uma conjuntura profundamente

grave e tendo por base a relação de forças existente, perseguir (sem dogmatismos/voluntarismos, sem se desprender da história) a “verdade superior” do marxismo. Esta “verdade” somente será efetivamente “superior” se conseguir sustentar e difundir, cotidianamente, em todos os espaços sociais orgânicos, o projeto de construção de uma “nova civilização”. Entendendo-se que esse projeto continua sendo uma possibilidade histórica, cabe também incorporar (retraduzindo), no plano epistemológico, críticas e contribuições significativas que permitam avançar nesta direção. Isto exclui ecletismos, mas igualmente cristalizações, voluntarismos e sectarismos, mantida a radicalidade da visão de mundo marxiana.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry, *Teoría, política y historia. Un debate con E.P. Thompson*, Siglo Veintiuno, México, 1985.

———. *Considerações sobre o marxismo ocidental*, Brasiliense, São Paulo, 1989.

BUCI-GLUCKSMAN, Luci, *Gramsci e o Estado*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1980.

CUADERNOS PASADO Y PRESENTE, *Gramsci e as ciências sociais*, Siglo Veintiuno, México, 1977.

DIAS, Edmundo Fernandes, “Hegemonia: nova civiltà ou domínio ideológico?”, in *História & Perspectivas*, nº5, 1991.

GRAMSCI, Antonio, *Literatura e vida nacional*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1968.

———. *Pasado y presente*, Granica, Barcelona, 1977.

———. *Os intelectuais e a organização da cultura*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1979.

———. *Concepção dialética da história*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1981.

- GRAMSCI, Antonio, *Maquiavel, o príncipe e o Estado moderno*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1984.
- GUIMARÃES, Juarez, *As derrotas da filosofia da praxis, Comentários a quem, à margem e além do debate Thompson-Anderson (Althusser)*, São Paulo, 1991 (mimeo).
- LÖWY, Michael, *Método dialético e teoria política*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1989.
- , *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*, Busca Vida, São Paulo, 1991.
- MARX, Karl, *Contribuição à crítica da economia política*, Martins Fontes, São Paulo, 1983.
- SOUZA, Angela Tude de, "Sobre o 'americanismo e fordismo' de Antonio Gramsci", in *História & Perspectivas*, nº5, 1991.
- THOMPSON, E. P., *A miséria da teoria*, Zahar, Rio de Janeiro, 1978.

# A SOCIOLOGIA DOS BENS SIMBÓLICOS E A TEORIA DO MERCADO LINGÜÍSTICO DE PIERRE BOURDIEU

*Inês Sílvia Vitorino Sampaio*

Este artigo constitui um exercício de reflexão sobre a obra de Pierre Bourdieu, um dos autores contemporâneos que tem se destacado na análise dos sistemas simbólicos e no desenvolvimento da sociologia da cultura. A apropriação, aqui registrada, da sua obra resulta de um primeiro contato mais sistemático com o seu trabalho. Na verdade, a nossa atenção dirige-se especialmente às suas reflexões acerca da temática da linguagem. Nesse sentido, o esforço empreendido, de dar conta das proposições de caráter mais geral da sua obra, é feito a partir do interesse em compreender, em que medida elas informavam a sua teoria dos mercados lingüísticos.

No enfrentamento da temática da linguagem, esboçamos ainda uma tentativa de análise comparativa das reflexões de Bourdieu com o pensamento de Jürgen Habermas. O trabalho está centrado na obra de Bourdieu, sendo a referência ao pensamento habermasiano utilizada apenas como instrumento comparativo, o que explica o caráter sumarizado da sua exposição e a sua menor problematização. O que estamos tentando salientar é que, foi exatamente a isso, que nos propomos.

## PANORAMA INTELECTUAL E INDAGAÇÕES FUNDAMENTAIS

Discutir o pensamento de um autor significa aceitar o desafio de enfrentar com ele as discussões com as diferentes concepções teóricas que formam o panorama intelectual de uma época e que conferem um sentido à sua produção. Visto nessa perspectiva, Bourdieu é um teórico profundamente instigante, dada a ampla variedade de questões com que se defronta e o rigor conceitual com que busca apreendê-las.

O contexto intelectual de Bourdieu é o da fenomenologia existencialista, que tem o seu auge, quando ainda era estudante nos anos 50 e também o do estruturalismo, dos anos 50/60, que se constitui com Lévi-Strauss na Antropologia, expande-se fortemente com a lingüística saussureana, atingindo ampla divulgação com os trabalhos de Foucault e Althusser, ambos professores de Bourdieu.

Sem nunca afirmar-se como fenomenólogo ou estruturalista, Bourdieu ergue o seu sistema analítico no debate sistemático com essas concepções. A idéia do debate, aqui registrada, tem como propósito recuperar a riqueza da relação estabelecida por Bourdieu com essas tradições e que não é pautada por uma postura meramente oposicional, nem tampouco identificatória, mas pela busca do diálogo, que incorpora e supera e, por isso mesmo, ultrapassa.

Esse é um elemento caracterizador da sua obra, a abertura para incorporar a contribuição dos diversos autores, sem se deter em oposições de escolas. Bourdieu destaca como um dos obstáculos graves ao processo de pesquisa a definição de "falsas antinomias" e "falsas divisões", que promovem oposições sem fundamento científico: teóricos x empiristas, subjetivistas x objetivistas, estruturalistas x fenomenólogos. Contrariamente a esse tipo de postura, Bourdieu postula a necessidade de uma *"justa atitude para com a tradição teórica, que consiste em afirmar, ao mesmo tempo, a continuidade e a ruptura, a conservação e a superação, em se apoiar em*

*todo o pensamento disponível, sem temer a acusação de seguidismo ou de ecletismo, para ir além dos antecessores, ultrapassados assim por uma utilização nova dos instrumentos para cuja produção eles contribuíram*".<sup>1</sup>

No debate entre o estruturalismo e a fenomenologia, de relevância central para a configuração da sua obra, se atualizam distintas tradições da sociologia, que de forma recorrente reaparecem, sob novas roupagens, traduzindo o enfrentamento dos binômios, já clássicos, entre: indivíduo e sociedade, micro e macro, ator e estruturas. A Sociologia de Bourdieu se configura como uma tentativa de superar essas dicotomias.

Num período marcado pelo questionamento de vários dos paradigmas das ciências sociais, a sociologia de Bourdieu enfoca especialmente as várias formas de objetivismo (a postulação que desconsidera a subjetividade no processo de elaboração do conhecimento, estabelecendo uma rígida fronteira entre fatos e valores) e as várias versões estruturalistas (a postulação do primado das estruturas sobre os atores). A sua saída, contudo, difere radicalmente de qualquer forma de subjetivismo.

Na verdade, o enfrentamento do debate objetivismo x subjetivismo aparece em primeiro plano na sua obra, constituindo, segundo o próprio Bourdieu, a intenção mais constante e importante do seu trabalho. Bourdieu nega a tradição objetivista, que concebe o mundo social como um universo de regularidades objetivas, independente dos agentes e construído a partir do ponto de vista externo de um observador imparcial. Rejeita também a tradição fenomenológica que compreende o mundo social como produto das ações individuais, que a partir de infinitos atos produzem a objetividade das relações sociais, vinculando a análise às interpretações internas dos agentes.

---

<sup>1</sup>BOURDIEU, Pierre, *O poder simbólico*, Ed. Difel, Lisboa, 1989, p. 63.

Segundo Bourdieu, seja na tradição durkheimiana que se propunha a apreender a sociedade como “coisa”, seja no estruturalismo de Lévi-Strauss e Althusser, as análises partiam de um mesmo equívoco comprometedor, a compreensão do agente como mero executor de algo que lhe é exterior e que está objetivamente constituído. Este ponto de vista é explicitamente criticado por Bourdieu para quem “*os agentes sociais, tanto nas sociedades arcaicas como nas nossas, não são apenas autômatos regulados como relógios, segundo leis mecânicas que lhes escapam*”.<sup>2</sup>

Nessa perspectiva, podemos afirmar que Bourdieu compartilha de toda a reflexão contemporânea nas ciências sociais que apregoa a imperiosa necessidade de trazer o ator de volta. E é de uma maneira muito particular que ele se aventura a fazê-lo, recusando a ingenuidade e o idealismo da fenomenologia, que afirma a possibilidade de apreensão do social, a partir das ações individuais dotadas de sentido, reduzindo, assim, a compreensão do social aos processos interativos entre indivíduos.

A postura de Bourdieu se afirma, por um lado, como negação de uma visão estruturalista objetivista, que desconsidera a ação dos agentes, e, por outro lado, como superação de uma compreensão ingênua da interação, que vê o mundo como intersubjetividade, sem percebê-lo de forma socialmente estruturada, permeada, nesse sentido, por relações de poder. Para além desses dois modelos de conhecimento, a postulação de Bourdieu é a da necessidade da elaboração de um conhecimento *praxiológico*, que tem como objeto não somente o sistema das relações objetivas, mas as relações dialéticas entre essas estruturas e as disposições estruturadas, nas quais elas se atualizam.

Importante registrar que Bourdieu não se detém numa “teoria teórica”, como ele mesmo designa, que tem em si mesma o seu próprio fim, que surge e se desenvolve à base do confronto com outras teorias. É explícita a sua preocupação em escapar das “críticas

---

<sup>2</sup>Idem, *Coisas ditas*, Brasiliense, São Paulo, 1990, p. 21.

globalizantes”, sem maiores preocupações empíricas, a exemplo dos trabalhos da Escola de Frankfurt, por ele criticados. Para Bourdieu, a teoria científica só é capaz de atingir o seu pleno significado a partir do confronto com a análise empírica e, nessa perspectiva, tem mais a ganhar com a defrontação com novos objetos do que com as polêmicas teóricas.

É a partir desse enfoque que podemos compreender melhor a variedade de questões que ele se propõe a analisar, a amplitude das temáticas que incorpora e o rigor conceitual que prima em manter, respeitando o compromisso com a elaboração de conceitos operacionais, capazes de dar conta das nuances e complexidades, envolvidas na produção sociológica. Talvez esteja aí uma das suas importantes contribuições à teoria social.

As alegativas para marcar a relevância de Bourdieu para a produção sociológica são as mais variadas. São destacados como elementos importantes: o caráter atípico do seu trabalho, visto como responsável pela repercussão e permanência da sua obra; a preocupação em considerar temas antes tidos como irrelevantes; o esforço significativo de pensar a prática como algo distinto da pura execução; além do fato de ter renovado e expandido a sociologia dos sistemas simbólicos. Sobre esse último ponto, gostaríamos de registrar que um dos seus maiores méritos é ter revelado o quanto há de político na cultura, que toda cultura é marcada por relações de poder.

A obra de Bourdieu, como qualquer trabalho expressivo, tem sido também objeto de uma série de questionamentos. É ele próprio quem aponta o determinismo, o totalitarismo e o pessimismo entre as críticas mais comuns de seus opositores. Teremos oportunidade de avaliar em que medida elas são consistentes. Neste primeiro momento, nos detivemos em traçar um quadro das preocupações norteadoras do trabalho de Bourdieu. Até que ponto ele foi capaz de atingir os seus objetivos é uma discussão que pretendemos desenvolver ao longo do texto.



## A SOCIOLOGIA DOS BENS SIMBÓLICOS DE PIERRE BOURDIEU

A *Sociologia dos bens simbólicos* de Bourdieu, como enunciamos, está centralmente informada pela busca de articulação entre estruturas e práticas, retomando com nuances particulares, o debate com o objetivismo e o subjetivismo. Na verdade, ela se constitui como busca de expressão da dialética entre essas duas dimensões. É precisamente para pensar essa relação, não apenas do ponto de vista da construção teórica, mas da análise empírica, que Bourdieu desenvolve o conceito de *habitus*. Nesse sentido, é dele que nos ocuparemos, inicialmente.

Bourdieu retoma o conceito aristotélico de *habitus* e repensa-o, num esforço de escapar do estruturalismo sem sujeito e da filosofia da consciência, sem anular o agente como operador prático da construção de objetos. Bourdieu define o *habitus* como “*sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas, predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente ‘reguladas’ e ‘regulares’ sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente*”.<sup>3</sup>

O *habitus*, enquanto sistema de esquemas adquiridos, funciona, a nível prático, como princípio de classificação e organização, o que implica na compreensão do agente social, como operador prático da construção de objetos. O *habitus* é matriz de percepções e apreciações das práticas adquiridas. Através dos determinantes sociais que o produziram, o *habitus* está estreitamente articulado a uma condição social, bem como à posição social em que foi construído.

---

<sup>3</sup>“Esboço de uma teoria da prática” in ORTIZ, R. (org.), *Pierre Bourdieu - Sociologia*, Ática, São Paulo, 1983, p. 61.

Sendo produto articulado das histórias individual e coletiva, configurado como uma espécie de “lei imanente” depositada nos agentes, pela experiência socializadora da educação, o *habitus* faz com que os agentes, “de forma consciente ou não”, sejam produtores de “sentido objetivo”, na medida em que suas ações e obras resultam de um *modus operandi* não produzido por ele. É nesse sentido que Bourdieu afirma-o como “origem de um conhecimento, sem consciência, de uma intencionalidade sem intenção”.<sup>4</sup>

Uma outra dimensão importante, que o conceito de *habitus* permite apreender é a existência de outros princípios geradores das práticas, que o cálculo racional, a existência de uma “lógica prática”, uma espécie de “sentido do jogo”, que é de tal forma incorporado aos agentes, que transforma-se numa espécie de segunda natureza.<sup>5</sup>

Nesse sentido, ele se configura como fundamento objetivo de condutas regulares, o que faz de certo modo possível a previsão das práticas, na medida em que o “*habitus faz com que os agentes que o possuam, comportem-se de uma determinada maneira, em determinadas circunstâncias*”.<sup>6</sup> Contudo, a regularidade das condutas geradas pelo *habitus* não permite a inferência de deduções, como no caso das leis, dado, exatamente, o seu caráter de “lógica prática”, que se define nas múltiplas relações cotidianas com o mundo, guardando, portanto, uma relação com o “fluido” e o “vago”, ou seja, uma dimensão de indeterminação.

Do nosso ponto de vista, essa é a contribuição possível de ser extraída desse conceito, a incorporação da experiência prática, na definição das estratégias dos agentes. Contudo, essa não é a preocupação fundamental de Bourdieu ao constituí-lo e, na perspectiva para o qual foi concebido, ele nos parece claramente insuficiente, senão comprometedor.

---

<sup>4</sup> *Coisas ditas*, p. 5, grifos nossos.

<sup>5</sup> Idem, *ibidem*, p. 82.

<sup>6</sup> Idem, *ibidem*, p. 98.

O *habitus*, tal como definido por Bourdieu, se assemelha a uma grande teia que, articulando posições e condições sociais, na forma de disposições, amarra os agentes em torno de opções bastante limitadas de movimento. Nessa perspectiva, os agentes teriam que se haver com opções dadas, mais do que constituí-las.

A concepção dos agentes, como suporte de *habitus*, constitui-se, assim, numa flexibilização, mas não numa superação da concepção dos agentes como suportes de estruturas. O papel do agente é visto de um ponto de vista passivo, cuja dimensão de criticidade, de reflexibilidade, desaparece. São as disposições estruturadas, dispostas a atuar como estruturas estruturantes, que moldam a ação dos agentes sociais, que, deste ponto de vista, apenas absorvem *habitus*, mas não o problematizam. Essa concepção limitada da capacidade de ação dos agentes, dá um certo caráter enrigecido à obra de Bourdieu.

Tendo anunciado algumas indicações acerca da ação dos agentes na sociedade, podemos agora analisar a própria concepção de sociedade que Bourdieu opera. Já adiantamos algumas considerações que permitem estabelecer um certo enfoque analítico, que explicitamente define o que ela não é. Ela não se dissolve no mundo compreensivo dos agentes, nem tampouco se esgota nas estruturas objetivas que a compõem. Na nossa compreensão, há pelo menos três elementos qualificadores da sociedade para Bourdieu: ela é compreendida como um grande mercado de bens materiais e simbólicos, que diferencia-se em diversos campos e que é estruturalmente marcada por um processo de estratificação social.

Cada um destes três pontos será objeto de reflexão a seguir, enfocado sob a ótica da possível contribuição de Bourdieu para a sociologia dos bens simbólicos, ou como prefere Micelli, dos "sistemas simbólicos".<sup>7</sup> Estas noções estão profundamente imbricadas e é possível que façamos referências comuns, na análise de cada um destes pontos.

---

<sup>7</sup>MICELLI, Sérgio, "A força do sentido", in *A Economia das trocas simbólicas*, 2a. edição, Perspectiva, São Paulo, 1987, p. X.

A compreensão da sociedade como um mercado não constitui uma contribuição original de Bourdieu à Sociologia. O fato de que as diferentes sociedades desenvolveram-se recorrendo ao mecanismo do mercado, para suprirem as suas necessidades materiais, é linguagem corrente. A novidade é a referência a um mercado de bens simbólicos tão vigoroso quanto o de bens materiais. Ao estabelecerem relações sociais entre si, os homens não somente trocam mercadorias, mas também significados, símbolos.<sup>8</sup>

Há, assim, uma lógica da produção, circulação e consumo dos bens simbólicos, a ser apreendida e analisada. É um pouco o que faz Bourdieu ao afirmar a “autonomia relativa” deste mercado simbólico, que, não obstante, é analisado a partir da mesma ótica do mercado de bens materiais, configurado pela existência de: produtores e consumidores de bens simbólicos, que movimentam-se no âmbito de um mercado, a partir de um certo *quantum* de capital, que os capacita ou não a fazer frente aos preços estipulados num processo de competição.

Bourdieu, ao discutir a questão do mercado, não o faz de uma maneira genérica e indiferenciada. Ele especifica a noção de mercado através da compreensão do significado e funcionamento do campo. Na sua concepção aos vários campos correspondem mercados específicos, sendo a lógica de funcionamento de cada mercado, definida pelo campo que o delimita. Nesse sentido, o entendimento da visão de Bourdieu sobre o mercado de bens simbólicos só se faz possível, na sua íntima relação com o processo de configuração de um campo cultural.

Para Bourdieu, é fundamental o reconhecimento e a análise do processo de autonomização do sistema de relações de produção, circulação e consumo de bens simbólicos, que liberou-se, de forma progressiva, das instâncias de legitimação externas, como a Igreja e a Aristocracia na Idade Média, tornando possível a construção de

---

<sup>8</sup>BOURDIEU, Pierre, “O mercado de bens simbólicos” in *A economia das trocas simbólicas*, pp. 102-103.

legitimidades culturais, definidas a nível interno do próprio campo.

Este processo de autonomização desenvolveu-se conjuntamente a uma série de transformações sumamente importantes como: a constituição de um público de consumidores virtuais, extenso e diversificado, que conferiu aos produtores de bens culturais, condições mínimas de independência econômica e um princípio de legitimidade; a constituição de um corpo amplo e diferenciado de produtores e empresários de bens simbólicos; além da multiplicação e diversificação das instâncias de consagração, que passaram a competir pela legitimidade cultural.<sup>9</sup>

A liberdade de artistas e produtores culturais, pleiteada e, num certo sentido, desenvolvida historicamente com a ruptura dos laços de dependência com monarcas e com a Igreja, de um outro ponto de vista, mostrou-se progressivamente como tendo um caráter formal, condicionando artistas e produtores a um novo tipo de submissão às leis do mercado de bens simbólicos.

Esta questão será melhor desenvolvida, quando discutirmos a noção de campo, a seguir. É a “teoria geral da economia dos campos”, que permite definir a forma específica que assume em cada campo os mecanismos e os conceitos gerais, tais como capital, investimento, ganho, fugindo assim das posturas reducionistas que limitam essas relações ao interesse material e a maximização do interesse monetário<sup>10</sup>

Bourdieu concebe o ordenamento da sociedade a partir da sua teoria dos campos, evitando a sua configuração, nos moldes marxistas clássicos, que a compreende a partir do binômio estrutura e superestrutura<sup>11</sup> Busca, nesse sentido, estabelecer um viés de análise mais amplo, que dê conta da multiplicidade de determinações que configuram as relações sociais e as especificam. A idéia da autonomia dos campos constitui um esforço nesse sentido. Analisando

---

<sup>9</sup>Idem, ibidem, p. 100.

<sup>10</sup>Idem, *O poder simbólico*, p. 69.

<sup>11</sup>CANCLINI, Néstor, *Desigualdad cultural y poder simbólico*, p. 12.

a sua obra, Canclini reconhece a mudança de perspectiva, que envolve a utilização da noção de campo. *"Nas sociedades 'modernas', a vida social se reproduz em campos (econômico, político, científico), que funcionam com uma forte independência. As lutas que em cada campo ocorrem não podem ser dedutíveis do caráter geral da luta de classes, mas do entendimento do próprio campo".*<sup>12</sup>

O campo, para Bourdieu, é concebido como estruturado a partir de dois elementos: um capital específico comum, que dá sentido à sua existência e um processo permanente de luta pela apropriação desse capital. *"Para que um campo funcione, é preciso que haja objetos de disputa e pessoas prontas para disputar o jogo, dotadas de habitus que impliquem no conhecimento e no reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de disputa, etc."*<sup>13</sup>

É exatamente essa luta que movimenta e sustenta a existência do campo que, sendo produzida pelas próprias estruturas constitutivas do campo, produz, por outro lado, suas estruturas e hierarquias.<sup>14</sup> O campo funciona à medida em que o conjunto dos seus agentes atua para manter ou melhorar suas posições, no interior do campo, uma luta que terá maiores chances de êxito a partir da posse de um maior domínio do capital específico do campo.

Para Bourdieu, compreender a atuação dos agentes, implica romper com uma visão da dominação, como tendo um caráter centralizado e único, que é incapaz de aprender a contribuição particular dos vários agentes que, não só na condição de dominantes, mas também como dominados, contribuem para a manutenção do exercício da dominação, na medida em que aceitam as regras do jogo e participam dele. *"A submissão a certos fins, significações ou interesses transcendentais, quer dizer, superiores e exteriores aos interesses individuais, raramente é feito de uma imposição imperativa e de uma*

---

<sup>12</sup>Idem, ibidem, p. 12.

<sup>13</sup>BOURDIEU, Pierre, *Questões de sociologia*, Marco Zero, Rio de Janeiro, 1983, p. 89.

<sup>14</sup>Idem, *O poder simbólico*, p. 85.

*submissão consciente*".<sup>15</sup> Nesse sentido é que se pode compreender a afirmativa acerca de uma cumplicidade básica subjacente a todas as lutas, no interior dos diversos campos, que advém da crença, no valor do próprio jogo, no qual se deparam desigualmente os diversos participantes.

Contudo, no mesmo instante em que Bourdieu reconhece o significado da atuação dos agentes, ele desqualifica essa intervenção, definindo-a como uma contribuição que "*os agentes (inclusive os dominados) dão, quer queiram, quer não, quer saibam que não, para o exercício da dominação por meio da relação que se estabelece entre as suas atitudes, ligadas às suas condições sociais de produção, e as expectativas e interesses inscritos nas suas posições no seio desses campos de luta*".<sup>16</sup> Os agentes, nesse sentido, são destituídos da sua capacidade reflexiva e criadora, apenas "movimentando-se" de acordo com as suas condições sociais e atendendo as expectativas das suas posições no campo.

O campo, para Bourdieu, está estruturado de maneira bipolar, a partir da oposição entre dominantes e dominados. Às diferentes posições e aos capitais específicos respectivos correspondem diferentes estratégias de luta. Os dominantes, na condição de detentores de um elevado capital específico, primam pela "ortodoxia", na tentativa de conservar o capital acumulado, enquanto os dominados, desprovidos de tal capital acumulado ou possuindo-o, em níveis menores, desenvolvem o que Bourdieu designa como "práticas heterodoxas", visando promover o descrédito dos detentores de capital. "*O campo se particulariza, pois, como um espaço onde se manifestam relações de poder, o que implica afirmar que ele se estrutura a partir da distribuição desigual de um quantum social que determina a posição que um agente específico ocupa em seu seio*".<sup>17</sup>

---

<sup>15</sup>Idem, ibidem, p. 87.

<sup>16</sup>Idem, ibidem, p. 87, grifos nossos.

<sup>17</sup>ORTIZ, Renato, "A procura de uma sociologia na prática", in *Bourdieu, Sociologia*, Ática, São Paulo, p. 21.



A compreensão do funcionamento do campo, contudo, não se limita ao entendimento do próprio campo, mas deve recuperar as posições dos agentes ao nível interno e externo do campo, ao nível da sociedade global, ou seja, deve ser referido à estratificação da sociedade. Vejamos como Bourdieu discute o funcionamento do campo cultural, que nos interessa particularmente, para a seguir nos determos na questão da estratificação.

Bourdieu compreende o campo de produção e circulação dos bens simbólicos como *"campo das relações de concorrência pelo monopólio do exercício legítimo da violência simbólica"*,<sup>18</sup> estando ele ordenado em torno de duas oposições. Uma primeira relação, de oposição e complementariedade, ocorre entre o campo de produção erudita e o campo das instâncias de conservação e consagração de capital simbólico, a quem cabe salvaguardar uma ortodoxia cultural, defendendo a "cultura legítima", diante de manifestações culturais concorrentes ou heréticas, assegurando a conservação e a transmissão seletiva dos bens simbólicos.

Uma segunda relação de oposição se verifica entre o campo de produção erudita e o campo da indústria cultural. O primeiro, sendo dirigido a um público de produtores de bens culturais, estabelece suas próprias normas de validação, que se constituem também em princípios distintivos do seu público específico. O segundo, organizado com vistas à produção de bens culturais para um "público médio", pauta-se pela lei da concorrência, ou seja, do mercado. Nesse sentido, configura-se como resultado da conjunção entre o interesse numa produção lucrativa, orientada para o crescimento e a dispersão da composição sócio-cultural do público, e as transações e compromissos estabelecidos entre os agentes do campo.

Na medida em que *"todo ato de produção cultural implica na afirmação de sua pretensão à legitimidade cultural"*,<sup>19</sup> ou seja, à luta pelo monopólio da manipulação legítima de uma determinada

---

<sup>18</sup>BOURDIEU, Pierre, "O mercado de bens simbólicos", p. 118.

<sup>19</sup>Idem, ibidem, p. 108.



espécie de bens simbólicos, fica estabelecido o conflito, tendo por base a existência de princípios diferenciados de legitimação.

Há, na sociologia dos campos de Bourdieu, uma nítida centralidade da noção de posição, como princípio explicativo das práticas e das obras dos agentes. Os campos, de um ponto de vista sincrónico, constituem “espaços estruturados de posições”.<sup>20</sup> A estrutura do campo configura-se como expressão de um “estado” das relações de força, entre os agentes ou as instituições em luta pelo monopólio da “violência simbólica legítima”. Para Bourdieu, *“a cada uma das posições no campo de produção e circulação corresponde, a título de potencialidade objetiva, um tipo particular de posições culturais (ou seja, um lote particular de problemas e esquemas de solução, temas e procedimentos, posições estéticas e políticas, etc.)”*.<sup>21</sup>

Nessa perspectiva é que Bourdieu aponta a insuficiência de uma análise de carácter interno da estrutura de relações simbólicas, só compreensível mediante uma análise sociológica da estrutura do sistema de relações sociais de produção, circulação e consumo simbólicos, no qual foram engendrados e assumiram funções sociais específicas.

Além de uma preocupação de carácter metodológico expresso nessa formulação, o que fica evidenciado é a centralidade das relações de poder na Sociologia de Bourdieu, que privilegia, em todas as relações sociais humanas, essa dimensão constitutiva fundamental. *“Os estudos de Bourdieu acentuam, sobretudo, essa dimensão social em que as relações entre os homens se constituem em de poder, mais ainda, em que elas reproduzem o sistema objetivo de dominação interiorizado enquanto subjetividade; a sociedade é dessa forma apreendida como estratificação de poder.”*<sup>22</sup>

Segundo Canclini, ao explicar a estrutura de todos os campos, segundo a lógica interna da luta pelo poder, ele deixa de tratar dois

---

<sup>20</sup>Idem, *Questões de sociologia*, p. 89.

<sup>21</sup>Idem, “O mercado de bens simbólicos”, p. 159.

<sup>22</sup>ORTIZ, Renato, “A procura de uma sociologia da prática”, pp. 25-26.

problemas importantes: o que acontece especificamente em cada campo e como se dá a relação entre os campos e a história.<sup>23</sup> A configuração dos campos, a partir de uma estrutura bipolar, que reduz o conjunto das relações sociais ao conflito entre dominantes e dominados, constitui uma simplificação, que subsume manifestações de diferenças e pluralidades sob o rótulo de relações de poder.

Se é verdade que o conjunto das relações sociais é permeado por relações de poder, também é notório que essa não é a sua única dimensão, bem como nem sempre assume o caráter de maior importância. Deste ponto de vista, Bourdieu empobrece e limita a análise, na medida em que a desenvolve precipuamente sob a ótica do político e constrói um modelo que, pautado nesse ênfase, desqualifica outras dimensões constitutivas das práticas.

Para Bourdieu, a compreensão da sociedade como tendo um caráter estratificado, implica finalmente na necessidade da análise da questão das classes de um ponto de vista relacional. *“Com base no conhecimento do espaço das posições, podemos recortar classes no sentido lógico do termo, quer dizer, conjuntos de agentes que ocupam posições semelhantes e sujeitos a condicionamentos semelhantes, têm, com toda a probabilidade, atitudes e interesses semelhantes, logo, práticas e tomadas de posições semelhantes.”*<sup>24</sup> As classes, na medida em que ocupam uma posição numa estrutura social historicamente definida, e que mantêm relações com outras partes constitutivas da estrutura possuem “propriedades de posição” que são relativamente independentes de propriedades intrínsecas, como por exemplo advindas de um certo tipo de condições materiais de existência.

Bourdieu postula a existência de propriedades de situação e de posição, só dissociáveis por uma “operação do espírito”, que devem ser recuperadas, de modo conjunto e articulado, na análise da estratificação social. As relações sociais são explicáveis, mediante a

---

<sup>23</sup>CANCLINI, Néstor, *op. cit.*, p. 15.

<sup>24</sup>Bourdieu, Pierre, *O poder simbólico*, p. 136.

articulação das relações entre condições e posições sociais, sendo as primeiras definidoras da “margem restrita de variação”, conferida às segundas.<sup>25</sup>

Num dos trabalhos mais maduros de Bourdieu, *O poder simbólico*, a questão da construção de uma “teoria do espaço social” é desenvolvida a partir da demarcação de algumas rupturas com o marxismo, de certo modo, já antecipadas em outros trabalhos, sendo explícita a sua preocupação em estabelecer limites e diferenças do seu pensamento com essa tradição, com a qual tem significativas afinidades, mesmo que nem sempre reconhecidas.

São identificadas, por Bourdieu, três rupturas fundamentais a serem feitas com o marxismo. Primeiramente com a tendência marxista de privilegiar as substâncias (os grupos reais) em detrimento das relações, a partir de uma visão “intelectualista” que confere à classe um sentido real efetivo, desconsiderando o seu caráter de conceito construído. *“É preciso afirmar, contra o realismo do inteligível (ou reificação dos conceitos), que as classes que podemos recortar no espaço social (por exemplo, por exigências da análise estatística que é o único meio de revelar a estrutura do espaço social) não existem como grupos reais embora expliquem a probabilidade de se constituírem em grupos práticos, famílias (homogâmias), clubes, associações e mesmo ‘movimentos’ sindicais ou políticos.”*<sup>26</sup>

Bourdieu rejeita, portanto, tanto o “relativismo nominalista”, quanto o “realismo do inteligível”. No primeiro caso, contra a visão que reduz as diferenças sociais a meros artefatos teóricos, afirma a existência de um espaço objetivo, definidor de compatibilidades e incompatibilidades, proximidades e distâncias. No segundo caso, nega uma visão reificadora dos conceitos, mediante a postulação de que as classes, que podemos recortar no espaço social, não existem como grupos reais, embora estejam potencialmente em condições de se constituírem em grupos de caráter diverso.

---

<sup>25</sup>Idem, “Condição de classe e posição de classe”, p. 04.

<sup>26</sup>Idem, *O poder simbólico*, p. 136.

Uma segunda ruptura, afirmada como fundamental, deveria ser feita com o economicismo que, ao reduzir o conjunto das relações sociais ao campo econômico, como categoria fundamental explicativa, deixa de perceber o campo social como “espaço multidimensional” de posições. *“Pode-se descrever o campo social como um espaço multidimensional de posições tal que qualquer posição actual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas cujos valores correspondem aos valores das diferentes variáveis pertinentes: os agentes distribuem-se assim nele, na primeira dimensão, segundo o volume global do capital que possuem e, na segunda dimensão, segundo a composição do seu capital – quer dizer, segundo o peso relativo das diferentes espécies no conjunto das suas posses.”*<sup>27</sup> Tal afirmativa traz uma contribuição importante à teoria social, embora nem sempre seja considerada efetivamente pelo próprio Bourdieu.

Uma última ruptura deveria ser feita com o objetivismo, que minimiza a importância da dimensão simbólica, do “trabalho de representação”, para a compreensão das relações sociais. Bourdieu sustenta que o entendimento do mundo social implica num ato de construção também. A representação que os agentes têm do mundo social contribui para a construção da visão desse mundo e, nesse sentido, para a sua própria construção, o que se faz, evidentemente, através de uma série de lutas, que envolve a definição legítima de conceitos, estabelecendo princípios de “visão” e “divisão”. *“O poder de impor uma visão das divisões, isto é, o poder de tornar visíveis, explícitas, as divisões sociais implícitas, é o poder político por excelência: é o poder de fazer grupos, de manipular a estrutura objetiva da sociedade.”*<sup>28</sup>

É exemplar que uma das suas obras mais maduras receba o título de *O poder simbólico*, dado o relevo que Bourdieu sempre conferiu a essa questão do poder, sob cuja ótica o simbólico é visto. Para ele,

---

<sup>27</sup>Idem, ibidem, p. 167.

<sup>28</sup>Idem, ibidem, p. 167.

*“o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sendo sujeitos ou mesmo que o exercem”.*<sup>29</sup>

Bourdieu identifica duas tradições básicas, no entendimento dos “sistemas simbólicos”. Uma primeira que o compreende como “estruturas estruturantes” e uma segunda como “estruturas estruturadas”. Na primeira variante, os diferentes universos simbólicos, mitos, língua, arte, ciência são ao mesmo tempo instrumentos de conhecimento e de construção do mundo. Na segunda vertente é realçada a dimensão estrutural desses sistemas, privilegiando-se o *opus operatum* sobre o *modus operandi*.

É importante compreender que é enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os sistemas simbólicos exercem a função política de imposição e legitimação da dominação, assegurando, mediante a “violência simbólica” o domínio de classes. Nesse sentido, o campo de produção simbólica se configura como um “microcosmo da luta simbólica de classes”<sup>30</sup> e é na medida em que servem aos seus interesses, ao nível da luta interna do campo, que os produtores servem aos interesses dos grupos, que são exteriores ao campo de produção. Nesse sentido é que se pode afirmar que *o poder simbólico é um “poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder”.*<sup>31</sup>

O sistema simbólico, para Bourdieu se estrutura a partir da “lógica da diferença”, que constitui distinções significantes, no espaço social. Todo consumo e de forma geral, toda a prática, tendo ou não sido realizado para ser visto, notado, percebido, ele é distintivo. Configura-se como “sinal distintivo”, podendo assumir a condição de “sinal de distinção”, nos casos em que se constitui como diferença reconhecida como legítima. Os agentes sociais, além de

---

<sup>29</sup>Idem, ibidem, p. 08.

<sup>30</sup>Idem, ibidem, p. 12

<sup>31</sup>Idem, ibidem, p. 15.

reconhecerem como “distinções significantes” as diferenças, podem buscar aumentar intencionalmente tais diferenças “espontâneas” de estilos de vida. *“A procura da distinção – que pode marcar-se nas maneiras de falar ou na recusa a um casamento desigual – produz separações destinadas a serem percebidas ou, melhor, conhecidas e reconhecidas como diferenças legítimas, quer dizer, na maior parte dos casos, como diferenças de natureza.”*<sup>32</sup>

Creio, pelo conjunto das questões apresentadas ao longo do texto, já estarmos em condições de formular a crítica mais fundamental ao trabalho de Bourdieu e que atinge de maneira frontal seus propósitos analíticos. Referimos-nos à perspectiva marcadamente objetivista que assume o conjunto da sua obra e que, neste sentido, evidencia o fracasso da sua tentativa de articular de maneira efetiva o objetivismo e o subjetivismo, através do conhecimento *praxiológico*. Destacaremos, a fim de corroborar essa afirmativa, duas ordens de questões. A primeira, referente à compreensão do agente, postulada por Bourdieu e a segunda, que diz respeito ao seu entendimento da esfera simbólica e seu significado específico.

Sem nenhuma dúvida, há em Bourdieu um questionamento contundente às visões objetivistas, especialmente, nas versões estruturalistas, que ignoram a ação dos agentes, compreendendo-os como *trager* de estruturas, executores de modelos que lhes são exteriores. *“Eis a raiz do ponto mais consistente e original da contribuição de Bourdieu, qual seja o esforço de pensar a prática como algo diverso do produto ‘pobre’ e ‘menor’, de um modelo abrangente ao qual a ciência objetivista confere mais realidade do que à própria realidade.”*<sup>33</sup>

Não obstante o seu esforço, a tentativa de Bourdieu é comprometida seriamente nas suas análises. Os agentes deixam de se configurar como suportes de estruturas, para se transformarem em suporte de *habitus*, “prisoneiros” do *habitus*, compreendido como um

---

<sup>32</sup>Idem, *ibidem*, p. 144.

<sup>33</sup>MICELLI, Sérgio, *op. cit.*, p. XXVIII.

sistema de disposições estruturadas, nas quais as estruturas se atualizam e que se configura como produto da incorporação da “necessidade objetiva”, espécie de lei imanente depositada nos agentes pela experiência inicial da educação.

Na preocupação de escapar do interacionismo simbólico e da etnometodologia, que reduz as relações sociais e encontros de indivíduos, num processo interativo, Bourdieu termina por cair no extremo oposto, conferindo um “sentido objetivo” às práticas dos agentes, que transcenderia às intenções subjetivas e aos projetos conscientes individuais e coletivos.

Essa questão é bastante visível, numa afirmação de Bourdieu: *“as relações sociais não são jamais redutíveis a relações entre subjetividades movidas pela busca de prestígio ou por qualquer outra ‘motivação’ porque elas não passam de relações entre condições e posições sociais que se realizam segundo uma lógica propensa a exprimi-las e, por este motivo, estas relações sociais têm mais realidade do que os sujeitos que as praticam”*.<sup>34</sup> Na verdade, embora manifestamente preocupado em recuperar a dialética da interiorização da exterioridade e da exteriorização da interioridade, Bourdieu privilegia a primeira dimensão, fixando-se numa postura objetivista.

Na nossa visão, é essa concepção que compromete o projeto teórico de Bourdieu, configurando-o nos termos de uma “sociologia da reprodução”. Na medida em que o *habitus* é a expressão em forma de disposições, das estruturas, e que a ação dos agentes é ordenada pelo *habitus*, a margem deixada à uma ação criativa transformadora é mínima.

Canclini e Ortiz, nas suas análises sobre a obra de Bourdieu, partilham a mesma compreensão de que sua teoria social assume uma feição reprodutivista, que dificulta a compreensão dos processos de mudanças e, nesse sentido, da própria incorporação da dimensão da história, no seu pensamento. *“Dito de outra maneira, se o habitus*

---

<sup>34</sup>BOURDIEU, Pierre, “Condição de classe e posição de classe”, p. 25, grifos nossos.



*se define por sua tendência à reprodução, como articulá-lo ao movimento da mudança social? O habitus, mediação entre o agente social e a sociedade, se exprime desta forma, necessariamente no interior de um ciclo de reprodução, a análise se encerrando num círculo vicioso, o que implica renunciar-se à problemática da História.*<sup>35</sup>

Isto posto, retomemos o segundo ponto, referente à compreensão de Bourdieu acerca da esfera simbólica. Como já tivemos a oportunidade de apresentar, há toda uma formulação acerca da questão da autonomia dessa esfera e uma severa crítica às formulações que, sem compreender a sua especificidade, atribuem-na uma condição de reflexo da esfera econômica, como é o caso do marxismo clássico. A esfera simbólica ganha, em Bourdieu, um estatuto diferenciado, sendo amplamente discutida e contribuindo para dar maior legitimidade à sociologia dos sistemas simbólicos.

Para Canclini, seguindo a linha de Weber e Gramsci, Bourdieu persegue uma explicação simultaneamente econômica e simbólica dos processos sociais.<sup>36</sup> De fato, essa articulação nem sempre é feita de um ponto de vista inovador, reaparecendo sob novas roupagens a visão reprodutivista, anteriormente mencionada. Nessa perspectiva, consideramos profundamente revelador o aparelho categorial tomado por Bourdieu para analisar os sistemas simbólicos, numa transposição pouco rigorosa de conceitos, concebidos para pensar as relações econômicas, para refletir os domínios da construção dos significados.

É vigorosa a preocupação de Bourdieu com as categorias classificatórias, na sua capacidade de comprometimento dos próprios conteúdos analíticos. Gostaríamos de insinuar que não é desavisadamente, portanto, que utiliza categorias como capital simbólico, mercado cultural, etc. Se as classificações classificam os classificadores,<sup>37</sup> como afirma Bourdieu, tais conceitos evidenciam

---

<sup>35</sup>ORTIZ, Renato, *op. cit.*, p. 26.

<sup>36</sup>CANCLINI, Néstor, *op. cit.*, p. 35.

<sup>37</sup>BOURDIEU, Pierre, *Coisas ditas*, p. 159.



explicitamente o comprometimento da sua proposta de pensar uma esfera simbólica, com algum grau de autonomia.

Nessa perspectiva é revelador, em Bourdieu, o reconhecimento de uma “*autonomia relativa das relações simbólicas*”, desenvolvida dentro de uma “*margem restrita de variação*”, deixada pelas condições de existência<sup>38</sup> e as referências não ocasionais a um certo caráter “*duplicador*” dos símbolos, vistos como a materialização de um sistema particular de estruturas objetivas.<sup>39</sup> Esta é uma questão recorrente nas suas análises da questão da distinção: “*as distinções simbólicas são sempre secundárias em relação às diferenças econômicas, que as primeiras exprimem, transfigurando-as*”.<sup>40</sup>

Para Bourdieu, as ações simbólicas exprimem sempre a posição social, a partir da lógica da distinção. As marcas da distinção são vistas como duplicação simbólica dos valores de posição vinculados a cada posição na estrutura social.<sup>41</sup> Sendo, para Bourdieu, a lógica da distinção a forma por excelência do jogo propriamente cultural, a sua análise da cultura está centralmente informada por essa perspectiva.

## O MERCADO LINGÜÍSTICO

A discussão de Bourdieu sobre o mercado lingüístico configura-se como uma expressão da sua tentativa de articular os modos de conhecimento objetivista e fenomenológico, através do conhecimento *praxiológico*, que tem como objetivo não apenas o sistema de relações objetivas, mas as relações “dialéticas” entre essas estruturas e as disposições estruturadas, nas quais elas se atualizam.<sup>42</sup>

---

<sup>38</sup>Idem, *Condição de classe e posição de classe*, p. 25, grifos nossos.

<sup>39</sup>Idem, *ibidem*, p. 14.

<sup>40</sup>Idem, *ibidem*, p. 15.

<sup>41</sup>Idem, *ibidem*, p. 14.

<sup>42</sup>Idem, “Esboço de uma teoria da prática”, p. 47.

Tomado como expressão do objetivismo no campo da linguagem, Saussure é eleito por Bourdieu como interlocutor privilegiado. A lingüística saussureana privilegia a estrutura dos signos sobre as suas funções práticas de comunicação e conhecimento, bem como políticas e econômicas, concebendo a língua como objeto autônomo, irreduzível às suas manifestações concretas.

A compreensão da língua como código legislativo e comunicativo, existente de forma exterior aos seus utilizadores (os sujeitos falantes) e às suas utilizações (“fala”), reduz as ações no mercado lingüístico a um ato de comunicação, que precisa ser decifrado. Para Bourdieu, a Sociologia deveria incorporar as contribuições da Lingüística, assumindo, contudo, um ponto de vista crítico, substituindo a noção de gramaticalidade pela de aceitabilidade, as relações de comunicação pelas relações de força simbólica e a questão do sentido do discurso pela do valor e poder do discurso, o que implica a compreensão não apenas de uma competência lingüística, mas de um capital simbólico.

Falar em capital lingüístico significa recusar a abstração contida no conceito de competência lingüística, como capacidade infinita de engendramento de discursos, que postula a autonomização da capacidade de produção lingüística. Para Bourdieu, a linguagem é uma práxis, necessariamente referida às situações que lhe conferem um sentido e condicionam a sua expressão. A linguagem, feita para ser falada, se por um lado deve assumir os pressupostos gramaticalmente definidos como legítimos, deve, por outro lado, ser falada adequadamente, ou seja, considerando as condições em que é utilizada.

A competência chomskyana configura-se como abstração, para Bourdieu, porque ignora o domínio prático das situações, que indica quando é preciso falar, calar, o que é preciso dizer, calar, etc., reduzindo a competência comunicativa ao domínio da linguagem, como capacidade de engendramento infinito de discurso gramatical correto.

Para Bourdieu, trata-se de eleger, como elemento central da análise da linguagem, as condições sociais de possibilidade da produção e circulação lingüísticas. Os discursos só se fazem compreensíveis na estreita relação que mantêm com as relações de produção lingüísticas em que ele é produzido. Daí a crítica de Bourdieu a uma estratégia de análise fundada na busca das formas invariantes de percepção, na medida em que os signos só adquirem uma existência efetiva, a partir das situações concretas que as atualizam.

A análise da questão da linguagem deve, portanto, ter em conta que a construção das percepções não se dá num vazio social, mas está submetida a coações estruturais, ou seja, que as estruturas estruturantes também são socialmente estruturadas. Um último aspecto a ser considerado, e que marca a separação de Bourdieu com as correntes subjetivistas, refere-se ao caráter coletivo da construção das percepções sociais, que implica numa ruptura com as visões micro-sociológicas da fenomenologia.

Este é um ponto importantíssimo na formulação de Bourdieu que, para além das aproximações com a fenomenologia, na postura crítica ao objetivismo, expresso na sua versão da lingüística estruturalista, marca a existência de diferenciações significativas. Há uma identidade inegável em ambas as formulações, que é a da busca da recuperação da dimensão subjetiva da construção do significado, o reconhecimento do papel ativo dos agentes na sua apreensão do mundo, ou seja, a crítica quanto ao caráter de “meros executores”, conferido pelo estruturalismo aos agentes.

A fenomenologia compreende o mundo objetivo como uma “rede de intersubjetividade”, configurada como resultado das ações referidas sempre a um “outro”, questionando o argumento que toma o agente da comunicação como “impessoal” e “intercambiável”. Tais ações só adquirem significado na medida em que falante e ouvinte compartilham um mesmo mundo social. A ação social deixa de configurar-se como mera execução, constituindo-se também como produtora de significados. A abordagem fenomenológica,

contudo, ao reintroduzir o agente social desconsiderado pelo objetivismo, negligência o caráter socialmente estruturado das interações, tornando-se também alvo das críticas de Bourdieu.

Na verdade, as interações não são apenas relações comunicativas entre um “eu” e um “outro”; os agentes sociais, ao iniciarem qualquer relação de comunicação, o fazem a partir de um campo, no qual as posições sociais já estão objetivamente estruturadas. Nesse sentido, estabelecem também relações de poder, que reproduzem a desigualdade de poderes ao nível da sociedade global. Esta é a principal objeção de Bourdieu à corrente fenomenológica: a negligência às análises das relações de poder que permeia e constitui de fato as diversas formas de interação, o que implica negar a compreensão do mundo como intersubjetividade, uma concepção cara aos interacionistas simbólicos.

As “trocas simbólicas”, como designa Bourdieu, são também relações de poder. Nesse sentido, a produção e a circulação lingüística só podem ser analisadas do ponto de vista da relação entre o *habitus* lingüístico e os mercados. Os atos de fala são uma conjunção de “séries causais”.<sup>43</sup> De um lado, as disposições do *habitus* lingüístico implicam numa propensão a dizer coisas gramaticalmente conforme em situações específicas. De outro lado, as estruturas do mercado lingüístico, impõem sanções e censuras a ser consideradas pelos agentes.

O espaço da interação funciona como uma situação de mercado lingüístico pré-constituído, definidor do que pode ou não ser dito, de quem é excluído e quem se exclui.<sup>44</sup> O espaço da interação é também o espaço da atualização da intersecção entre os diferentes campos. Os agentes, na luta pelas “definições” legítimas, dispõem de forças, que estão referenciadas aos campos hierarquizados e às posições que ocupam nos campos respectivos.

---

<sup>43</sup>Idem, *Ce que parle veut dire*, Librairie Arthème Fayard, p. 14.

<sup>44</sup>Idem, *O poder simbólico*, p. 55.

Este é um elemento importante, as palavras são objeto de disputa, uma intensa luta pela nomeação legítima. O poder de nomear é também, como afirma Bourdieu, o poder de fazer coisas, daí um certo caráter “mágico” estar presente na definição dos significados, na medida em que alterar representações implica, num certo sentido, em mudar as coisas. O agente que fala não busca, apenas, ser compreendido, mas também ser obedecido, acreditado, reconhecido. *“A língua não é somente um instrumento de comunicação ou mesmo de conhecimento, mas um instrumento de poder.”*<sup>45</sup>

Nesse sentido, a fala dos agentes deve ser compreendida não só do ponto de vista de uma operação intelectual de “cifração-decifração”, mas como uma *“relação de força simbólica, que se baseia numa relação de autoridade-crença”*,<sup>46</sup> necessariamente referida às condições de instauração dos discursos, mais precisamente, à estrutura do mercado em que é proferido. *“A ciência do discurso deve levar em conta as condições de instauração da comunicação, porque as condições de recepção esperadas fazem parte das condições de produção. A produção é comandada pela estrutura do mercado ou, mais precisamente, pela competência (no sentido pleno) na sua relação com um mercado.”*<sup>47</sup>

A autoridade de um discurso, ou seja, que confere a um discurso o caráter legítimo, capaz de se impor como tal, decorre de uma série de fatores, ressaltados por Bourdieu. Em primeiro lugar, ele é proferido por um locutor legítimo, reconhecido como tendo o direito e a competência de proferi-lo. Segundo, ele é proferido numa situação legítima, ou seja, no mercado que o considera relevante. Por último, ele é dirigido a destinatários também legítimos, ou seja, capazes de compreendê-lo e dar-lhe a importância devida.

O discurso constitui-se, pois, como um bem simbólico, que pode receber valores diferenciados, de acordo com o mercado, no qual

---

<sup>45</sup> “A economia das trocas lingüísticas”, in *Bourdieu*, p. 161.

<sup>46</sup> *Idem*, *ibidem*, p. 161.

<sup>47</sup> *Idem*, *ibidem*, pp. 161-162.

ele é proferido. O que determina o discurso é a relação objetiva entre uma competência e um mercado, na qual os agentes da fala se defrontam a partir de posições diferenciadas, como portadores desiguais de capital lingüístico e de outras espécies de capital. *“A linguagem deve, assim, parte de suas propriedades à antecipação prática da reação que ela é capaz de suscitar, reação que depende do próprio discurso e de toda pessoa social daquele que o pronuncia. A forma e o conteúdo do que pode ser dito e do é dito dependem da relação entre um habitus lingüístico que se constitui na relação com um campo de um determinado nível de aceitabilidade.”*<sup>48</sup>

Para Bourdieu, a linguagem só pode ser compreendida, na sua profunda articulação com o mercado, na qual ela insere e adquire significado. Na condição de bem simbólico, de vigoroso poder, é objeto de acirradas disputas, nas quais o capital lingüístico e simbólico nem sempre detém um maior valor, outras espécies de capital marcam a sua presença, na medida em que é “toda a pessoa social que enuncia”. Esta visão da linguagem, vista sob a ótica do mercado lingüístico, ganha em Habermas uma outra conotação, que teremos a oportunidade de desenvolver a seguir.

#### BOURDIEU E HABERMAS: UM ESFORÇO COMPARATIVO

Antes de iniciarmos uma análise comparativa entre Bourdieu e Habermas, acerca das questões da linguagem, consideramos profícuo assinalarmos algumas identidades e dissemelhanças que informam os seus modos de pensar e que poderão de algum modo ser úteis à compreensão de suas visões específicas da linguagem e sua utilização, que nos interessa de maneira especial.

Uma primeira identidade, de caráter geral, diz respeito à postura assumida no debate com as diversas correntes do pensamento social. Ambos se propõem a romper com oposições estéreis de esco-

---

<sup>48</sup>Idem, ibidem, p. 172.

las e estabelecer um diálogo franco e aberto com seus interlocutores, buscando extrair deles possíveis contribuições. Esta ousadia fez atrair para ambos o injusto rótulo de ecléticos, que definitivamente não faz juz ao rigor conceitual dos dois.

A segunda identidade que pode ser registrada entre Bourdieu e Habermas é quanto as suas proposições afins de analisar e superar as dicotomias do pensamento social moderno, entre o objetivismo e o subjetivismo, o que, em algum momento, faz com que ambos se deparem com os mesmos interlocutores.

Habermas afasta-se das perspectivas fenomenológicas, onde tudo é explicado a partir da intencionalidade dos atores e do sentido conferido às suas ações, como também das visões sistêmicas, onde tudo é explicado a partir de conexões de ações funcionais, nas quais os atores não aparecem, buscando, na articulação dessas duas dimensões uma saída, preservando como momento insubstituível da análise às esferas do "sistema" e do "mundo de vida". No primeiro caso, significa ser capaz de compreender a gestação intersubjetiva de sentido, que realizam os participantes das interações (perspectiva interna de análise). No segundo caso, significa assumir o papel de um observador exterior, que tem diante de si conexões de ação não pretendidas, através do entrelaçamento funcional (perspectiva externa de análise).

A perspectiva analítica, que articula como momento de um processo único as dimensões do sistema e do mundo de vida, é o modo habermasiano de superar a filosofia da consciência ou do sujeito, inclusive nas suas formulações mais recentes do individualismo metodológico, e rejeitar as visões estruturalistas que ignoram a ação dos agentes como elemento integrante da análise.

Um último elemento a ser registrado, em termos das aproximações entre os dois autores, é a afirmação do conhecimento como sendo pautado por interesses. Embora não tenhamos reproduzido neste trabalho as reflexões de Bourdieu sobre o campo científico e o

papel do sociólogo, em especial, é vastamente conhecido o questionamento de Bourdieu à idéia do conhecimento científico desinteressado e o desconforto promovido pelas suas críticas ao funcionamento do campo científico.<sup>49</sup>

No seu trabalho *Conhecimento e interesse*, Habermas postula a íntima conexão entre a produção do conhecimento e os interesses aos quais se vincula. A tese central do trabalho, como afirma Heck, é que “*todo o conhecimento é posto em movimento por interesses que o orientam, dirigem-no, comandam-no*”.<sup>50</sup>

Afora estas e outras aproximações possíveis de serem traçadas, há profundas diferenças entre eles. Nos limitamos a enunciar uma de caráter mais geral, dado que é nosso interesse nos determos em observações mais acuradas no campo específico da análise da linguagem. A referência que fazemos aqui é propriamente aos seus modos de pensar. A condição de filósofo de um e sociólogo do outro certamente faz diferença na forma de abordar as questões. No nosso entendimento, isso tem repercussões na formulação de suas teorias, que assume em Habermas um caráter predominantemente formal, procedimental e em Bourdieu um caráter histórico-institucional.

A partir dessas considerações, talvez possamos compreender de forma mais adequada os trabalhos desses autores no enfrentamento da temática da linguagem. De maneira o mais breve possível, levantaremos alguns pontos centrais da análise habermasiana afim de estabelecermos com mais propriedade uma análise comparativa com o pensamento de Bourdieu, já exposto.

Como tivemos a oportunidade de registrar, Habermas busca construir uma teoria social capaz de ultrapassar as totalidades vagas, o holismo e as explicações de caráter estrutural-funcional, sem, contudo, pautar a sua análise no plano do indivíduo. O social só é compreensível como social. Nesse sentido, os sujeitos só emergem em

---

<sup>49</sup>Idem, “O campo científico”, in *Bourdieu*, p. 123.

<sup>50</sup>HECK, José, “Introdução”, in HABERMAS, J., *Conhecimento e interesse*, Ed. Guanabara, Rio de Janeiro, 1987, p. 07.



processo de interação social, que são a um só tempo a condição de possibilidade da sua existência e esfera privilegiada de intervenção.

Nessa perspectiva, Habermas traz o ator de volta para o centro da explicação social, mas o redimensiona. Esse ator só é compreensível a partir da sua inserção num contexto interativo linguístico, nesse sentido, como um sujeito capaz de linguagem e, portanto, detentor potencial de capacidade crítica, que se forma à medida que se realiza a interação. Esta nos parece uma outra diferença significativa com Bourdieu, que desconsidera a capacidade crítica dos agentes e visualiza a linguagem, unicamente como campo de disputa e não como instrumento emancipatório.

Na *Teoria da ação comunicativa*, Habermas postula a indissociabilidade das dimensões do sistema e do mundo de vida para uma teoria social que se pretenda explicativa.<sup>51</sup> É somente no mútuo entendimento dessas esferas e de suas relações, bem como através da compreensão do processo de diferenciação das racionalidades que lhes subjaz e constitui, que se colocariam as ciências sociais à altura do desafio de compreender as sociedades modernas e as suas patologias: *"No podemos comprender el carater del mundo vital a menos que comprendamos los sistemas sociales que lo configuran, y no podemos comprender los sistemas sociales a menos que veamos como surgen a partir de la síntesis del sistema e de las orientaciones del mundo vital se integra con la delineación que hace Habermas de las diferentes formas de racionalidad y racionalización: la racionalidad de los sistemas es un tipo de racionalidad deliberado-racional, la racionalización del mundo vital es una racionalidad comunicativa."*<sup>52</sup>

O mundo de vida está sempre presente em qualquer processo interativo. Ele se configura como um "depósito de auto-evidências

---

<sup>51</sup>HABERMAS, Jürgen, *Teoria de la acción comunicativa*, vol.II, Taurus Ediciones, 1988.

<sup>52</sup>BERNSTEIN, Richard, "Introducción", in BERNSTEIN, R. (org.), *Habermas y la Modernidad*, Cátedra Ediciones, Madrid, p. 46.

e convicciones incuestionadas”.<sup>53</sup> Nesse sentido, não pode ser problematizado na sua totalidade, mas apenas podem ser tematizados “fragmentos” do mundo de vida que se evidenciam num contexto de ação.

Para Habermas, na prática comunicativa cotidiana não existem situações inteiramente desconhecidas, dado que todas as situações emergem de um mundo de vida frente ao qual os participantes não podem estabelecer uma posição extra-mundana: *“los agentes comunicativos se mueven siempre dentro del horizonte qui es su mundo de la vida, de el no pueden salirse”*.<sup>54</sup> É dele que extraem as convicções e esquemas cognitivos e nele são estabelecidas as formas de socialidade.

Constitui, pois, o lugar transcendental possibilitador do entendimento, onde falante e ouvinte se encontram e estabelecem pretensões de validade com relação ao mundo objetivo, social e subjetivo, podendo estabelecer críticas e fundamentos dessas pretensões com vistas a um acordo. Nesse sentido é que se pode afirmar que *“las estructuras del mundo de la vida fijan las formas de la intersubjetividad del entendimiento possible”*.<sup>55</sup>

Habermas, ao se situar no âmbito da filosofia da linguagem, incorpora o conceito de mundo de vida, redefinindo-o em termos mais amplos, abrangendo não só a esfera da consciência, mas o contexto da comunicação lingüística, colocando em primeiro plano a intersubjetividade. Para Habermas, a concepção do mundo de vida reduzida em termos culturalistas (vertentes fenomenológicas da filosofia analítica e da hermenêutica), restrita aos aspectos do entedimento, se incapacita a perceber que a ação comunicativa é a um só tempo um processo de entendimento de interação social e de socialização. Ao se entenderem sobre algo no mundo, os agentes comunicativos participam simultaneamente de interações através das quais confir-

---

<sup>53</sup>HABERMAS, Jürgen, *op. cit.*, p. 176.

<sup>54</sup>Idem, *ibidem*, p. 179.

<sup>55</sup>Idem, *ibidem*, p. 179.

mam e renovam o seu pertencimento a grupos sociais e a sua própria identidade: *"Bajo el aspecto funcional de entendimiento, la acción comunicativa sirve a la tradición y a la renovación del saber cultural; bajo el aspecto de coordinación de la acción a la integración social y a la creación de solidaridad; bajo el aspecto socialización, finalmente, sirve a la formación de identidades personales."*<sup>56</sup>

A esses processos de reprodução cultural, integração social e socialização, correspondem os três componentes estruturais do mundo de vida, que são a cultura, a sociedade e a personalidade. Cultura vem a ser o estoque de saber da comunidade, o "celeiro", que contém os conteúdos semânticos da tradição, que fornecem aos agentes comunicativos os modos interpretativos necessários à convivência social. A sociedade é constituída pelos ordenamentos sociais legítimos, mediante os quais os membros da comunidade regulam o seu pertencimento a grupos sociais, garantindo solidariedade. Finalmente, a personalidade é um conjunto de competências, que convertem um sujeito, num ser capaz de linguagem e ação, ou seja, que o capacita a participar dos processos de entendimento, afirmando a sua própria identidade.<sup>57</sup>

Para Habermas, a sociologia compreensiva "dissolve" a sociedade em mundo de vida e passa a percebê-la, a partir de uma perspectiva interna, subestimando aspectos exteriores, passíveis de agir influentemente sobre o mundo cultural da vida, numa perspectiva ingênua, onde a cultura se auto-interpreta. São as falácias de um "idealismo hermenêutico",<sup>58</sup> que tem como seu reverso um descritivismo metodológico, incapaz de ultrapassar a "descrição densa", ou seja, a reformulação de um saber mais ou menos trivial. Para se aceitar a concepção da sociedade como mundo de vida seria necessário, segundo Habermas, aceitar três "ficções" que marcam toda a socio-

---

<sup>56</sup>Idem, ibidem, p. 196.

<sup>57</sup>Idem, ibidem, p. 197.

<sup>58</sup>WELLMER, Albret, *op. cit.*

logia compreensiva: a autonomia dos sujeitos, a independência da cultura e a transparência da comunicação.

Essas noções caem por terra, ao identificarmos que a sociedade não corresponde apenas ao mundo de vida. Ao atuarem com vistas ao entendimento, os agentes comunicativos não têm suas ações coordenadas exclusivamente através de processos comunicativos, mas também mediante conexões funcionais não pretendidas, e que na maioria das vezes não se dão a conhecer no horizonte da prática cotidiana.

Nesse sentido, faz-se necessário distinguir entre integração social e integração sistêmica. A integração social se radica num consenso assegurado normativamente ou mediante um consenso comunicativamente estabelecido. A integração sistêmica se funda num controle não normativo de decisões particulares, carentes subjetivamente de coordenação.<sup>59</sup>

Entender a sociedade exclusivamente como integração social (Husserl, Wittgenstein) significa situarmo-nos no âmbito da estratégia conceitual que concebe a sociedade como mundo de vida e compreender as interações como fundadas nas tradições culturais intersubjetivamente partilhadas, o que implica que a análise científica se liga à perspectiva interna dos membros dos grupos sociais, obrigada que está a vincular hermeneuticamente a sua compreensão à interpretação dos participantes.

Por outro lado, ao identificarmos a integração da sociedade somente como integração sistêmica (Parsons, Luhman) vinculamo-nos à estratégia conceitual que apresenta a sociedade como modelo de um sistema auto-regulado, ou seja, estruturado a partir de conexões de ações não pretendidas, através do entrelaçamento funcional de seqüências de ações, o que determina um eixo analítico, ligado à perspectiva externa de um observador.

Para a teoria do sistema, a integração social e a sistêmica são consideradas equivalentes funcionais, o que a impede de detectar os

---

<sup>59</sup>HABERMAS, Jürgen, *op. cit.* p. 167.

custos, ao nível do mundo vital, da complexificação sistêmica. É somente a partir da assunção do paradigma da racionalidade comunicativa, que se torna manifesta a reação destrutiva dos subsistemas autonomizados sobre o mundo de vida racionalizado, submetido a uma violência estrutural, exercida mediante a restrição sistemática da comunicação, que promove a colonização do mundo de vida pelos mecanimos sistêmicos.

O que Habermas apreende como patologia, para Bourdieu configura-se simplesmente como o mecanismo de funcionamento das relações interativas, que se configura na forma de um mercado lingüístico. Habermas vê de um ponto de vista crítico o que Bourdieu visualiza, de forma “naturalizada”. A diferença radical de percepção entre eles advém de seus propósitos analíticos, claramente diferenciados, de reconhecimento dos mecanismos de reprodução social, no caso de Bourdieu e da perspectiva emancipatória, no caso de Habermas.

Desta forma, Bourdieu visualiza de forma indiferenciada, princípios de integração, considerados concorrentes na proposição habermasina. A configuração das relações interativas nos moldes de um “mercado lingüístico” é exatamente a expressão da invasão sistêmica na esfera da ação comunicativa, que deixa de ter a linguagem como *medium* do entendimento, para pautar-se em torno de meios de integração sistêmicos como o dinheiro e o poder. É nesse processo, designado por Habermas de colonização do mundo de vida, que encontra-se a base fundante das patologias modernas.

Para Habermas, trata-se, na modernidade, de perceber o desenvolvimento parcializado de um tipo de razão, que ele qualifica como instrumental e que reduz as dimensões da racionalidade a uma ação com respeito a fins e que se configura como razão manipulatória e opressora. É este, precisamente, o seu ponto de ruptura mais significativo com Bourdieu, cuja proposta teórica fundamenta a ação social, como uma ação estratégica, definindo-a do ponto de vista dos interesses. A sociologia de Bourdieu, radicada numa razão

instrumental, compreende a ação humana como tendo um caráter manipulatório e dominador. Em tal concepção, não há lugar para a gratuidade, ou para a discussão racional crítica, tudo é reduzido a relações de poder.

O que Habermas vai tentar demonstrar é que esta é apenas uma dimensão da racionalidade, que se apresenta, na modernidade, como hegemônica. A racionalidade, numa perspectiva mais ampla, comporta uma outra dimensão, que foi inclusive reprimida e sistematicamente obscurecida: a razão comunicativa, que se refere à dimensão interativa do homem na sua relação com a alteridade.

O sentido da racionalidade, nesse ponto de vista, explicita a relação social entre pelo menos dois atores, onde através da argumentabilidade, se chega a uma posição de consenso, onde se faz possível ultrapassar o nível da cotidianidade, onde impera o consenso ingênuo – não problematizado, mas a qualquer hora problematizável (esfera da socialidade fática), para o consenso crítico fundamentado em razões (esfera discursiva), âmbito da ação comunicativa.

Ao lado do mundo objetivo emerge o mundo social, onde não está em jogo apenas um comportamento cognitivo, mas motivacional, o que envolve necessariamente duas posturas: objetivante e performativa. Dessa forma, o conhecimento ganha uma nova dimensão, ou melhor, resgata uma dimensão historicamente reprimida, “colonizada”, rompendo as amarras de um saber manipulatório e dominador e se abre à discussão da validade de suas proposições, através de um processo argumentativo. O conhecimento se constitui dentro de um processo mútuo de compreensão, mediado linguisticamente, tendo como elemento estruturador, não a postura de um sujeito manipulador do mundo e do “outro” da interação, mas a intersubjetividade dos que participam de uma relação discursiva.

É essa mudança de paradigma que vai possibilitar a Habermas dialogar com as duas grandes correntes filosóficas deste século: a fenomenologia-existencial e a empírico-lógico-analítica, apropriando-se dos seus resultados mais significativos. A con-

vergência dessas correntes se dá em torno da superação da filosofia da consciência, pela descoberta da linguagem como um novo paradigma, a partir do qual são reformulados os problemas filosóficos<sup>60</sup>

A linguagem vai ser compreendida como um processo de comunicação intersubjetivo, cuja unidade fundamental não é a proposição, mas o proferimento, ou seja, a proposição inserida no processo normal de interação lingüística. Dessa forma, transfere-se o eixo da investigação da racionalidade cognitiva, para a racionalidade comunicativa.

Habermas recupera, na sua teoria da ação comunicativa, elementos da teoria da linguagem do segundo Wittgenstein e a teoria dos atos de fala de Austin. No primeiro caso, incorpora a tese de que falar é agir socialmente, constitui uma forma de vida e de seguimento a regras gestadas socialmente. No segundo, assume a tese de que falar coisas significa fazer proferimentos que estabelecem relações sociais. Nesse sentido, sua teoria ultrapassa a esfera da lingüística e se consubstancia como pragmática.

A teoria da competência comunicativa entende que todo ato da fala é composto de uma dupla estrutura: uma frase performativa (que cria uma relação subjetiva) e uma frase proposicional (que expressa o objetivo sobre o qual se fala). O entendimento pressupõe um sistema comum de referência, que permite aos participantes se entenderem sobre algo. Este sistema comum diz respeito ao mundo objetivo, social e subjetivo, ao qual corresponde a tríplice função da linguagem: de apresentação, de interpretação e de expressão. É a partir desse sistema de referência, que quem fala se refere por seus proferimentos a algo objetivo, normativo ou subjetivo.<sup>61</sup>

Os participantes da interação levantam pretensões, em princípio demonstráveis, que apresentam uma criticidade imanente. Podemos citar quatro pretensões de validade reivindicadas: que o enunciado é

---

<sup>60</sup>HERRERO, Xavier, "Racionalidade comunicativa e modernidade", in *Revista Síntese*, n.º 37, 1986, p. 17.

<sup>61</sup>Idem, *ibidem*, p. 18.



verdadeiro, que a interação é correta em relação as normas vigentes, que a expressão proferida é veraz, ou seja, exprime corretamente o que se pensa e por último que o sistema simbólico utilizado é passível de ser compreendido. *"A racionalidade da ação comunicativa se baseia em atos de fala, que levantam pretensões de validade que podem ser criticadas e fundamentadas sobre a força do melhor argumento."*<sup>62</sup>

Trata-se de uma situação ideal de diálogo, não realizável empiricamente,<sup>63</sup> que se caracteriza pela ausência de qualquer forma de mutilação sistemática da comunicação, onde prevalece sempre a força do melhor argumento, o que significa igualdade de condições em todos os níveis para os participantes do processo discursivo. Essa situação ideal antecipada tem como pressuposto a antecipação de uma forma ideal de vida, marcada pelos ideais de liberdade e justiça.<sup>64</sup>

Esta formulação vai ser objeto de uma crítica explícita de Bourdieu, que acusa Habermas de promover uma idealização das relações interativas, que teria por efeito eliminar das relações de comunicação as relações de força, e que estaria expresso na sua utilização a-crítica do conceito de força ilocucionária. *"L'idealisation (parfaitement visible dans le recours à des notions telles que 'matrise des universaux constitutifs du dialogue' ou 'situation de parole, déterminée par la subjectivité pure') a pour effet d'évacuer pratiquement des rapports de communication les rapports de force qui s'y accomplissent sous une forme transfigurée: à preuve, l'emprunt non critiqué de concepts comme celui d'illocutionary force qui tend à placer dans les mots - et non dans les conditions institutionnelles de leur utilisation - la force des mots."*<sup>65</sup>

---

<sup>62</sup>Idem, ibidem, p. 19.

<sup>63</sup>SIEBENEICHLER, Flávio, *Jürgen Habermas: razão comunicativa e emancipação*, Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1989.

<sup>64</sup>Idem, ibidem, p. 107.

<sup>65</sup>BOURDIEU, Pierre, *Ce que parle veut dire*, p. 25.



Na verdade, preocupação norteadora de Habermas é a construção racional do consenso político, a questão da sua legitimidade, nesse sentido, ele está muito menos preocupado com conteúdos, do que com procedimentos. Nessa perspectiva, Bourdieu é injusto à Habermas na sua cobrança, até porque a preocupação sistemática com mecanismos procedimentais, que informa a teoria habermasiana, na busca de garantir um processo de discussão racional legítima, só tem sentido a partir do reconhecimento de que, na atualidade isso ocorre, na medida em que esta possibilidade é obstruída pela invasão dos mecanismos sistêmicos: dinheiro e poder, na esfera da interação humana. Por outro lado, Habermas é contundente nas suas críticas ao campo da lingüística, afirmando uma compreensão pragmática da linguagem, onde o proferimento tem maior significado do que a proposição.

Uma outra crítica freqüentemente dirigida a Habermas, e que certamente Bourdieu compartilharia, é quanto à postulação da competência universal dos agentes sociais. Mais uma vez o enfoque habermasiano dá ênfase aos elementos procedimentais, que possibilitam a fala, buscando assinalar a competência comunicativa, enquanto condição de possibilidade da formulação dos discursos. Bourdieu, ao voltar a sua análise para as situações concretas da fala, que Habermas abstrai, apresenta os sujeitos como tendo competências articuladas a partir da sua posição social, questionando, portanto, a possibilidade de competências universais.

Um último ponto, que gostaríamos de considerar especialmente, dadas as nossas preocupações específicas de análise, refere-se ao modo de conceber a cultura que em ambos os autores, parece ser vista de modo insuficiente. No caso de Habermas, a cultura é vista de um ponto de vista estático, como depósito de conteúdos semânticos das tradições, modelos a que se reportam os agentes no exercício da convivência social. No caso de Bourdieu, a cultura é vista de um ponto de vista mais dinâmico, como constituidora de práticas. Contudo, fica subsumida nas relações de poder,

como afirma com propriedade Canclini: "*si bien la obra de Bourdieu es una sociologia de la cultura sus problemas centrales non son culturales*".<sup>66</sup> Na verdade, Bourdieu politiza as relações culturais, reduzindo-as a expressão de relações de poder. Nesse sentido, embora reconhecendo o mérito inegável de Bourdieu, ao evidenciar tais relações de força, consideramos o seu enfoque analítico, centrado nessas relações, como restrito e empobrecedor.

---

<sup>66</sup>CANCLINI, Néstor, *op. cit.*, p. 09.



## NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ARTIGOS

- . A Revista *TEMÁTICAS* publica contribuições (artigos, comunicações e resenhas) dos doutorandos em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH da UNICAMP.
- . Os artigos não devem exceder 30 páginas, em espaço 1,5, incluindo referências e as notas de rodapé. O autor deverá enviar uma cópia impressa e uma em disquete, num dos seguintes programas: Word Perfect, ChiWriter, Word 5.0 ou Word 4.0.
- . As resenhas de livros serão limitadas ao máximo de três páginas.
- . Os trabalhos submetidos à *TEMÁTICAS* deverão ser inéditos.
- . Os trabalhos submetidos à revista serão julgados pelo editor e pelo secretário de redação, a partir de parecer por escrito de membros do Conselho Editorial.
- . Os trabalhos só serão submetidos ao Conselho Editorial quando o editor e o secretário de redação verificarem o cumprimento das normas referidas.

- . Os originais submetidos à revista serão considerados definitivos e, caso sejam aprovados para publicação, as provas tipográficas não serão submetidas à correção pelo autor.
- . O simples envio de trabalhos à Revista implica autorização para a publicação. A Revista *Temáticas* não renumera direitos autorais.
- . A revista *Temáticas* compromete-se a dar sempre uma resposta por carta aos autores que submeterem trabalhos à sua editoria. Em caso de aprovação, poderão ser solicitadas modificações. Em caso de recusa, não serão comunicadas as razões.

## TEMÁTICAS

Publicação semestral dos doutorandos  
em Ciências Sociais do IFCH

Pedidos:

TEMÁTICAS

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH  
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP  
Secretaria de Pós-Graduação

A/C Editor

Cidade Universitária "Zeferino Vaz"

Caixa Postal: 6.110

CEP: 13.081-970 - Campinas - SP - Brasil

Fax: (0192) 39.3327

Fone: (0192) 39.8342

Tiragem 700 exemplares

SOLICITA-SE PERMUTA

Exchange Desired

Diagramação, Composição e Impressão  
IFCH / UNICAMP

